



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

EDERSON NASCIMENTO

**AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS URBANAS NUMA METRÓPOLE INTERIORANA:
UMA ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (SP) A PARTIR DE INDICADORES
DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL**

CAMPINAS

2013



NÚMERO: 203/2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

EDERSON NASCIMENTO

**“AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS URBANAS NUMA METRÓPOLE INTERIORANA:
UMA ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (SP) A PARTIR DE INDICADORES
DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL”**

Orientador: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP NO
PROGRAMA DE GEOGRAFIA, PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM GEOGRAFIA NA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO EDERSON NASCIMENTO E ORIENTADA PELO PROF. DR.
LINDON FONSECA MATIAS.

CAMPINAS

2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

N17d Nascimento, Ederson, 1984-
As desigualdades socioespaciais urbanas numa metrópole interiorana : uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social / Ederson Nascimento. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Lindon Fonseca Matias.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Geografia urbana - Campinas (SP). 2. Inclusão social. 3. Exclusão social. 4. Indicadores sociais - Campinas, Região Metropolitana (SP). I. Matias, Lindon Fonseca, 1965-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Urban socio-spatial inequalities in an inland metropolis : an analysis of the Metropolitan Region of Campinas, State of São Paulo, Brazil, based on social exclusion/inclusion indicators

Palavras-chave em inglês:

Urban geography - Campinas (SP)

Social inclusion

Social exclusion

Social indicators - Campinas, Região Metropolitana (SP)

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutor em Geografia

Banca examinadora:

Lindon Fonseca Matias [Orientador]

Rosana Aparecida Baeninger

Paulo Roberto Rodrigues Soares

Claudete de Castro Silva Vitte

Gustavo de Oliveira Coelho de Souza

Data de defesa: 08-08-2013

Programa de Pós-Graduação: Geografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTOR: Ederson do Nascimento

“As Desigualdades Socioespaciais Urbanas numa Metrópole Interiorana: uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social”.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

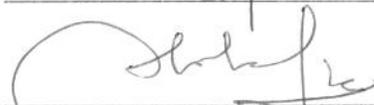
Aprovado em: 08 / 08 / 2013

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

 -Presidente

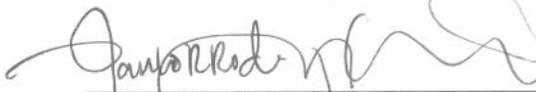
Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte



Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger



Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares



Prof. Dr. Gustavo de Oliveira Coelho de Souza



Campinas, 08 de agosto de 2013.

À minha família:
início, meio(s) e fim de tudo isso...

AGRADECIMENTOS

É sempre um risco listar pessoas e instituições para agradecimentos ao final de um trabalho de tal magnitude como o é uma tese. São longos o tempo decorrido e o percurso trilhado, e numerosas as pessoas com quem convivemos e contamos, portanto, a possibilidade de esquecer-se de alguém é iminente. Mesmo assim, deixo aqui alguns “obrigados”:

- Aos meus pais, **José e Janete**, pelo amor e carinho a mim sempre dedicados, e por valorizarem e me mostrarem, desde a mais tenra idade, a importância da educação e do conhecimento.
- À **Luana**, a Luh, irmã de sangue e coração, minha grande amiga que, perto ou longe, está comigo em todas as horas.
- Ao **Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias**, pelo modo rigoroso, seguro e competente com que orientou a realização desta pesquisa, bem como pela atenção e paciência nos momentos mais difíceis e, sobretudo, pelo grande aprendizado que me proporcionou em quase onze anos de trabalho conjunto.
- Aos professores **Dr. Roberto Braga e Dra. Rosana Baeninger**, pela participação na banca do exame de qualificação, momento em que realizaram importantes contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.
- À **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP**, pela concessão de bolsa de pesquisa no período de dezembro de 2009 a janeiro de 2011, recursos estes que muito contribuíram para a realização deste estudo;
- Ao **Núcleo de Estudos de População – NEPO**, da UNICAMP, pela cessão da malha digital de setores censitários urbanos da RMC de 1991;
- À **EMPLASA**, pela disponibilização de dados georreferenciados sobre uso da terra urbana na RMC, de fundamental importância para a pesquisa;

- À **Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS**, na figura da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPEPG), pela contribuição por meio da institucionalização da presente pesquisa e consequente atribuição de carga horária semanal específica para a sua realização.
- Aos companheiros da UNICAMP, em especial **Marcelo, Danúbia, Tati Geller, Joseane e Valderson**, pelo intercâmbio de ideias e conhecimentos, pelas contribuições fornecidas e pelos bons momentos compartilhados no período em que residi em Campinas.
- Aos amigos da UFFS, especialmente **Andrey, Marlon, Ricardo, Camila e Irene**, pela parceria na universidade e fora dela, em bons bares, cafeterias e demais lugares onde continuamente tecemos juntos as nossas geografias.
- Aos acadêmicos do curso de graduação em Geografia da UFFS **Eduardo, Élide, Flávia Carla e Mayling**, alunos e amigos com quem dialogo, compartilho ideias e que me ajudam, direta ou indiretamente, nas empreitadas da Geografia.
- Às secretárias de pós-graduação do Instituto de Geociências da UNICAMP, **Gorete e Valdirene (Val)** – verdadeiras “anjas da guarda” dos pós-graduandos do IG –, pelo modo prestativo e atencioso com que sempre me atenderam.
- À **Aline**, por compartilhar comigo a geografia da vida...

E ainda, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, sabendo ou não, construíram comigo este trabalho, ou que simplesmente torceram por mim.

Muito obrigado!

*“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”
(Eduardo Galeano)*



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS URBANAS NUMA METRÓPOLE INTERIORANA:
UMA ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (SP) A PARTIR DE INDICADORES
DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL**

RESUMO

Tese de Doutorado

Ederson Nascimento

Esta tese apresenta uma análise da estruturação socioespacial urbana da Região Metropolitana de Campinas, no Estado de São Paulo, à luz do processo de exclusão/inclusão social. Parte-se do pressuposto de que o espaço urbano-metropolitano é configurado, em relação à sua organização interna e ao seu conteúdo social, em áreas sociais segregadas, as quais resultam de (e implicam em) graus diferenciados de inclusão ou exclusão social de sua população. Examina-se a evolução dos processos de urbanização e de expansão das áreas urbanizadas na região, e realiza-se uma caracterização dos espaços intraurbanos sob as perspectivas funcional e social. Elaborar-se também, com base em variáveis censitárias intraurbanas, um sistema de indicadores sociais de exclusão/inclusão social, visando mensurar e representar espacialmente a dinâmica das desigualdades socioespaciais no espaço urbano-metropolitano entre 1991 e 2010, através de índices calculados em relação a quatro dimensões de análise do processo de exclusão/inclusão social: autonomia de renda, desenvolvimento humano, equidade e qualidade domiciliar. Os resultados da pesquisa caracterizam a estrutura socioespacial desigual urbana, a qual é marcada por grandes diferenciais de condições de vida (sobretudo na cidade de Campinas) e pela segregação das populações em arranjos espaciais setorializados, configurados em escalas regional e intraurbanas.

Palavras-chave: desigualdade socioespacial urbana, exclusão/inclusão social, indicadores sociais.



UNIVERSITY OF CAMPINAS
INSTITUTE OF GEOSCIENCE

**URBAN SOCIO-SPATIAL INEQUALITIES IN AN INLAND METROPOLIS:
AN ANALYSIS OF THE METROPOLITAN REGION OF CAMPINAS, STATE OF SÃO PAULO,
BRAZIL, BASED ON SOCIAL EXCLUSION/INCLUSION INDICATORS**

ABSTRACT

PhD Thesis

Ederson Nascimento

This thesis presents an analysis of the socio-urban structuring of the Metropolitan Region of Campinas, State of São Paulo, Brazil, based on the social inclusion/exclusion process. It starts from the presupposition that the urban-metropolitan space is configured, in relation to its internal organization and its social content, in segregated social areas, which result from (and imply) different degrees of social inclusion or exclusion of its population. It analyzes the evolution of the processes of urbanization and expansion of urban areas in the region, as well as a characterization of the intra-urban spaces under the functional and social perspectives. It also elaborates, based on intra-urban census data, a system of social indicators of social exclusion/inclusion, aiming to measure and represent through the space the dynamics of socio-spatial inequalities in the urban-metropolitan space between 1991 and 2010, using indexes calculated in relation to four dimensions of analysis of the social inclusion/exclusion process: income autonomy, human development, equity and home quality. The research results characterize urban unequal socio-spatial structure, which is marked by big differences of living conditions (especially in the city of Campinas) and segregation of populations in sectorized spatial arrangements sectors, configured in regional and intra-urban scales.

Keywords: urban socio-spatial inequality, social exclusion/inclusion, social indicators.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	xix
LISTA DE FOTOS.....	xxi
LISTA DE MAPAS.....	xxiii
LISTA DE TABELAS.....	xxv
LISTA DE QUADROS.....	xxvii
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xxix
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES TEÓRICO- CONCEITUAIS.....	11
1.1 EXCLUSÃO SOCIAL: PRINCIPAIS CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE	13
1.1.1 A exclusão social e suas abordagens: contextualização histórico-geográfica.....	14
1.1.2 O conceito de exclusão social: perspectivas analíticas.....	18
1.2 EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: PARA UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS.....	25
CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	31
2.1 A (RE)PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO.....	32
2.2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA DIMENSÃO FUNDAMENTAL DO PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL.....	36
2.3 PADRÕES DE DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS URBANAS.....	41
CAPÍTULO 3 - OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS CASOS BRASILEIRO E PAULISTA.....	51

CAPÍTULO 4 - REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS URBANAS.....	61
4.1 A URBANIZAÇÃO NA REGIÃO DE CAMPINAS: BASES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS.....	61
4.2 EXPANSÃO URBANA E ESTRUTURA SOCIOESPACIAL DA RMC: A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO-METROPOLITANO.....	75
4.2.1 A expansão horizontal e a dinâmica de ocupação do espaço urbano-metropolitano.....	76
4.2.2 A estrutura socioespacial urbana da RMC e a formação de áreas de inclusão e exclusão social.....	90
CAPÍTULO 5 - INDICADORES SOCIAIS PARA MENSURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA: REFLEXÕES A PARTIR DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.....	131
CAPÍTULO 6 - MAPEANDO A DINÂMICA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.....	145
6.1 O MAPA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: INSTRUMENTOS E ETAPAS DE ELABORAÇÃO ...	146
6.2 CARTOGRAFIAS DAS DESIGUALDADES: A DINÂMICA ESPACIAL DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO-METROPOLITANO DA RMC.....	161
6.2.1 A exclusão-inclusão social na escala metropolitana: principais indicadores	161
6.2.2 A desigualdade socioespacial na autonomia de renda.....	167
6.2.3 A desigualdade socioespacial no desenvolvimento humano	191
6.2.4 A desigualdade socioespacial na equidade e na qualidade domiciliar	200
6.2.5 A desigualdade socioespacial na sobreposição de vantagens e carências: o mapa de exclusão/inclusão social	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	229
REFERÊNCIAS.....	233

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo socioespacial de Kohl (simplificado)	42
Figura 2: Modelo socioespacial de Burgess (simplificado).....	44
Figura 3: Modelo socioespacial de Hoyt (simplificado)	45
Figura 4: Distribuição percentual das famílias, segundo tipo de edificação da moradia – Estado de São Paulo e RMC (2006).....	115
Figura 5: Região Metropolitana de Campinas: índices de desenvolvimento humano municipal (1991/2000)	138
Figura 6: Componentes do IPVS, com respectivas variáveis	140
Figura 7: Grupos de vulnerabilidade do IPVS	141
Figura 8: Fórmulas utilizadas para o cálculo dos índices de exclusão e inclusão social.....	156
Figura 9: Exemplos de conversão de dados percentuais para a escala de representação da exclusão/inclusão.....	157
Figura 10: Exemplos de cálculo dos índices compostos de exclusão/inclusão social.....	157

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Vista do “centrinho” do bairro Campo Grande, sudoeste de Campinas	113
Foto 2: Condomínio horizontal voltado a segmentos de alta renda, situado no bairro Alto Taquaral (porção norte do centro metropolitano), em Campinas	118
Foto 3: Condomínio horizontal voltado a segmentos de baixa renda, localizado na vila Padre Anchieta, porção oeste de Campinas	119
Foto 4: Favela do tipo “enclave”, localizada entre áreas residenciais adensadas e com nível socioeconômico superior	124
Foto 5: Área favelada localizada à margem sul da rodovia Dom Pedro I (SP-065).....	127
Foto 6: Favela instalada na faixa de domínio da estrada de ferro, localizada em Hortolândia, próximo à divisa com Campinas	128
Foto 7: Vista de parte do centro principal de Pedreira e de um bairro residencial adjacente	182
Foto 8: Vista de uma das principais vias de concentração comercial de Engenheiro Coelho.....	183
Foto 9: Loteamento fechado em Paulínia (vista parcial da área interna)	184
Foto 10: Loteamentos fechados implantados em áreas de chácaras na cidade de Vinhedo...	216
Foto 11: Loteamentos fechados recém-implantados em processo de ocupação, no distrito de Sousas, Campinas	217
Foto 12: Localidade com média-baixa exclusão social (2010) situada em Sumaré (distrito de Nova Veneza).....	225
Foto 13: Localidade com média-baixa exclusão social (2010), localizada na cidade de Monte Mor	225
Foto 14: Vista geral de favela localizada em Paulínia.....	226
Foto 15: Vista geral da favela Parque Oziel (Campinas)	227

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da RMC no Estado de São Paulo	5
Mapa 2 – Carta-imagem da Região Metropolitana de Campinas.....	73
Mapa 3 – Região Metropolitana de Campinas: evolução das áreas urbanizadas (1965-2010)	81
Mapa 4 – Região Metropolitana de Campinas: áreas urbanizadas e perímetros urbanos municipais.....	87
Mapa 5 – Região Metropolitana de Campinas: densidade demográfica urbana em 1991	97
Mapa 6 – Região Metropolitana de Campinas: densidade demográfica urbana em 2000	99
Mapa 7 – Região Metropolitana de Campinas: densidade demográfica urbana em 2010	101
Mapa 8 – Região Metropolitana de Campinas: localização industrial	105
Mapa 9 – Região Metropolitana de Campinas: áreas de atividades comerciais e de prestação de serviços no espaço urbano-metropolitano	109
Mapa 10 – Região Metropolitana de Campinas: localização das áreas residenciais no espaço urbano-metropolitano	111
Mapa 11 – Região Metropolitana de Campinas: localização de condomínios e loteamentos residenciais fechados	121
Mapa 12 – Ocupações residenciais irregulares no espaço urbano-metropolitano.....	125
Mapa 13 – Região Metropolitana de Campinas: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (2010)	143
Mapa 14 – Região Metropolitana de Campinas: mapa base	149
Mapa 15 – Região Metropolitana de Campinas: responsáveis por domicílios – rendimento mensal superior a dez salários mínimos (1991).....	169
Mapa 16 – Região Metropolitana de Campinas: região Metropolitana de Campinas: responsáveis por domicílios – rendimento mensal superior a dez salários mínimos (2000)..	171
Mapa 17 – Região Metropolitana de Campinas: responsáveis por domicílios – rendimento mensal superior a dez salários mínimos (2010).....	173
Mapa 18 – Região Metropolitana de Campinas: responsáveis por domicílios – rendimento mensal de até dois salários mínimos (1991).....	175
Mapa 19 – Região Metropolitana de Campinas: responsáveis por domicílios – rendimento mensal de até dois salários mínimos (2000).....	177

Mapa 20 – Região Metropolitana de Campinas: responsáveis por domicílios – rendimento mensal de até dois salários mínimos (2010).....	179
Mapa 21 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/ inclusão por autonomia de renda (1991).....	185
Mapa 22 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/ inclusão por autonomia de renda (2000).....	187
Mapa 23 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/ inclusão por autonomia de renda (2010).....	189
Mapa 24 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/ inclusão por desenvolvimento humano (1991)	193
Mapa 25 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/ inclusão por desenvolvimento humano (2000)	195
Mapa 26 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/ inclusão por desenvolvimento humano (2010)	197
Mapa 27 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão por equidade (1991)	201
Mapa 28 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão por equidade (2000)	203
Mapa 29 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão por equidade (2010)	205
Mapa 30 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/ inclusão por qualidade domiciliar (1991).....	209
Mapa 31 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/ inclusão por qualidade domiciliar (2000).....	211
Mapa 32 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/ inclusão por qualidade domiciliar (2010).....	213
Mapa 33 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/inclusão social (1991)	219
Mapa 34 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/inclusão social (2000)	221
Mapa 35 – Região Metropolitana de Campinas: índice de exclusão/inclusão social (2010)	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis, indicadores compostos e índices utilizados na elaboração do mapa de exclusão/inclusão social (1991).....	153
Quadro 2: Variáveis, indicadores compostos e índices utilizados na elaboração do mapa de exclusão/inclusão social (2000).....	154
Quadro 3: Variáveis, indicadores compostos e índices utilizados na elaboração do mapa de exclusão/inclusão social (2010).....	155
Quadro 4: Classificação dos níveis de exclusão/inclusão	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Criação dos municípios da RMC.....	66
Tabela 2: Taxas de crescimento demográfico médio anual (%) da população absoluta (1970-2010).....	69
Tabela 3: Evolução da população urbana da RMC (1970-2010).....	71
Tabela 4: Áreas urbanizadas nos municípios da RMC (1965-2010).....	79
Tabela 5: Relação entre déficit habitacional e lotes urbanizados produzidos na RMC (2000-2007).....	116
Tabela 6: Condomínios e loteamentos fechados aprovados na RMC (2000-2007).....	117
Tabela 7: Índices de Desenvolvimento Humano Municipal na RMC (1991-2000).....	137
Tabela 8: Distribuição absoluta e percentual da população urbana, por níveis de exclusão/inclusão Social.....	163
Tabela 9: Distribuição absoluta e percentual da população urbana, por níveis de exclusão Social, segundo municípios da RMC (1991, 2000 e 2010).....	165

SIGLASE ABREVIATURAS

ABRASCE: Associação Brasileira de *Shoppings Centers*

AGEMCAMP: Agência Metropolitana de Campinas

CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CDRMC: Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEM: Centro de Estudos da Metrópole

CPqD: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações

DSG: Diretoria de Serviço Geográfico do Exército

EMPLASA: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

GLCF: Global Land Cover Facility – University of Maryland (EUA)

GRAPROHAB: Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo

IAC: Instituto Agrônomo de Campinas

IGC: Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPVS: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

NEPO: Núcleo de Estudos de População

NESUR: Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional

PEA: População Economicamente Ativa

PIB: Produto Interno Bruto

PIS: Padrão de Inclusão Social

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUC-Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas

REPLAN: Refinaria de Petróleo do Planalto Paulista, ou Refinaria de Paulínia – Petrobrás

RMC: Região Metropolitana de Campinas

RMSP: Região Metropolitana de São Paulo

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

INTRODUÇÃO

O foco principal desta tese são as desigualdades socioespaciais: as disparidades na distribuição dos frutos da riqueza gerada no processo geral de produção da sociedade capitalista, que resultam em diferentes possibilidades de apropriação, organização e uso do espaço e dos bens e serviços produzidos pelo trabalho social. Esta dessemelhança ocasiona um desequilíbrio, por vezes bastante grave, entre as condições de vida dos indivíduos em uma determinada localidade¹, dando origem a segmentos sociais excluídos do acesso às principais fontes de renda e de importantes meios de desenvolvimento das capacidades humanas, como a educação, bem como de condições básicas de moradia e de vida, ao mesmo tempo em que outras parcelas da população conseguem concentrar para si o usufruto de tais benefícios. Isso configura, portanto, um processo social de desigualdade no qual a exclusão e a inclusão sociais se fundem dialeticamente, de modo que o entendimento ampliado de uma das condições sociais implica em considerar, também de maneira aprofundada, a outra.

O cenário de desigualdade ao qual se está referindo tem na produção da cidade capitalista uma de suas expressões mais concretas. O processo de produção e reprodução do espaço urbano envolve, antes de tudo, uma sociedade fragmentada e hierarquizada, estratificada em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Por isto, uma cidade é um local onde diversas pessoas se organizam, interagem, constituem alianças e entram em conflito na defesa de interesses os mais diversos, que venham assegurar a apropriação e o controle do espaço para dele fazer o uso mais adequado a seus propósitos, seja este destinado a viabilizar a reprodução do capital, ou para a constituição de suas condições gerais de vida.

No Brasil, as desigualdades socioespaciais são um traço marcante na produção e estruturação social do espaço urbano, sobretudo a partir de meados do século XX. O processo de urbanização desencadeado no país, impulsionado por um modelo de desenvolvimento econômico excludente, levou à conformação de cidades e aglomerações urbanas com acentuadas assimetrias sociais e espaciais. As enormes disparidades na distribuição de renda e

¹ No decorrer deste trabalho, o termo *localidade* será empregado para se referir a qualquer parcela do espaço urbano distinguível das demais por suas características socioespaciais, podendo se referir a zonas ou grandes áreas das cidades, bairros, conjuntos residenciais ou simplesmente a setores censitários urbanos.

poder, especialmente nos centros urbanos de maior porte econômico e populacional, somadas à estrutura fundiária permanentemente concentrada, têm cada vez mais diferenciado as possibilidades de apropriação, organização e usufruto do espaço pelos diversos segmentos da sociedade.

Neste sentido, a desigualdade engendrada no processo de produção capitalista, decorrente do papel ocupado pelos indivíduos na divisão social do trabalho, materializa-se no espaço urbano através de áreas que propiciam melhor ou pior qualidade de vida, ao mesmo tempo em que tendem a favorecer ou a restringir a busca por condições de vida mais satisfatórias. Assim, o espaço urbano tende a ser estruturado de modo díspar em áreas que reúnem diferentes condições e níveis de inclusão ou de exclusão social.

Por outro lado, esta concretização espacial das assimetrias sociais condiciona a continuidade do processo de produção do espaço urbano e de reprodução dos grupos sociais, tanto por meio da substituição de usos da terra por outros mais adequados aos interesses dos detentores da propriedade fundiária e imobiliária, como através da incorporação de novas terras – com usos rurais ou esterilizadas à espera de valorização – às áreas já urbanizadas, ampliando e, por vezes, dispersando a ocupação urbana do solo. Do ponto de vista social, tanto num como noutro caso, a evolução dos usos urbanos da terra tem tendido a promover uma ampliação das desigualdades por meio da segregação espacial dos segmentos sociais.

Nas aglomerações urbanas de porte mais elevado, esta dinâmica de segregação tem se materializado em escalas espaciais diferenciadas. De um lado, pode-se observar a aproximação física entre grupos “mais ricos” e “mais pobres” – ou, numa acepção mais ampla e de acordo com a perspectiva desenvolvida neste trabalho, entre grupos marcados por processos sociais includentes ou excludentes –, desencadeada pelo surgimento de favelas e núcleos de sub-habitacões, resultando, por vezes, em verdadeiros enclaves em localizações “enobrecidas” e valorizadas da cidade. De outro, observa-se a emergência de novas e amplas áreas residenciais voltadas a segmentos de médio e alto *status* social, cujas localizações, afastadas dos centros tradicionais das cidades e até mesmo do tecido urbano consolidado, dá origem a “eixos” ou setores espaciais de concentração de riqueza e bem estar, em detrimento das demais localidades do espaço urbano.

Em tal contexto, a disposição das classes no espaço sofre alterações, tendendo para um padrão setorial que reflete a segregação entre as mesmas e a diferenciação entre os níveis de inclusão e de exclusão social de cada segmento social. Em aglomerações urbanas com núcleos integrados entre si, tal setorização, não raro, extrapola os limites internos de uma cidade, ampliando a estruturação socioespacial para a escala regional.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) é um importante centro demográfico e econômico do Estado de São Paulo onde a referida dinâmica de desigualdades está presente. Com uma população de 2,799 milhões de habitantes e taxa de urbanização de 97,4%², esta região, institucionalizada em 2000³, é constituída por Campinas e outros dezoito municípios de seu entorno: Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (Mapa 1). Nos referidos municípios, conforma-se um espaço urbano disperso constituído por núcleos urbanos mais antigos e densamente ocupados, ligados entre si por um amplo e moderno sistema de rodovias e avenidas, e, em parte, conurbados em padrões de usos urbanos da terra com baixas densidades – loteamentos abertos, áreas empresariais e institucionais e áreas residenciais fechadas, entremeados por vazios urbanos –, alocados nas proximidades das referidas vias de tráfego.

Nesse conjunto das áreas urbanizadas municipais, que será chamado de *espaço urbano-metropolitano*, nota-se, portanto, uma diversidade expressiva nos modos de ocupação do espaço e em seu conteúdo social – observáveis, em vários locais, através de uma simples observação da paisagem –, diferenças estas que vão além de um padrão espacial metropolitano “clássico” do tipo centro x periferia, com uma cidade polo mais rica cercada de “cidades-dormitórios” pobres. Em vez disso, a região apresenta uma mescla de espacialidades diversas que resultam de (e provavelmente implicam em) níveis diferenciados de inclusão e exclusão social, sendo tais diferenciações visíveis na comparação entre as diferentes áreas urbanas dos municípios que a constituem, como também internamente a cada uma delas.

² Conforme o censo demográfico de 2010, do IBGE.

³ Instituída pela Lei complementar estadual n° 870, de 24/05/2000.

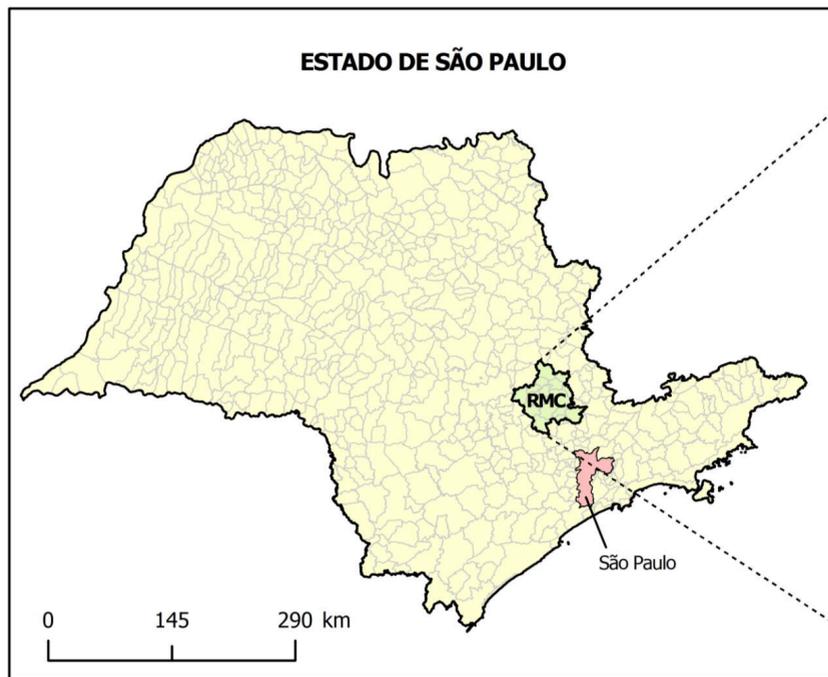
Assim, o principal esforço empreendido na presente pesquisa reside em analisar essas desigualdades socioespaciais articulando as escalas geográficas regional e intraurbana⁴, pois como bem nos ensina Iná Castro (1995, p. 137), “[...] quando o tamanho [do espaço apreendido] muda, as coisas mudam, o que não é pouco, pois tão importante quanto saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber como elas mudam, qual o novo conteúdo das novas dimensões”. No caso da análise socioespacial urbana, uma incursão da escala regional para o nível intraurbano representa a possibilidade de uma análise mais próxima das condições concretas que caracterizam a organização espacial e o perfil socioeconômico das populações. Por outro lado, essa análise intraurbana não deve perder de vista o contexto socioespacial regional no qual as localizações intraurbanas estão inscritas.

Nesse sentido, a pesquisa teve como principal objetivo compreender o processo de estruturação socioespacial desigual do espaço urbano na RMC nas escalas da região e das diferentes cidades que a conformam, concebendo tais desigualdades a partir de localidades marcadas por níveis distintos de inclusão e exclusão social. Para tanto, são investigadas as principais condicionantes histórico-geográficas que contribuem para o surgimento e consolidação, nos dezenove municípios que constituem a região metropolitana, de espaços urbanos discrepantes no tocante ao conteúdo social e à organização espacial. Procura-se também elaborar um marco conceitual que forneça subsídios para o entendimento da estrutura socioespacial de uma região metropolitana situada no interior paulista, cuja evolução urbana é relativamente nova (se comparada com a RMSP, por exemplo) e marcada, desde o seu princípio, pela lógica da ocupação dispersa.

Finalmente, um último objetivo perseguido pela pesquisa consistiu em elaborar um encaminhamento metodológico que possibilitasse, concomitantemente, conceber conceitualmente a exclusão social em sua relação dialética com o seu contraponto – a inclusão social –, entendendo ambos os processos como multidimensionais, inter-relacionados entre si

⁴ Os termos “escala intraurbana” e “escala regional” serão utilizados em consonância com Villaça (1998), para quem o espaço intraurbano (poder-se-ia dizer, o espaço interno da cidade, em nossa acepção) surge da aglomeração estruturada a partir das condições de deslocamento dos indivíduos, diferentemente do espaço regional, em que a localização dos meios de produção e a divisão territorial do trabalho são as principais condicionantes. Nesse sentido, para fins analíticos e de identificação no texto, empregar-se-á a expressão *escala intraurbana* para se referir à escala do interior de uma cidade ou à área urbana municipal, embora se tenha consciência de que em várias das áreas conurbadas da RMC, as condições de deslocamento e as centralidades de determinados objetos espaciais existentes extrapolam os limites municipais. Já a expressão *escala regional* remeterá a todo o espaço urbanizado da RMC, isto é, ao espaço urbano-metropolitano.

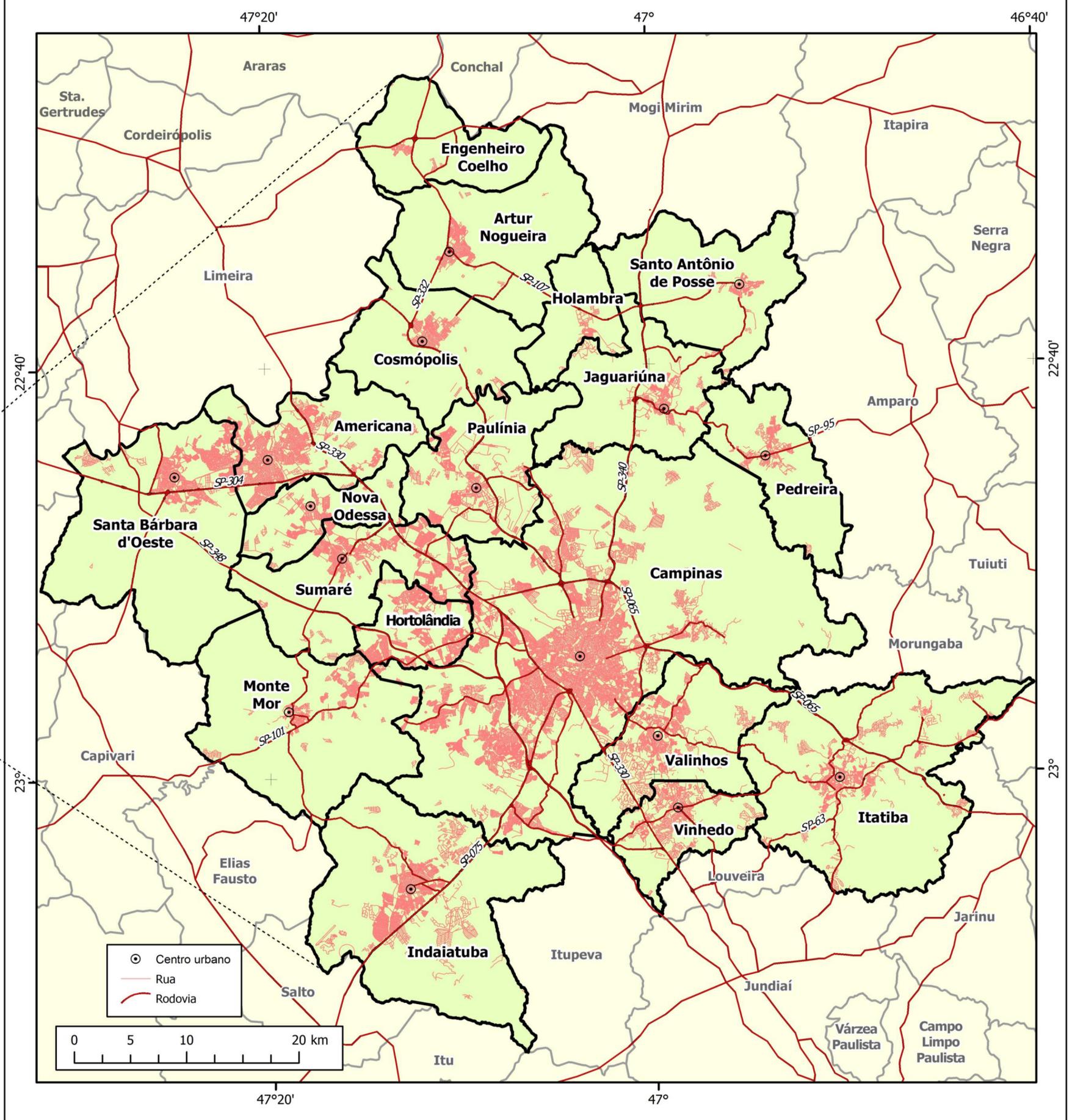
Mapa 1
Região Metropolitana de Campinas
LOCALIZAÇÃO



Georet
Grupo de Pesquisa
Geotecnologias Aplicadas
à Gestão do Território

Fontes:
IGC (base cartográfica da RMC, 2002);
IBGE (divisão municipal do Brasil, 2007).

Elaboração:
Ederson Nascimento (2013).



e atuantes na estruturação do espaço urbano, e, aferir empiricamente os diferenciais de inclusão e exclusão social, por meio de sua mensuração e representação espacial em escalas intraurbanas e regional.

Sob essa demanda, é construído um sistema de indicadores de exclusão/inclusão social, a partir de variáveis socioeconômicas – provenientes dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 – agregadas por setores censitários urbanos, e tendo como referência uma metodologia semelhante, elaborada na década de 1990 para análise da cidade de São Paulo (SPOSATI, 1996). Com tais indicadores, objetiva-se caracterizar e classificar as diferentes localidades do espaço urbano-metropolitano, tendo como substrato teórico quatro importantes dimensões do processo de exclusão/inclusão social, aferíveis a partir dos dados: autonomia de renda, desenvolvimento humano, equidade e qualidade domiciliar. A metodologia utilizada na construção deste sistema de indicadores fundamenta-se na elaboração de uma escala de notas que, ao abranger todas as áreas e setores populacionais do espaço urbano, possibilita medir as condições de vida nos mesmos com base no afastamento em relação a uma condição tida como básica para que haja inclusão social e, ao mesmo tempo, hierarquizá-los no contexto geral dos espaços urbanos da RMC, permitindo, assim, visualizar o grau de discrepância entre as condições de vida dos habitantes conforme a localização em que se está na cidade e na região.

Longe de pretender abarcar toda a complexidade socioespacial de uma região tão vasta e com múltiplas espacialidades como a que está em análise, visa-se, com tal sistema de indicadores, possibilitar uma visão geral das condições de vida na RMC no tocante ao perfil socioeconômico e aos padrões de habitabilidade, examinando-as internamente a cada cidade e na comparação entre elas, buscando, a partir disso, compreender o espaço urbano-metropolitano em suas diferenças e semelhanças internas.

A tese esta estruturada em seis capítulos, sendo que nos dois primeiros são apresentadas reflexões de natureza teórico-conceitual, a fim de constituir um marco referencial para a análise e compreensão das desigualdades socioespaciais urbanas a partir do processo de exclusão/inclusão social. No capítulo inicial, intitulado **O processo de exclusão/inclusão social: reflexões teórico-conceituais**, realiza-se uma análise crítica do conceito de exclusão social, apresentando as concepções teóricas mais importantes e as principais críticas feitas ao

mesmo, seguida de reflexões acerca das vantagens e potencialidades do uso do referido conceito para a análise geográfica – em especial, no estudo das desigualdades socioespaciais urbanas – dentro da perspectiva teórico-conceitual da exclusão/inclusão social. Em seguida, no capítulo 2, **O processo de exclusão/inclusão social e a (re)produção do espaço urbano**, complementa-se o arcabouço teórico-conceitual da pesquisa, abordando primeiramente a (re)produção desigual do espaço urbano a partir da constituição e apropriação desigual de localizações intraurbanas. Na sequência, analisa-se a segregação socioespacial resultante da produção de localizações e sua relação com a dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade e, por fim, apresenta-se uma discussão sobre padrões de desigualdades socioespaciais urbanos, realizada com o intuito de subsidiar as reflexões seguintes acerca da estruturação socioespacial urbana na atualidade, em escalas intraurbana e metropolitana.

Os capítulos 3 e 4 são dedicados à análise histórico-geográfica e caracterização da produção das desigualdades socioespaciais urbanas na RMC à luz do processo de exclusão/inclusão social. No capítulo 3, **Os processos de urbanização e de exclusão/inclusão social: reflexões sobre os casos brasileiro e paulista**, examina-se as relações entre os processos de urbanização e de exclusão/inclusão social em escala nacional e como sua conjugação contribuiu para a conformação, no Estado de São Paulo, de aglomerações urbanas desiguais e segregadas social e espacialmente. Em seguida, no capítulo **Região Metropolitana de Campinas: a produção das desigualdades socioespaciais urbanas**, analisa-se o processo de evolução desigual do espaço urbano-metropolitano na região de Campinas, primeiramente apresentando as principais condicionantes e desdobramentos socioespaciais da urbanização na região e, posteriormente, caracterizando a sua estrutura socioespacial urbana.

Na parte final do trabalho, debruça-se sobre o universo da análise socioespacial intraurbana com o uso de indicadores sociais. No capítulo 5, **Indicadores sociais para mensuração das condições de vida: reflexões a partir da Região Metropolitana de Campinas**, discute-se a funcionalidade dos indicadores sociais para o diagnóstico das condições de vida e de aspectos relativos à organização espacial numa dada localidade. Destaca-se a importância da produção de indicadores com comparabilidade intraurbana, algo ainda demandante de muitos avanços no Brasil. Por sua vez, o último capítulo, **Mapeando a dinâmica de exclusão/inclusão social na Região Metropolitana de Campinas**, traz o

sistema de indicadores sociais de exclusão/inclusão social elaborado para representar e analisar os padrões de desigualdades socioespaciais no espaço urbano-metropolitano campineiro, apresentando, num primeiro momento, os fundamentos conceituais e o encaminhamento metodológico empregados no cálculo e na cartografia dos indicadores, e, em seção posterior, a análise dos resultados obtidos.

Encerrando a tese, as considerações finais apresentam, em seguida, as impressões gerais sobre a dinâmica de exclusão/inclusão social e as desigualdades socioespaciais urbanas na Região Metropolitana de Campinas.

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

A desigualdade é um aspecto inerente a toda e qualquer sociedade. Indivíduos e famílias são, em si, desiguais quanto a aspectos físicos, psicossociais e culturais, bem como constituem (e se organizam em) grupos que se diferenciam ao longo do tempo em relação à cultura, valores, técnicas e recursos diversos. Entretanto, as desigualdades entre indivíduos, grupos e classes sociais tornam-se *questão social* de interesse à investigação científica, em especial para as ciências humanas e sociais, e foco de atenção e intervenção no âmbito público (não somente pelo Estado, mas também por outras entidades e segmentos da sociedade) à medida que estas, no modo de produção capitalista, não representam apenas diferenças mas trazem consigo relações hierárquicas entre os diversos grupos e estratos sociais. Em outras palavras, quando tais desigualdades implicam em vantagens e desvantagens múltiplas que conferem meios e oportunidades distintos para uma boa qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania. Tomadas nesse sentido, as desigualdades sociais refletem, portanto, o modo como se dá a distribuição e apropriação diferencial das riquezas materiais e simbólicas em um determinado contexto histórico-social, bem como os valores que orientam esta distribuição dentro da estrutura de classes da sociedade (SCOREL, 1999).

Para a Geografia, a análise da desigualdade social é relevante por ser o espaço geográfico produzido e reproduzido socialmente no âmbito de tais relações sociais díspares. Como trabalho social acumulado, o espaço é “[...] a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica” (CASTELLS, 2000, p. 181), e se diferencia histórica e geograficamente sobretudo pelas densidades técnicas e pelos conteúdos sociais presentes em cada lugar. Com efeito, o espaço social refletirá, em suas formas e nos modos de apropriação e uso, as assimetrias provenientes de uma sociedade desigual e hierarquizada em classes e, dialeticamente, a organização espacial, estruturada socialmente de modo desigual, condicionará, também de modo desigual, a reprodução da sociedade ao oferecer aos segmentos sociais condições mais ou menos favoráveis à realização das diversas atividades que viabilizam sua existência (CORRÊA, 1998; SANTOS, 2002). Importa assim, para a abordagem das

desigualdades socioespaciais, analisar os processos envolvidos na produção das disparidades sociais e suas características.⁵

Visando compreender a dinâmica das desigualdades em suas faces, diversas matrizes conceituais foram tecidas ao longo do tempo, engendradas a partir de pontos de vistas oriundos dos mais variados ramos do conhecimento científico. O conceito de exclusão social é um dos que teve maior difusão dentro das ciências sociais e humanas, diante de preocupações com o crescimento da pobreza e com a desestabilização de vínculos coesivos do tecido social, desencadeados por processos de reestruturação econômica e pela supressão de políticas sociais de bem-estar, especialmente em países de capitalismo avançado. Na América Latina, e principalmente no Brasil, o uso do conceito cresce também em função da “[...] exacerbação dos problemas urbanos das metrópoles nos anos 1970 e com o aprofundamento da crise econômica dos anos 1980, que aumentou a desigualdade social e a pobreza” (VIEIRA et al., 2010, p. 36). Todavia, o uso generalizado e, de certo modo, indiscriminado do conceito, utilizado com “[...] vários significados para reunir pessoas e grupos que são abandonados, desafiados (Castel), deixados de lado, desqualificados (Paugam) quer do mercado de trabalho, quer das políticas sociais etc.” (VÉRAS, 2006, p. 27), deu origem a controvérsias quanto à sua utilização, suscitando, inclusive, a rejeição do termo por diversos estudiosos, em razão das diferenças quanto à sua interpretação e uso.

Em vista disso, neste capítulo realiza-se uma apreciação do controverso conceito de exclusão social, apresentando, num primeiro momento, as concepções teóricas mais importantes e as principais críticas feitas ao mesmo. Em seguida, são analisadas as vantagens e potencialidades do referido conceito para a análise geográfica – em especial, na análise das desigualdades socioespaciais urbanas – segundo a perspectiva teórico-conceitual utilizada nesta tese, a da exclusão/inclusão social.

⁵ A mesma perspectiva apresentada sobre as desigualdades sociais pode ser aplicada em relação ao espaço. A rigor, todos os espaços são diferentes entre si. Assim, as desigualdades espaciais tornam-se uma questão relevante para análise à medida que implicam em benefícios e malefícios distintos à sociedade e contribuem para hierarquiza-la (MATOS, 2010).

1.1 EXCLUSÃO SOCIAL: PRINCIPAIS CONDICIONANTES E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Numa acepção geral, pode-se entender *exclusão social* como uma dinâmica que implica na impossibilidade, por parte dos elementos de uma sociedade, de poderem partilhar em nível de igualdade econômica, social, política e cultural (SPOSATI, 1996). O termo remete à ideia de um processo amplo, podendo envolver, de um lado, um conjunto de privações e carências materiais de origem econômica e política, como a insuficiência de renda e a dificuldade de acesso a bens e serviços que possibilitam melhores condições de vida (educação, infraestrutura básica, serviços como transporte público e saúde, condições adequadas de moradia, entre outros) e, de outro, desdobramentos nos campos ético e psicossocial, mais especificamente suas implicações sobre a fragilização ou mesmo o rompimento de liames sociais, expressos em termos de segregação, subalternidade e discriminação de segmentos da sociedade.

Todavia, refletir sobre *exclusão social* ainda remete ao exame de um conceito que, embora esteja amplamente difundido, tanto nos estudos das ciências sociais e humanas como em discursos políticos, ainda se encontra eivado de indefinições, carecendo de uma delimitação teórica mais clara. De um lado, tais imprecisões se devem à própria complexidade do processo que visa abarcar, cuja análise permite diversas interpretações de acordo com a filiação teórica de cada pesquisador ou agente social. Por outro lado, resulta também do próprio caráter instável da dinâmica social, mutável no tempo e variável conforme o espaço em que ocorre. Assim, como bem afirma Wanderley (2006, p. 18), antes de tudo, qualquer estudo sobre a exclusão social “[...] deve ser contextualizado no espaço e tempo ao qual o fenômeno se refere”.

Na próxima seção, são apresentados os principais eventos que motivaram o desenvolvimento de reflexões sobre o tema da exclusão social. Em seguida, realiza-se uma apreciação crítica das concepções teóricas mais relevantes em relação à dinâmica de exclusão (e inclusão) social.

1.1.1 A exclusão social e suas abordagens: contextualização histórico-geográfica

Tema presente em discursos políticos, planos e programas governamentais e na mídia, a noção de exclusão social tornou-se familiar no cotidiano das mais variadas regiões e países ao redor do globo, inclusive em territórios *core* do capitalismo global, sinalizando para o destino incerto de segmentos cada vez mais numerosos da população (WANDERLEY, 2006).

A ideia de exclusão social foi pensada como conceito na França em meados dos anos 1970⁶, no contexto da crise do regime fordista de acumulação, o qual, segundo Harvey (1992), permitira avanços importantes nas condições de vida de parte significativa da população nos países centrais, sobretudo devido a níveis de crescimento econômico elevados, ganhos salariais e ampliação de direitos trabalhistas, e aumento de investimentos estatais em infraestrutura e em políticas sociais.

Naquele momento, elevavam-se as preocupações com a precarização de uma parcela crescente da população na França e em outros países do oeste europeu, em função de transformações em curso no mundo do trabalho, aliadas à crise do chamado Estado de bem-estar social. Assim, a difusão do uso do conceito de exclusão social ocorreu no âmbito da progressiva piora das condições de vida observada em escala mundial nas décadas seguintes, como resultado de iniciativas empreendidas com vistas a caracterizar melhor as causas e os desdobramentos do fenômeno.

Há, portanto, em termos gerais, dois grandes processos – em certa medida, inter-relacionados no contexto atual de globalização – na origem das transformações sociopolíticas e territoriais relacionadas às discussões sobre exclusão social: a *reestruturação produtiva* e as *políticas de inspiração neoliberal* (ou não-keynesiana).

A reorganização da produção capitalista no globo e a reestruturação do mercado de trabalho ocorridas na esteira da economia globalizada, fizeram com que os processos de exclusão se alastrassem pelo mundo, “como um todo no final do século XX, “[...] não poupando

⁶ De acordo com Mariângela Wanderley (2006), atribui-se a René Lenoir (1974) a proposição da noção de “exclusão social” para designar um fenômeno relacionado ao funcionamento da sociedade, sentido este assumido pelo termo posteriormente, ainda que com diferentes interpretações. Ainda segundo esta autora, Lenoir menciona como principais causas do fenômeno da exclusão social as disparidades de renda e no acesso a serviços, a inadaptação e uniformização do sistema escolar e o desenraizamento causado pela mobilidade profissional.

nem mesmo os países centrais e seus principais núcleos econômicos” (HAESBAERT, 2004, p. 319). A paulatina diminuição na demanda por força de trabalho verificada a partir da década de 1970, motivada, entre outros fatores, pela incorporação de inovações científico-tecnológicas, aliada à adoção de novos modelos de produção baseados na terceirização de serviços e na subcontratação de trabalhadores, contribuíram, segundo Singer (2003, p. 29), para a ampliação das desigualdades sociais em diversos países, tanto por meio da “[...] exclusão de uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais”, como pela “[...] consolidação de um ponderável exército de reserva”. Para o referido autor, este último tem tido ainda suas condições agravadas, já que o tempo médio de desemprego tem se prolongado em vários países, minimizando a proporção de desempregados auxiliados pelo seguro-desemprego e aumentando a quantidade de pessoas atingidas pela exclusão social, pois suas vidas pessoais entram em crise. A contrapartida disso atua no sentido de aprofundar a desigualdade social, por meio da concentração da renda a favor dos diretores ou trabalhadores estáveis do núcleo primário das grandes empresas, dos investidores e especuladores.

É por esta razão que, na acepção de Dupas (2001, p. 16), de uma maneira mais geral, as alterações ocorridas na produção capitalista

[...] invadem também a esfera individual ao modificar valores e padrões há muito sedimentados, estando aí uma das principais raízes do sentimento de insegurança que começa a se generalizar e que está subjacente à preocupação com a exclusão social, fortemente ligado às mudanças [...] no mercado de trabalho.

As políticas neoliberais de ajuste contribuem para agravar ainda mais este quadro de exclusão social no âmbito da globalização econômica. Adotadas em nome da estabilidade financeira e monetária, promovem “[...] um afastamento ou menor intervenção estatal na esfera social, com políticas sociais e de bem-estar social inexistentes ou mínimas” (VIEIRA et al., 2010, p. 35). É claro, pois, que os impactos sociais negativos da reorientação das políticas são mais profundos nos países e territórios onde sua cobertura social é socialmente mais abrangente.

Em suma, a tomada de consciência sobre o processo de exclusão/inclusão social e, por conseguinte, os debates sobre suas causas e consequências, ganharam força em decorrência do alcance cada vez mais globalizado da dinâmica das desigualdades e privações

sociais, as quais desestabilizaram inclusive segmentos sociais com níveis de renda e qualificação profissional mais elevados, precarizando, assim, as condições de vida de uma parcela crescente da população. Entretanto, alguns autores – como, por exemplo, Lavinas (2002) – chamam a atenção para o fato de que não se pode situar a origem da exclusão social nas referidas transformações do capitalismo do último fim de século, pois em sociedades como as latino-americanas e mais particularmente a brasileira, os processos excludentes estiveram presentes em todas as fases do modelo de acumulação, e não apenas por força da flexibilização e globalização dos mercados. Em função disso, para Demo (2002), as discussões sobre uma eventual “nova questão social” apresentam a virtude de chamar a atenção para o acirramento das desigualdades sociais, mas expressam também, no dizer do autor, certo “[...] pavor [...] de a Europa tomar o caminho do Terceiro Mundo, à medida que o empobrecimento da sociedade se instala agora também no centro (idem, p. 1). Além do mais, “[...] esquece-se do Terceiro Mundo, onde sempre existiu pobreza extrema e degradante, bem como deixa-se de lado a história da pobreza no mundo, que sempre alimentou, em especial no capitalismo, formas desqualificantes de pobreza” (idem, p. 2). O autor sugere, assim, que o que se entende por “exclusão social”, qualquer que seja a sua perspectiva analítica, não se constitui em um fenômeno social plenamente novo, e sim em desdobramentos sociais e territoriais de uma nova fase do modo de produção capitalista.⁷

Em vista disso, o estudo sobre a exclusão social na periferia do capitalismo global, da qual seguramente o Brasil faz parte, fundamenta-se em elementos diferentes dos priorizados pela literatura nos países centrais. Na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, os enfoques sobre a exclusão tendem a se debruçar sobre aspectos vinculados a privações e constrangimentos sofridos por indivíduos e grupos no domínio dos vínculos sociais (exclusão por rupturas profissionais, familiares e afetivas) e da alteridade (exclusão por discriminação de segmentos específicos, como por razões de etnia, por exemplo), estes mais ou menos

⁷ O autor complementa este ponto de vista examinando a promoção da justiça dentro do modo de produção capitalista: “O *welfare state*, em que pese sua extraordinária significação histórica e seu valor utópico, originou uma falsa expectativa sobre o capitalismo, imaginando que se tratasse de um sistema produtivo domesticável e até mesmo compatível com a justiça social. Segundo nossa tese, o capitalismo é civilizável, no máximo. Não o podemos domar, porque não é viável um capitalismo que não privilegie o capital ou a relação de mercado, mas o podemos civilizar, dependendo este efeito mais que tudo da cidadania” (DEMO, 2002, p. 5-6).

exacerbados pelo crescimento da pobreza⁸ e pela fragilização das políticas de bem-estar (COSTA, 1998; DEMO, 2002; GUIMARÃES et al., 2002; WANDERLEY, 2006; KOWARICK, 2009).

Por sua vez, no “Terceiro Mundo” a atenção se volta principalmente para o entendimento das dimensões objetivas da desigualdade e da pobreza em suas feições contemporâneas (DUPAS, 2001; GUIMARÃES et al., 2002; LAVINAS, 2002; SINGER, 2003). Nestes territórios, a pobreza sempre ocupou posição central na definição da exclusão social, pois a ampla maioria de suas populações socialmente excluídas é constituída por gente privada das principais fontes de renda, tendo, assim, limitado o acesso de parte de seus habitantes aos bens e serviços essenciais a uma boa qualidade de vida. E mais do que isso, nestes países a pobreza pode ainda excluir suas vítimas de outras redes sociais, desencadeando e/ou aprofundando outros tipos de exclusão:

[...] a exclusão social pode ser vista como uma soma de várias exclusões, habitualmente muito inter-relacionadas. Aqueles que foram expulsos do mercado de trabalho formal, ou do mercado da residência formal (em contraste com o informal, formado por cortiços e favelas), ou da escola, ficam em desvantagem na competição por novas oportunidades, tornando-se candidatos prováveis a novas exclusões (SINGER, 2003, p. 62).

Em suma, com o conceito de exclusão social, busca-se apreender as dimensões socioeconômico-política e psicossocial da desigualdade social, pois, como apontam Guimarães et al. (2002, p. 4)⁹, o mesmo teria a propriedade de subsidiar o entendimento de “[...] processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos que [...] perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participantes de uma dada comunidade de valores”, e de outro – e concomitantemente – à análise “[...] das novas feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetivas”.

Porém, o pouco rigor no uso do termo “exclusão social” – que acabou sendo empregado para se referir aos mais variados fenômenos e situações que precarizam as

⁸ Entende-se a pobreza “[...] como uma *situação* relativa, que deve [...] ser relacionada com a medida absoluta de um *mínimo*. [...] Pobres são os desprovidos da satisfação daquilo que se considera suas necessidades básicas” (SINGER, 2003, p. 61, destaques nossos). Como será comentado adiante, o conceito de “pobreza” será utilizado nesta tese como uma *situação* social, algo que pode ser considerado transitório, diferentemente de “exclusão”, que remete a um processo social.

⁹ Para este texto, que está disponível em arquivo digital e não apresenta paginação específica, os números de páginas mencionados correspondem à paginação do próprio arquivo.

condições de vida de populações em diferentes territórios – dificulta o entendimento e a aceitação do referido conceito no meio científico, o qual passa a ser visto por outros estudiosos como demasiadamente impreciso e, portanto, desnecessário. As principais vertentes analíticas do conceito, bem como as críticas mais importantes a ele dirigidas, são objeto de análise a seguir.

1.1.2 O conceito de exclusão social: perspectivas analíticas

De modo geral, as abordagens sobre exclusão social podem ser classificadas em duas grandes matrizes teóricas que fundamentam a análise do fenômeno: de um lado, a perspectiva de base *econômica*, derivada da tradição anglo-saxônica, que confere maior peso à insuficiência de recursos como condicionante central da exclusão; de outro, a vertente *psicossocial*, de cariz francesa, cuja atenção volta-se especialmente para a precarização das condições de vida de um indivíduo ou de uma coletividade no âmbito de suas relações com a sociedade. Ressalta-se que estas duas perspectivas analíticas não são totalmente excludentes entre si, admitindo-se, em grande parte das abordagens, a inter-relação entre fatores econômicos e psicossociais (perspectiva *multidimensional* do fenômeno), mesmo que com diferentes níveis de importância atribuídos a cada um.

Um primeiro e importante aporte comparativo entre estas duas vertentes pode ser realizado examinando-se diferentes entendimentos sobre a abrangência temática da exclusão social e suas relações com a pobreza. De acordo com Room (1995), a tradição britânica prioriza os aspectos distributivos na análise da situação dos indivíduos e grupos menos favorecidos, o que, segundo Guimarães et al. (2002), faz com que esta conceba o fenômeno da exclusão social em uma acepção mais reducionista, isto é, estreitamente vinculada à noção de desigualdade na distribuição de recursos. Ainda que essas concepções de exclusão social admitam a multidimensionalidade e a dinamicidade inerentes a tal processo, elas ainda o entendem como produto da pobreza.

Diferentemente dessa perspectiva, na tradição francesa – a qual acabou exercendo maior influência sobre as concepções de exclusão desenvolvidas no Brasil – a exclusão social é vista como um fenômeno mais abrangente do que a pobreza, pois aquela envolveria

elementos étnicos e culturais como o preconceito e a estigmatização de minorias, que vão além de questões vinculadas a fatores de ordem estritamente econômica. A acepção de Xiberras (1996) ilustra bem este outro entendimento. Esta autora argumenta que a exclusão social, além de remeter à submissão de um indivíduo ou grupo social à insuficiência de renda e oportunidades, também está associada à ocorrência de processos de diferenciação vinculados a valores e representações sociais que definem o que é considerado positivo ou negativo em uma dada sociedade. Assim, a título de exemplo, cabe pensar no caso de certas populações negras (ou afrodescendentes) que são excluídas não pelo fato de que ser da “raça” negra é absolutamente um fator negativo, uma condição que deva ser superada para que haja inclusão, e sim porque aquelas são vítimas de concepções e práticas sociais discriminatórias constituídas no transcorrer da história.

Outro expoente da produção sobre exclusão social que pode ser situado dentro da vertente psicossocial e cuja abordagem teve grande divulgação, o sociólogo Serge Paugam, busca vincular as dimensões econômica e psicossocial do fenômeno ao associar a precarização da vida econômica de indivíduos e famílias, atingidas pela reestruturação produtiva, ao agravamento de sua condição de “excluído” através da perda de vínculos sociais. Propõe o conceito de *desqualificação social* para abarcar a evolução do processo de exclusão social a partir das relações entre inserção laboral, laços sociais e proteção estatal no mundo desenvolvido.

Para Paugam (2006, p. 68), com o “[...] movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população”, o avanço do desemprego e a fragilização de mecanismos estatais de assistência social, há uma tendência de enfraquecimento e ruptura de vínculos familiares e comunitários devido aos estigmas sociais gerados com o empobrecimento e correspondente perda de *status*. É esta situação de privação material e “isolamento” social – de “desqualificação”, para utilizar a denominação do autor – que desencadeia o processo de exclusão social:

A desqualificação social é uma relação de interdependência entre os “pobres” e o resto da sociedade, que gera uma angústia coletiva, já que um número crescente de indivíduos é considerado como pertencente à categoria de “pobres” ou de “excluídos”. Muitos, cuja situação é instável, temem tornar-se excluídos, pois as solidariedades familiares e as possibilidades de participação na economia informal, que permitem amortecer o efeito do desemprego nas regiões menos desenvolvidas

[...] revelam-se mais fracas e mais desorganizadas. Nesse sentido, a dependência em relação às instituições sociais é muito mais evidente nas camadas mais numerosas da população (idem, p. 71-72).

A perspectiva de Paugam sugere, portanto, que a destruição de laços coesivos na sociedade apresenta-se como um dos mais importantes núcleos da exclusão. A carência de recursos materiais é fundamental, mas esta situação, uma novidade para alguns segmentos populacionais dos países centrais, seria complementada – e até mesmo reforçada – pela perda do senso de pertença, de modo que tais populações sentir-se-iam abandonadas por todos e incapacitadas de reagir contra a situação social desfavorável, principalmente pelo declínio do Estado do bem estar social.

Mais do que sintetizar as diferentes interpretações do conceito de exclusão social – que apresentam outras diversas variações dentro de cada uma das vertentes analíticas apontadas –, as concepções apresentadas até o momento indicam que há certo consenso de que o conceito busca, grosso modo, abarcar as condições objetivas e subjetivas das desigualdades. A multidimensionalidade seria, assim, uma das principais características da exclusão social. Isto é, o fenômeno da exclusão pode estar associado a vários tipos de privações e carências, mais ou menos relacionadas entre si. E se por um lado esta característica confere certa imprecisão ao conceito e à identificação e delimitação das condicionantes do fenômeno que representa, por outro é o aspecto que mais o diferencia de outros fenômenos sociais destinados a explicar a precariedade de condições de vida, caso do próprio conceito de pobreza.

Ademais, a multidimensionalidade é apontada por alguns autores – como Alfredo Costa (1998), por exemplo – como sendo o aspecto teórico-metodológico mais importante do conceito de exclusão social, por possibilitar o exame de vários aspectos que impactam negativamente sobre as condições de vida. Na aceção deste autor, isso se deve ao fato de que indivíduos e grupos necessitam de um conjunto variado de elementos referentes a “sistemas sociais básicos” (como denomina o autor) para terem boas condições de vida, bem como para o exercício pleno da cidadania. Segundo esta abordagem, a exclusão social se configura, portanto, a partir de restrições no acesso a sistemas sociais básicos, os quais podem ser agrupados em cinco domínios:

- a) *Social*: que remete aos agrupamentos de pessoas (grupos e comunidades) e conjuntos de relações (afetivas, profissionais etc.) nos quais o indivíduo ou a família se encontram inseridos;
- b) *Econômico*: referente aos mecanismos geradores de recursos necessários para a vida de pessoas e famílias (mercado de trabalho, sistema de assistência e seguridade social, mercado de bens e serviços e o sistema de poupanças);
- c) *Institucional*: abrange a oferta de serviços públicos como saúde, educação, habitação popular, além de instituições relacionadas aos direitos cívicos e políticos do cidadão (acesso à justiça, instâncias de participação política);
- d) *Referências simbólicas*: domínio diretamente relacionado à dimensão subjetiva da exclusão social, diz respeito, no dizer do autor, “[...] a todo um conjunto de ‘perdas’ que o excluído sofre, e que se agravam com a permanência na situação de exclusão, no campo das referências: perda de identidade social, de auto-estima, de auto-confiança, de perspectivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, do sentido de pertença à sociedade, etc.” (idem, p. 17); e,
- e) *Territorial*: remete diretamente à relação da exclusão social com as características espaciais, ou seja, à influência da organização espacial sobre a configuração e acesso social aos demais domínios.¹⁰

Em nosso entendimento, a teoria dos “sistemas sociais básicos” apresentada por Costa (1998), consiste em um enfoque integrador que traz elementos importantes para a compreensão das inter-relações que compõem o fenômeno, abrindo caminho para uma melhor delimitação do conceito sem perder de vista a perspectiva multidimensional que o mesmo encerra. O referido autor admite que as formas de exclusão podem ser bastante diferentes entre si, já que “[...] nem toda a forma de exclusão traduz falta de acesso a todos os sistemas sociais básicos. Uma pessoa ou família pode ser excluída de alguns daqueles sistemas sociais, embora não o seja em relação a outros sistemas sociais” (idem, p. 18). Assim, em sua acepção, seria possível e indicado falar-se em “exclusões sociais”, no plural, para se referir aos variados modos possíveis de privação e subalternidade.

¹⁰ As relações entre espaço e exclusão social serão foco de análise específica no subcapítulo 1.2 e no capítulo 2.

É importante ressaltar ainda que a perspectiva multidimensional da exclusão social é apontada como um importante fundamento teórico-metodológico para a análise geográfica das desigualdades sociais. Como avalizam Vieira et al. (2010, p. 44), “Os processos sociais excludentes constituem-se a partir de uma série de eventos, episódios e intencionalidades. É possível conhecer essas circunstâncias excludentes em seus contextos. Fazê-lo implica considerarmos a hibridez do espaço geográfico, distinguindo os [seus] vetores”, isto é, os agentes sociais, as ações e as intencionalidades envolvidos na produção das desigualdades socioespaciais e formas de exclusão social.

Conferimos, desse modo, um valor que muitos autores apresentam como característica limitada do conceito de exclusão social. A sua multidimensionalidade é em si uma capacidade de transitar por diversas escalas e estabelecer correlações a partir de dimensões até então distantes (idem, ibidem).

Em semelhante via de análise, Guimarães et al. (2002) ressaltam que o conceito de exclusão social apresenta vantagens para a realização de análises de sociedades predominantemente urbanas e amplamente desiguais como a brasileira, à medida que “[...] tem a capacidade de jogar luz sobre as facetas múltiplas das situações de desigualdade, vulnerabilidade e risco – a dimensão econômica, a social, a política e a intersubjetiva ou simbólica – geradas pela pobreza urbana” (p. 5). Para os autores, tal característica favorece a análise da dinâmica das desigualdades de modo mais abrangente, concebendo-as a partir de diferentes dimensões.

Não obstante as vantagens, a multiplicidade de enfoques sobre a exclusão social e a grande amplitude de temas e variáveis que são associados ao conceito, fazem dele alvo de diversas críticas. Dentre as mais conhecidas estão as de José de Souza Martins (1997; 2002), que alerta para certa “fetichização” do conceito de exclusão social, ou uma “[...] coisificação conceitual, [...] transformação do conceito na palavra sem sentido”, como afirma (MARTINS, 1997, p. 11). Este sociólogo manifesta a preocupação com o risco de uma interpretação da ideia de “exclusão” em sentido estrito, sob pena de ocultar o caráter dialético das desigualdades sociais¹¹, transformando-se os processos sociais de exclusão em “coisas” e esquecendo-se de

¹¹ O sociólogo francês Robert Castel, outro renomado estudioso da questão social, realiza crítica semelhante ao termo “exclusão” (CASTEL, 1997), apesar de ele próprio, em outro trabalho (CASTEL, 1999), utilizar o termo para designar uma fase de um processo maior – a marginalização – onde os vínculos societais

que, a rigor, ninguém está *estritamente* excluído na sociedade capitalista, e sim, de certo modo, incluído, participando da reprodução social capitalista, por vezes de modo perverso e socialmente “indecente”, ora contribuindo com ela, ora lutando contra a mesma:

[...] rigorosamente falando, *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes*; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo [...] sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, *não se dão fora* dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas [...] *fazem parte deles* ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam (idem, p. 14).

De um modo ou de outro, todo mundo está inserido no circuito reprodutivo das atividades econômicas engendradas pelo modo de produção hegemônico vigente, e essa inserção, para a maioria da humanidade, se dá por meio de insuficiências e de privações que se desdobram para além da dimensão econômica (SAWAIA, 2006). Assim, “A sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos” (MARTINS, 2002, p. 11). Este é um princípio elementar que fundamenta as desigualdades sociais, sendo estas, por sua vez, condição para a sua própria reprodução.

Outra crítica de Martins, digna de nota, incide sobre o fatalismo presente em discursos sobre a exclusão social, em que o “excluído” é visto como “vítima” por não usufruir dos padrões de inclusão preconizados pela própria sociedade excludente, a sociedade do consumo. Na visão do autor, nesta condição:

“Excluído” é apenas um rótulo abstrato, que não responde a nenhum *sujeito de destino*: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. “Excluído” e “exclusão” são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso. (idem, p. 31)

Esta última crítica de Martins põe em foco outro debate, o da *inclusão*: como é vista e a partir de quais meios deve ser promovida. E neste contexto, Pedro Demo, outro crítico da

mantidos pelos indivíduos são rompidos ou duramente fragilizados por conta do que chama de *desafiliação*, isto é, a conjugação entre a desproteção estatal e um longo período de não inserção no mercado formal de trabalho.

noção de exclusão, chama a atenção para a importância permanente do mercado de trabalho e das fontes de renda para a promoção da inclusão em bases capitalistas, ao lado da participação política da sociedade que, em nome da cidadania, deve exigí-la:

[...] embora a exclusão esteja estreitamente ligada à solidão e à desagregação social, o emprego continua preponderante para definir a condição do indivíduo [...] No capitalismo, a inclusão pela via do mercado ainda é a mais garantida e estrutural, ainda que este efeito não provenha do mercado, mas sobretudo da cidadania capaz de se impor ao mercado (DEMO, 2002, p. 20 e 36).

Para concluir esta seção, cabe realizar uma definição-síntese do conceito de exclusão social tendo em vista a perspectiva teórica adotada nesta tese. O conceito se refere a um *processo social*, diferentemente de outros dois fenômenos ligados à exclusão, a pobreza e a desigualdade, que remetem a situações, estados momentâneos (mesmo que de longa duração). Tal processo é em si complexo e multifacetado, configurado a partir da conjugação de dimensões materiais e subjetivas, envolvendo o indivíduo e suas relações com a sociedade. Traduz as contradições da sociedade capitalista de classes, de modo que, como bem afirma Sawaia (2006, p. 9), “[...] não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema”. E finalmente, é eminentemente dialético, onde a exclusão social só existe conjuntamente e em relação ao seu contraponto, a inclusão social.

Pode se afirmar que a análise do processo de exclusão social alcança maior concretude se se busca responder a seguinte questão: “exclusão em relação à que?”; ou seja, se a atenção se volta para os referenciais da exclusão. Assim, com vistas a analisar a dinâmica de desigualdades socioespaciais no espaço urbano, utilizar-se-á o termo *exclusão/inclusão* para designar o processo social amplo – do qual a exclusão é parte – produtor de desigualdades socioespaciais. Em outras palavras, para os objetivos desta tese, as desigualdades sociais e seus reflexos sobre o espaço urbano são apreendidos na perspectiva de *graus diferenciados de exclusão e inclusão social*.¹²

¹² Doravante, para fins de organização do texto, serão utilizadas as expressões *exclusão social* para remeter aos processos e situações de privação e/ou carência, e *exclusão/inclusão social* para se referir ao processo social produtor de desigualdades sociais, embora tal separação não exista na realidade.

No próximo item são apresentadas reflexões sobre a importância do conceito de exclusão social para a análise geográfica do espaço urbano, dentro da perspectiva teórica da exclusão/inclusão.

1.2 EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: PARA UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

O conceito de exclusão social, entendido numa perspectiva relacional (em associação à inclusão social), fornece importantes subsídios teórico-metodológicos para a análise das desigualdades socioespaciais. Sendo o espaço geográfico uma instância social, cuja produção é, ao mesmo tempo, resultado e condicionante das relações sociais¹³, as assimetrias inerentes a uma sociedade de classes terão implicações importantes na configuração espacial, a qual será não só desigual, como também hierarquizada em termos sociais, como aponta Bourdieu (1997, p. 160):

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais [...]. A posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado.

Em convergência com esta acepção, Melazzo e Guimarães (2010, p. 25) salientam que os lugares, sendo relacionados hierarquicamente entre si, “[...] reforçam também as posições e situações dos diferentes agentes sociais, na medida em que o uso contínuo desse espaço hierarquizado também é suficiente para produzir suas próprias hierarquias”.

A importância geográfica da análise da exclusão social reside, portanto, na organização espacial¹⁴ desigual enquanto elemento ativo na produção de assimetrias sociais e

¹³ Como definição de espaço geográfico, partir-se-á da acepção de Milton Santos (2002) para quem o espaço é composto de sistemas de objetos espaciais e também de sistemas de ações sociais, sistemas estes que se entrelaçam constituindo um conjunto solidário, inseparável e contraditório. Os diferentes sistemas se influenciam mutuamente, condicionando, num movimento único, a organização espacial e a vida social.

¹⁴ Utilizar-se-á a expressão “organização espacial” no sentido apresentado por Corrêa (1998) para se referir ao espaço social produzido e estruturado, seguindo ainda a ideia de que todo espaço social apresenta certa ordem, ainda que caótica do ponto de vista de determinados segmentos sociais. Embora seja sabido que expressões como “produção do espaço” e “organização do espaço” aparecem na literatura, por vezes, associadas a diferentes correntes do pensamento geográfico, não está no escopo do presente trabalho apresentar essa

situações de precariedade. Como bem afirma Santos (1987, p. 123), “Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra”. O espaço é, assim, “[...] fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social na medida em que expressa a distribuição dos bens civilizatórios direcionados à qualidade de vida humana” (SPOSATI, 2003, p. 16).

De acordo com Costa (1998), o reconhecimento da dimensão espacial no estudo da exclusão social – a qual denomina “domínio territorial da exclusão” – é relativamente recente “[...] e tem a ver com o facto de existirem certas situações em que a exclusão diz respeito não apenas às pessoas e famílias, mas a todo um território” (p. 16). Tomada em escalas regional e nacional, a exclusão social se traduz espacialmente em áreas desprivilegiadas no desenvolvimento socioeconômico. Trata-se de porções do território nacional insuficientemente atendidas quanto a atividades econômicas geradoras de emprego e renda e de infraestrutura técnica e social necessárias a uma boa qualidade de vida e à manutenção da população nestes espaços (COSTA, 1998; CAMPOS et al., 2003).

Por sua vez, em escala intraurbana, são exemplos disso determinadas áreas residenciais de periferias pobres, que apresentam grande precariedade quanto à habitabilidade, são parcamente atendidas por serviços públicos e com localizações distantes dos principais centros de trabalho e consumo. É o caso também de favelas e loteamentos clandestinos, onde a precariedades como as relatadas, acrescenta-se o sentimento de insegurança que atinge a população habitante, proveniente da situação jurídica irregular quanto à propriedade da área ocupada (GRAZIA; LEÃO JÚNIOR, 2002).

Ademais, cabe ressaltar ainda que a organização espacial desigual também possui uma dimensão simbólica que incide sobre a esfera psicossocial, em que as situações de pobreza e precariedade vigentes em determinados espaços residenciais contribuem para a fragilização de vínculos de indivíduos e famílias com a sociedade. É o que ocorre com moradores de determinados bairros que, no imaginário social, são vistos como sendo intrinsecamente negativos: locais “de vagabundos”, “de desordem”, “de violência”, “de tráfico

discussão. Contudo, acompanhamos o autor supramencionado quando afirma que “[...] a expressão *organização espacial* possui, a nosso ver, vários sinônimos: estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço. Dizer que cada uma delas corresponde a uma específica visão de mundo e, ainda, que uma é melhor que a outra constitui, a nosso ver, falsas assertivas, de natureza formal e maniqueísta” (idem, p. 55).

e consumo de entorpecentes”, de “prostituição”, entre outros rótulos. Não raro, as populações residentes nessas localizações sofrem os estigmas que são atribuídos aos espaços onde residem, o que interfere em outras esferas da sociedade, como, por exemplo, na busca por emprego e na integração com outros segmentos sociais, tal como relatam, por exemplo, Giacomini, Hayashi e Pinheiro (1987) e Souza (2003).

Em todos estes casos, segundo Costa (1998), é legítimo falar em exclusão social pela via territorial, pois

[...] as condições de vida das famílias dificilmente podem melhorar se não se tomarem medidas que promovam o progresso de todo o espaço, nos domínios da habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades, e até de actividades económicas. É uma situação em que todo o território está excluído da cidade (no caso de um bairro) ou do país (caso do concelho [ou da micro/mesorregião, no caso brasileiro]) a que pertence (p. 16).

A análise das desigualdades socioespaciais urbanas parte, portanto, da identificação dos processos de exclusão social em sua relação com a organização espacial. Segundo Melazzo e Guimarães (2010), as imbricações entre as exclusões sociais e as dinâmicas espaciais urbanas podem ser apreendidas por diferentes vias de análise, desde as que focam na definição dos locais onde as condições de exclusão se materializam, até aquelas que buscam, na própria produção dos territórios urbanos, dimensões objetivas e subjetivas das trajetórias das exclusões sociais. “Elucidar essas imbricações significa”, afirmam estes geógrafos, “[...] buscar os vínculos entre território e desigualdades ou, colocado de uma maneira mais direta, reconhecer que a produção territorial como produção social é processo não desprezível na diferenciação social” (idem, p. 23). E é neste contexto que a análise geográfica das desigualdades por meio do conceito ganha concretude a partir da compreensão do processo de exclusão/inclusão social, pois:

[...] o território produzido e consumido a partir das relações sociais só poderá ser plenamente compreendido se, em sua elaboração, for incluído o fundamento dos processos sociais: as *relações de exclusão e inclusão* que permanentemente são repostas, reelaboradas e retrabalhadas como relações de conflito e poder entre classes sociais antagônicas (idem, p. 31, grifo meu).

Proposto pela assistente social Aldaíza Sposati (1996), o conceito de exclusão/inclusão, como foi comentado, parte da concepção de que ao se falar de exclusão social enquanto processos de privação e precarização das condições de vida, remete-se, ao mesmo tempo e necessariamente, à inclusão social, uma vez que essa precarização ou privação será sempre relativa, tendo uma determinada condição social mínima desejável como referencial.¹⁵ E nesse princípio reside outra importante vantagem do conceito para a análise geográfica, diretamente alvo de interesse nesta tese, que é o fato de possibilitar uma vinculação mais simples entre duas dimensões da pesquisa sobre desigualdades socioespaciais. De um lado, o que será chamado de *universo teórico-conceitual*, isto é, a compreensão, em bases teóricas, das situações de inclusão e de exclusão social como indissociáveis entre si, componentes dialéticos de um mesmo processo produtor de desigualdades sociais. De outro, o *universo de representação*, que correspondente às possibilidades de operacionalização do conceito a partir de referenciais quantitativos e empíricos, com vistas a ressaltar o nível de desigualdade entre aqueles que se encontram em condições de “inclusão” e de “exclusão”. Na citação a seguir, Sposati ressalta esses aspectos, bem como suas principais implicações para a interpretação do fenômeno da exclusão/inclusão social:

Ao usar a referência de balanceamento entre exclusão/inclusão social, ao pensar na relação de desigualdade, estamos querendo captar quais são as piores e as melhores situações detectadas num determinado espaço territorial quanto a uma variável. [...] não é que na relação exclusão/inclusão não exista pobreza, existem as manifestações da concentração de renda, da desapropriação de uma sociedade de mercado que vão além da análise de pobreza. Essa nossa perspectiva em reunir as duas categorias, exclusão/inclusão, nos permite afirmar que as mesmas forças sociais históricas são capazes de construir ao mesmo tempo ambas as situações. O caráter de engajamento reside em mostrar a desigualdade existente numa mesma sociedade, num mesmo momento histórico, quanto a uma determinada situação e numa realidade de vida em que vivemos cotidianamente. (SPOSATI et al., 2004, p. 100-101)¹⁶

Em suma, procurou-se, ao longo deste subcapítulo, apresentar as principais inter-relações entre o complexo e multifacetado processo de exclusão/inclusão social e o espaço

¹⁵ Como bem declara a autora, “O entendimento ampliado da exclusão social implica no entendimento também ampliado da inclusão”. Delineadas “[...] a exclusão e a inclusão, impõe-se obter referências sobre os padrões de existência que a sociedade considera como básicos e indispensáveis em seu atual estágio de desenvolvimento” (SPOSATI, 1996, p. 12).

¹⁶ Parte de uma das falas da autora feitas em um debate sobre segregação urbana transcrito na revista *Espaço e Debates*, o qual teve a participação de outros cinco pesquisadores.

geográfico em sua estruturação socialmente desigual. Vinculado diretamente ao processo geral de produção capitalista e de apropriação e distribuição dos frutos do trabalho social, o processo de exclusão/inclusão social materializa-se no espaço urbano por meio de localizações em condições sociais predominantemente de exclusão ou de inclusão. Porém, nas cidades, outras condicionantes relacionadas aos modos de ocupação e utilização do espaço e à distribuição dos bens e serviços urbanos, imbricam-se à questão estrutural da disparidade de renda, vinculando a exclusão/inclusão social ao processo geral de (re)produção do espaço urbano. Este aspecto é alvo de reflexões no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O processo de produção e reprodução do espaço urbano apresenta-se intimamente vinculado à dinâmica de (re)produção geral da sociedade, que se realiza dia a dia a partir das ações engendradas pelos grupos sociais, as quais, por sua vez, viabilizam a própria sobrevivência e reproduzem as diversas classes e grupos da sociedade capitalista. Essa (re)produção, mediada que é pela propriedade privada, é marcada pela desigualdade na apropriação e uso social da terra e das benfeitorias que qualificam as diferentes localizações intraurbanas, resultando em uma estrutura socioespacial que segrega grupos e classes sociais em áreas que retratam os diferenciais de condições de vida.

Em países como o Brasil, as desigualdades socioespaciais engendradas no âmbito da produção do espaço urbano são bastante acirradas. Como afirma Carlos (2001, p. 32), devido ao padrão economicamente “dependente” que marca o processo de urbanização engendrado no país, na estruturação socioespacial do urbano “[...] as contradições emergem de modo mais gritante, e a acumulação da riqueza [...] caminha *pari passu* com a miséria”.¹⁷

Nesse contexto, e seguindo a matriz teórico-conceitual sobre exclusão/inclusão social que norteia o presente trabalho, as reflexões apresentadas neste segundo capítulo constituem-se em uma tentativa de articular um conjunto de ideias e conceitos que subsidiem a compreensão do processo de (re)produção espacial nas aglomerações urbanas brasileiras e, a partir disso, a constituição de padrões de desigualdade e segregação socioespaciais, com áreas predominantemente de inclusão e de exclusão social. O capítulo está organizado em três seções. Inicia-se discutindo a (re)produção desigual do espaço urbano a partir da constituição de localizações urbanas e de sua apropriação diferencial, analisando-se, em seguida, a segregação socioespacial resultante e sua relação com a dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade. Por fim, conclui-se o capítulo com uma discussão sobre padrões de desigualdades socioespaciais urbanos, empreendida com o intuito de subsidiar as reflexões sobre a estruturação socioespacial urbana na atualidade, nas escalas intraurbana e metropolitana.

¹⁷ No capítulo 3 é realizada uma análise mais detalhada sobre as relações entre os processos de urbanização e de exclusão/inclusão social no Brasil.

2.1 A (RE)PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO

Uma sociedade não pode existir senão através de um determinado espaço. A relação entre a sociedade e a natureza se dá mediante um processo de trabalho situado dentro de um quadro mais amplo, aquele da produção de bens para atender a existência humana. E desse modo, “[...] ao produzirem sua existência os homens produzem não só sua história, conhecimento, processo de humanização mas também o espaço” (CARLOS, 2001, p. 28).

O espaço é produto das relações sociais engendradas historicamente e, ao mesmo tempo, apresenta-se como condicionante fundamental para a reprodução de tais relações. Como afirma Souza (2003), uma determinada estrutura espacial interfere no desenvolvimento das atividades sociais à medida que a mesma não permite que se faça qualquer coisa naquele local, assim como “[...] uma estrutura produzida por determinadas relações sociais para atender a determinados interesses pode não se prestar a satisfazer adequadamente outros propósitos”. Além do mais, continua o autor, “[...] a produção do espaço de uma determinada maneira exclui outras possíveis alternativas, algumas até em caráter permanente” (p. 99).

Assim, como integrante da totalidade do espaço geográfico, a organização espacial urbana consiste na acumulação de trabalho social ao longo do tempo, produzida por sucessivas gerações no âmbito das mais diversas atividades realizadas pelos estratos da sociedade urbana. Uma vez produzidas, a organização espacial e as formas fixadas pelo homem regulam as próprias possibilidades de reprodução da cidade ao influenciar as condições de produção e as relações de produção.

O processo de produção e reprodução social do espaço urbano deve ser entendido a partir da complexidade das relações sociais existentes entre os grupos e as classes sociais da cidade, as quais têm como princípios a busca pela satisfação de necessidades e interesses, assim como a manutenção de privilégios e a preservação de valores. A cidade capitalista, no dizer de Lefebvre (2001a, p. 49), “[...] concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres”, em suma, “[...] tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade”. A concentração de pessoas na forma de força de trabalho e de consumidores, aliada à concentração dos meios de produção, permite que as forças produtivas

alcancem um elevado grau de desenvolvimento, acelerando assim a realização da mais-valia e a reprodução do capital.

Contudo, como salienta Souza (2003, p. 28), “[...] uma cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos, e onde pessoas trabalham”. Mais do que isto, é também

[...] um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar (idem, ibidem).

Portanto, pode-se caracterizar a cidade, em síntese, como um local onde o plano da produção capitalista de mercadorias se relaciona com o plano do lugar, da vivência humana em sua dimensão plena, e seu espaço é reflexo e condicionante das diversas estratégias engendradas pelos diferentes agentes sociais na criação e apropriação da riqueza (produção e comercialização de mercadorias), da reprodução da força de trabalho e do desenrolar da vida cotidiana como um todo (educação, compras, atividades culturais, ócio, lazer etc.) (CARLOS, 1994).

Na conhecida análise de Corrêa (1995) sobre os agentes e processos produtores do espaço urbano, o autor explica que em razão da disparidade de interesses presentes em tal processo, a estrutura espacial da cidade se constitui, antes de tudo, em um conjunto de fragmentos espaciais, cada qual com tipos específicos de uso da terra. As várias partes do espaço urbano (áreas industriais, centros de comércio e serviços, bairros residenciais etc.), mesmo que separadas entre si, mantêm relações com os demais fragmentos espaciais, as quais são expressas, sobretudo, na forma de fluxos de mercadorias, de pessoas, de decisões e de ordens.

É especialmente importante ressaltar que “[...] por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano [...] é profundamente desigual” (idem, p. 8), e esta desigualdade se materializa nas diferentes possibilidades de se apropriar de uma parcela do espaço e poder usufruir daquilo que a cidade produz, o que, por sua vez, retrata a concentração de poder e a desigual distribuição de renda e oportunidades presentes na sociedade brasileira. As possibilidades de

apropriação do espaço urbano estão associadas ao valor de cada um de seus fragmentos, os quais, por conseguinte, dependem da dinâmica de produção de localizações intraurbanas.

De acordo com Villaça (1998, p. 24), uma localização urbana é definida a partir das “[...] relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais”. Corresponde, portanto, à situação de um determinado fragmento espacial em comparação com os demais pontos do espaço urbano, cujas características são mais ou menos favoráveis à realização das atividades do dia a dia e ao usufruto dos bens e serviços necessários à vida cotidiana. Quanto melhor a situação locacional de determinada parcela da cidade, mais valorizada (e cara) a mesma tenderá a ser:

[...] há dois valores a considerar no espaço urbano. O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infra-estruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração, dado pela *localização* dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta, assim, como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – o qual, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte. (idem, p. 334)

A localização aparece como principal valor de um determinado fragmento do espaço urbano em virtude das vantagens que a mesma pode proporcionar na realização das atividades econômicas ou à função residencial. Para as empresas, a disponibilidade de localizações favoráveis é fundamental para usufruírem das vantagens da aglomeração, como o acesso aos principais mercados consumidores, proximidade a atividades complementares e – principalmente para as unidades industriais e centros de armazenamento e distribuição – condições adequadas para o transporte de mercadorias. Nestas circunstâncias, como aponta Ribeiro (1997, p. 45), a cidade assume o papel de “[...] uma força produtiva social espacial”, cuja utilização “permite aumentar a produtividade do trabalho e diminuir o tempo de rotação do capital, o que se traduz em maior rentabilidade dos investimentos realizados”. As empresas passam então a disputar as localizações mais vantajosas, visando, com isso, obter o “[...] controle de certas condições da produção não reproduzíveis, portanto, monopolizáveis, geradoras de sobrelucros de localização” (idem, *ibidem*).

Por sua vez, para a função habitacional, a localização é importante ao condicionar a acessibilidade do indivíduo aos demais pontos da cidade, seja para a realização da produção

enquanto força de trabalho, seja para o próprio consumo do espaço (VILLAÇA, 1998). Em certa medida, também importarão aspectos referentes ao padrão social do bairro, bem como a presença de amenidades ambientais¹⁸, que incidem sobre o poder de atratividade da área às camadas de média e alta renda.

Com efeito, o preço assumido por determinada parcela da terra urbana no mercado imobiliário depende das características físicas do terreno, mas principalmente de sua inserção no espaço urbano como um todo. Assim, exercerão grande peso no preço de uma determinada área a acessibilidade aos principais locais de trabalho, a disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos (escolas, centros de saúde, locais para lazer, *shoppings centers* etc.) e a infraestrutura disponível (saneamento básico, pavimentação e condições gerais do sistema viário, disponibilidade de transporte, entre outros). A estes, somam-se ainda o potencial de construtibilidade concedido por legislações urbanas, bem como fatores ligados ao *status* do local, notadamente o padrão das edificações no entorno e a presença ou não de aspectos vistos como negativos, tais como fontes de barulho, criminalidade e prostituição. Finalmente, fatores referentes à topografia, especialmente o grau de inclinação das vertentes e o nível de umidade do terreno, podem afetar o preço da terra ao influírem nas possibilidades e custos de construção.¹⁹

Em síntese, as atividades realizadas pelos diversos segmentos da sociedade urbana ao longo do tempo projetam-se no espaço de maneiras diferenciadas, levando à produção de localizações mais ou menos vantajosas, seja para a realização das atividades produtivas e a acumulação do capital, seja para o usufruto dos bens e serviços produzidos na cidade. Em função disso, os diferentes grupos e classes sociais passam a disputar as áreas mais

¹⁸ Seguindo proposições de Corrêa (1986; 1997), entende-se por áreas com amenidades ambientais ou físicas aquelas com beleza natural reconhecida (entorno de lagos, encostas com florestas naturais, praias e dunas, entre outras), onde o aspecto cênico da paisagem é utilizado como indexador de valor à localização. Cabe ressaltar que em alguns casos, as amenidades podem ser criadas (ou viabilizadas) a partir da ação do poder público municipal. Exemplo disso é a criação de parques em áreas de preservação permanente, como os fundos de vales.

¹⁹ A influência da topografia sobre a produção do espaço urbano se dá à medida que aquela potencializa ou restringe as possibilidades de produção de localizações urbanas. Conforme proposto em outro trabalho, “[...] a topografia deve ser vista não apenas como o substrato no qual a sociedade produz a cidade ao edificar suas obras e desenvolver suas atividades, mas também como uma importante dimensão de análise da própria produção do espaço na cidade, uma vez que suas características, ao favorecerem ou dificultarem a implementação de determinados usos da terra, tendem a tornar determinados locais mais ou menos atrativos à ocupação, o que acaba influenciando no preço da terra urbana. Portanto, mais do que natural, a topografia pode se tornar social ao ser apropriada e utilizada de modo desigual pela sociedade urbana” (NASCIMENTO, 2012b, p. 76).

privilegiadas no contexto urbano, cujas localizações favoreçam o atendimento de suas necessidades e interesses. Mais valorizadas, tais áreas serão apropriadas, salvo eventuais exceções, pelas camadas de maior poder econômico e político da cidade e a utilização específica que as mesmas farão desses fragmentos espaciais tenderá dialeticamente a diferenciá-los ainda mais do restante das áreas da cidade.

A evolução desse processo desencadeia e aprofunda na cidade o surgimento de áreas fortemente segregadas socialmente, isto é, separa os indivíduos economicamente, “[...] reproduzindo no espaço, via tendência a ‘arranjos espaciais específicos’ (bairros de diferentes estratos ou classes sociais, ‘condomínios exclusivos’, favelas etc.) a diferenciação social” (O’NEILL, 1983, p. 34). Acredita-se, portanto, que o espaço segregado da cidade atuará como um importante mecanismo de inclusão ou de exclusão social, já que as vantagens da cidade poderão ser acessadas em condições desiguais por seus habitantes. É por esta razão que se pode afirmar que o processo de exclusão/inclusão social apresenta uma espacialidade bastante concreta na cidade, e sua manifestação se dá sobretudo por meio da *segregação socioespacial* através da qual o espaço urbano é (re)produzido. As contribuições desta dinâmica segregadora para a ocorrência do processo de exclusão/inclusão social no cenário urbano, são objeto de análise mais detalhada a seguir.

2.2 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA DIMENSÃO ESPACIAL FUNDAMENTAL DO PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

Conforme já foi dito, o processo de exclusão/inclusão social remete a uma dinâmica de desigualdades onde o grau de inclusão ou de exclusão deriva da oferta ou da privação de condições fundamentais para que se possa ter uma vida com qualidade satisfatória. As reflexões apresentadas neste item visam sustentar a aceção de que tal disparidade em relação às condições de vida se concretiza na cidade por meio de uma estrutura espacial socialmente segregada, e é por meio desta estrutura desigual que as desigualdades de renda e oportunidades – em outros termos, as condições de inclusão social e exclusão social – se perpetuam na realidade urbana.

A segregação socioespacial²⁰ pode ser conceituada, em concordância com Castells (2000, p. 250), como uma “[...] tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia”. Na ótica de Villaça (1998, p. 45), consiste na “[...] força mais poderosa [...] agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano”, cuja origem se encontra “na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído”. Neste sentido, em um primeiro momento de sua apreensão, pode-se entender a segregação como uma divisão social do espaço urbano, configurada através da concentração de segmentos sociais em locais específicos da cidade. Assim o espaço tende a retratar, com algum grau de correlação, as frações da sociedade capitalista em termos de classes e de grupos sociais.

Lefebvre (2001b), em sua análise sobre a segregação entre os segmentos sociais, situa este processo como estrutural na produção do espaço urbano contemporâneo à luz da difusão do que chama de “sociedade urbana”. Segundo sua acepção, com o avanço do processo de urbanização e conseqüente expansão do modo de vida urbano, guiado pelos ditames do valor de troca e da ideologia do consumo, a “[...] prática social é *integrativa*”, pois “Procura integrar seus elementos num todo coerente” (p. 99), sendo que esta integração se realiza, sobretudo, por meio do consumo e da ideologia do consumo, da cultura “de massa”, além da ação do Estado e das estratégias políticas vistas na escala do país. Porém, “Ao mesmo tempo esta sociedade pratica a *segregação*. [...] Ela projeta a separação para a prática. Tende”, assim, “a se compor de guetos ou *parkings*, como o dos operários, o dos intelectuais, o dos estudantes (o campus), ou os dos estrangeiros, e assim por diante [...]. Gueto no espaço e gueto no tempo” (idem, *ibidem*).

Portanto, com o avanço da urbanização da sociedade, o tecido social tende a se fragmentar não só em classes, mas em grupos distintos, cuja divisão tende a refletir-se, ainda que indiretamente, na estrutura espacial da cidade por meio de localidades com diferentes conteúdos sociais. Esta estruturação segregada se processa a partir de três modos, “[...] ora

²⁰ Utilizar-se-á o termo “segregação socioespacial” a fim de enfatizar a interdependência entre os efeitos sociais e espaciais derivados deste processo, particularmente na conformação de áreas residenciais com conteúdos sociais distintos entre si e tendencialmente homogêneos internamente. Contudo, a literatura apresenta outros termos para designar o mesmo processo, tais como “segregação urbana”, “segregação residencial”, “segregação espacial”, ou simplesmente “segregação”.

simultâneos, ora sucessivos: *espontâneo* (proveniente das rendas e das ideologias) – *voluntário* (estabelecendo espaços separados) – *programado* ([empreendido pelo Estado] sob o pretexto de arrumação e de plano)” (idem, p. 94).

Nas cidades brasileiras, tal como ocorre em relação à exclusão social, o principal elemento que desencadeia a separação dos grupos e das classes sociais, mais do que qualquer outra condicionante, é a desigualdade socioeconômica de sua população. Portanto, nas palavras de Souza (2003, p. 84), “[...] a segregação está”, antes de tudo, “entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder”.²¹ Portanto, a estruturação e segregação do espaço urbano se processam a partir de condicionantes socioeconômicas e políticas, as quais, segundo Marques (2005, p. 49), podem ser classificadas em quatro grupos:

- a) a dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social em si;
- b) a dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção da moradia;
- c) o Estado e as políticas públicas;
- d) a ordem jurídica brasileira e sua relação com nossa sociedade em suas dimensões de tradicionalismo, hierarquia social e preconceito.

Dentre os diversos agentes que produzem a segregação, as camadas de alta renda constituem o segmento mais atuante e decisivo. O elevado poderio econômico-político de que dispõem essas classes assegura-lhes, de um lado, maior facilidade para obter a posse de áreas já dotadas de melhor infraestrutura e mais bem servidas de bens de consumo coletivo. De outro, confere àquelas camadas a possibilidade de atrair a instalação de benfeitorias desse tipo para os locais do espaço urbano onde elas se concentram, na medida em que conseguem influenciar a incorporação imobiliária e a construção civil, controlar o mercado de terras e intervir junto à administração pública (VILLAÇA, 1998).

²¹ Cabe registrar que alguns outros fatores, especialmente os ligados às diferenças étnico-culturais, certamente podem ampliar a distância social entre grupos, mas dificilmente serão tão determinantes para a estruturação segregada do espaço urbano em países economicamente dependentes como o Brasil (onde a urbanização ocorreu em paralelo à concentração da pobreza nas cidades), como o são as disparidades de renda e poder. Diversamente, como bem afirma Souza (2003, p. 68-69), em alguns países capitalistas avançados como os Estados Unidos, “[...] a etnicidade possui um significado imenso enquanto um fator que, em si, e independentemente de outros fatores (como a renda), determina a segregação de certos grupos. Além do mais, os grupos segregados correspondem a *minorias*, basicamente a minorias étnicas”.

Influenciado por segmentos das classes dominantes, o Estado também contribui de modo significativo para o desencadeamento da segregação das classes sociais e sua ratificação, lançando mão de mecanismos que afetam os valores das diversas localizações, tais como a taxaçaõ diferenciada de imposto predial e territorial, que incidem sobre os preços da terra e dos imóveis, além das políticas de zoneamento de uso do solo e da distribuição desigual dos investimentos públicos e suas consequências (CORRÊA, 1995; SOUZA, 2002).

Com a segregação, a organização espacial urbana atua como um mecanismo de exclusão ou de inclusão social, já que os meios para a sobrevivência, as dificuldades e as oportunidades variam conforme a localização onde se está, e as possibilidades de mudança para locais melhores geralmente são muito pequenas.²² Como bem define Genovez (2005, p. 38), a segregação remete populações marcadas historicamente “[...] pelo acúmulo de vantagens múltiplas, a espaços includentes” e, em contrapartida, “populações marcadas [...] pela persistência de desvantagens múltiplas, a espaços excludentes”. Portanto,

A segregação socioespacial dos segmentos populacionais de menor poder político e econômico, em áreas específicas do território intrametropolitano – onde o acesso à moradia, à infra-estrutura urbana e aos serviços básicos é restrito, muitas vezes implicando grandes deslocamentos diários para o atendimento das demandas por trabalho, educação, saúde etc. – constitui a principal faceta espacial da exclusão social a que estão submetidos estes segmentos populacionais (CAIADO; PIRES, 2006, p. 276).

Tais espaços excludentes apresentam, em maior ou menor grau, uma ampla gama de carências e precariedades estreitamente relacionadas umas às outras. Ermínia Maricato sumariza as principais mazelas comumente associadas aos espaços excludentes:

À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de

²² A imobilidade espacial urbana pode atuar como um fator marcante de empobrecimento e de exclusão social em cidades segregadas espacialmente. Em relação a este aspecto, Santos (1987, p. 85) afirma que “Há em todas as cidades, uma parcela da população que não dispõe de condições para se transferir da casa onde mora, isto é, para mudar de bairro e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos, vender serviços privados a alto preço, obrigar os residentes a importantes despesas de transporte. Nesse caso, pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor”.

enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se [nos espaços excludentes] menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer (MARICATO, 2003, p. 152).

Já foi destacado que o espaço é produzido a partir das relações estabelecidas no âmbito da sociedade, mas a organização dos objetos espaciais reage sobre tais relações, condicionando-as. Do mesmo modo, mais do que resultar das disparidades sociais, a estrutura segregada e excludente do espaço tende a retroalimentar tais desigualdades, reproduzindo e ampliando a exclusão/inclusão social na cidade. Em primeiro lugar, porque a comum inexistência de bens e oportunidades nos espaços “excludentes” reduz as possibilidades de a própria população conquistar melhores níveis de vida. Como esclarece Rolnik (2002, p. 54-55),

Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura ou lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena.

A segregação também pode aprofundar as desigualdades, segundo Souza (2003, p. 84), “[...] ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos”. Este geógrafo destaca que nas áreas residenciais de populações mais empobrecidas, além da evidente carência de infraestrutura e serviços, é comum “[...] a estigmatização das pessoas em função do local de moradia (periferias, cortiços e, principalmente, favelas)”, desencadeando, não raro, graves “[...] problemas de integração e de convivência entre grupos sociais diferentes e de auto-estima coletiva” (idem, p. 69).

Finalmente, um outro efeito da segregação socioespacial para a reprodução da exclusão/inclusão social na cidade – e possivelmente, o mais grave deles – é justamente a funcionalidade daquele processo ao modo de produção capitalista, pois através dela é viabilizada e mantida a dominação social exercida pelas elites dirigentes do sistema.²³ A

²³ Uma vez mais recorramos a Flávio Villaça (1998, p. 359): “[...] é necessária uma certa geografia, uma certa *configuração espacial* (a segregação) para viabilizar a dominação através do espaço. Sem essa

segregação viabiliza a reprodução da sociedade de classes e de suas frações, surgindo assim, como um instrumento fundamental para a manutenção do *status quo*:

A segregação [...] aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva. Este controle está diretamente vinculado à necessidade de se manter grupos sociais desempenhando papéis que lhe são destinados dentro da divisão social do trabalho, papéis que implicam em relações antagônicas de classe, papéis impostos pela classe dominante, não apenas no presente mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção. (CORRÊA, 1995, p. 64).

Em suma, os processos de segregação e exclusão/inclusão social aparecem como “irmãos siameses”, mantendo uma estreita relação entre si no cotidiano urbano. Esta espacialidade excludente compromete o desenvolvimento socioespacial das cidades brasileiras ao lançar diversos grupos sociais, em maior ou menor grau, a condições de subumanidade.

2.3 PADRÕES DE DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS URBANAS

A separação entre as áreas residenciais de grupos e classes sociais distintos promovida pela segregação, associa-se a uma divisão mais ampla do espaço que se completa com uma distribuição, também distinta, dos usos e funções das localizações urbanas. O arranjo derivado de tais divisões configura o que se pode chamar de *estrutura socioespacial urbana*, referindo-se a uma divisão funcional e social do espaço urbano que, de modo geral, tem origem na correlação de dois conjuntos de fatores:

- a) diferenças de funções nas várias localidades, representadas pelos tipos de uso da terra predominantes (áreas de concentração industrial, de equipamentos comerciais e de prestação de serviços e lazer, além das áreas residenciais etc.);
- b) a própria distribuição segregada das áreas residenciais de diferentes classes e grupos sociais em suas diferentes características (áreas condominiais verticais e horizontais, loteamentos, conjuntos residenciais “populares” e favelas, entre outras).

configuração, talvez seriam impossíveis – ou extremamente difíceis – a dominação e a desigual apropriação dos frutos do trabalho despedido na produção do espaço”.

Por sua vez, as separações entre funções espaciais e classes sociais na cidade, ao resultarem do processo geral de produção do espaço urbano, não se dão de modo aleatório, mas seguem certa lógica, variável no tempo e entre diferentes lugares, que dá origem a padrões de desigualdades socioespaciais – também conhecidos, numa acepção mais restrita à questão residencial, como “padrões de segregação”.

A literatura aponta três modelos teóricos básicos que abrem possibilidades para a representação da estrutura socioespacial urbana: os esquemas de Kohl, de Burgess e de Hoyt. O primeiro destes modelos, idealizado pelo geógrafo alemão Johann G. Kohl em 1841, tem como referência as cidades europeias não industrializadas. Neste, as classes sociais se dispunham espacialmente na cidade em anéis concêntricos, com as elites residindo na área central e havendo o declínio do *status* social das classes em direção às periferias, onde localizavam-se os mais pobres (Figura 1). A localização das elites junto ao centro se justificava pela limitada mobilidade da população devido às deficiências dos meios de transporte, bem como à necessidade que tinham essas classes de residirem próximas aos prédios que abrigavam as mais importantes instituições: a Igreja, palácios de governo, instituições financeiras e comércio. Há evidências empíricas da ocorrência deste modelo, entre outros locais, em cidades latino-americanas, tanto no período colonial como no século XX, bem como no sul dos Estados Unidos anteriormente à Guerra de Secessão (CORRÊA, 1995).

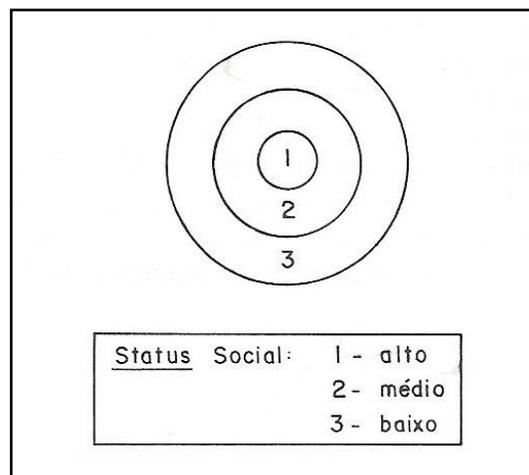


Figura 1: Modelo socioespacial de Kohl (simplificado).
Fonte: Corrêa (1995, p. 67).

Com base nas grandes cidades norte-americanas da década de 1920, o sociólogo norte-americano Ernest W. Burgess (1925) apresenta um modelo socioespacial que influenciaria muitos estudos posteriores sobre estrutura urbana. O modelo também parte de uma estrutura socioespacial em anéis concêntricos, mas com uma inversão nas localizações das classes sociais em relação ao modelo de Kohl, isto é, com os pobres residindo na área central e as camadas de alto *status* em subúrbios situados nas periferias da cidade.

Centrando sua investigação no fenômeno da expansão urbana enquanto processo social, Burgess procura retratar a estrutura socioespacial na fase industrial do capitalismo, sendo cada um dos “anéis” espaciais resultado de uma etapa de estabilização de determinados usos da terra, consolidados em fases específicas do crescimento urbano. Assim, como mostra a Figura 2, tem-se: (I) o centro principal, correspondente ao Distrito Principal de Negócios (CBD²⁴); (II) a zona de transição, com edificações residenciais em deterioração e crescentemente ocupada por atividades terciárias e indústrias leves; (III) a zona residencial de trabalhadores industriais, os quais deixaram a zona em deterioração (II) mas ainda desejam residir relativamente próximos aos seus locais de emprego; (IV) a zona residencial de média e alta classes, composta por residenciais unifamiliares de casas e apartamentos; e (V) a zona exterior, onde se encontram subúrbios e cidades satélites a uma distância de 30 a 60 minutos de viagem do CBD (BURGESS, 1925). Portanto, o padrão básico de segregação centro x periferia apresentado pelo modelo de Burgess resulta do abandono das áreas centrais pelas elites motivado por efeitos do processo de centralização, especialmente a concentração de estabelecimentos empresariais e o aumento no tráfego de veículos. As residências deixadas pelas elites são, assim, desvalorizadas e ocupadas por segmentos sociais de *status* mais baixos (CORRÊA, 1995).

²⁴ Da expressão em inglês *Central Business District*.

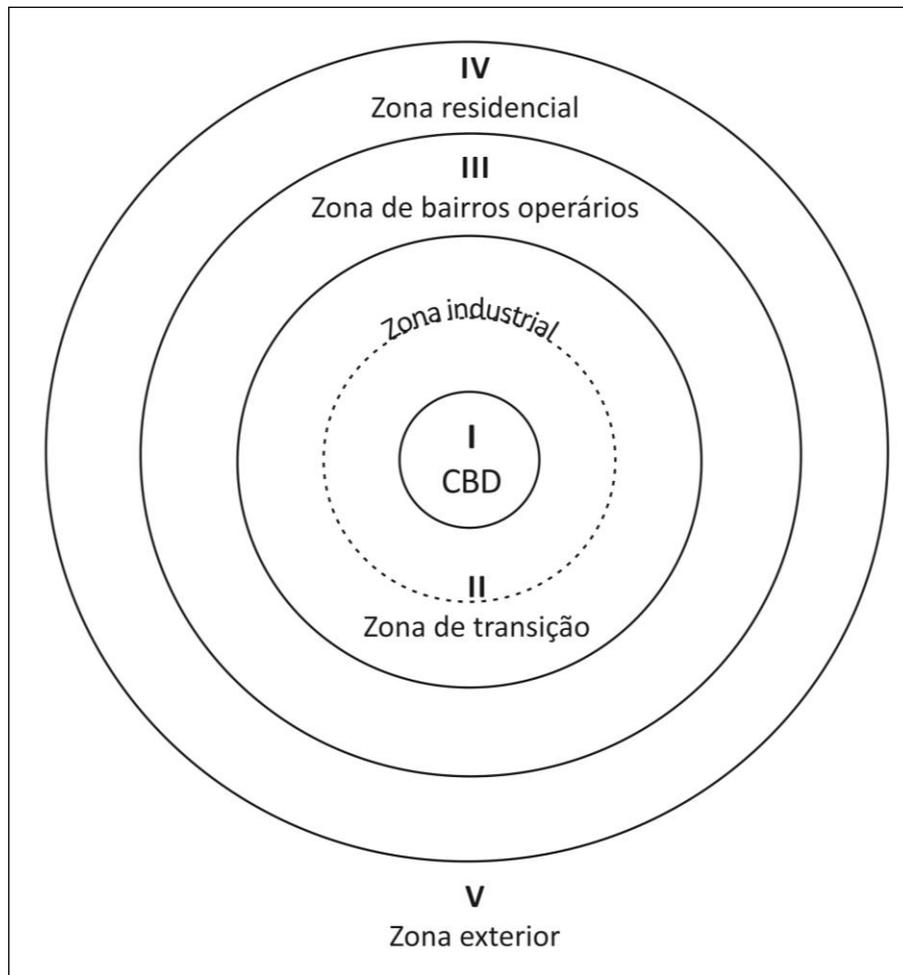


Figura 2: Modelo socioespacial de Burgess (simplificado).
 Fonte: adaptado de Burgess (1925).

A disposição geométrica de usos da terra e classes sociais em anéis concêntricos era, contudo, alvo de críticas de analistas mais preocupados com os diferenciais de fricção e fluidez espacial, cada vez mais marcantes com o crescimento das cidades e diversificação de suas atividades. Entre estes pesquisadores destaca-se Homer Hoyt, um economista norte-americano, para quem, segundo Buzai (2003, p. 67, tradução livre), “[...] o padrão geral de rendas do solo não se distribui espacialmente ao acaso, e sim, segue um arranjo encontrado em todas as cidades [...] no qual tendem a se acomodar na forma de setores”. Em função disso, Hoyt, também partindo da realidade socioespacial de cidades norte-americanas, elabora um modelo socioespacial em que combina anéis concêntricos e setores, considerando a influência da malha viária e dos transportes. Em tal modelo, segundo Corrêa (1995), a segregação

socioespacial assume um padrão setorizado desde o centro principal, com as áreas residenciais de *status* elevado localizadas no setor de maiores amenidades e melhores vias de transporte ligando o centro às zonas periféricas. Em posição diametralmente oposta, encontra-se um amplo setor habitado por camadas de mais baixo *status* (Figura 3).

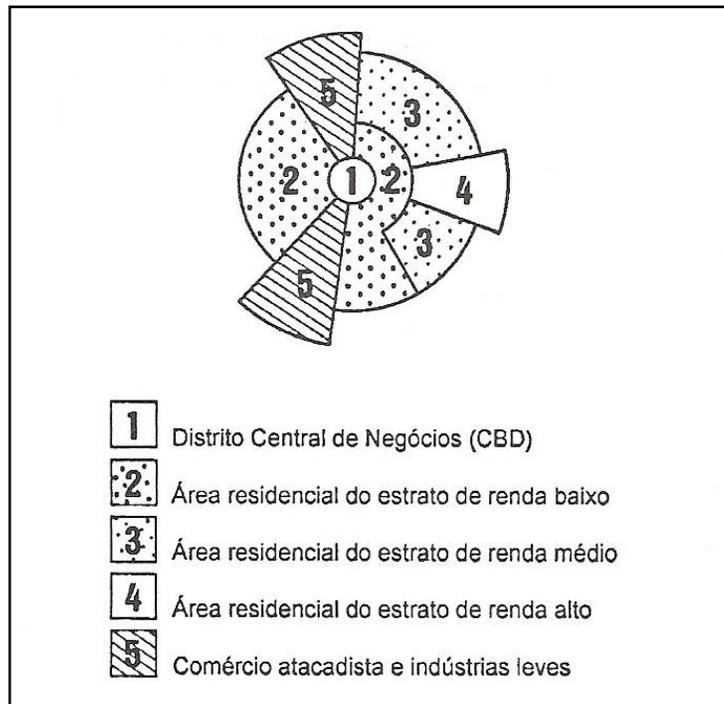


Figura 3: Modelo socioespacial de Hoyt (simplificado).
Fonte: Souza (2003, p. 74).

Os três modelos apresentados devem, na verdade, ser tomados muito mais como possibilidades teóricas do que como padrões, dado o caráter geral de suas formulações e a ampla diferenciação existente quanto à estrutura socioespacial urbana, tanto entre países, como dentro de um mesmo país. Nenhum deles exclui o outro: cada um pode caracterizar melhor uma dada realidade urbana em determinado momento histórico. Podem também “[...] conviver entre si, configurando o mesmo espaço urbano” (CORRÊA, 1995, p. 73).

Esta coexistência entre os três esquemas teóricos pode ser visualizada nos contextos brasileiro e latino-americano.²⁵ Conforme aponta Buzai (2003, p. 81, tradução livre), nas

²⁵ Há vários outros modelos socioespaciais elaborados para retratar especificamente a cidade latino-americana. Os mais conhecidos são o elaborado pelos geógrafos norte-americanos Ernst Griffin e Larry Ford

idades pequenas e nas que tiveram origem anterior à primeira metade do século XIX, foi característica recorrente “[...] a manutenção do desenho colonial: o centro caracterizado pela praça central e a localização dos edifícios do poder [...] e o nível econômico de seus habitantes que vai diminuindo com a distância ao centro”. Para as cidades de maior porte econômico e populacional, vários autores²⁶ também reconhecem que historicamente o arranjo socioespacial mais forte e visível é, sem dúvida, o padrão centro x periferia, no qual “O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos” (VILLAÇA, 1998, p. 143).

É fato, porém, que desde pelo menos a segunda metade do século XIX, já haviam espacialidades que contrariavam este padrão centro x periferia “clássico”. Yujnovsky (1971) afirma, por exemplo, que o surgimento de linhas de trem e metrô, entre 1850 e 1930, já possibilitava parte das elites a fixar residência em áreas afastadas da zona central, em chácaras e loteamentos de alto *status*, com toda a infraestrutura necessária. O impulso à urbanização ocorrido a partir da década de 1930, ao mesmo tempo em que acentuou a pobreza e a exclusão social em amplas extensões da periferia urbana através da implantação de conjuntos habitacionais financiados pelo Estado, loteamentos populares e precários, favelas e ocupações, consolidou também a concentração de segmentos da elite em setores específicos do espaço urbano, melhor dotados de infraestrutura e amenidades.

No Brasil, a partir da década de 1980, com as sucessivas crises econômicas por que passou o país e seus desdobramentos no campo social, surgem espacialidades que alteram, ou pelo menos minimizam ainda mais o padrão socioespacial dual entre centro e periferia. Quais sejam:

- a) crescimento da favelização e sua dispersão por todo o tecido urbano, tanto nas áreas centrais quanto em áreas periféricas;

(1980), que combina anéis concêntricos numa hierarquia social *a la* Kohl, com setores de círculo de áreas residenciais da elite e deterioradas, bem como o proposto pelos alemães Jurgen Bahr e Günter Mertins (1995), que busca combinar as estruturas socioespaciais em anéis e em setores de círculo, com a disposição em núcleos isolados (“células”) representada por bairros afastados do tecido urbano contínuo (residenciais de camadas de baixa renda e condomínios exclusivos). Uma boa apreciação destes e de outros modelos socioespaciais aplicados à cidade latino-americana é apresentada por Buzai (2003, p. 75-102).

²⁶ Kowarick (1993), Santos (1993), Villaça (1998), Mautner (1999), Sposati (2001), Maricato (2003), Souza (2003), entre outros.

- b) alterações no perfil de áreas das periferias a partir de uma maior presença do Estado, melhorando o acesso à infraestrutura e serviços públicos em algumas destas áreas; e,
- c) criação de novos espaços de residência, trabalho, lazer e consumo, situados em áreas afastadas do centro tradicional e protegidos por aparatos de segurança, destinados às classes de médio e alto *status* (RIBEIRO;LAGO,1991).

As mudanças acima mencionadas correspondem a novas características da produção do espaço urbano, as quais contribuem para alterar os padrões socioespaciais em escala intraurbana, bem como em escalas metropolitana e regional, notadamente em áreas onde a urbanização se processa cada vez mais seguindo um padrão *disperso*.²⁷ Nestes espaços urbanos, observa-se atualmente uma crescente dispersão das atividades produtivas apoiada em diversos sistemas de infraestrutura viária, paralelamente à concentração de serviços mais modernos e de desenvolvimento tecnológico, redefinindo os papéis de comando e as centralidades na estrutura funcional metropolitana (REIS, 2006). Cria-se, assim, um espaço mais fluido em escala regional, assegurando o estabelecimento de ligações mais dinâmicas entre as cidades de uma área metropolitana (mesmo entre áreas não conurbadas) e contribuindo para uma redistribuição espacial das classes sociais e para a criação de novas formas de ocupação e uso do espaço (SPOSITO, 2004). Com isso, o tradicional padrão espacial centro x periferia visto nas regiões metropolitanas (especialmente às de origem mais antiga, como a de São Paulo), formado pela cidade-polo rica circundada por cidades dormitórios, vem sendo modificado com:

- a) a formação de um maior número de núcleos urbanos afastados do tecido urbano principal (contínuo);
- b) o surgimento de novas formas condominiais situadas no espaço periurbano e em áreas rurais;

²⁷ De acordo com Reis (2006, p. 13), o processo de dispersão urbana pode ser caracterizado, em termos gerais: “[...] pelo esgarçamento crescente do tecido dos principais núcleos urbanos, em suas áreas periféricas; pela formação de constelações ou nebulosas de núcleos urbanos e bairros isolados em meio ao campo, de diferentes dimensões, integrados em uma área metropolitana ou em um conjunto ou sistema de áreas metropolitanas; pelas mudanças no transporte inter-regional, de tal modo que estas se tornaram grandes vias expressas inter e intrametropolitanas; pela difusão ampla de modos metropolitanos de vida e de consumo, também estes dispersos pela área metropolitana ou pelo sistema de áreas metropolitanas”. Notadamente, estes são traços característicos da urbanização contemporânea na RMC e demais regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado de São Paulo.

- c) a ocupação urbana residencial de espaços com amplas “áreas verdes”, voltadas para camadas de média e alta renda; e,
- d) a implantação de grandes equipamentos de consumo – como *shoppings centers* e hipermercados – em locais próximos às residências destas classes (SPOSITO, 2004; REIS, 2006).

Esta dinâmica de ocupação do espaço urbano heterogeneiza-o nas escalas intraurbana e regional (metropolitana) no que tange à distribuição dos segmentos sociais, dando origem, no dizer de Paviani (1996, p. 183), a “periferias nobres”, ao mesmo tempo em que “[...] os contingentes de empobrecidos ocupam espaços intercalares do tecido urbano”.

Na perspectiva de análise das desigualdades socioespaciais a partir do processo de exclusão/inclusão social, mudanças nos padrões socioespaciais urbanos, especialmente na conformação da segregação entre grupos e classes sociais, certamente representam alterações na distribuição espacial dos níveis de inclusão e exclusão social em relação ao usufruto de bens e serviços importantes para as condições de vida das populações. Na Região Metropolitana de Campinas, onde a descontinuidade espacial urbana está presente desde o início do processo de metropolização em seu território, a análise preliminar da organização espacial e da espacialização dos grupos sociais nas cidades mostra algumas tendências nas escalas intraurbanas e regional. Na escala da região, é possível observar uma variedade de padrões de desigualdades, que retratam, de um lado, a concentração de populações de alto e médio *status* na área central de Campinas e imediações (centro metropolitano) (CUNHA; OLIVEIRA, 2001; CAIADO; PIRES, 2006), algo que, em certa medida, lembra a disposição espacial do modelo socioespacial de Kohl e a centralidade que o mesmo busca retratar; de outro, a setorização espacial, definida pela clara demarcação de zonas predominantemente de inclusão e de exclusão social, cuja extensão extrapola os limites municipais e amplia a escala da segregação para a região como um todo, como afirmam Cunha et al. (2006b). Por sua vez, tomadas internamente, cada cidade da região tende a apresentar um padrão socioespacial diferenciado, decorrente de seu porte populacional e de sua localização (se afastada ou integrada a outras cidades por meio da conurbação).

Esta diversidade socioespacial retrata, em última análise, a complexidade da urbanização brasileira e paulista em seus diferentes momentos. Este será o foco principal de análise a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE OS CASOS BRASILEIRO E PAULISTA

A exclusão social não é algo novo na sociedade brasileira. Apesar dos debates contemporâneos sobre novos processos que incidem na questão social, é traço recorrente da história nacional a dominação de numerosos segmentos populacionais desprovidos de cidadania. Como afirma Vêras (2006, p. 27), “Desde os tempos coloniais [...] ao Brasil do Império, ao das Repúblicas – velha, nova e contemporânea – e agravado durante a ditadura militar, processos sociais excludentes estão presentes em nossa história”, vitimando grupos sociais no campo – como indígenas e camponeses – e na cidade – migrantes, favelados, sem teto, etc.

A questão da exclusão social no Brasil está, portanto, e acima de tudo, enraizada na própria constituição do tecido social do país. Características estruturais dessa sociedade, como seu passado colonial e escravocrata, seu sistema político pautado em relações patrimonialistas e autoritárias, a profunda concentração de propriedade e de renda, além do padrão subordinado e dependente de inserção do país na economia internacional, historicamente determinaram a origem e a reprodução continuada de modalidades diversas de desigualdade, pobreza e exclusão (ESTENSORO, 2003). A estes fatores, acresce-se a ausência, no país, de mecanismos estatais mais eficazes de promoção de bem-estar social, que poderiam atenuar a desigualdade e a pobreza.

Embora os processos de exclusão e inclusão sociais não sejam restritos a espaços urbanos, no Brasil estes ganharam maior visibilidade com a “urbanização dependente” engendrada no país no contexto do sistema capitalista periférico. O modelo de desenvolvimento econômico excludente refletiu-se no meio urbano, produzindo espaços socialmente desiguais e segregados, com a manutenção, mesmo nas cidades mais ricas, de grandes parcelas da população excluídas do processo de integração econômica e social (CAIADO, 1998).

Em termos gerais, a urbanização se processou no Brasil especialmente na segunda metade do século XX, impulsionada pelo crescimento de seu setor industrial e pela dinâmica

de modernização de setores produtivos, tanto no campo como no meio urbano. Segundo Santos e Silveira (2001), a partir da década de 1950 instaura-se progressivamente no Brasil um sólido processo de industrialização, favorecido por incentivos de natureza estatal, bem como por melhorias empreendidas nos sistemas de transporte, especialmente o rodoviário, o que possibilitou uma inédita comunicação das várias regiões do país entre si. A esses fatores, seguiu-se nos anos 1970 uma revolução técnico-científica e a chegada dos satélites brasileiros. Neste contexto, os processos de modernização produtiva do país ganham impulso crescente, favorecidos ainda por uma ideologia de racionalidade e modernização a qualquer custo, que ultrapassa o domínio industrial, impõe-se ao setor público e invade áreas até então não tocadas ou atingidas apenas indiretamente.

O avanço da industrialização e a modernização dos serviços tornaram a estrutura produtiva do país mais dinâmica, complexa e diversificada, concorrendo para a expansão e diferenciação do mercado de trabalho, bem como das classes e da estrutura social (CARVALHO, 2006). A maior parte dos investimentos foi concentrada nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo, aproveitando-se da infraestrutura de transportes e comunicações já implantada, da base industrial existente e das dimensões de seu mercado consumidor. Nesse processo, os centros urbanos de maior porte, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas e, principalmente, São Paulo, ampliaram sua centralidade ao receber grandes empresas nacionais e multinacionais (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Isto, segundo Carvalho (2006, p. 7), “[...] estimulou o crescimento das atividades terciárias e da riqueza local”, atraindo grandes levas de migrantes para essas cidades, as quais “[...] terminaram por assumir uma configuração metropolitana (com a conurbação de vários municípios) e por concentrar uma proporção bastante elevada da produção, da riqueza e da população nacional”.

Entretanto, mesmo nestas regiões mais beneficiadas economicamente, o regime político autoritário instaurado no país (de 1964 a 1985) impedia uma distribuição menos injusta dos ganhos com a expansão econômica, principalmente por meio da repressão a organizações sindicais e a movimentos de entidades civis organizadas (MARTINS, 2002).²⁸ Na

²⁸ Apesar das ressalvas que faz ao uso do termo “exclusão”, José de Souza Martins situa bem o papel dos regimes políticos autocráticos para o acirramento de processos sociais excludentes no Brasil, no âmbito do desenvolvimentismo e de seu ingresso na globalização: “O desencontro entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social não tinha condições de propor um desenvolvimento autônomo, orientado para ‘dentro’. Por isso mesmo, o descompasso sugeria que a iniquidade própria do modelo globalizado de desenvolvimento

medida em que a expansão da indústria no Brasil contrastava com a redução do poder aquisitivo das massas, a economia via-se compelida a voltar-se preferencialmente para mercados externos e os investimentos eram direcionados aos setores com maiores possibilidades de exportação. Como observam Santos e Silveira (2001, p. 51), tal orientação tornava indispensável a estes setores “[...] uma constante modernização do equipamento industrial para poder concorrer internacionalmente”, assim como agravava “[...] a dependência em relação aos centros mais avançados do sistema mundial”. Criava-se uma necessidade constante de importações, sobretudo de inovações tecnológicas, que precisava ser contrabalançada por uma agressiva política de exportação.

A modernização capitalista atingiu também diversas áreas agrícolas, muitas delas produtoras de culturas tradicionais e empregadoras de vasta mão de obra. Tal processo promoveu uma maior integração das atividades agropecuárias com a indústria, porém, à custa de sensíveis alterações na pauta dos produtos agrícolas e de um aumento dos custos de produção, tornando-a inviável para os pequenos produtores (OLIVEIRA, 1996). A estrutura fundiária arcaica e concentrada do país torna-se ainda mais seletiva, repelindo vastos contingentes de populações pobres das áreas rurais em direção aos centros urbanos de grande e (mais recentemente) médio porte.

Essa dinâmica deu origem ao que se pode chamar de urbanização da pobreza, haja vista que parte considerável dos migrantes que fugia da pobreza rural, passou a encontrar e a reproduzir, no dizer de Silveira (2006, p. 152), “[...] uma pobreza de nova qualidade nos seus lugares de destino”. O avanço desse padrão de urbanização transcorreu acompanhado de mão de obra de baixa qualificação, vagando pelas cidades mais industrializadas. Mas além de o desenvolvimento da indústria propiciar, comparativamente com a demanda necessária, a criação de um número insuficiente de postos de trabalho, o setor terciário “[...] associa formas

econômico, nos países pobres, só seria viável por meio de um sistema político repressivo, que cerceasse as liberdades civis e contivesse o protesto social [...]. No caso brasileiro, como de resto em outros casos latino-americanos, a ditadura deu certo no que a isso se refere. Em poucos anos, foi intensificado o processo de acumulação do capital para ajustar o país à economia globalizada e à dinâmica de um novo liberalismo econômico de implicações sociais e políticas amplas: as relações sociais e políticas foram completamente submetidas à mediação do mercado e ao seu poder regulador. Em pouco tempo, para sustentar uma família foi preciso transformar mais um de seus membros em trabalhador. [...] Essa ampla desvalorização do trabalho foi o meio de tornar o Brasil competitivo em face de economias mais modernas, desenvolvidas e tecnificadas. Foi também o meio de desencadear mecanismos de mercado como reguladores do protesto social. Portanto, um conjunto de fatores econômicos e políticos engendrou a *metamorfose de parte da classe trabalhadora em excluídos*” (MARTINS, 2002, p. 34).

modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação” (SANTOS, 1993, p. 10). Assim, o descompasso entre a disponibilidade de mão de obra e a oferta de empregos, bem como a qualificação insuficiente dessa força de trabalho migrante, contribuíram para a ampliação da pobreza e da exclusão social nas cidades.

Além dos “novos” pobres emigrados do campo, a exclusão atingiu amiúde outras categorias da população, até então preservados dessa situação. De acordo com Singer (2003), na década de 1970, à época do chamado “milagre econômico brasileiro”, o processo de globalização econômica em formação chegou a ser o principal propulsor da *inclusão* social. Neste período, o país, voltado para a economia internacional, tornou-se exportador de produtos manufaturados para empresas transnacionais à procura de mão de obra de baixo custo. Nas cidades mais industrializadas, “[...] aqueles que tinham capital humano procurado pelo ‘mercado’ tiveram oportunidade de conquistar bons empregos e gozar de um padrão de vida muito melhor” (idem, p. 82). Mas esta situação durou pouco tempo. A crise internacional do petróleo provocara desequilíbrios nas contas externas do Brasil e os *déficits* crescentes foram cobertos por um progressivo fluxo de empréstimos externos efetuados por bancos privados. A partir de então, o país mergulha em um longo período de recessão e, conforme o autor supracitado, “Os fatores estruturais decorrentes de crises econômicas e sociais fizeram da exclusão social o traço dominante da ‘década perdida’, que no Brasil durou de 1981 até 1992” (idem, *ibidem*).

No início dos anos 1990, já com mais de 3/4 da população brasileira morando em áreas urbanas (75,6% em 1991), o fenômeno da migração rural-urbana já diminuía de intensidade. Nesse momento, os principais processos de exclusão social parecem estar vinculados mormente à dinâmica do mercado de trabalho, que nessa década, com a inserção definitiva do Brasil na globalização, vem se tornando cada vez mais flexível e precário. De acordo com Dupas (2001), a abertura do mercado interno brasileiro à competição internacional, que teve início em 1990 e se intensificou quatro anos depois, levou a produção local a realizar, em nome da competitividade, “[...] uma profunda e contínua reestruturação preventiva, com automação radical e terceirizações, redução de níveis hierárquicos e estruturas administrativas e técnicas de *lean production*²⁹, tudo se orientando para maior flexibilidade” (p. 143). O

²⁹ Esta expressão pode ser traduzida como “produção enxuta”, e associa-se ao chamado sistema *just in time* de produção industrial.

resultado desta reestruturação foi uma verdadeira explosão do trabalho flexível ou informal no país a partir de 1995 (situação que perduraria por cerca de dez anos)³⁰, bem como a ocorrência de taxas expressivas de desemprego, principalmente nas cidades de porte mais elevado.

Essas características do mercado de trabalho brasileiro expressam a estrutura da divisão do trabalho no país no âmbito da globalização, e tal estrutura inequivocamente só pode levar à produção e reprodução da pobreza e da exclusão social, tanto na cidade como no campo e de maneira diferenciada no território nacional, como bem aponta María Laura Silveira:

A divisão do trabalho que resulta do neoliberalismo é produtora de pobreza e dívidas sociais. Fundada nos acréscimos técnico-científico-informacionais e nos mecanismos financeiros, ela é feita da superposição das divisões do trabalho das grandes corporações. É por isso que a divisão do trabalho no país tem um papel ativo na desvalorização dos fazeres e lugares que não perfazem essas necessidades. Daí os mecanismos de exclusão e a produção da pobreza. Essa economia assim planejada é incapaz de criar um número de empregos satisfatório, pois despreza as atividades que não são modernas. Diminuem o número de empregos e o valor dos salários porque se desvaloriza o trabalho da maior parte da sociedade (SILVEIRA, 2006, p. 171).

O país ingressou no século XXI com cerca de 170 milhões de habitantes, sendo mais de 81% residindo em áreas urbanas³¹, números estes que traduzem os efeitos demográficos de um massivo processo de urbanização e que segue se intensificando, não só em termos populacionais, mas também em termos espaciais (crescimento de cidades e de usos tipicamente urbanos da terra) e sociais, com a difusão de valores e padrões de consumo urbanos para além dos limites das cidades (MONTE-MÓR, 2003). E uma ampla parcela de toda essa população, além de enfrentar dificuldades com relação à obtenção de renda, ainda convive com problemas como a carência de serviços essenciais como saneamento básico, segurança, transporte público, acesso limitado à saúde, à educação, à moradia, dentre outros.

³⁰ Examinando os mercados de trabalho das principais regiões metropolitanas brasileiras, Dupas (2001) observa que o total de empregos com carteira assinada, por exemplo, que havia aumentado em 23% entre 1986 e 1990, caiu 26% no período de 1991 a 2000. Em contrapartida, o número de empregos sem carteira “saltou” de um pequeno crescimento de 5% no primeiro período analisado, para um incremento de 40% no período seguinte. Além disso, o total de trabalhadores por conta própria cresceu 68% em relação ao total existente em 1985.

³¹ Conforme os levantamentos censitários realizados pelo IBGE, em 2000 a população total do Brasil recenseada foi de 169.799.170 habitantes, sendo a população urbana de 137.953.959, o que corresponde a uma taxa de urbanização de 81,25%. Para 2010, os números são de 190.732.694, 160.879.708 e 84,35% respectivamente.

Em suma, a dinâmica de desenvolvimento geograficamente desigual, que combina processos manifestos seletivamente no território – a industrialização, a constituição de um mercado nacional integrado e de uma divisão inter-regional do trabalho, a modernização e reestruturação produtiva no campo e na cidade –, aliada ao conservadorismo e à manutenção de velhas estruturas sociais, alteraram a geografia da exclusão/inclusão social no Brasil, acentuando as desigualdades socioespaciais no âmbito da urbanização no país. Em outras palavras, a exclusão/inclusão social torna-se mais complexa em termos *sociais*, assumindo novas características e atingindo outros grupos populacionais em graus distintos, e *espaciais*, ao se materializar desigualmente no território e em diferentes escalas geográficas.

Os referenciais de inclusão e exclusão se alteram na medida em que o desenvolvimento urbano-industrial e a modernização do sistema produtivo não foram acompanhados das reformas civilizatórias do capitalismo capazes de redistribuir riqueza e promover a justiça social: a reforma fundiária, a fim de reduzir a concentração da propriedade privada da terra; uma reforma do sistema tributário capaz de propiciar maior justiça fiscal; e, uma reforma que universalizasse a proteção social, tal qual nos países onde se instaurou a chamada “sociedade salarial” (CARVALHO, 2006). Com isso, nas regiões do país mais beneficiadas pelo desenvolvimento econômico, viu-se a consolidação de novos processos excludentes, paralelamente à manutenção de formas antigas e “estruturais” de exclusão em outras porções do território.

Tomando como escala de referência o território nacional, Campos et al. (2003) classificam as diferentes formas de exclusão social observadas no Brasil no limiar do século XXI, em duas categorias básicas, não totalmente dissociadas entre si: a “velha” e a “nova” exclusão sociais.³² Para estes pesquisadores, a “velha” exclusão social, que remete às manifestações de exclusão existentes em praticamente toda a história brasileira, continua fortemente presente nas porções do território mais excluídas do desenvolvimento do capitalismo no país, especialmente as regiões Norte e Nordeste e o norte de Minas Gerais. Nestas áreas, os traços da exclusão social resumem-se na “[...] permanência da baixa

³² Na acepção dos autores, a “velha” exclusão social é entendida “[...] como a forma de marginalização dos frutos do crescimento econômico e da cidadania, expressa pelos baixos níveis de renda e escolaridade, incidindo mais freqüentemente sobre os migrantes, analfabetos, mulheres, famílias numerosas e a população negra” (CAMPOS et al., 2003, p. 43). Por sua vez, a “nova” exclusão social remete à “[...] manifestação de [novas] categorias de desigualdade”. “Essa nova exclusão atinge segmentos sociais antes relativamente preservados do processo de exclusão social” (idem, p. 32 e 49).

escolaridade, da pobreza absoluta no interior das famílias numerosas e da desigualdade nos rendimentos” (idem, p. 34).

De outra parte, nas localidades mais avançadas economicamente, em especial os Estados das regiões Sul e Sudeste, além do Distrito Federal, vêm crescendo as manifestações da “nova” exclusão, por intermédio “[...] do isolamento juvenil, da pobreza no interior de famílias monoparentais” atingidas pelo desemprego estrutural e a instabilidade do trabalho flexível, “[...] da ausência de perspectiva para parcela da população com maior escolaridade e da explosão da violência” (idem, *ibidem*). Nestes espaços, os índices de alfabetização e instrução atingem os níveis mais elevados do país, fruto de importantes mudanças políticas ocorridas a partir da década de 1980, como a “[...] livre organização de sindicatos, medidas universalizantes da Constituição de 1988 e maior autonomia para execução de políticas sociais no âmbito estadual e local” (idem, p. 47). Em contrapartida, o desemprego, a informalidade e os baixos rendimentos “[...] contribuem para romper os vínculos sociais numa sociedade cada vez mais competitiva, onde existe uma sede por padrões de consumo mais sofisticados e na qual a violência desponta como sintoma máximo da dessocialização” (idem, p. 54).

Além disso, em escalas regional e intraurbana, as desigualdades também se ampliam com a conformação de espaços urbanos fragmentados e segregados socialmente, separando áreas onde vigoram processos includentes, de outras onde a incidência da exclusão é marcante. E nas regiões mais industrializadas e urbanizadas e com maior população absoluta, que tendem a ser consideradas com condições *médias* de vida satisfatórias, as desigualdades socioespaciais não só estão presentes, como tendem a ser mais acirradas, em virtude da produção de “subespaços” com precariedades múltiplas inter-relacionadas, resultantes tanto da “nova” como da “velha” dinâmica excludente da sociedade brasileira.

Uma das expressões mais concretas desta dinâmica socioespacial desigual e contraditória é o principal centro demográfico e econômico do Brasil: o Estado de São Paulo. Este concentra uma população de aproximadamente 41,25 milhões de habitantes, além da mais alta taxa de urbanização do país: 95,94%.³³ O Estado detém a mais densa e complexa rede urbana do país (IPEA et al., 2001), com destaque para as regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas, que juntas concentram 54,5% da população paulista (2010) e detêm,

³³ Conforme dados do censo demográfico de 2010, do IBGE.

respectivamente, o maior e o terceiro maior PIB's do país, além de vários centros e aglomerações urbanas de porte populacional médio situados no interior do Estado, que abrigam numerosas atividades econômicas modernas e dinâmicas, de grande importância nacional.³⁴

Não obstante a riqueza que abrigam, tanto as metrópoles paulistas como os principais polos urbanos do interior do Estado, terminaram sendo estruturados a partir de espacialidades profundamente desiguais e segregadas, ainda que em períodos distintos. Na Grande São Paulo, o acirramento das desigualdades socioespaciais já ocorre nos primeiros decênios do processo de urbanização brasileira – mais precisamente entre as décadas de 1940 e 1960 –, como efeito da concentração econômica e demográfica na principal metrópole fabril do país. O crescimento “desordenado” do espaço urbano, a falta de investimentos em infraestrutura e serviços e de políticas urbanísticas, aliados à já mencionada “urbanização da pobreza”, comprometiam as condições de vida de parcela sensível da população urbana à medida que a metropolização se processava. Ao mesmo tempo, as principais cidades de porte médio do interior vistas como polos regionais, como Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, emergem como “símbolos” de prosperidade e como alternativas para uma melhor qualidade de vida, não mais possível na principal metrópole do Estado.

Neste contexto, segundo Vieira, Nunes e Martinuci (2010, p. 87),

a partir das décadas de 1960 e, principalmente, 1970, intensificaram-se os estudos sobre os problemas sociais metropolitanos e a discussão sobre a desmetropolização como possibilidade de reduzir as mazelas sociais metropolitanas. Dessa maneira, as cidades que cumpriam papéis intermediários na rede urbana serviram-se das políticas desenvolvimentistas para desenvolver as economias regionais, visando atrair os fluxos migratórios e reter a migração para as metrópoles.

³⁴ Outras duas regiões metropolitanas, além das citadas, são reconhecidas por lei no Estado de São Paulo: a Região Metropolitana da Baixada Santista, institucionalizada em 1996, e a recém-criada Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, de 2013. Embora, nestas duas regiões, possa ser reconhecida a ligação física entre alguns dos municípios que as compõem, dada por uma conurbação mais intensa na primeira e por uma dispersão do tecido urbano na segunda – especialmente ao longo da Via Dutra, entre Jacareí e Pindamonhangaba (REIS, 2006) –, acompanhamos a aceção de Sposito (2004) no sentido de que em tais aglomerações não é possível identificar um centro urbano com centralidade, porte populacional e tamanho e complexidade de sua economia que possa ser caracterizado como metrópole, diferentemente das cidades de São Paulo e de Campinas, que apresentam tais características.

Tais políticas impulsionaram a desconcentração a partir da RMSP, promovendo o crescimento industrial e urbano nos polos regionais e entorno, especialmente naqueles que já apresentavam certa base industrial e infraestrutura herdadas de períodos econômicos anteriores, casos de Campinas, Santos e São José dos Campos (NEGRI; GONÇALVES, CANO, 1988). Por outro lado,

[...] o desenvolvimento econômico não foi acompanhado de investimentos em infraestruturas urbanas e de políticas urbanísticas de regulação da produção do espaço urbano, o que acentuou a desigualdade social dos centros urbanos intermediários (VIEIRA; NUNES; MARTINUCI, 2010, p. 87).

Assim, pode-se afirmar que no Estado de São Paulo, bem como em outras porções do território nacional, as áreas metropolitanas e as principais cidades de porte médio tornam-se cada vez mais heterogêneas e segmentadas em espaços que combinam condições para *inclusão social* – abrigando, quase sempre, camadas sociais com maior acesso à riqueza e desfrutando de bens e serviços que permitem uma qualidade de vida mais satisfatória –, ou que são marcados por formas de *exclusão social*, onde as situações de privação e carência emergem e se sobrepõem. A Região Metropolitana de Campinas, espaço recortado para análise específica nesta tese, não é, portanto, exceção a esta regra. Conforme diagnosticado em um relatório sobre condições de habitação na região, publicado recentemente pela AGEMCAMP (2011, p. 97), “Embora os municípios da RMC não possuam os mais graves problemas habitacionais do território brasileiro, em alguns deles verificam-se péssimas condições de habitabilidade”. E do mesmo modo como ocorre com a habitação, outras importantes dimensões das condições de vida, como o poder aquisitivo e os níveis de escolaridade (que incide, por exemplo, sobre as possibilidades de inserção no mercado de trabalho), apresentam grandes diversidades no espaço urbano-metropolitano, conformando-se em localidades que chamaremos de exclusão ou inclusão social. A configuração de tais desigualdades socioespaciais no espaço metropolitano nucleado por Campinas passa a ser analisada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS URBANAS

Como bem afirma Sposito (1988, p. 11), “Entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização [...], exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória”.

Seguindo esta acepção acima, a análise efetuada no presente capítulo visa compreender o processo de evolução desigual do espaço urbano-metropolitano na região de Campinas. Para tanto, realiza-se, no subcapítulo inicial, uma análise das principais condicionantes e desdobramentos socioespaciais da urbanização na região. A partir disso, na seção seguinte, procura-se, ancorado em dados e em bibliografia especializada, firmar bases teóricas para o entendimento da estrutura socioespacial urbana em localidades de inclusão e exclusão social, partindo da análise do processo de expansão horizontal e das principais divisões funcionais e sociais no espaço.

4.1 A URBANIZAÇÃO NA REGIÃO DE CAMPINAS: BASES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS

A formação dos principais núcleos urbanos na região de Campinas³⁵ remonta à primeira metade do século XIX, com a importância assumida por Campinas na economia açucareira no interior paulista. De acordo com Baeninger (1996, p. 25-26), “Com o auge do período açucareiro”, ocorrido nas décadas de 1830 e 1840,

Campinas adquiriu características importantes: por ser ponto estratégico na rede de transportes, por ter concentrado o maior contingente escravo entre os municípios da Província e por ter se destacado como o maior produtor de açúcar, inserindo-se no mercado mundial. O ciclo do açúcar marcou a fase de construção da cidade. A

³⁵ Para a abordagem histórica efetuada neste capítulo, utilizaremos a expressão “região de Campinas” para fazer referência genericamente ao município de Campinas – com seus diferentes limites político-administrativos ao longo do tempo – e demais municípios do entorno. Porém, não é possível precisar os limites do que seria esta região, haja vista os vários desmembramentos de municípios ocorridos no longo período analisado, bem como o fato de a própria literatura apresentar, para diversos momentos, análises para a “região” contemplando extensões territoriais diferentes. Por sua vez, a expressão “Região Metropolitana de Campinas” estará sempre associada aos territórios que compõem a região estabelecida por lei em 2000, mesmo que referindo-se a períodos anteriores à sua institucionalização.

dinâmica expressa por esse ciclo econômico contribuiu para o surgimento de pequenos núcleos urbanos ligados ao setor agrícola e à comercialização de escravos, introduzindo a diversificação, embora incipiente, das atividades econômicas no município e apontando para o surgimento de uma importante rede urbana no Estado.

Entretanto, as bases da urbanização na região são instauradas a partir da segunda metade do século XIX, com a estruturação do complexo cafeeiro capitalista no Estado de São Paulo. A difusão da cafeicultura impulsionou o desenvolvimento, constituindo-se na principal força motriz de sua ocupação territorial e impulsionou a criação da infraestrutura inicial necessária para a consolidação de uma rede de cidades articulada a partir da capital. A dinâmica de reprodução da economia cafeeira, ao prescindir de um segmento urbano para complementar e dar suporte às atividades rurais, induziu o crescimento de atividades urbanas, tais como indústrias, escritórios, bancos, oficinas de estrada de ferro, comércio atacadista, além do próprio aparelho estatal. Concomitantemente, outros serviços diretamente vinculados à urbanização também foram surgindo, como, por exemplo, o comércio varejista, redes de eletricidade e construção civil (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988; BAENINGER, 1996).

Neste contexto, a região de Campinas foi a que mais se desenvolveu no interior paulista, reforçando a centralidade deste município sobre um vasto território no âmbito da ocupação econômica do Oeste do Estado (FERNANDES; BRANDÃO; CANO, 2002). Campinas se beneficiara com a implantação, em seu território, das duas principais ferrovias de escoamento do café: a Companhia Mogiana e a Companhia Paulista (1872). Estas viabilizaram a instalação pioneira de indústrias de máquinas e equipamentos de beneficiamento no município, além de integrar a maioria dos núcleos de ocupação que dariam origem aos demais municípios da atual RMC (PIRES; SANTOS, 2002).

Depois de ter sido o principal produtor de açúcar em São Paulo no segundo quartel do século XIX, o município de Campinas “[...] foi o maior produtor de café do estado até fins do século XIX, servindo, além disso, como uma das principais bases do processo de sua expansão no território” (GONÇALVES; SEMEGHINI, 2002, p. 38). O excedente gerado pela produção cafeeira viabilizou o surgimento da indústria têxtil, a criação de olarias, fundições, bancos, além da realização de investimentos urbanos em ferrovias, sistema de armazenagem e comunicação (BAENINGER; GONÇALVES, 2000; BADARÓ, 2006).

Paralelamente ao café, a partir de 1860 desenvolve-se, na porção territorial correspondente ao atual município de Americana, a cultura do algodão, introduzida na região por imigrantes norte-americanos, os quais também implantaram novas técnicas e instrumentos agrícolas, além da criação de gado e cultivo de milho e frutas. Americana e Santa Bárbara d'Oeste tornaram-se centros industriais e comerciais de arados e equipamentos agrícolas (BAENINGER, 1996; PUPO, 2002).

No final do período imperial, em 1888, Campinas alcançava uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, sendo 20 mil em sua área urbana. Principal centro econômico e demográfico do interior, a cidade rapidamente se expandia, especialmente no sentido norte ao longo de largas avenidas, construídas a partir do centro em direção às estações ferroviárias das Companhias Paulista, Mogiana e Sorocabana. Contudo, a partir de 1889, a cidade foi assolada por sucessivos surtos de febre amarela que causaram mais de duas mil mortes e afugentaram outras milhares de pessoas, reduzindo sua população urbana para cerca de 5 mil habitantes (BADARÓ, 2006). Durante a epidemia, “Estabelecimentos comerciais, escritórios de indústria e até algumas indústrias transferiram-se para São Paulo e Jundiaí” (BAENINGER, 1996, p. 32), enfraquecendo a economia da cidade. Conforme Badaró (2006, p. 142), “Normas e medidas de higiene somaram-se a grandes investimentos públicos em saneamento urbano e infra-estrutura destinados ao combate da epidemia, somente debelada cerca de nove anos depois, no final do século.”

Baeninger (1996) e Miranda (2002) chamam a atenção para o fato de que, na visão de membros da elite urbana local, entre eles, médicos e sanitaristas, uma das causas da epidemia foi o grande contingente de migrantes e escravos libertos presente na cidade. Para Santos (1998)³⁶, as ações tomadas pelo poder público a fim de combater a epidemia podem ser vistas como um dos marcos iniciais da promoção da segregação socioespacial na cidade de Campinas:

[...] esta epidemia, e suas soluções “higienistas”, acabaram alimentando o argumento político de remoção de camadas socialmente marginalizadas para a periferia da cidade, dando início ao processo de segregação socioespacial da população pobre, tão marcante em Campinas até os dias de hoje. (MIRANDA, 2002, p. 44)

³⁶ Citado por Miranda (2002).

Nos três primeiros decênios do século XX, o processo de industrialização começava a se desenvolver no Estado de São Paulo, reforçando a urbanização em Campinas. Com a ampliação da indústria, o mercado de trabalho também se expandiu, propiciando um acelerado crescimento em outros setores de atividade, como o comércio e o segmento de transportes. Conforme Baeninger (1996), em 1920, o setor primário predominava com 56,5% da PEA no Estado, mas os setores secundário e terciário já absorviam respectivamente 18,7% e 24,8% da PEA.

A crise nas exportações de café instaurada na década de 1930 abriu espaço para uma maior diversificação da economia da região, com o redirecionamento de parte do capital aplicado na agricultura para a implantação de novas indústrias e atividades terciárias. Segundo Gonçalves e Semeghini (2002, p. 39), “[...] a posição que a cidade [de Campinas] ocupava no sistema urbano e de transportes do estado”, importante nó de comunicações polarizando a rede urbana organizada nos espaços penetrados pelas ferrovias Mogiana e Paulista,

[...] permitia-lhe articular-se com o processo de ocupação territorial que prosseguia no Oeste, agora não mais baseado exclusivamente no café, mas também no algodão, nas culturas alimentares e na pecuária. A indústria local expandiu-se depois de 30, apoiada na base anteriormente implantada (têxtil, produtos alimentares, metal/mecânica) e, no começo dos anos 40, deslocaram-se para Campinas grandes estabelecimentos agroprocessadores, aproveitando o fato de que o município contava com o maior parque de beneficiamento de algodão do estado (idem, ibidem).

As modificações na base produtiva campineira firmaram as bases para a concentração da população na área urbana, bem como para sua posterior expansão horizontal. Nesse contexto, a partir desta década (1930), as atividades urbanas viriam a se destacar como as mais importantes da economia do município.

Nas décadas de 1940 e 1950, a região de Campinas vivenciou uma sucessão de eventos que impulsionaram o seu dinamismo econômico e a consolidação da urbanização. A pavimentação da Via Anhangüera (SP-330), concluída em 1948, representou um vetor de expansão produtiva e de articulação física e econômica regionais, atraindo a instalação de novas plantas industriais em seus bordos e promovendo um efeito multiplicador sobre o setor terciário das cidades (especialmente no comércio). Estes dois decênios notabilizam-se também pela implantação de grandes unidades fabris na região de Campinas e em seu entorno,

consolidando esta porção do território paulista como o principal polo industrial do interior do Estado. Várias indústrias de grande porte, tanto de capital nacional como estrangeiro, são implantadas em Campinas e em municípios vizinhos³⁷, atraindo pequenos e médios estabelecimentos fornecedores e reforçando ainda mais a centralidade regional da referida cidade. Como afirmam Fernandes, Brandão e Cano (2002, p. 402), “[...] estabelece-se”, a partir de então, “uma maior e crescente divisão intra-regional do trabalho, sob o comando de Campinas, estendendo também a seu entorno regional efeitos propagadores de seu progresso”.

Este cenário de crescimento e integração econômica em escala regional se fez acompanhado de mudanças na geografia política da região, a partir da criação de novos municípios. Como mostram os dados reunidos na Tabela 1, até 1944, as áreas urbanas existentes no território da atual RMC faziam parte de apenas sete municípios: Campinas, Americana, Indaiatuba, Santa Bárbara d’Oeste, Monte Mor, Itatiba e Pedreira. Em todos, à exceção dos dois primeiros, os núcleos urbanos mais importantes correspondiam a pequenos aglomerados situados nos atuais centros principais das cidades. Os demais núcleos urbanos estavam em territórios correspondentes a distritos de outros municípios, ou ainda nem haviam sido formados, como é o caso de Holambra, cuja vila surge em 1948 (IGC, 1995).

Contudo, nos vinte anos seguintes, ocorre maior fragmentação político-administrativa do território com a criação de outros nove municípios. A maior parte deles advém de emancipações de antigos distritos de Campinas e Mogi Mirim, promovidas por elites locais com o fim declarado de garantir uma melhor gestão pública nestes territórios, por meio de autonomia administrativa e da garantia de maior arrecadação tributária. Esse foi o maior argumento nos processos de emancipação de distritos como Hortolândia, Jaguariúna e Paulínia, por exemplo (BRITO, 1972; NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002a; RIBEIRO, 2008).

³⁷ Durante a década de 1940, instalam-se no município de Campinas importantes indústrias ligadas ao setor algodoeiro, como a Anderson-Clayton, Matarazzo, Sanbra e Swift, anteriormente sediadas na grande São Paulo. Destacam-se também a alcoolquímica Rhodia, no então distrito de Paulínia. Por sua vez, no decênio seguinte, o leque de novas plantas industriais estende-se para os ramos metal-mecânico, de materiais de transportes, químicos, elétricos, de borracha e papelão. Dentre as principais firmas instaladas no município pode-se mencionar a Singer do Brasil, Duratex, Pirelli, Hiplax, IBRAS/CBO e Bosch. De acordo com Baeninger (1996, p. 45), “Em 1950, 28,8% da PEA campineira encontrava-se no setor secundário da economia e 49,7 no terciário, cabendo ao primário 20,7 da PEA total”. Outras importantes indústrias também se instalavam no entorno de Campinas, como a Chicago Bridge (Paulínia), Rigesa e Clark (Valinhos) e Tema Terra, 3M, IBM e Wabco, em Sumaré (BAENINGER, 1996; FERNANDES; BRANDÃO; CANO, 2002).

TABELA 1 – CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA RMC

Município	Ano de fundação	Município(s) de origem
Campinas	1842	Jundiaí
Indaiatuba	1859	Itu
Santa Bárbara d'Oeste	1869	Piracicaba
Monte Mor	1871	Itu
Itatiba	1876	Jundiaí
Pedreira	1896	Amparo
Americana	1924	Campinas
Cosmópolis	1944	Campinas, Mogi Mirim e Limeira
Artur Nogueira	1948	Mogi Mirim
Vinhedo	1948	Jundiaí
Jaguariúna	1953	Mogi Mirim
Santo Antônio de Posse	1953	Mogi Mirim
Sumaré	1953	Campinas
Valinhos	1953	Campinas
Nova Odessa	1959	Americana
Paulínia	1964	Campinas
Engenheiro Coelho	1991	Artur Nogueira
Holambra	1991	Jaguariúna, Artur Nogueira, Cosmópolis e Santo Antônio de Posse
Hortolândia	1991	Sumaré

Fonte: IGC (1995).

No final da década de 1950 e durante a seguinte, a indústria paulista se reestrutura e se amplia a partir de estímulos do *Plano de Metas* à atração de grandes empresas estrangeiras, reforçando a concentração industrial pesada na capital, mas também com implicações sobre a base constituída do interior. A agricultura regional também moderniza suas atividades a partir da referido período, com destaque para a produção de cana-de-açúcar e laranja, horticultura, avicultura, fruticultura e rebanho leiteiro. “A região especializa-se na produção de bens exportáveis e de produtos modernos e rentáveis” (CAIADO et al., 2002, p. 102). Todavia, a modernização das atividades agropecuárias se dá, sobretudo, através de sua subordinação ao capital agroindustrial, tanto nos seus processos produtivos como na transformação de seus produtos, contribuindo para a liberação de mão de obra no espaço rural. Os contingentes expulsos do campo se juntariam a outros, provenientes de fora do Estado, para compor as correntes migratórias que, já a partir daquela década, passariam a elevar rapidamente a população urbana nas regiões mais industrializadas, como a Grande São Paulo e a de Campinas (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988).

Ainda nos anos 1960, a região de Campinas foi também beneficiada com importantes investimentos produtivos estatais (a implantação da UNICAMP e do Aeroporto de Viracopos

em Campinas, a instalação da REPLAN e o estabelecimento de um polo petroquímico em Paulínia, entre outros), além de melhorias na infraestrutura de transportes e comunicações (BAENINGER; GONÇALVES, 2000). Com isso, na medida em que surgiam oportunidades de emprego e de melhor qualidade de vida, foram também se avolumando os fluxos migratórios para a região, concorrendo para o crescimento das cidades e para uma maior interligação entre as mesmas, tanto em termos físico-territoriais, como funcionais.

Na década de 1970, a desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo, promovida através de incentivos governamentais, fortaleceu ainda mais a economia da região e deu o impulso decisivo para a configuração de um espaço urbano-metropolitano nucleado por Campinas.

A Região de Campinas foi um dos centros do processo de interiorização do desenvolvimento econômico ocorrido no estado de São Paulo. Fatores como os investimentos industriais realizados pelo governo federal, aliados aos investimentos em infra-estrutura, realizados pelos governos estadual e municipais, tais como a implantação e melhoria das rodovias e a criação de distritos industriais, como também, as políticas de atração de investimentos, contribuíram sobremaneira para a consolidação dessa região como a mais importante do interior do estado (MIRANDA, 2002, p. 31).

Neste processo de “interiorização do desenvolvimento”, a região se beneficiou não só com a instalação de novas indústrias, mas também com a implantação de escritórios e divisões administrativas de grandes empresas do interior paulista, além da configuração de uma ampla cadeia de lojas, supermercados, instituições financeiras e serviços especializados, atendendo a novas exigências da produção e do consumo (FERNANDES; BRANDÃO; CANO, 2002).

O cenário de crescimento econômico duradouro da região de Campinas, comparativamente a outras regiões paulistas e do Brasil, fez dos municípios dessa região focos de atração de migrantes, dando origem a níveis elevados de crescimento populacional, primeiramente em Campinas e, a partir da década de 1970, em outros municípios do entorno. Como descreve Pires (2007, p. 17),

[...] em 1970, do ponto de vista populacional, a rede urbana regional se configurava por Campinas como pólo regional, com 375 mil habitantes; Americana, com 66 mil habitantes, já era um centro urbano de destaque; Valinhos, Indaiatuba e Santa Bárbara d’Oeste, com cerca de 30 mil, apresentavam diversificada base econômica.

Os demais eram pequenos municípios com menos de 30 mil habitantes e predomínio da população rural.

Entretanto, prossegue a autora na mesma página, “A partir dessa época vai se alterar substantivamente o papel e a relação entre esses municípios, conforme sua articulação à nova dinâmica econômica”, tendo como principais rebatimentos uma maior distribuição de população na região, contribuindo para os processos de urbanização e de expansão horizontal urbana em todos os municípios da futura RMC.

Durante a década de 1980 e principalmente na de 1990, as sucessivas crises econômicas frearam o desenvolvimento socioeconômico regional, levando ao encerramento de atividades agrícolas e industriais. A isto, seguiu-se um expressivo aumento do desemprego e retração da renda dos trabalhadores, fatores que, juntamente com as políticas neoliberais de ajuste, concorreram para a queda nos padrões médios de vida na RMC. Como relatam Cunha e Oliveira (2001, p. 352-3),

Na década de 80, apesar da crise econômica, o comportamento da região ainda se impôs ao de São Paulo e outras regiões brasileiras. No início da década de 90, notam-se algumas mudanças nesse cenário de desenvolvimento econômico com reflexos visíveis no desemprego, no encerramento das atividades de indústrias ou suas mudanças para Estados mais convenientes em termos tributários, na redução da produção agrícola devido principalmente à política de exportação e crise no setor alcooleiro e, finalmente, com a questão social atingindo níveis alarmantes gerando reflexos principalmente na violência urbana e nas ocupações da terra.

Mesmo assim, com o agravamento da depressão econômica em outras áreas mais carentes, a região continuou a receber migrantes, que passaram a se instalar predominantemente em áreas de municípios com menor preço da terra urbana em comparação aos dois principais centros regionais (Campinas e Americana): na periferia “longínqua” de Campinas, no extremo sudoeste da cidade e em seu prolongamento em direção aos municípios vizinhos de Sumaré, Hortolândia e, mais recentemente, Monte Mor; nas proximidades de Americana, em Santa Bárbara d’Oeste e Nova Odessa; e, em centros economicamente emergentes, como Indaiatuba e Paulínia. Essa redistribuição dos fluxos migratórios contribuiu, portanto, para a conformação de um verdadeiro processo de “periferização” em escala metropolitana, conformado pelo crescimento mais acelerado da população urbana em

municípios do entorno de Campinas, e pelo crescimento dos bairros periféricos pobres em diversas cidades da região.³⁸

Os dados da Tabela 2 deixam claro o dinamismo do crescimento populacional na área da atual RMC em comparação com as taxas médias estadual e nacional e, principalmente, evidenciam a importância crescente da participação dos demais municípios da região na absorção da migração. Nota-se que a participação relativa da população do município-sede no total de população tem apresentado sucessivas reduções nas últimas décadas, passando de 55,2% em 1970 para 52% em 1980, 45,4% em 1991, 41,4% em 2000 e 38,6% em 2010. É importante observar que esse crescimento relativo da população dos demais municípios da região em comparação à sede, ocorrido a partir da década de 1970, se deu não somente através da maior absorção, pelos municípios do entorno, da migração proveniente de fora da região, mas principalmente por meio de um processo interno de redistribuição demográfica, que teve Campinas como importante *locus* de saída de população (BAENINGER, 2002).

TABELA 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO MÉDIO ANUAL (%) DA POPULAÇÃO ABSOLUTA (1970-2010)

	1970-1980	1980-1991	1990-2000	2000-2010
Brasil	2,48	1,93	1,63	1,17
Estado de São Paulo	3,49	2,13	1,78	1,10
Região Metropolitana de Campinas	6,49	3,51	2,54	1,93
Município de Campinas	5,86	2,24	1,50	0,95
Outros municípios da RMC	7,22	4,74	3,34	2,48

Fonte: IBGE (censos demográficos 1970 a 2010).

Por sua vez, a Tabela 3 apresenta os totais de população urbana nos municípios da RMC e as taxas geométricas de crescimento anual. A partir de tais dados e de considerações acerca da dinâmica migratória regional apresentados por Baeninger (2001), pode-se sumarizar a dinâmica populacional na região através da identificação, desde pelo menos a década de

³⁸ “[...] a intensificação do movimento [migratório] urbano-urbano transformou o espaço, gerando o processo de “periferização” da população. [...] o município de Campinas serviu de etapa intermediária entre a procedência e a direção final dos migrantes que chegaram à Região de Campinas. A etapa seguinte, que assumiu diversas configurações, foi a ‘expulsão’ da população de baixos rendimentos, incluindo tanto os migrantes mais pobres como os naturais do município, para as áreas de mais baixo valor do solo urbano. O empobrecimento da população – consequência da deterioração do poder de compra dos salários que já se prenunciava no final dos anos 70 – aliado ao importante fluxo migratório que a região recebeu nessa década, intensificou o processo de ‘periferização’” (BAENINGER, 2001, p. 341).

1970, de características similares ao padrão de crescimento populacional manifesto nas antigas metrópoles nacionais, quais sejam:

- a) taxas de crescimento superiores em municípios do entorno em comparação com as do município-sede;
- b) redução da participação relativa da população do município-sede no total regional: de 49,3% em 1970 para 39% em 2010; e,
- c) elevação da participação de cidades de menor porte no crescimento demográfico urbano regional, casos de Santa Bárbara d'Oeste, Pedreira e Artur Nogueira, cidades que, embora distantes do centro metropolitano, apresentaram taxas elevadas de crescimento populacional em praticamente todo o período analisado.³⁹

A dinâmica demográfica e o crescimento econômico instaurados na região campineira, paulatinamente acentuaram a tendência de metropolização do território verificada já na década de 1970.⁴⁰ De modo geral, tal processo se verifica, sobretudo, devido aos crescentes nexos sociais, econômicos e espaciais entre os municípios, expressos pela divisão do trabalho estabelecida em escala regional e pelo aumento da circulação de pessoas para trabalhar, além da ligação física entre as cidades, principalmente entre os municípios vizinhos a Campinas, ligados pela rodovia Anhanguera.

Os municípios que vêm se constituindo em vetores do processo de expansão e ocupação regional foram marcados, desde os anos 70, pela forte presença da migração com origem na sede metropolitana. [...] os municípios vizinhos a Campinas passaram a compor a dinâmica regional, seja como áreas de expansão industrial e de insumos industriais ou como áreas para localização habitacional, propiciando intenso processo de conurbação (BAENINGER, 2001, p. 341).

³⁹ A taxa de crescimento anual negativa de Sumaré em 2000 (Tabela 3) se deve à perda populacional sofrida com a criação do município de Hortolândia, emancipado de Sumaré em 1991. No mesmo ano, também sofreram perdas populacionais por desmembramentos territoriais os municípios de Artur Nogueira, com a emancipação de Engenheiro Coelho, e, em menor proporção, Jaguariúna, que, juntamente com Artur Nogueira, cedeu parte de seu território rural para a criação de Holambra (Cf. Tabela 1).

⁴⁰ Ressalta-se que já neste decênio, pouco depois da institucionalização das primeiras regiões metropolitanas brasileiras pelo Governo Federal, a região nucleada por Campinas, em ensaio analítico realizado por Fany Davidovich e Olga Lima (1975), era apontada como uma área em processo de metropolização. As autoras, pesquisadoras do IBGE, classificaram a região como *aglomeração submetropolitana*, o nível hierárquico mais baixo de uma escala de aglomerações metropolitanas que registra ainda duas metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro), cinco áreas metropolitanas incipientes (Belém, Brasília, Curitiba, Fortaleza e Goiânia), além da região de Santos, também apontada como aglomeração submetropolitana.

TABELA 3: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA DA RMC (1970-2010)

Município	População Urbana					Crescimento Anual (%)			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Americana	62.329	121.300	153.085	181.867	209.717	6,89	2,14	1,93	1,44
Artur Nogueira	3.192	6.918	20.984	30.318	40.026	8,04	10,61	4,17	2,82
Campinas	335756	589.310	820.203	952.003	1.062.453	5,79	3,05	1,67	1,10
Cosmópolis	7.025	18.750	33.946	42.445	54.629	10,32	5,54	2,51	2,56
Engenheiro Coelho*	-	-	-	6.986	11.499	-	-	-	5,11
Holambra*	-	-	-	3.929	8.182	-	-	-	7,61
Hortolândia*	-	-	-	151.697	192.225	-	-	-	2,40
Indaiatuba	22.341	48.051	90.903	144.228	199.835	7,96	5,97	5,26	3,31
Itatiba	20.758	35.304	54.078	65.602	85.640	5,45	3,95	2,17	2,70
Jaguariúna	3.839	9.208	18.132	25.756	43.047	9,14	6,35	3,98	5,27
Monte Mor	3.793	6.823	21.699	34.051	45.996	6,05	11,09	5,13	3,05
Nova Odessa	6.242	19.405	31.781	41.028	50.440	12,01	4,59	2,88	2,09
Paulínia	3.673	18.919	32.566	50.601	82.074	17,81	5,06	5,02	4,96
Pedreira	12.078	19.593	26.490	34.056	41.197	4,96	2,78	2,83	1,92
Santa Bárbara d'Oeste	22.360	71.157	139.849	167.660	178.728	12,27	6,34	2,04	0,64
Santo A. de Posse	4.160	7.090	8.470	14.633	18.813	5,48	1,63	6,26	2,54
Sumaré	15.295	94.643	222.115	193.322	238.599	19,99	8,06	-1,53	2,13
Valinhos	19.963	37.267	59.514	78.358	101.820	6,44	4,35	3,10	2,65
Vinhedo	7.420	20.901	32.745	46.027	61.688	10,91	4,17	3,86	2,97
Total RMC	680826	1.124.639	1.774.557	2.264.567	2.726.608	5,15	4,23	2,75	1,87

*Municípios criados em dezembro de 1991.

Fonte: IBGE (Censos demográficos 1970-2010)

Atualmente, o processo de conurbação se desenvolve seguindo três eixos rodoviários preferenciais, resultando em uma mancha urbano-metropolitana que se estende por dez municípios: no sentido sudeste-noroeste, ao longo das rodovias Anhanguera e Bandeirantes, de Vinhedo até Americana e Santa Bárbara d'Oeste e, secundariamente, no sentido norte-sul, de Paulínia a Indaiatuba.⁴¹ Na carta-imagem da RMC apresentada a seguir (Mapa 2), pode-se observar a orientação da mancha metropolitana, bem como das demais áreas urbanizadas dos municípios, representadas em falsa-cor por tons de lilás.

⁴¹ A conformação da mancha urbana metropolitana a partir da evolução das áreas urbanizadas será objeto de análise mais detalhada na seção seguinte.

É importante ressaltar que a população da região apresenta-se concentrada, em sua maioria, nos municípios que integram esta área conurbada. Os seis municípios mais populosos (Campinas, Sumaré, Hortolândia, Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Indaiatuba), todos com elevadas taxas de urbanização, concentram 75,4% do total de população absoluta da RMC (2010), sendo que pouco mais da metade deste percentual (38,4%) se encontra no município-sede regional. Além disso, a área conurbada corresponde a cerca de 4/5 da extensão territorial das áreas urbanizadas dos municípios que integram a RMC e concentra parcela expressiva dos estabelecimentos de atividades econômicas da região metropolitana.

O avanço da conurbação, ou seja, da ligação física entre as cidades, é uma das expressões espaciais mais concretas do processo de metropolização na região de Campinas. Tal processo avança integrando municípios e lugares cada vez mais distantes da sede regional, através de intensificação dos fluxos de mercadorias, pessoas e informações, bem como pela crescente produção de formas espaciais tipicamente metropolitanas (como grandes lojas de varejo e áreas residenciais fechadas) em praticamente todos os municípios. Mas diferentemente da RMSP, onde a densidade de ocupação das áreas urbanizadas conurbadas é bastante elevada, na RMC a ligação física entre as manchas urbanas consolida-se sob um padrão de urbanização cada vez mais disperso (REIS, 2006; CAIADO; PIRES, 2006), no qual os usos urbanos da terra se estendem para as áreas formalmente definidas como rurais.⁴²

Em suma, a região polarizada por Campinas, institucionalizada desde 2000 como região metropolitana, tem ocupado papel de destaque como a mais próspera do interior paulista, com importante crescimento econômico, forte dinâmica demográfica e intensa urbanização. Esta posição de destaque segue sendo ressaltada na atualidade devido à estrutura econômica consolidada e à ampla oferta de bens e serviços, que fornecem às populações da

⁴² Nas palavras de Caiado e Pires (2006, p. 300): “[...] por ser uma região de formação mais recente (em relação à RMSP, por exemplo), o processo de urbanização [na RMC] apresenta maior intensidade dos novos padrões de ocupação, refletindo em maior escala o fenômeno da dispersão. A conurbação urbana assume, portanto, menores dimensões, apesar de estar presente, principalmente entre os municípios localizados ao longo da Rodovia Anhanguera, onde se localizam áreas urbanas fortemente articuladas entre si”.

maior parte de seus municípios um padrão de vida relativamente elevado, sobretudo se comparado a outras áreas do estado e do país. Como afirma Baeninger (2001, p. 326), além do polo regional, “[...] os demais municípios foram também capazes de estabelecer uma base econômica expressiva e dinâmica, tanto industrial, quanto agrícola”, levando a uma distribuição da população, da riqueza e das oportunidades dentro e fora do núcleo metropolitano, ainda que em graus diferenciados.

Por outro lado, as disparidades socioeconômicas e o padrão de urbanização e de ocupação do espaço, terminaram por configurar uma metrópole com uma estrutura interna bastante desigual e segregada em relação à funcionalidade dos espaços e ao seu conteúdo social. Além do centro principal da RMC (constituído pela área central da cidade de Campinas), verifica-se na região: a) a presença de subcentros, concentradores de atividades industriais e de grandes estabelecimentos de consumo; b) municípios e áreas com grande concentração de residenciais “nobres” e luxuosos das camadas mais abastadas; e, c) municípios e porções de municípios com características de “dormitórios” e com concentração de loteamentos populares e precários.

Na seção a seguir, realiza-se uma análise mais apurada sobre a dinâmica de expansão das áreas urbanizadas nos municípios que constituem a RMC, bem como dos principais aspectos que caracterizam sua estrutura socioespacial urbana. Objetiva-se, com as análises que seguem, apresentar elementos que subsidiem a compreensão da estruturação do espaço urbano-metropolitano campineiro em áreas desiguais e segregadas, expressando graus diferenciados de inclusão e de exclusão social.

4.2 EXPANSÃO URBANA E ESTRUTURA SOCIOESPACIAL DA RMC: A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO-METROPOLITANO

Chamar-se-á de *espaço urbano-metropolitano* o espaço conformado pelo conjunto das cidades que constituem a RMC, correspondendo, genericamente, ao total das áreas urbanizadas presentes nos municípios, tanto aquelas integradas fisicamente pela conurbação, como as mais afastadas do centro metropolitano, a área central de Campinas (centro principal)

e seu entorno.⁴³ Trata-se, portanto, de um conjunto de espaços urbanos cuja definição, deveras, segue a demarcação formal dos limites municipais, mas que, em nosso entendimento, abriga, ainda que em intensidades distintas, a dinâmica socioespacial da metropolização, dado o caráter disperso que, segundo diversos autores (SPOSITO, 2004; REIS, 2006; CAIADO; PIRES, 2006; PIRES, 2007), caracteriza a urbanização na região.

Nesta seção procura-se apresentar as principais condicionantes que atuaram na produção socialmente desigual do espaço urbano-metropolitano da RMC. Trata-se, evidentemente, de uma análise inevitavelmente incompleta devido à ampla variedade e diversidade de agentes sociais e processos envolvidos na constituição desse espaço ao longo do tempo. Considera-se que toda e qualquer análise desta natureza pauta-se necessariamente numa abordagem específica que prioriza determinados temas e variáveis a fim de subsidiar a investigação.

Nesta tese, a análise será feita a partir de dois eixos analíticos complementares: a *evolução da expansão urbana* e a configuração urbana segundo uma estrutura de divisão/diferenciação das atividades e (o que mais nos interessa nesta investigação) dos segmentos sociais no espaço, designada de *estrutura socioespacial*. Esta, por sua vez, contemplará alguns importantes aspectos selecionados, como a distribuição da população no espaço urbano, a diferenciação espacial segundo usos da terra que cumprem funções diferentes (usos voltados à produção e consumo de mercadorias x usos destinados à moradia e à reprodução das classes sociais) e a produção de áreas residenciais com conteúdos sociais e organizações espaciais amplamente desiguais.

4.2.1 A expansão horizontal e a dinâmica de ocupação do espaço urbano-metropolitano

A análise da expansão urbana por meio da incorporação de novas áreas ao espaço urbano – as áreas urbanizadas – é importante para a compreensão da configuração atual de uma cidade. Tal investigação fornece elementos que permitem caracterizar, entre outros aspectos, a evolução da diferenciação espacial interna, com a conformação dos diferentes

⁴³ Seguindo proposição de Caiado e Pires (2006), chamar-se-á de centro metropolitano a porção de ocupação urbana mais consolidada da cidade de Campinas, que exerce a maior centralidade na RMC. Esta área é delimitada pelas rodovias SP-065 (norte e nordeste), SP-091 (sudeste) e SP-330 (sul e oeste).

espaços de produção econômica e de acumulação do capital, assim como avaliar a distribuição dos segmentos sociais e, por conseguinte, a própria reprodução das relações sociais na cidade.

Também conhecidas como “manchas urbanas”, tais áreas estendem-se em direção a áreas com vegetação campestre e/ou arbórea e sobre terras até então utilizadas para fins agropecuários, à medida que a conversão de seu uso de rural para urbano atenda, de modo satisfatório, a uma gama de interesses diversos, muitas vezes conflituosos e contraditórios: a) do capital industrial e comercial, interessados no uso produtivo que a terra, através de sua localização, pode fornecer; b) da população em geral, na condição de força de trabalho e de consumidores, interessados nos meios necessários ao desenvolvimento da vida (oferta de infraestrutura, acessibilidade a bens e serviços, conforto, segurança etc.) (SINGER, 1982; VILLAÇA, 1998); e c) dos proprietários fundiários e do capital imobiliário, os quais veem nesta conversão de uso sua própria fonte de riqueza, através do parcelamento e da venda da terra na forma de lotes ou de empreendimentos habitacionais como conjuntos residenciais, condomínios exclusivos, entre outros (CORRÊA, 1995; RIBEIRO, 1997).

Na região de Campinas, a correlação entre o crescimento econômico presente na maior parte do tempo nos últimos cinquenta anos e manifestado na maioria dos municípios, e as múltiplas ações de agentes produtores do espaço urbano (como proprietários de terras, incorporadores imobiliários e o poder público nas diferentes esferas) engendradas neste contexto, resultou em uma dinâmica de expansão urbana bastante intensa em termos de incorporação de áreas ao tecido urbano regional e amplamente desigual no tocante aos padrões de ocupação e uso da terra e à distribuição dos segmentos sociais no espaço.

Até meados da década de 1940, em todos os municípios da área da atual RMC, à exceção de Campinas e de Americana, as áreas urbanizadas eram de pequena extensão territorial e correspondiam basicamente a arruamentos e loteamentos localizados nas atuais áreas centrais e seus arredores. Contudo, a dinâmica de industrialização, bem como o crescimento da população e a melhoria da infraestrutura viária ocorridos a partir daquele decênio, passam a impulsionar a incorporação de novas áreas aos espaços urbanos, primeiramente em Campinas, na década seguinte em Americana e Sumaré e posteriormente nos demais municípios.

Nos anos 1940 e 1950, quando Campinas fortalece sua centralidade regional a partir da implantação de grandes indústrias e de pequenos e médios estabelecimentos fornecedores em seu território, tem origem uma expansão sem precedentes da área urbanizada do município. De acordo com Pires e Santos (2002), a mancha urbana que em 1945 era de 16,25 km², com ocupação efetiva de 70%, aumenta para cerca de 53 km² em 1954, sendo que no período “[...] foram implantados 28 novos e grandes loteamentos fora da malha urbana consolidada” (p. 56). Tais loteamentos localizavam-se

[...] preferencialmente na direção Sudoeste do município, configurando uma estrutura urbana caracterizada por um núcleo que se diferenciava internamente, com o alargamento de ruas e a verticalização na área central, e pela formação de uma periferia que somente seria ocupada vinte anos depois (idem, ibidem).

Ainda segundo as mesmas autoras, nos anos 1950 também se processa uma expressiva expansão do tecido urbano de Americana – já na época, o segundo centro urbano mais importante da região – em padrões semelhantes à ocorrida em Campinas, especialmente ao longo das rodovias Luiz de Queiroz (SP-304) em direção a Santa Bárbara d’Oeste, e Anhanguera, no sentido Nova Odessa.

Dos anos 1960 em diante, a expansão urbana passa a se processar mais rapidamente na maioria dos municípios da região. A fim de analisar de modo mais detalhado a conformação das áreas urbanizadas municipais, efetuou-se o mapeamento da evolução das mesmas no período de 1965 a 2010, aproveitando diversos materiais cartográficos e documentais disponíveis e utilizando tecnologias de geoprocessamento (sensoriamento remoto e SIG).⁴⁴

A Tabela 4 apresenta os resultados da quantificação das áreas urbanizadas mapeadas em cada município em cinco momentos do período analisado. Os dados evidenciam que a área urbanizada total na RMC apresentou intenso crescimento (especialmente até a década de

⁴⁴ No mapeamento, foram consideradas como sendo urbanizadas as áreas nas quais são identificadas: formas espaciais caracteristicamente urbanas, tais como arruamentos, edificações ou outras construções; usos tipicamente urbanos, como parques e chácaras de lazer; ou ainda, áreas desocupadas, ou de ocupação rarefeita, utilizadas segundo uma lógica urbana de uso da terra, casos dos lotes sem construções e, principalmente, dos chamados “vazios urbanos”, glebas localizadas entre as formas urbanas e mantidas desocupadas (sem uso rural). O encaminhamento metodológico do mapeamento, bem como os resultados preliminares e respectiva discussão, estão publicados em Nascimento (2012a).

1990), aumentando de aproximadamente 171 km² em 1965 para 862 km² em 2010. A expansão mais veloz ocorreu entre 1979 e 1989, período em que várias das manchas urbanas municipais começam a se aproximar e os usos rurais das terras situadas entre elas são, em sua maioria, suprimidos e as glebas são mantidas em situação de “pousio social”. Na maioria dos municípios, as áreas urbanizadas se expandiram sobre terras já desocupadas, ou em substituição a culturas agrícolas, especialmente de café, cana-de-açúcar e citros.

TABELA 4: ÁREAS URBANIZADAS NOS MUNICÍPIOS DA RMC (1965-2010)

Município	Área urbanizada (km ²)				
	1965	1979	1989	2001	2010
Americana	16,16	27,73	47,64	57,58	62,82
Artur Nogueira	0,67	2,00	4,60	13,06	14,76
Campinas	92,06	146,95	228,16	266,88	279,66
Cosmópolis	2,41	6,15	9,94	12,80	14,05
Engenheiro Coelho	0,27	0,40	2,03	5,52	6,16
Holambra	*	0,98	4,15	5,46	6,67
Hortolândia	6,79	8,96	31,35	39,15	40,05
Indaiatuba	9,34	28,72	47,42	63,49	65,97
Itatiba	2,28	9,28	35,32	44,92	45,62
Jaguariúna	1,16	3,90	13,85	20,41	22,36
Monte Mor	0,87	0,84	15,73	16,91	18,99
Nova Odessa	2,25	4,52	11,93	16,25	20,12
Paulínia	3,88	14,49	29,14	41,52	46,96
Pedreira	3,30	5,13	9,37	12,85	13,76
Santa Bárbara d'Oeste	3,94	21,18	33,99	37,40	40,95
Santo Antônio de Posse	1,25	1,52	4,75	8,13	8,69
Sumaré	15,70	25,18	43,19	53,67	61,17
Valinhos	7,70	28,19	44,43	54,62	54,77
Vinhedo	1,76	17,58	27,01	36,48	39,28
Total RMC	171,79	353,70	644,00	807,10	862,81

*Não delimitada.

Em relação aos municípios, cabe destacar as seguintes características da dinâmica espacial:

- a) grande crescimento das áreas urbanizadas de Campinas, Americana, Paulínia e Sumaré em praticamente todo o período;
- b) expansão urbana expressiva, nas décadas de 1970 e 1980, nos municípios que passariam a abrigar amplas áreas condominiais e loteamentos para as classes de alta renda, casos de Valinhos, Vinhedo e Itatiba;

- c) expansão intensa em Indaiatuba a partir dos anos 1970 até a década de 1990, impulsionada pela instalação de diversas unidades industriais em seu território após a implantação do Aeroporto de Viracopos, na porção sul de Campinas; e,
- d) intensificação da expansão urbana nas cidades de menor porte populacional a partir dos anos 1990, como Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse (Tabela 4).

O Mapa 3, por sua vez, apresenta as áreas urbanizadas mapeadas. Em relação à dinâmica espacial da expansão urbana, pode-se observar que em 1965 as maiores manchas urbanas pertenciam aos dois principais polos econômicos da região – Campinas e Americana – superando em muito as áreas urbanizadas dos demais municípios. Naquele momento, já existia uma ocupação urbana densa numa área correspondente ao atual centro metropolitano, delimitada aproximadamente pela Via Anhanguera (sul e sudeste), a área da atual Av. Norte-Sul a leste, a Lagoa do Taquaral e o bairro Jardim Guanabara (norte) e Av. Lix da Cunha até a indústria Bosch. A sudoeste do centro metropolitano havia dezenas de loteamentos, implantados, segundo Miranda (2002), desde os anos 1940, com ocupação rarefeita ou nula, além de algumas glebas em parcelamento. Todas estas áreas aparecem “isoladas” do tecido urbano contínuo, entremeadas a várias glebas sem ocupação, evidenciando o intenso processo de especulação fundiária em vigor.

É importante registrar, seguindo relato da referida autora, que da década de 1950 em diante,

[...] o padrão de crescimento urbano de Campinas passou a se consolidar de maneira segregada. O intenso processo de valorização imobiliária expulsou a população mais pobre, que se deslocou para áreas mais distantes, processo sancionado pelas ações e omissões do poder público, seja pela aprovação de loteamentos, seja pela aprovação de normas urbanísticas e, também, pela implantação de infraestrutura urbana (idem, p. 52).

Em contrapartida, em praticamente todos os municípios mais afastados da área central de Campinas, a área urbanizada era constituída por pequenas extensões territoriais correspondentes ao núcleo urbano central com alguns bairros em suas imediações (Mapa 3).

Outras características importantes da mancha urbana de 1965 são:

Mapa 3
Região Metropolitana de Campinas
EVOLUÇÃO DA ÁREA URBANIZADA
(1965-2010)

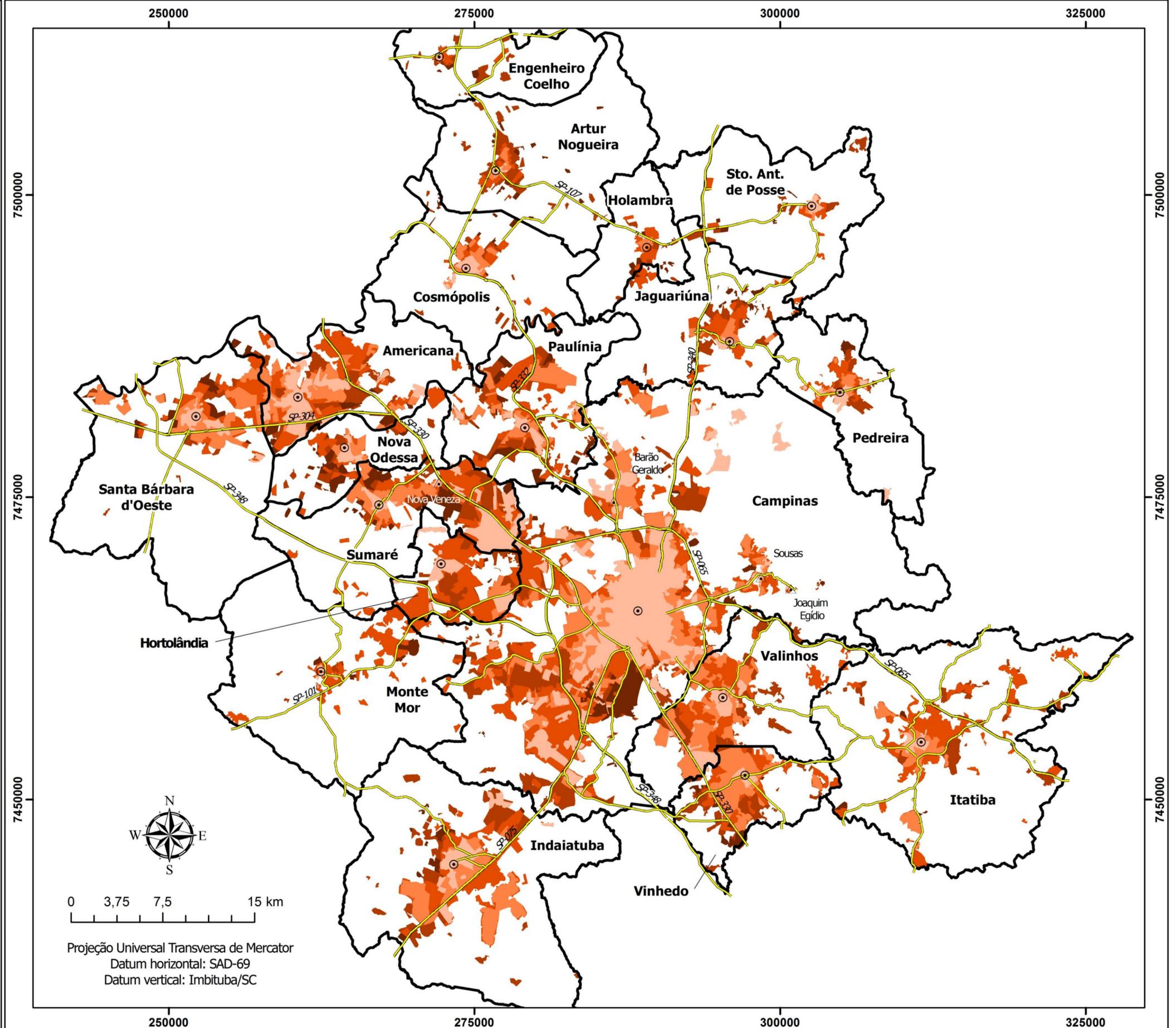
Legenda

-  Via de tráfego
-  Limite municipal (atual)
- Centros urbanos
 -  Principal
 -  Distrito
- Áreas urbanizadas
 -  1965
 -  1979
 -  1989
 -  2001
 -  2010

Fontes consultadas

Ano	Material Cartográfico	Fonte
1965	Conjunto de dez cartas topográficas em escala 1:50.000	DSG
1979	Conjunto de quinze cartas topográficas em escala 1:10.000, com recobrimento de Campinas e Pedreira (total), Sumaré e Valinhos (parcial)	IGC
	Carta topográfica em escala 1:50.000, recobrimento parcial de Itatiba e Vinhedo	DSG
	Mapa de uso e ocupação do solo (recobrimento de todos os municípios)	Emplasa
1989	Imagens do satélite Landsat 5, sensor TM, resolução espacial de 30 metros (duas cenas)	GLCF
2001	Imagens do satélite Landsat 7, sensor ETM+, resolução espacial de 30 metros (duas cenas)	
2010	Imagens do satélite ALOS, sensor PRISM, resolução espacial de 2,5 metros (sete cenas)	IBGE

Elaboração: Ederson Nascimento (2012).



- a) tendência de conurbação entre as áreas urbanizadas na porção de Campinas nas proximidades da Via Anhanguera, especialmente em direção a Sumaré, com a presença de áreas industriais e armazéns às margens da rodovia, além de loteamentos em seu entorno;
- b) presença de núcleos urbanizados dispersos em Indaiatuba, Pedreira e Paulínia, correspondendo, no caso do último, a áreas industriais (Rhodia e Bresler) e, no caso dos dois primeiros, a loteamentos e glebas em processo de parcelamento.⁴⁵

Como afirma Caiado (1998, p. 467), “A expansão urbana observada na região a partir dos anos 70 foi marcada pela crescente horizontalização e periferização dos espaços urbanizados”, cujas dinâmicas contribuíram, em grande medida, para a articulação urbana de Campinas com os municípios limítrofes, mas com baixas densidades de ocupação das áreas parceladas e com a criação/manutenção de diversos vazios urbanos.

Entre 1965 e 1979, houve grande crescimento das áreas urbanizadas nos municípios do entorno de Campinas, bem como de Americana. Com a intensificação das migrações para a região e o progressivo aumento dos preços da terra urbana em Americana e na porção mais densamente ocupada de Campinas, as periferias dos dois municípios passam a crescer, extrapolando seus limites municipais e reforçando as tendências de conurbação. Americana projetou sua periferia em Santa Bárbara d’Oeste, onde surgem dezenas de loteamentos voltados a camadas de baixa renda (CAIADO, 2002c). Já em Campinas, a periferia oeste do município, fracamente ocupada até 1965, expande-se para o território de Sumaré, incluindo o então distrito de Hortolândia, favorecida pela disponibilidade de terras ao longo das principais vias de acesso aos núcleos urbanos já existentes, bem como pela permissividade da legislação urbana do município (NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002a; 2002b). Ocorre também uma significativa expansão no sentido sudoeste, impulsionada especialmente “[...] pela abertura do Aeroporto de Viracopos, pela implantação do Distrito Industrial de Campinas e pela

⁴⁵ Para Holambra, os dados disponíveis não permitiram a delimitação do seu núcleo urbano em 1965, devido à inexistência de um aglomerado de casas ou de quadras que pudesse ser definido como área urbanizada seguindo os critérios adotados no mapeamento. Em todo caso, acredita-se que seu tecido urbano era praticamente inexistente no referido ano, já que a vila de Holambra, cuja gestão era realizada por uma cooperativa de produtores rurais (Cooperativa Holambra) até a criação do município em 1991, apresentava organização espacial tipicamente rural, como se pode depreender a partir da descrição de Braga (2002b, p. 271): “Até a emancipação do município, existia apenas uma rua asfaltada no núcleo urbano e todas as casas localizavam-se em lotes grandes, com muita área verde no entorno”.

implantação de vários conjuntos habitacionais instalados nesta porção do município, através da atuação das COHABs Campinas e Bandeirantes” (CAIADO, 1998, p.469).

No referido período, o quadrante sudoeste da RMC começa a se configurar como a principal zona de exclusão social do espaço em processo de metropolização, com grande concentração de população empobrecida residindo em adensados loteamentos, conjuntos residenciais implantados pelo Estado, favelas e loteamentos clandestinos, além de deficiências na dotação de infraestrutura e na oferta de serviços (ZIMMERMANN, 1989; CAIADO; PIRES, 2006).

Além disso, para o período 1965-1979, cabe ressaltar ainda:

- a) a expressiva expansão urbana em Vinhedo e Valinhos, especialmente em razão da implantação de loteamentos de médio e alto padrão em áreas com características rurais, aproveitando-se de amenidades ambientais (remanescentes de mata, cursos d’água, clima ameno tipo “serrano” etc.) e boa acessibilidade a Campinas e à Região Metropolitana de São Paulo (FREITAS, 2008);
- b) o avanço da conurbação entre Campinas e Valinhos, por meio da implantação de loteamentos e áreas industriais ao longo da Via Anhanguera;
- c) a ocupação urbana na porção norte de Campinas (distrito de Barão Geraldo) com a implantação da UNICAMP, de grandes loteamentos (alguns dispersos em áreas rurais) e chácaras de recreio, sobretudo ao longo da “Estrada da Rhodia” em direção a Paulínia;
- d) o crescimento da área urbanizada neste município, associado à inauguração da REPLAN (1972) no norte de seu território, bem como por loteamentos nas proximidades da área central e nas porções noroeste e oeste; e,
- e) a expansão urbana de Indaiatuba, impulsionada principalmente pela instalação de novas plantas industriais às margens da SP-075 e pela criação, a oeste desta rodovia, de loteamentos e grandes núcleos habitacionais empreendidos pelo poder público .

Na década de 1980, a expansão urbana consolida dois padrões de organização espacial em zonas distintas, os quais representam duas faces socialmente contraditórias do processo de produção do espaço urbano-metropolitano na região. Por um lado, prossegue a urbanização precária e excludente no quadrante sudoeste da RMC, estendendo-se agora até Monte Mor. Neste município, assim como em Sumaré (distrito de Nova Veneza) e Hortolândia, ocorre a consolidação de áreas residenciais em conurbação com a cidade de

Campinas, porém afastadas das áreas urbanizadas dos respectivos distritos sede, fragmentando o tecido urbano naqueles municípios do entorno metropolitano. Trata-se de um espaço conurbado cujo padrão periférico de ocupação – com concentração de segmentos populacionais com baixos rendimentos e apresentando graves problemas de infraestrutura e demandas sociais – claramente deriva das carências habitacionais do município-sede (CAIADO, 2002a; NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002a).

Por outro lado, no quadrante sudeste, acelera-se a urbanização de chácaras e fazendas para a implantação de áreas residenciais destinadas às classes de alta renda (incluindo Itatiba e o distrito de Sousas, no leste de Campinas), muitas das quais fechadas. Permanece, contudo, a retenção de glebas com fins especulativos, especialmente em Campinas, Valinhos, Sumaré e Monte Mor. Na porção setentrional da região, algumas cidades também apresentaram expressiva expansão de suas áreas urbanizadas, casos de Jaguariúna, Pedreira, Cosmópolis e Artur Nogueira, refletindo a dispersão regional da população resultante da busca por habitação e custo de vida mais baratos, em comparação com a sede regional e municípios do entorno.

Nas duas décadas seguintes, a expansão se dá em praticamente todos os municípios da região, com a implantação de loteamentos. O destaque, porém, cabe à proliferação de condomínios residenciais e loteamentos fechados que, conforme será visto no item seguinte, passam a ser criados em praticamente todos os municípios da região, acentuando a segregação social em escalas metropolitana e intraurbanas (CUNHA et al., 2006b; PIRES, 2007). Intensifica-se também a instalação de grandes empreendimentos comerciais e multiuso nas avenidas mais importantes e nas proximidades dos principais eixos rodoviários da região, especialmente na Via Anhanguera e no trecho de Campinas da rodovia Dom Pedro I (SP-065). A implantação destes grandes equipamentos de consumo tem ocasionado um crescimento exponencial da circulação de pessoas entre diferentes municípios da RMC, tanto para trabalho e estudos, como para consumo, o que, na acepção de Reis (2006), estende a escala do cotidiano social para uma dimensão cada vez mais supramunicipal e metropolitana.

É importante ressaltar que a expansão das áreas urbanizadas foi acompanhada e incentivada por sucessivas ampliações dos perímetros urbanos em praticamente toda a RMC, e em vários de seus municípios a delimitação atual dos perímetros ainda autoriza grande aumento no tecido urbano. Como é possível observar no Mapa 4, em todos os municípios

existem áreas não urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano, sendo que Indaiatuba, Monte Mor, Paulínia, Pedreira e Santa Bárbara d'Oeste chamam a atenção por apresentarem vastas áreas desocupadas urbanizáveis nas periferias das manchas urbanas já consolidadas. Em Campinas também podem ser observadas algumas grandes áreas desocupadas a oeste, nordeste e sudeste do centro principal.⁴⁶

Por sua vez, nos municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, Santo Antônio de Posse, Valinhos e Vinhedo, nota-se maior correspondência entre os tamanhos das áreas urbanizadas e dos perímetros urbanos em vigor. Finalmente, chama a atenção o caso de Itatiba, onde a área urbanizada do município, constituída pelo tecido urbano principal e por diversas manchas urbanas dispersas na área rural, extrapola consideravelmente o perímetro urbano que é formado por um único polígono. Praticamente todas essas áreas urbanizadas exteriores ao perímetro urbano correspondem a loteamentos fechados, implantados em chácaras localizadas às margens das vias de deslocamento rodoviário que atravessam o município (Mapa 4).⁴⁷ De acordo com Bessa (2002), contribuiu para esta configuração espacial a redução do perímetro feita pelo poder público em 1996. Desde então, “[...] muitos moradores em áreas de condomínios, chácaras, e residências isoladas do perímetro urbano anterior passaram a ser considerados *residentes rurais*” (idem, p. 355), mesmo tais espaços sendo infraestruturados segundo padrões de ocupação e uso urbanos.

Em suma, os dados e informações reunidos nos permitem afirmar que a estruturação do espaço urbano-metropolitano campineiro teve em seu processo de expansão horizontal uma das principais bases para sua configuração de modo disperso, tal como se caracteriza atualmente. Devido à localização de plantas industriais ao longo da Via Anhanguera, que acabaram atuando como verdadeiras “frentes” de ocupação urbana, aliada à implantação de um amplo número de loteamentos afastados dos núcleos urbanos consolidados e concomitante manutenção de vazios urbanos, e ainda, ao surgimento de áreas residenciais nas periferias, voltadas tanto a camadas de baixa renda (adensados loteamentos e conjuntos residenciais

⁴⁶ Na vasta área classificada como “não urbanizada” situada imediatamente a noroeste do centro principal de Campinas estão localizados grandes usos institucionais, entre os quais a fazenda Santa Elisa (vinculada ao Instituto Agrônomo de Campinas), o 28º Batalhão de Infantaria Leve e o Aeroporto Estadual Campo dos Amarais.

⁴⁷ Não foi possível obter informações sobre os limites do perímetro urbano atual do município de Engenheiro Coelho, razão pela qual não está contemplado no referido mapa.

Mapa 4
Região Metropolitana de Campinas
ÁREAS URBANIZADAS E
PERÍMETROS URBANOS MUNICIPAIS

Legenda

Centros urbanos:

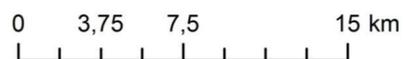
- ⊙ Principal
- △ Distrito

— Rodovia

□ Limite municipal (atual)

■ Área urbanizada (2010)

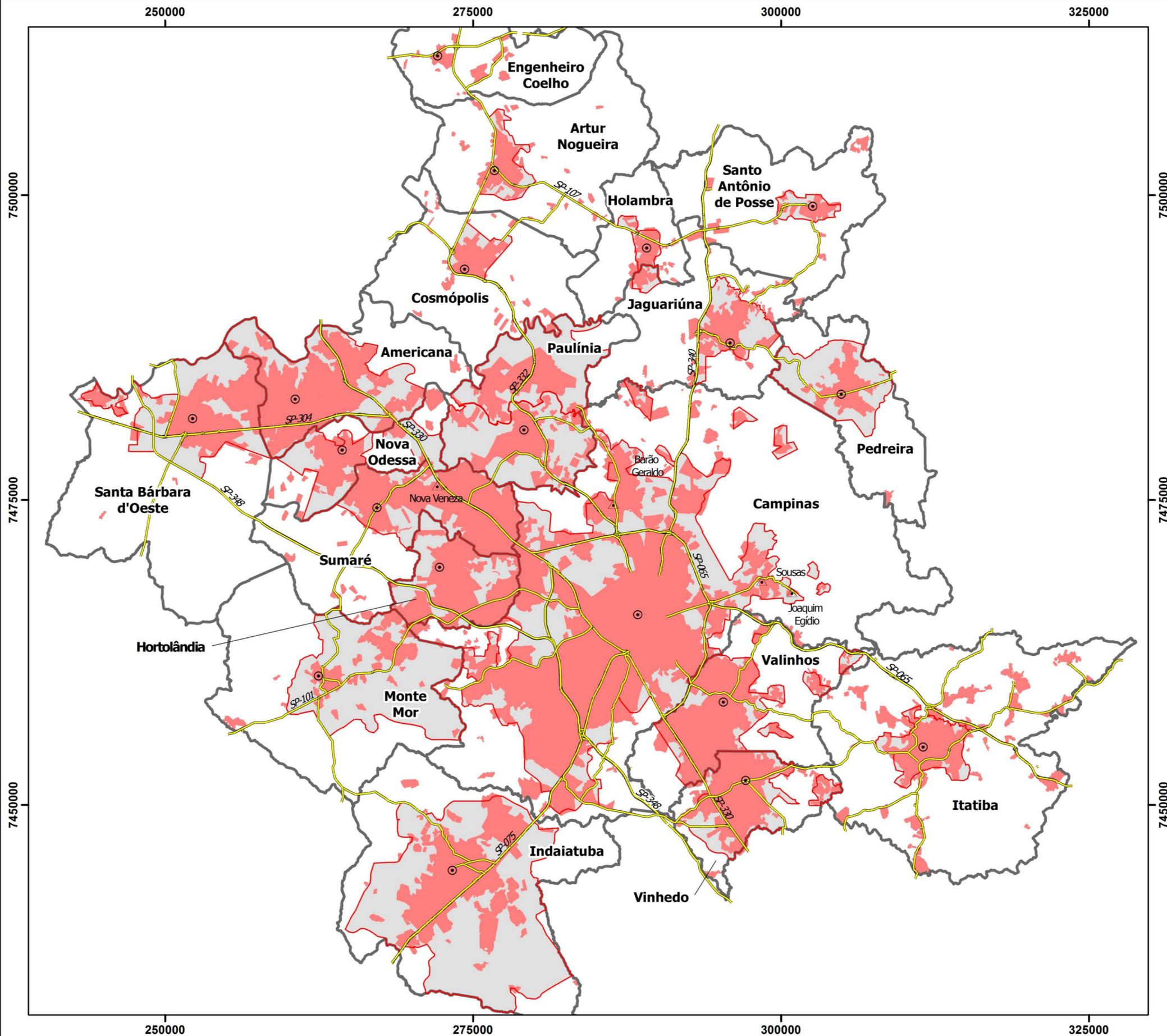
□ Perímetro urbano (2011)



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes:
 Áreas urbanizadas: interpretação de imagens ALOS, sensor PRISM, resolução espacial de 2,5 m (IBGE, 2010).
 Perímetros urbanos: Silva (2011).
 Base cartográfica: IGC (2002).

Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



empreendidos pelo Estado), como a segmentos de renda mais elevada (chácaras e áreas condominiais, com baixas densidades de ocupação), a RMC já se expande e se estrutura caracterizando-se pela descontinuidade territorial, mas com boa integração espacial viabilizada pelas infraestruturas de circulação. Esta morfologia do espaço urbano nucleado por Campinas já era visível no fim da década de 1970, como também observa Sposito (2004).

Essa dinâmica de ocupação urbana descontínua na RMC fica explícito na comparação com a RMSP, que teve seu espaço urbano-metropolitano estruturado em uma fase anterior da urbanização paulista – antes da interiorização da industrialização e das grandes correntes migratórias para o interior. Apesar de possuir apenas 1/5 da população da Grande São Paulo, a extensão de áreas urbanizadas da RMC (863 km²) corresponde a aproximadamente 2/5 das áreas urbanizadas da RM da capital (2.209 km²)⁴⁸, o que retrata o caráter rarefeito da ocupação no espaço urbano-metropolitano campineiro. Espaço este que, em cuja morfologia dispersa,

as partes urbanizadas dos polos centrais dos vários municípios não são emendadas, como na região de São Paulo. Entre elas, isoladas do campo, formam-se bairros com fábricas e com loteamentos fechados, shoppings, supermercados, campos universitários e centros de lazer. Já não se sabe onde é o campo, onde é a cidade. (REIS, 2006, p. 79)

Entretanto, como bem afirmam Cunha et al. (2006b, p. 339),

[...] independentemente da forma como se considere ou diferencie o processo de expansão da mancha urbana metropolitana, o que se percebe na região é que este trouxe no seu bojo um inequívoco e visível processo de segregação espacial da população que [...] também tem características peculiares, sendo a mais intrigante a definição de espaços bem delineados onde se aloca a população segundo sua condição econômica.

⁴⁸ Dado referente a 2002, informado pela Emplasa em sua página oficial na internet (<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/Indicadores/gsp.asp>). Acesso em 25/04/2013.

4.2.2 A estrutura socioespacial urbana da RMC e a formação de áreas de inclusão e exclusão social

Chamaremos de estrutura socioespacial a divisão do espaço urbano-metropolitano em áreas distintas em termos funcionais e em relação ao seu conteúdo social. Refere-se, portanto, a uma *divisão funcional e social do espaço urbano* que emerge da correlação entre as diferenças de funções nas várias localidades, representadas pelos tipos de uso da terra predominantes (áreas de concentração industrial, de equipamentos comerciais e de prestação de serviços e lazer, além das áreas residenciais) e pela distribuição das áreas habitacionais das diversas classes e grupos sociais em suas diferentes características (áreas condominiais verticais e horizontais, loteamentos, conjuntos residenciais “populares” e favelas).

Ressalva-se que a apreensão do espaço a partir de divisões em áreas abrigando funções e segmentos populacionais socialmente distintos, constitui não mais do que um exercício analítico aqui empreendido a fim de contribuir para a compreensão da conformação das desigualdades socioespaciais no espaço urbano-metropolitano. Todas as divisões e desigualdades apontadas estão, deveras, ligadas a uma totalidade, isto é, a um processo geral de produção do espaço urbano.

Tanto a literatura especializada, como os dados socioeconômicos e espaciais disponíveis e as observações feitas *in loco*, permitem-nos afirmar a existência de diferenças marcantes no espaço urbano-metropolitano campineiro quanto a aspectos das condições de vida. Trata-se de uma diversidade expressiva nos modos de ocupação do espaço e em seu conteúdo social, diferenças estas que vão além de um simples padrão “tradicional” de oposição entre o centro metropolitano desenvolvido x periferia regional, mas revelam uma mescla de localidades em que as populações, em graus variados, usufruem ou são privadas de meios importantes para uma boa qualidade de vida, tais como renda, instrução escolar e infraestrutura e serviços urbanos. Tais áreas correspondem ao que chamaremos de *áreas com o predomínio de graus de inclusão ou de exclusão social* e seus diferenciais socioespaciais podem ser visualizados nas escalas intraurbana (internamente a uma cidade) e regional.

Tomando como referência descrições e análises apresentadas pela literatura especializada, pode-se, em termos bem gerais, definir e caracterizar o espaço urbano-metropolitano campineiro numa perspectiva “sub-regional”, a partir da seguinte divisão:

1. *Centro metropolitano*: delimitada pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Magalhães Teixeira (SP-091) e Anhanguera (SP-330), de ocupação mais antiga. Apresenta uma urbanização consolidada, com áreas bastante adensadas, onde há a concentração de atividades comerciais e de serviços (muitas de alcance regional) e estabelecimentos institucionais. Verifica-se também o uso residencial de médio e alto padrão. Abriga a área mais verticalizada da região, constituída pelo centro principal e por bairros de seu entorno (CUNHA; OLIVEIRA, 2001; CAIADO et al., 2002; CAIADO; PIRES, 2006).
2. *Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara d’Oeste*: Americana destaca-se como o segundo centro industrial da região, sobretudo devido ao importante polo têxtil que sedia. Enquanto nesta cidade predominam ocupações de médio e alto padrão na porção situada entre a área central e a rodovia Anhanguera, no sentido oposto, em direção a Santa Bárbara d’Oeste, e a leste em Nova Odessa, predominam áreas residenciais de populações de média e baixa renda. Esses dois municípios, polarizados que são por Americana, acabaram se constituindo a extensão da “periferia” deste (BAENINGER, 2001; PUPO, 2002; CAIADO, 2002b; 2002c).
3. *Norte/nordeste de Campinas, Paulínia e Jaguariúna*: nas porções norte e nordeste de Campinas nos distritos de Joaquim Egídio, Barão Geraldo e Sousas, em direção aos municípios de Paulínia e Jaguariúna, há o predomínio de áreas habitacionais de alto e médio *status*, tanto em residenciais abertos como em áreas condominiais fechadas. Estes espaços são bastante valorizados devido à presença de universidades e instituições de pesquisa, centros de consumo de porte regional e indústrias de tecnologia avançada. Mais recentemente, a instalação deste tipo de unidades industriais tem crescido em Jaguariúna (MIRANDA, 2002; CAIADO; PIRES, 2006). No caso específico de Sousas e Joaquim Egídio, estes, devido às amenidades que abrigam, notabilizam-se também, no dizer de Caiado et al. (2002, p. 127), como “[...] áreas de referência pela qualidade ambiental, opção de lazer, concentrando restaurantes, bares e casas noturnas”, além de um número crescente de chácaras de recreio e de loteamentos fechados.

4. *Cosmópolis*: “[...] seu principal papel no contexto regional foi absorver parte do incremento populacional induzido pelo complexo petroquímico de Paulínia” (BRAGA, 2002a, p. 193). Caracteriza-se como cidade-dormitório, uma vez que expressiva parcela da população realiza migração pendular em busca de postos de trabalho e serviços educacionais em outros municípios (sobretudo Paulínia e Campinas).⁴⁹ Predominam na cidade camadas de média e baixa renda.
5. *Itatiba, Valinhos e Vinhedo*: além de apresentarem importante base industrial, estes municípios se destacam pela maciça presença de ocupações residenciais de médio e alto padrão (grande parte em condomínios e loteamentos fechados) em áreas com valorizadas amenidades ambientais (BESSA, 2002; FARIA, 2002; CUNHA et al., 2006b; PIRES, 2007; SILVA, 2008).
6. *Indaiatuba*: abriga o terceiro maior polo industrial da região. Possui uma população com perfil socioeconômico bastante heterogêneo. Apesar de dispor de boa infraestrutura na maior parte das áreas residenciais (CAIADO; PIRES, 2006), apresenta crescimento urbano intenso e com padrão cada vez mais segregado, havendo, de um lado, “[...] a presença de bairros populares com moradias muito modestas e, de outro, a proliferação de chácaras de alto padrão, localizadas em condomínios fechados, afastados da região central da cidade” (ALVES, 2002, p. 344).
7. *Sumaré, Hortolândia, Monte Mor e sudoeste/oeste de Campinas*: esta área é apontada, em termos gerais, como sendo o território mais pobre e com piores indicadores de condições de vida da RMC. Há ampla ocorrência de conjuntos habitacionais empreendidos pelo Estado, bem como de loteamentos informais e favelas. São territórios que possuem características de “dormitórios”, pois suas populações dependem de deslocamentos pendulares para outras porções do espaço regional (especialmente o centro metropolitano) para trabalho, estudo e mesmo para ter acesso a bens e serviços mais sofisticados. Em tais áreas é também marcante a carestia de infraestrutura e serviços públicos, situação que vem acentuar a condição de exclusão social de seus habitantes, além de favorecer, nestes locais, a dramática disseminação da criminalidade e do tráfico de drogas (CAIADO, 1998; 2002a; CAIADO et al., 2002; NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002a; 2002b; CUNHA et al., 2006).

⁴⁹ De acordo com Braga (2002a), 40% da PEA de Cosmópolis trabalhavam em outros municípios.

Estes sete segmentos territoriais compõem o espaço mais populoso e urbanizado da RMC (95,6% da população total e 95,2% do total de população urbana em 2010), inclusive, conforme já apontado, com uma avançada conurbação ao longo da Via Anhanguera entre Vinhedo e Americana, e deste município até Santa Bárbara d'Oeste ao longo da rodovia Luiz de Queiroz (SP-304). Os demais municípios – Artur Nogueira, Pedreira, Engenheiro Coelho, Holambra e Santo Antônio de Posse – são pouco populosos e ainda têm forte participação da agricultura em suas economias, embora a atividade industrial esteja presente, sobretudo nos dois primeiros (BRAGA, 2002; FERNANDES, 2002; FERNANDES; BRANDÃO; CANO, 2002; FERNANDES; VENTURA, 2002; SILVA, 2002).

Esta divisão socioespacial da RMC sintetiza as tendências de caracterização deste espaço urbano apresentadas pela literatura. Porém, é claro que esta é uma tipificação genérica, uma vez que existe uma mescla bem maior de espacialidades e modos de vida desiguais dentro destas grandes áreas identificadas. Em razão disso, buscar-se-á, doravante, refinar a escala de apreensão dessa heterogeneidade espacial urbana na região, iniciando pelo exame da distribuição da população, especialmente das localizações com adensamento mais expressivo, seguido de análise dos principais diferenciais locais em termos de concentração industrial, de estabelecimentos terciários e áreas residenciais; e no caso destas últimas, centrando as atenções sobre importantes tipos de uso que – pelo menos teoricamente – concentram os grupos mais distantes na pirâmide social em termos de inclusão e de exclusão (áreas condominiais fechadas, loteamentos “populares” e favelas), e revelam, acima de tudo, traços importantes da estruturação socialmente desigual do espaço urbano-metropolitano.

Os Mapas 5 a 7 apresentam informações, agrupadas em setores censitários urbanos, sobre a evolução da concentração populacional urbano-metropolitana de 1991 a 2010. Observando o primeiro deles, nota-se, para 1991, o padrão diferenciado de distribuição espacial da população em Campinas, com grande concentração de áreas adensadas no centro metropolitano: no centro principal, em bairros situados a nordeste deste em direção à rodovia Dom Pedro I (vilas São Quirino e Jardim Santana) e no eixo sudeste, partindo da área central da cidade em direção a Valinhos. Destaca-se também o grande adensamento nas áreas periféricas situadas a sudoeste do centro principal e “além” da rodovia Anhanguera. É neste quadrante da cidade de Campinas onde desde os anos 1950 foram implantados uma série de loteamentos dispersos, e onde também, a partir de 1967, o poder público, por meio de

companhias de habitação, criou uma série de conjuntos habitacionais adensados, tanto horizontais como verticalizados.

Outros setores com grande adensamento populacional em Campinas dignos de nota correspondem a diversas áreas de favelas e ocupações, distribuídas nesta porção sudoeste e também no norte e nordeste da cidade às margens e nas proximidades da rodovia supramencionada, as quais aparecem nos mapas como pequenas manchas estreitas e alongadas. Estas formas espaciais associam-se às circunstâncias da ocupação, em geral ocorridas em faixas de terras compactas e longilíneas, situadas às margens de córregos ou em áreas destinadas à implantação de equipamentos públicos.

A segunda zona de maior adensamento demográfico em 1991 inclui as áreas central, nordeste e sul de Americana, além do sudoeste e (principalmente) leste-nordeste de Santa Bárbara d'Oeste. Esta última porção do espaço urbano barbarensense, cuja localização aparece separada do núcleo de ocupação ao redor do centro urbano do município por glebas ainda não parceladas, permanece até hoje mais integrada à mancha urbana de Americana (vide Mapas 3 e 4) e corresponde à principal área de “periferização” da urbanização deste município em direção a seu entorno (CAIADO, 2002c). É composta quase que exclusivamente por loteamentos populosos e de baixo *status* (Vila Frezarin e “Jardins” Europa I, II e III, dentre outros), enquanto que os demais adensamentos mencionados são compostos predominantemente por residenciais de padrão médio (Mapa 5).

Em Sumaré, as áreas de ocupação mais densas estão na extensão do centro da cidade em direção a Nova Odessa e à Via Anhanguera, e na faixa formada pelo centro do então distrito de Hortolândia em direção a áreas residenciais também situadas nas proximidades da referida rodovia. Em ambos os casos, a ocupação se dá intercalando residenciais com altas densidades demográficas e locais de ocupação esparsa e vazios urbanos. Já em Indaiatuba, o padrão espacial de concentração populacional se delinea a partir de bairros do entorno do centro e se estende para sul e sudoeste, onde existem amplos e adensados núcleos residenciais empreendidos pelo Estado, como os conjuntos habitacionais Morada do Sol e São Conrado.

Nas demais cidades, predomina a espacialização da população com maior adensamento nas proximidades da área central e redução gradual em direção às periferias. Porém, vale destacar que na maioria das cidades os setores mais adensados não estão

localizados no centro principal, o que certamente se deve à concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços nesses locais, bem como ao fato de a verticalização residencial não atingir grandes proporções. Além disso, cabe destacar também a existência, em todos os municípios, de setores de maior adensamento nas áreas periféricas, correspondendo, via de regra, a residenciais de caráter “popular” ou ocupações irregulares (Mapa 5).

Em 2000, dentre as diferenças observadas em relação ao padrão de distribuição espacial da população, cabe chamar a atenção para o aumento nas densidades demográficas nas proximidades de locais já adensadas em 1991, quais sejam:

- a) Campinas, em sua periferia sudoeste e em várias partes do centro metropolitano, a partir da implantação de novos loteamentos e do surgimento e/ou expansão de áreas faveladas (AGEMCAMP, 2011);
- b) Sumaré, a norte e noroeste do centro principal e no distrito de Nova Veneza, nas proximidades da Via Anhanguera e da divisa com Campinas;
- c) Várias áreas da cidade de Hortolândia, principalmente no extremo sudoeste e nas áreas de conurbação com Campinas e Sumaré; e,
- d) Porção meridional de Indaiatuba (Mapa 6).

Cabe ressaltar que a espacialização das densidades demográficas observada nas demais cidades revela um rearranjo da população nos espaços intraurbanos, com o aumento das concentrações em áreas distantes da porção central. Além de Americana e Santa Bárbara d’Oeste, cuja dinâmica contribuiu para adensar a ocupação na área conurbada, tal redistribuição pode ser visualizada em cidades de menor porte populacional, tais como:

- a) Paulínia, devido à implantação de loteamentos a sudoeste do centro principal e, a partir deste, seguindo o vetor noroeste;
- b) Itatiba, no quadrante sudoeste da cidade e a leste do centro principal;
- c) Pedreira, no extremo norte da área urbanizada e ao longo da rodovia Jaguariúna-Amparo (SP-95);
- d) Cosmópolis, especialmente na metade norte da cidade; e,
- e) Artur Nogueira, com adensamento acompanhando os eixos rodoviários em direção a Engenheiro Coelho (norte) e Holambra (sudeste) (Mapa 6).

Ao longo da década de 2000, por sua vez, a distribuição da população no espaço urbano-metropolitano segue, de modo geral, a mesma tendência de adensamentos com crescente afastamento das zonas centrais. Assim, em 2010, as maiores densidades ocorrem nas localizações já mencionadas e também:

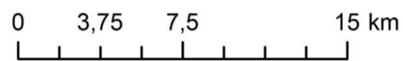
- a) em Monte Mor, com o crescimento de um segundo núcleo de ocupação, descontínuo em relação ao núcleo original (onde se localiza o centro principal), onde se desenvolve uma incipiente conurbação com Hortolândia;
- b) em Itatiba, nos limites meridionais do tecido urbano;
- c) na porção setentrional de Indaiatuba;
- d) em Valinhos, especialmente ao norte da rodovia que liga a cidade a Itatiba;
- e) no quadrante sudoeste de Santo Antônio de Posse; e,
- f) no distrito de Barão Geraldo, em Campinas (Mapa 7).

A espacialização das densidades demográficas mostra o caráter em que esta se dá a sua distribuição no interior de cada cidade da RMC, entretanto, há aspectos gerais que caracterizam sua disposição. Na cidade de Campinas, que abriga uma acentuada heterogeneidade social e onde o processo de expansão e ocupação urbana é mais diversificado tanto no tempo como no próprio espaço, uma vez que cada uma das grandes áreas que a constituem (centro metropolitano, áreas periféricas do quadrante sudoeste e porção sul, e demais distritos) foi ocupada em um dado momento específico e a partir de características diferentes (BADARÓ, 1996; CAIADO et al., 2002), os adensamentos dispõem-se em diversas localizações, ainda que, conforme já afirmado, concentrados predominantemente no centro metropolitano e no quadrante sudoeste. De outra parte, Sumaré, Hortolândia, Monte Mor e Santa Barbara d'Oeste, cidades com características de “dormitório” que receberam a maior parte do excedente populacional que não conseguiram se instalar em Campinas ou Americana, têm morfologias urbanas marcadas pela polinucleação, com grande concentração demográfica em núcleos com localização afastada de suas sedes municipais e voltada para um dos dois polos regionais.

Mapa 5
Região Metropolitana de Campinas
DENSIDADE DEMOGRÁFICA URBANA
(1991)

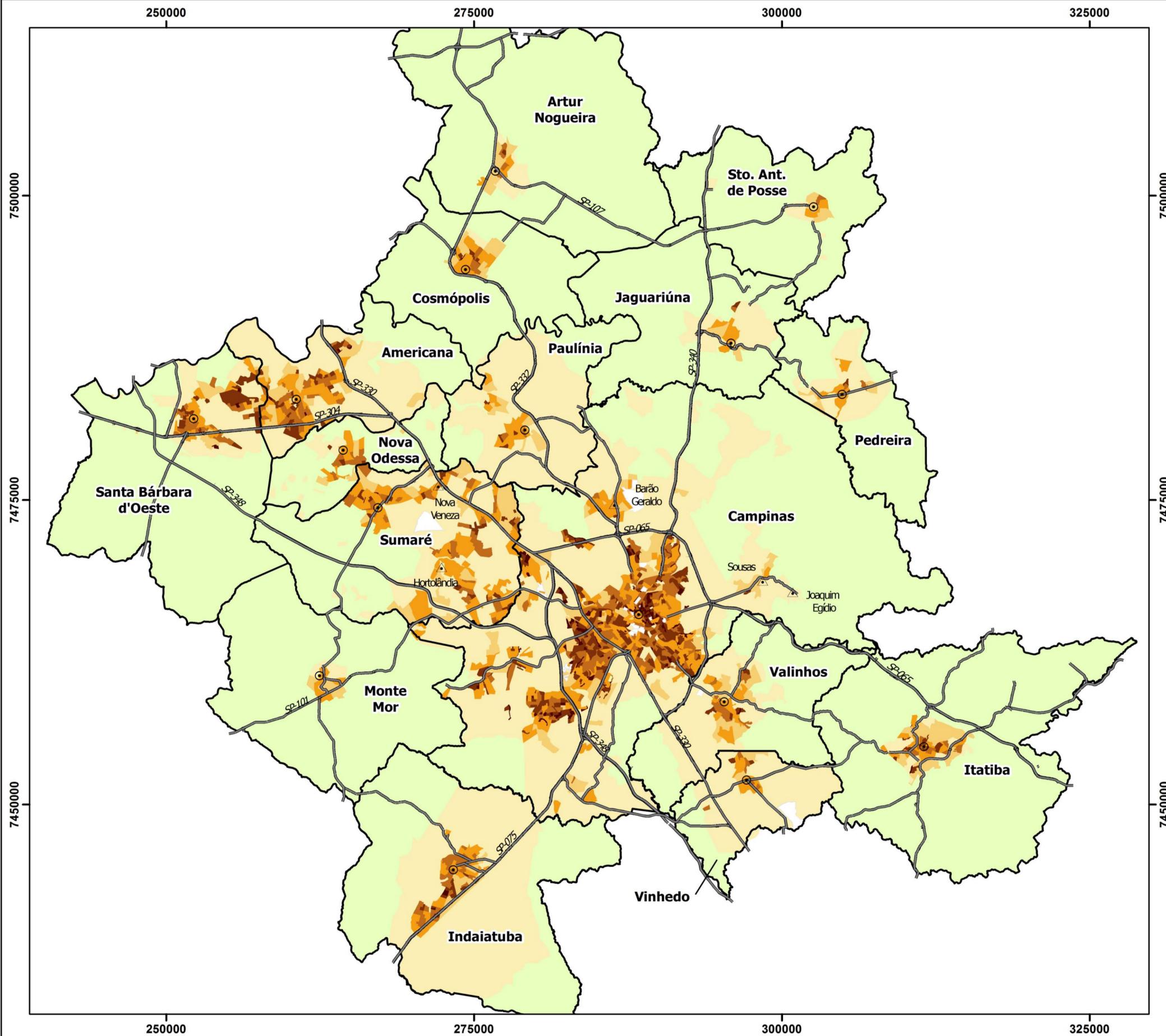
Legenda

- Rodovia
- ▭ Município
- Centro urbano
 - ⊙ Principal
 - △ Distrito
- Habitantes/ha
 - Sem população
 - 0,1 - 10
 - 10,1 - 20
 - 20,1 - 50
 - 50,1 - 80
 - 80,1 - 150
 - 150,1 - 1060



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico (agregado de setores censitários, 1991); IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



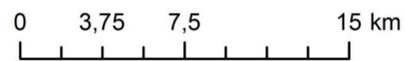
Mapa 6
Região Metropolitana de Campinas
DENSIDADE DEMOGRÁFICA URBANA
(2000)

Legenda

- Rodovia
- Município
- Centro urbano
- Principal
- △ Distrito
- Habitantes/ha
- Sem população
- 0,1 - 10
- 10,1 - 20
- 20,1 - 50
- 50,1 - 80
- 80,1 - 150
- 150,1 - 1265

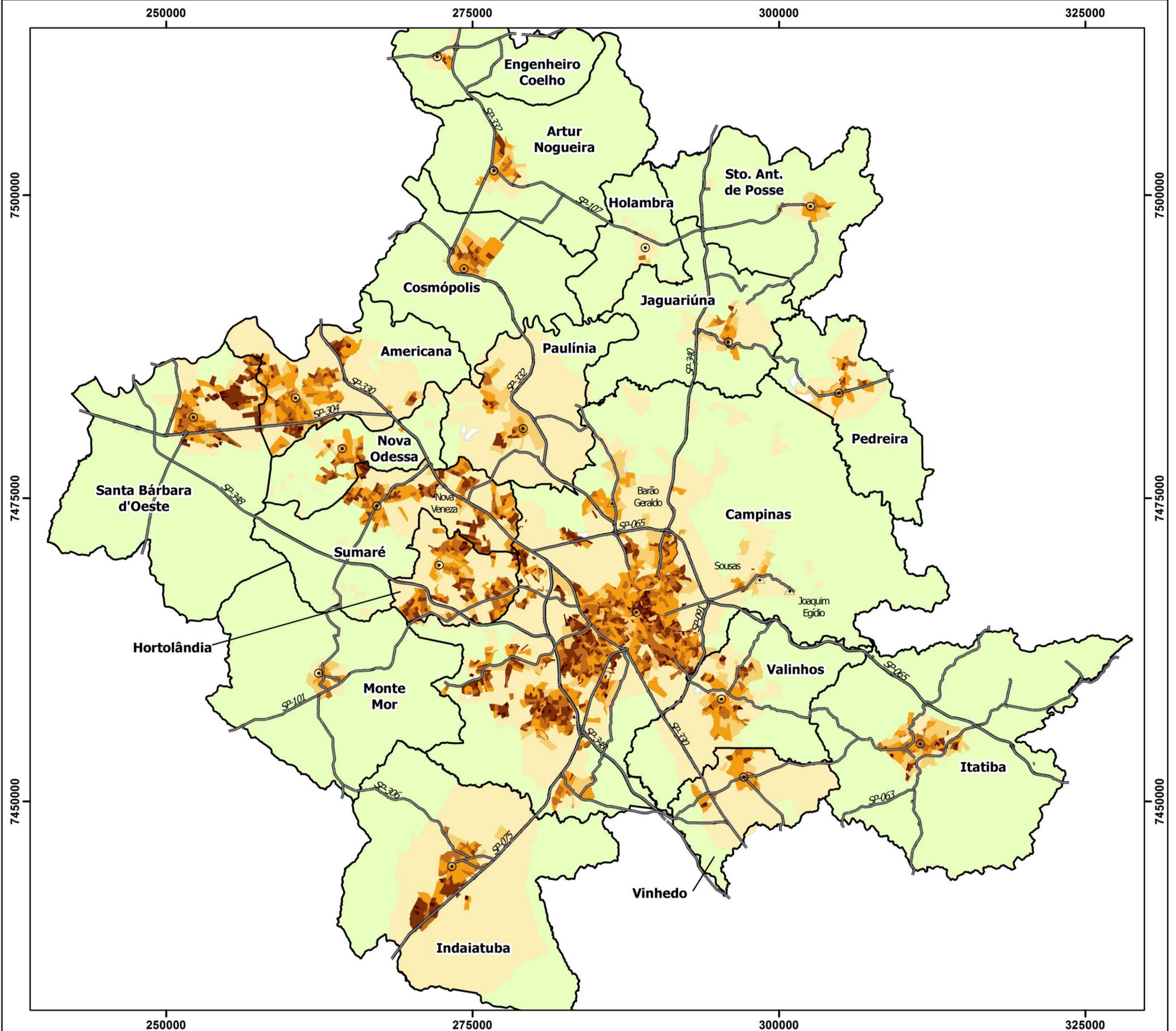


Escala 1:310.000



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

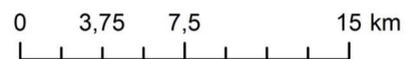
Fontes: IBGE - Censo Demográfico (agregado de setores censitários, 2000); IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Mapa 7
Região Metropolitana de Campinas
DENSIDADE DEMOGRÁFICA URBANA
(2010)

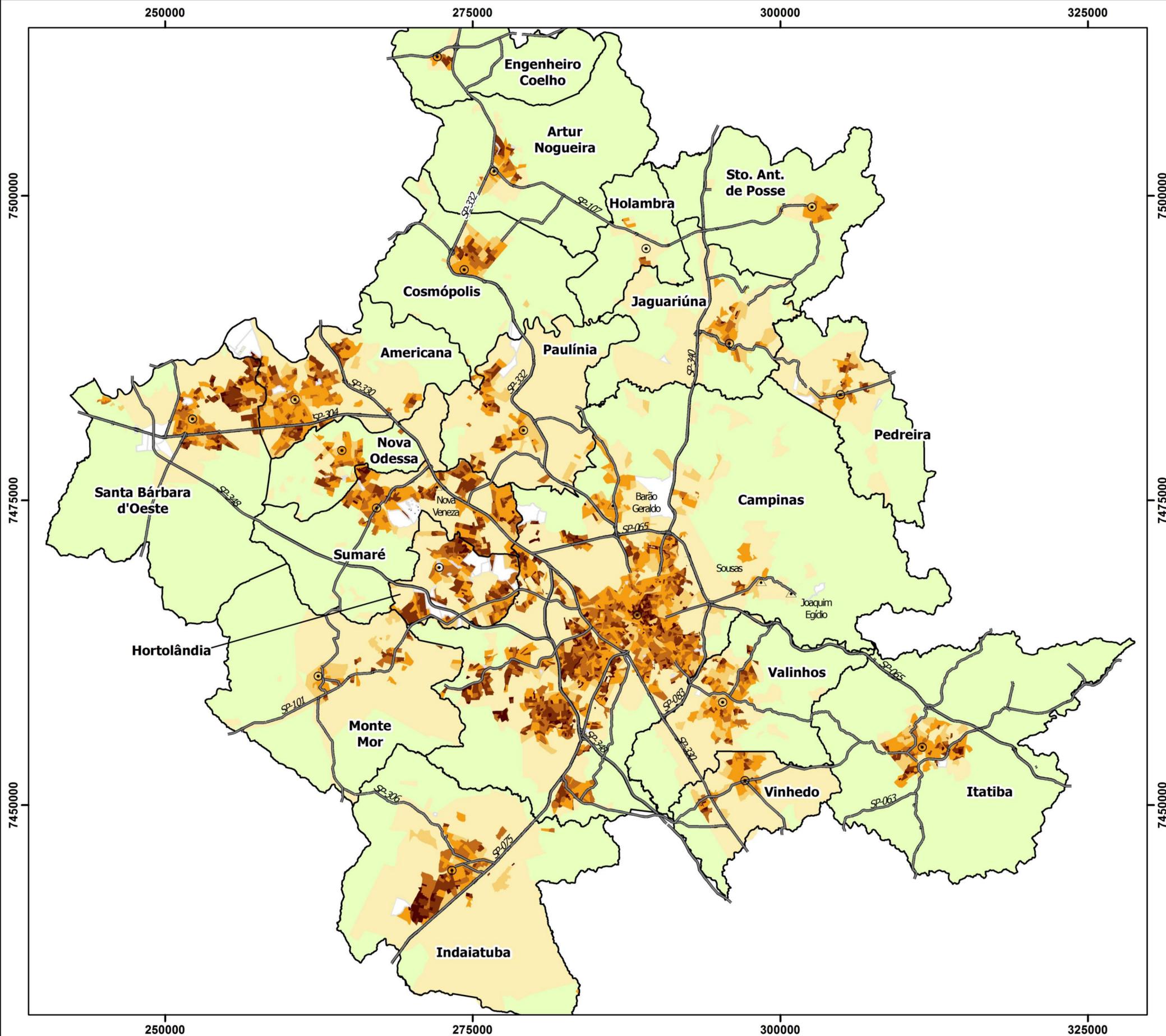
Legenda

- Rodovia
- Município
- Centro urbano
- ⊙ Principal
- △ Distrito
- Habitantes/ha
- Sem população
- 0,1 - 10
- 10,1 - 20
- 20,1 - 50
- 50,1 - 80
- 80,1 - 150
- 150,1 - 2952,6



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico, resultados do universo (2010);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Outro importante traço da distribuição demográfica no espaço urbano-metropolitano campineiro é a influência do traçado rodoviário e sua disposição em escala intraurbana, que tende, cada vez mais, a consolidar uma “dispersão concentrada” de grandes volumes de população para setores específicos das cidades. Fenômeno iniciado com a ocupação ao longo da Via Anhanguera, atualmente, em um número cada vez maior de municípios as rodovias vem sendo utilizadas como vetores de localização de bairros de ocupação urbana adensada, em sua maioria, concentrando populações de médio e baixo *status*. Entre as prováveis causas desse adensamento em áreas periféricas estão a implementação de medidas para desestimular a implantação de novos loteamentos, realizada a partir dos anos 1990 por algumas prefeituras da RMC – casos de Americana, Indaiatuba e Itatiba (ALVES, 2002; BESSA, 2002; PUPO, 2002) –, bem como o expressivo aumento, em toda a região, do parcelamento de glebas para a produção de condomínios e loteamentos fechados. Este último ponto será analisado mais detidamente adiante.

Os diferenciais quanto à distribuição espacial da população mantêm relações com o modo com que as diversas frações do espaço urbano-metropolitano são utilizadas predominantemente – isto é, com o que se está chamando de *estrutura funcional do espaço* –, pois acredita-se que tal estrutura tem vínculos com os preços da terra urbana e com a distribuição das áreas residenciais dos segmentos sociais.

O Mapa 8 apresenta a distribuição das localizações preferenciais da indústria de transformação no espaço urbano-metropolitano. Pode-se constatar a concentração de estabelecimentos industriais ao longo das principais rodovias, com destaque para a Via Anhanguera, em praticamente todo o trecho dentro da região, bem como para as rodovias Santos Dumont (SP-075), Dom Pedro I (SP-065) no trecho de Campinas, Campinas-Capivari (SP-101), principalmente no trecho de Hortolândia, Prof. Zeferino Vaz (SP-332) entre Campinas e Paulínia, e Luiz de Queiroz (SP-304) em Americana e Santa Bárbara d’Oeste. O predomínio da localização industrial (principalmente das grandes firmas) nos eixos rodoviários se explica sobretudo pela necessidade de acessibilidade para o transporte de matérias-primas e mercadorias, pela disponibilidade de terrenos amplos, servidos de infraestrutura e a preços mais baixos do que os praticados nas áreas mais centrais e, ainda, pela localização das zonas e distritos industriais demarcados pelos planos diretores, que na maioria dos municípios da região priorizam as principais rodovias que dão acesso à RMSP, ao porto de Santos e ao oeste e norte do estado.

No caso específico da Via Anhanguera, como já ressaltado, esta se configurou como uma verdadeira “frente” de industrialização e urbanização na região de Campinas em direção ao noroeste do Estado, recebendo, em suas proximidades, expressivo número de estabelecimentos industriais a partir da década de 1950 e, em especial, ao longo dos anos 1970, no âmbito da interiorização da indústria paulista. Esta concentração ao longo da referida rodovia impulsionou o crescimento urbano em seus bordos, não só pela própria instalação das plantas industriais e atividades de apoio à produção e comerciais, mas também com a criação de áreas residenciais, dando origem a bairros “operários” de nível socioeconômico médio e, sobretudo entre Campinas e Sumaré, a ocupações irregulares (favelas e loteamentos clandestinos), com populações em condições de vida mais precárias.

Há, no entanto, várias outras localizações industriais em porções mais centrais do espaço intraurbano de diversos municípios, como Indaiatuba, Sumaré, Americana, Nova Odessa e Pedreira, além do centro metropolitano. De modo geral, nestes casos, trata-se de estabelecimentos mais antigos e/ou de pequeno porte, casos de diversas fábricas do ramo têxtil de Nova Odessa e Americana, e de metalúrgicas em Pedreira e Indaiatuba⁵⁰ (Mapa 8).

Por sua vez, o exame combinado dos Mapas 9 e 10 complementa a análise da estrutura funcional urbano-metropolitana, dando-nos clara ideia das localizações preferenciais das atividades comerciais e de serviços e das áreas de uso residencial. Apesar de os dados disponíveis não permitirem uma comparação entre os tipos de comércio e serviços localizados em cada aglomeração, pode-se depreender a importante representatividade dos centros principais na condição de *loci* de tais atividades terciárias, mesmo em uma região com estruturação socioespacial dispersa como a RMC. Em todas as cidades da RMC há expressiva concentração de estabelecimentos com usos comerciais ou de serviços, sendo estes únicos nas edificações ou – como na maioria dos casos, conforme a classificação da EMPLASA – combinados com usos residenciais, originando os chamados usos mistos.

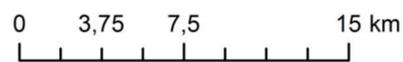
⁵⁰ Informações obtidas a partir da tabulação e espacialização de dados digitais (cartográficos e estatísticos) de 2005, fornecidos pela EMPLASA, referentes ao projeto “Padrões urbanísticos da Região Metropolitana de Campinas”. Em EMPLASA (2005) são apresentados os resultados do referido projeto, em relatórios específicos para cada município da RMC.

Mapa 8
Região Metropolitana de Campinas
LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Legenda

- Centros urbanos
- ⊙ Principal
- △ Distrito
- ▤ Área com atividade industrial*
- Rodovia
- Rua
- Município

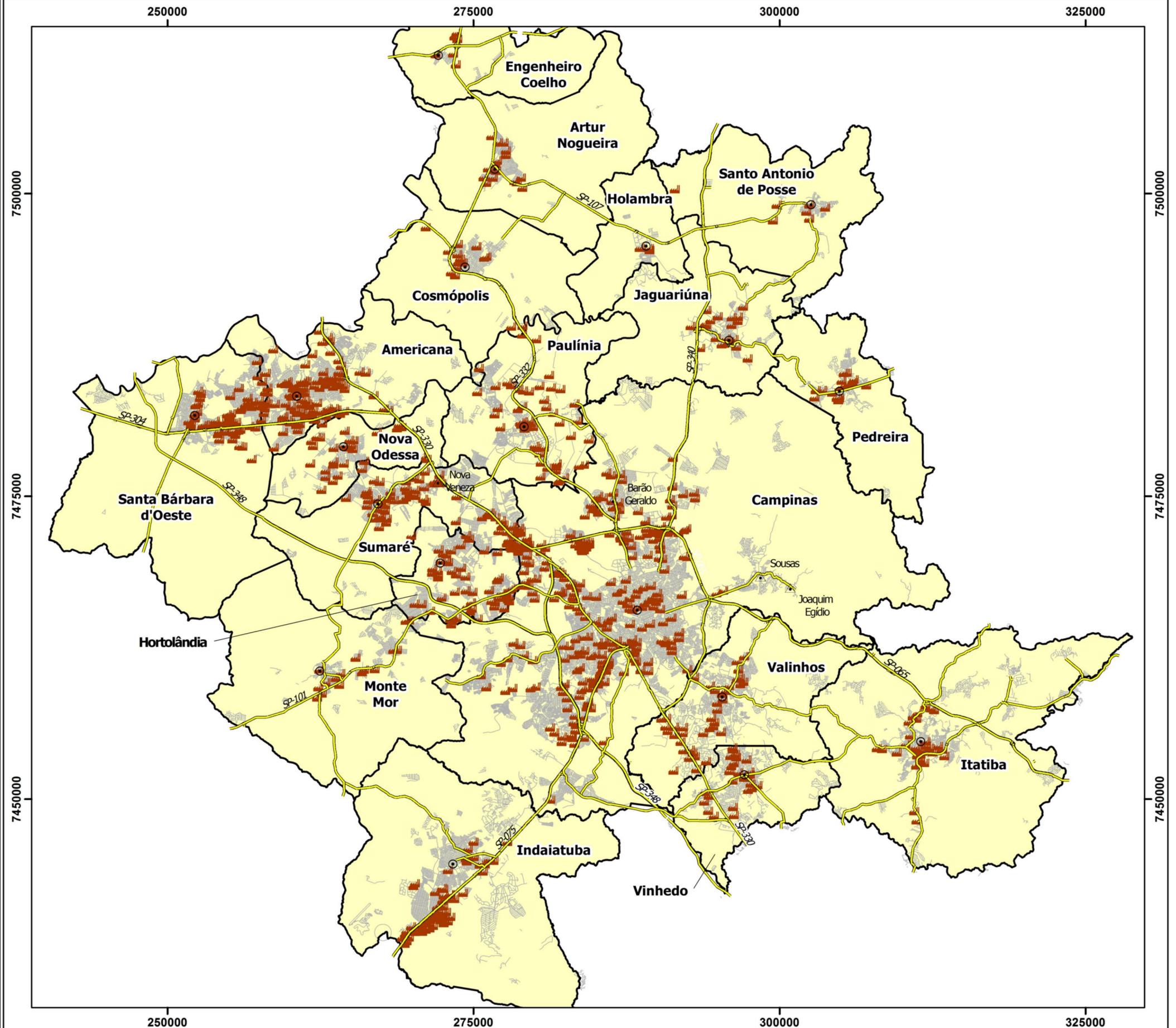
* A indicação se refere ao local onde são constatadas uma ou mais atividades industriais, em um único estabelecimento, ou em mais de um com localizações próximas.



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes:
 Emplasa (2005);
 Google (2013), a partir de cadastro de empresas
 fornecido por 'Telelistas.net' (2013);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).

Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Na acepção de Corrêa (1997, p. 123), o centro urbano tradicional, resultante do processo de centralização, se caracteriza basicamente como “[...] uma área onde se concentram as principais atividades comerciais e de serviços, bem como os terminais de transportes interurbanos e intra-urbanos”. No caso da RMC, a concentração de atividades empresariais nestas áreas resulta da permanência de aspectos que garantem a reprodução do capital, como a grande circulação de pessoas possibilitada pela acessibilidade nestas áreas.

A centralidade mais forte ainda é exercida pela área central de Campinas, onde o centro tradicional mantém a concentração empresarial e reparte com diversas áreas de seu entorno (especialmente ao norte e ao longo do eixo viário em direção a Valinhos) a comercialização de bens diversos e serviços com níveis variados de especialização (desde o “terciário banal”⁵¹ até os mais avançados), sendo este aspecto um dos principais predicados que caracterizam esta área como o centro metropolitano da região, como afirmam Caiado e Pires (2006). Entretanto, no tocante ao seu conteúdo social, vale destacar que a área central da cidade tem sido gradativamente abandonada pelas camadas de alta renda, as quais, com a crescente mudança das habitações destas classes para bairros descentralizados e conseqüente atração de lojas e equipamentos de consumo para as proximidades de suas novas áreas residenciais, passam a frequentar menos o centro tradicional. Este, por sua vez, se reestrutura, oferecendo bens e serviços voltados às camadas de renda média e baixa, que passam a predominar dentre os usuários da área central (PIRES, 2007).

Chama a atenção a formação de núcleos de concentração comercial separados e de porte semelhante aos da área central em Sumaré (na área central do distrito de Nova Veneza e nas proximidades da divisa com Campinas) e em Hortolândia, na conurbação com a sede metropolitana (“Jardins” Rosolém, Santa Izabel e Nossa Senhora de Fátima) (Mapa 9). Estes são núcleos de ocupação urbana com elevadas densidades demográficas (vide Mapa 7) e que se consolidaram com certa autonomia em relação às sedes municipais, devido à alta parcela de sua população que se desloca diariamente a Campinas para trabalhar (NEGREIROS; TEIXEIRA, 2002a; 2002b).

Outras importantes áreas de concentração comercial e de serviços com localizações descentralizadas são:

⁵¹ Expressão adotada por Milton Santos (1993) para se referir aos serviços com baixo nível de especialização.

- a) Campinas: a sudoeste do centro principal, em eixo estruturado pelas avenidas Ruy Rodriguez e Amoreiras, seguindo em direção à rodovia Santos Dumont, e ao longo desta em direção ao trevo com a rodovia dos Bandeirantes (SP-348). A oeste desta última, por sua vez, há também uma importante área de concentração no bairro Ouro Verde, a qual, juntamente com outra situada no bairro Campo Grande (extremo oeste-sudoeste) e com o “centrinho” do distrito de Barão Geraldo, apresentam algumas características típicas de subcentros (VILLAÇA, 1998): numerosos e variados estabelecimentos comerciais e de serviços de abrangência local, além de terminais de transporte intraurbano (Foto 1);
- b) Americana: eixo da avenida Nossa Senhora de Fátima, que consiste em uma das principais entradas da cidade, ligando a área central à rodovia Luiz de Queiroz (SP-304), bem como ao longo do eixo viário em direção à Santa Bárbara d’Oeste (avenida Campos Salles) e nas proximidades da divisa com este município (rua Iacanga);
- c) Indaiatuba: ao longo da avenida Ário Barnabé, eixo principal de ligação entre os loteamentos adensados situados no sudoeste da cidade; e,
- d) Paulínia: eixo noroeste ao longo da avenida João Aranha (Mapas 9 e 10).

Um último aspecto importante dos usos comerciais é a localização dos grandes estabelecimentos de consumo, como os hipermercados e *shoppings centers*. É possível ver no Mapa 9 que sua localização privilegia as importantes vias de deslocamento (rodovias e grandes avenidas), a fim de garantir maior acessibilidade por parte de consumidores de outras cidades e de áreas residenciais dispersas da própria cidade. Esse tipo de localização é condição necessária para que tais firmas se consolidem como grandes centros de consumo em escalas intraurbana e regional (REIS, 2006).

De outra parte, ao examinarmos a distribuição das áreas residenciais (Mapa 10), o que mais chama a atenção é o arranjo espacial descontínuo formado pelas localizações dos loteamentos existentes na maioria dos municípios da RMC. Esta espacialização reflete a forte especulação fundiária e imobiliária, apontada em diversos trabalhos⁵² como importante condicionante da evolução urbana na região, particularmente para a configuração dispersa de seu tecido urbano e para a segregação socioespacial de sua população.

⁵² Como Zimmermann (1989), Caiado (1998), Caiado et al. (2002), Fernandes, Brandão e Cano (2002), Miranda (2002), Pires e Santos (2002), Caiado e Pires (2006), Pires (2007) e AGEMCAMP (2011).

Mapa 9
Região Metropolitana de Campinas
ÁREAS DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ESPAÇO
URBANO-METROPOLITANO

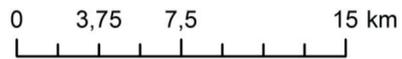
Legenda

- Rodovia
- Rua
- Município

Uso*

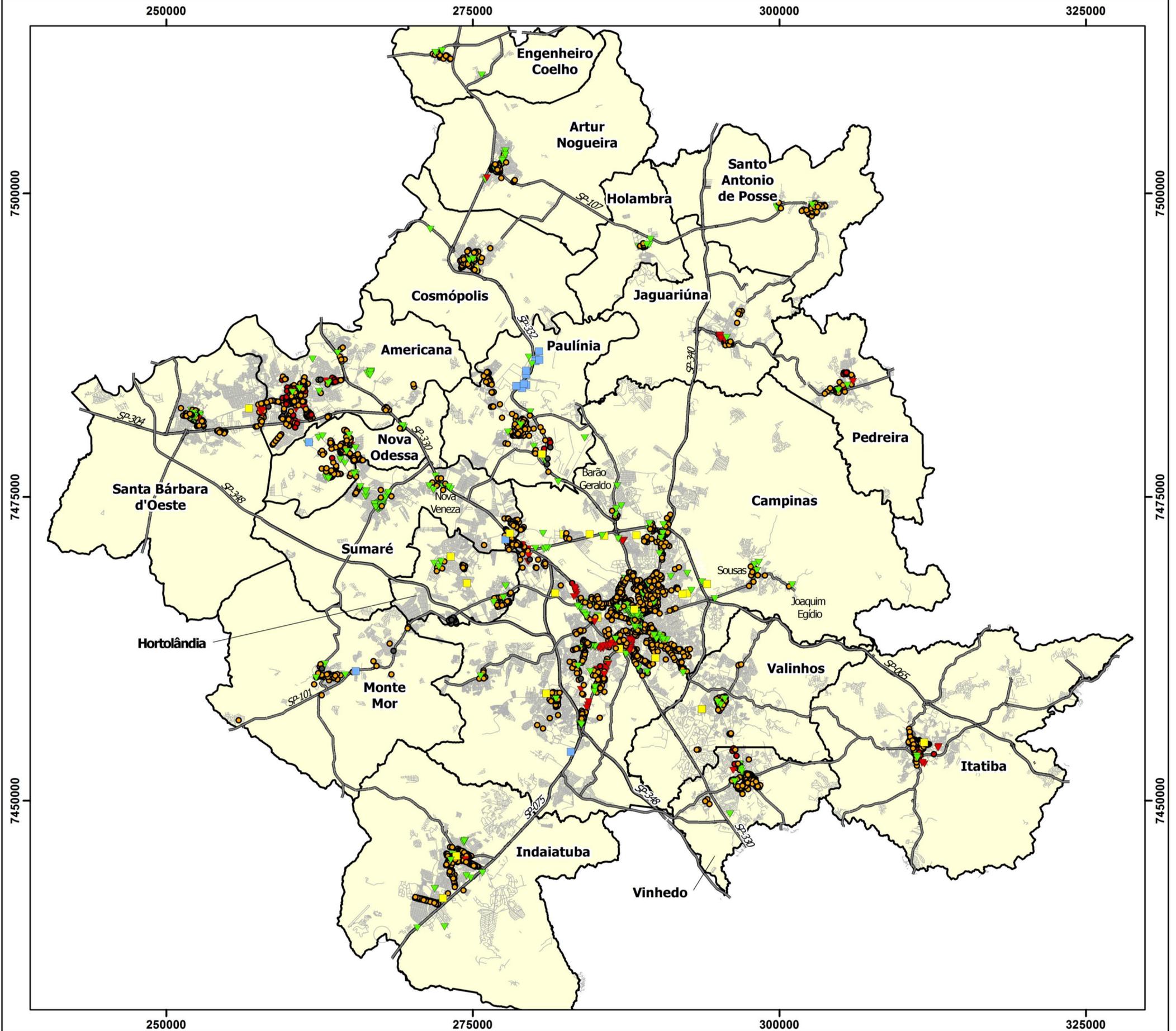
- Shopping, hipermercado e atacadista
- ▼ Comércio e serviço
- ▼ Comércio, serviço e industrial
- Residencial, comercial e serviço
- Residencial, comercial, serviço e industrial
- Residencial e industrial
- Centro de distribuição e depósito

* A indicação se refere ao local onde são encontrados estabelecimentos com os tipos de uso descritos.



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: Emplasa (2005); ABRASCE (2012);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Mapa 10
Região Metropolitana de Campinas
LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS RESIDENCIAIS
NO ESPAÇO URBANO-METROPOLITANO

Legenda

-  Rodovia
-  Município

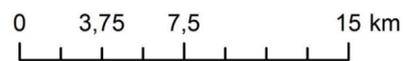
Centros urbanos

-  Principal
-  Distrito

Uso da terra

-  Residencial¹
-  Misto²
-  Outros³

¹ Área com edificações de uso exclusivamente residencial, com um ou mais domicílios.
² Área com edificações com uso residencial (um ou mais domicílios), conjugados com locais de prestação de serviços, de atividades comerciais ou (em poucos casos) industriais.
³ Área sem uso residencial.



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: Emplasa (2005);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).

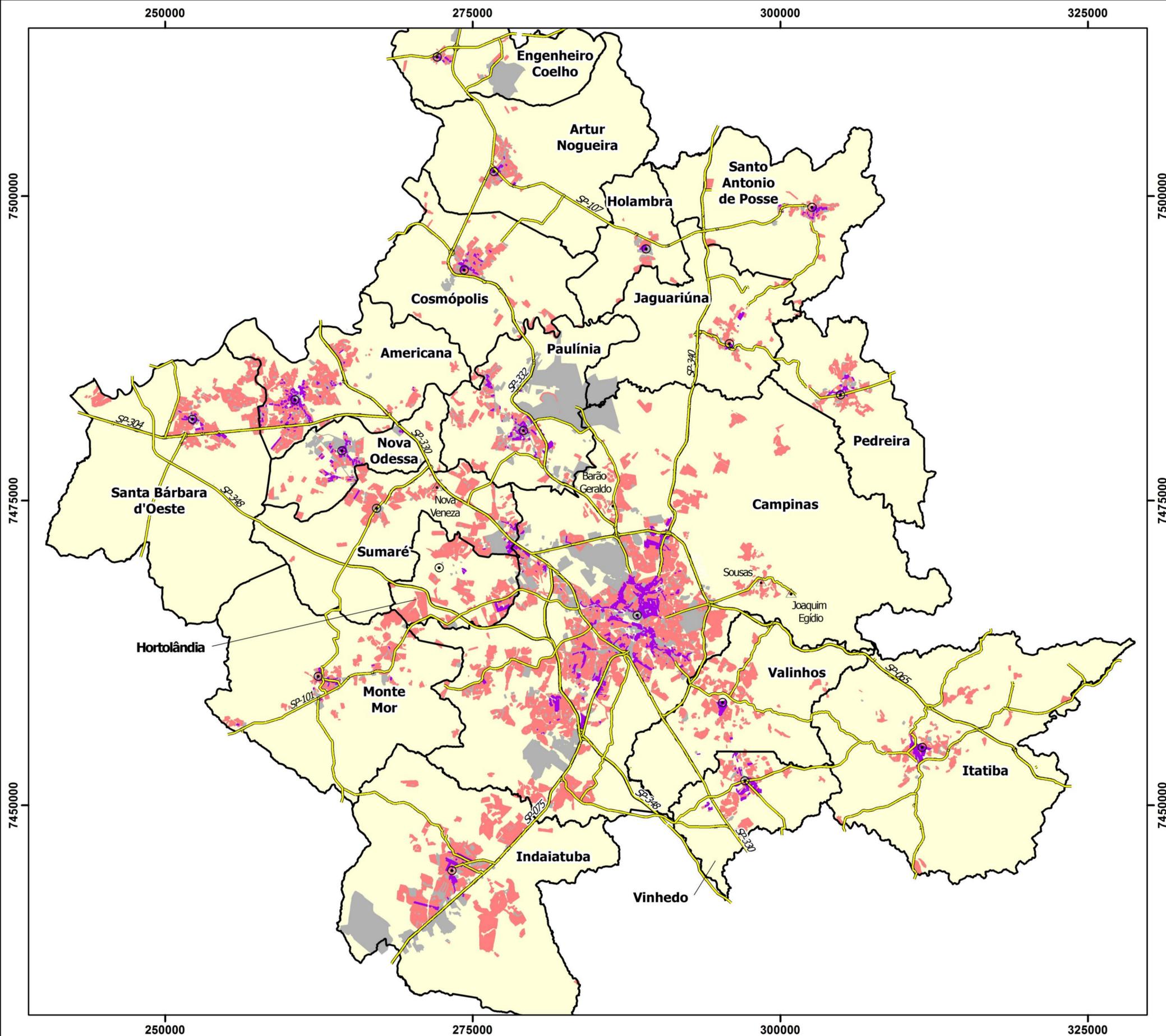




Foto 1: Vista do “centrinho” do bairro Campo Grande, sudoeste de Campinas.
Fonte: acervo particular do autor (2010).

Como bem afirma Santos (1993, p. 96):

As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa [...]. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano.

Nesse sentido, a especulação, ao desencadear uma (falsa) escassez de terras urbanas e elevar seus preços médios, acirrou a questão habitacional desde fins dos anos 1960 – especialmente em Campinas, Americana e suas respectivas “cidades-dormitório”: Hortolândia, Monte Mor, Sumaré, Santa Bárbara d’Oeste e, em menor proporção, Nova Odessa –, restringindo o acesso à terra e à moradia para amplos contingentes populacionais empobrecidos que crescentemente chegavam à região.

Até o fim da década de 1980, as áreas residenciais mais dispersas e afastadas dos centros urbanos principais correspondiam, quase que exclusivamente, a locais marcados por condições de vida excludentes, com insuficiência em infraestrutura e serviços e elevada concentração de segmentos populacionais de baixos rendimentos. As exceções ficavam por conta de algumas áreas de condomínios fechados e loteamentos em chácaras já existentes em Vinhedo, Valinhos e nos distritos campineiros de Barão Geraldo e Sousas. Contudo, a partir do decênio seguinte, a produção deste tipo de espaços residenciais apresentou um verdadeiro “surto” na região – primeiramente em Campinas, Valinhos, Vinhedo e Indaiatuba, e posteriormente se difundindo para praticamente todo o território (FREITAS, 2008) –, como resultado do crescimento da criminalidade e consequente aumento da sensação de insegurança, desencadeados no âmbito das graves crises econômicas deflagradas no país a partir do fim dos anos 1980, bem como pela promoção de novos “estilos” de morar (com maior segurança e alto *status*) associados às áreas fechadas, que são inseridos pelo segmento incorporador no referido contexto de crise (CALDERA, 1997). Assim, a crescente produção de áreas condominiais fechadas em terras “periféricas” tem contribuído para uma maior dispersão do tecido urbano na região, além de heterogeneizar determinadas parcelas do espaço periurbano no tocante ao seu conteúdo social (PIRES, 2007; AGEMCAMP, 2011).

Neste contexto socioespacial urbano configurado na RMC a partir dos anos 1990, que conjuga elevado crescimento populacional (acima das médias estadual e nacional), expansão urbana especulativa, empobrecimento da população e ampliação da autoss segregação por meio de condomínios e loteamentos fechados, a intensa dinâmica da produção mercantil de espaços urbanos habitacionais (lotes urbanizados, núcleos habitacionais de casas, residenciais verticais e áreas condominiais fechadas) contrasta com a permanência de um amplo contingente da população urbana que é excluído do direito à moradia digna.

Uma primeira mostra do perfil habitacional na RMC é fornecida pela distribuição percentual das famílias conforme o tipo de moradia e edificação (Figura 4). Os dados indicam que 7,1% das famílias na região habitam domicílios considerados *precários* pelo Centro de Estudos da Metrópole (MARQUES, 2007) – um pouco acima do percentual total no Estado de São Paulo (6,8%) – sendo 5,5% em barracos e 1,6% em cômodos. Além disso, outros 24% das famílias residem em casas tipo frente-fundos. Embora não se possa imputar uma característica de

exclusão social a todo este percentual de famílias, já que muitas famílias vivem nesta condição por opção, é bastante provável que este dado esconda, de fato, um volume “extra” de habitações em situação de precariedade.

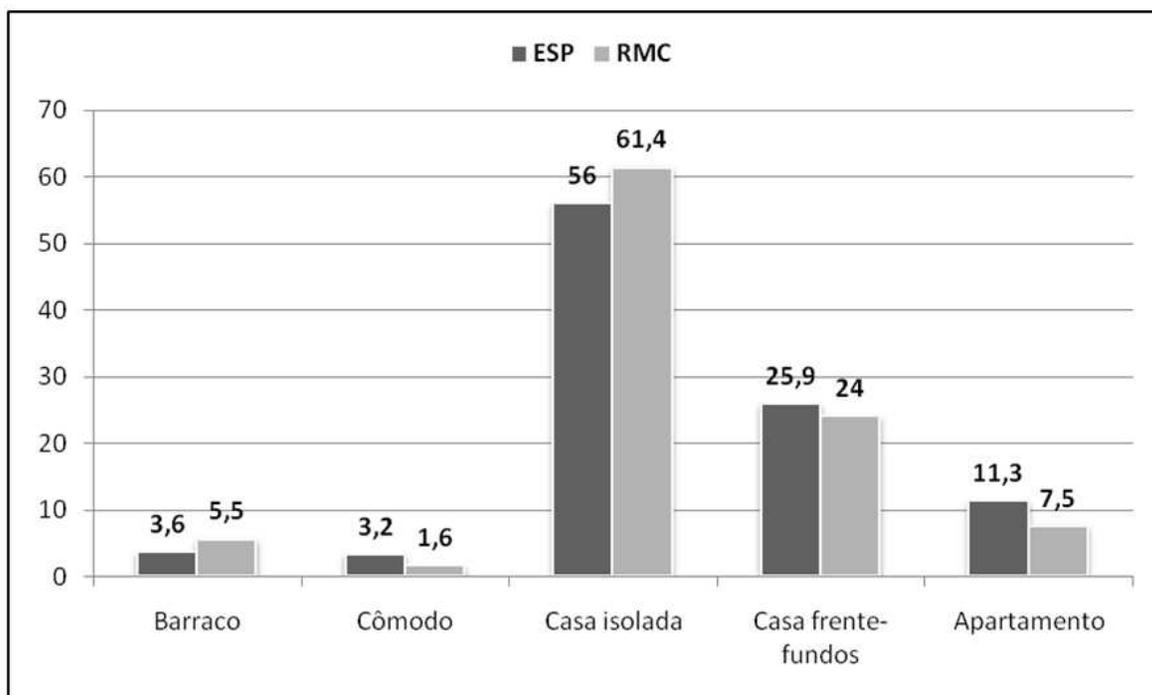


Figura 4: Distribuição percentual das famílias, segundo tipo de edificação da moradia – Estado de São Paulo e RMC (2006).
Fonte: Seade (2006, p. 17-18).

Portanto, existe um déficit de habitações adequadas na RMC, o qual corresponde, de acordo com dados reunidos pela AGEMCAMP (2011), a aproximadamente 92,6 mil domicílios.⁵³ Por outro lado, a produção de lotes urbanizados dentro do mercado formal tem ocorrido em

⁵³ Esta agência calcula o déficit habitacional urbano na RMC equiparando-o aos totais de domicílios precários. Assim, o total de domicílios urbanos precários na RMC calculado para 2009 era de 92.671 domicílios (8,6% do total). Nos municípios, os maiores percentuais de domicílios precários são os de Monte Mor (21,6%), Hortolândia (14,5%), Sumaré (13,7%), Campinas (13,4%), Santo Antônio de Posse (8,9%), Engenheiro Coelho (8,7%), Paulínia (3,5%) e Santa Bárbara d’Oeste (3%). Para os municípios de Holambra, Indaiatuba, Jaguariúna e Nova Odessa, não há o registro de um único domicílio precário sequer, informação esta difícil de acreditar. Nos demais municípios, os percentuais variam entre 0,16% e 1,81% (AGEMCAMP, 2011). Cabe ressaltar ainda que estes dados provêm de três fontes diferentes, cada qual com sua própria metodologia de cálculo, a saber: CEM/CEBRAP, Fundação João Pinheiro, ambas a partir de dados censitários de 2000, e levantamentos feitos em 2008 e 2009 por 14 das 19 prefeituras da região. Assim, é possível que para alguns municípios, os dados superestimem ou, principalmente, subestimem a real situação da demanda habitacional.

número bem superior às estimativas de demanda por habitações, mas a maior parte dos lotes produzidos é voltada para os públicos de renda média e alta, fato que pode ser compreendido pelas localizações onde estão sendo produzidos e pelo tamanho médio dos lotes (BARREIROS; 2007; AGEMCAMP, 2011) (Cf. Tabela 5).

TABELA 5 – RELAÇÃO ENTRE DÉFICIT HABITACIONAL E LOTES URBANIZADOS PRODUZIDOS NA RMC (2000-2007)

Município	Déficit habitacional ⁽¹⁾	Lotes produzidos ⁽²⁾	Área média bruta dos lotes (m ²) ⁽²⁾
Americana	4.739	17.431	482
Artur Nogueira	1.722	2.832	706
Campinas	20.417	22.369	715
Cosmópolis	2.557	1.223	435
Engenheiro Coelho	695	1.125	813
Holambra	492	966	905
Hortolândia	10.126	6.430	543
Indaiatuba	7.254	10.560	512
Itatiba	2.820	6.527	1.056
Jaguariúna	1.939	2.667	611
Monte Mor	1.449	6.947	509
Nova Odessa	994	3.854	516
Paulínia	5.818	7.577	720
Pedreira	805	379	671
Santa Bárbara d'Oeste	3.926	8.048	631
Santo Antonio de Posse	459	379	454
Sumaré	8.731	8.979	477
Valinhos	4.175	4.558	705
Vinhedo	2.771	2.469	634
RMC	81.889	115.320	637

⁽¹⁾ Estimado pela AGEMCAMP a partir de dados da Fundação João Pinheiro e do CEM-CEBRAP, e de cadastros municipais.

⁽²⁾ A partir de levantamento realizado pela EMLASA.

Fontes: ⁽¹⁾ AGEMCAMP, 2011; ⁽²⁾ Barreiros, 2007.

Grande parte desses lotes amplos corresponde a áreas residenciais fechadas (condomínios horizontais e loteamentos), modalidade de uso residencial do espaço que, como já foi dito, tem crescido vertiginosamente na região. De acordo com Freitas (2008, p. 142), “Os primeiros empreendimentos fechados surgem [na região de Campinas] nos anos 1970 como condomínios de luxo, destinados à população de alta renda, que buscava lotes amplos e próximos à natureza para implantarem suas moradias ou casas de veraneio”. Estes “[...] localizam-se

prioritariamente nos municípios de Campinas e Vinhedo”. A partir da década de 1990, contudo, esta modalidade de promoção residencial para classes de rendas média e alta se torna prática predominante, reduzindo drasticamente a produção de lotes “abertos” (PIRES, 2007). No decênio seguinte, esta tendência se amplia ainda mais, disseminando-se para praticamente todas as cidades da região, desde a sede metropolitana até as menos populosas, como mostram os dados da Tabela 6.

TABELA 6 – CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS FECHADOS APROVADOS NA RMC (2000-2007)

Município	Área total fechada (em hectares)	Número de empreendimentos
Americana	153,26	15
Artur Nogueira	68,02	4
Campinas	1.740,71	50
Cosmópolis	11,52	2
Engenheiro Coelho	61,03	2
Holambra	66,23	2
Hortolândia	82,83	3
Indaiatuba	410,82	32
Itatiba	1.039,21	18
Jaguariúna	491,38	10
Monte Mor	128,68	2
Nova Odessa	65,82	4
Paulínia	423,00	17
Pedreira	25,77	2
Santa Bárbara d'Oeste	21,44	1
Santo Antônio de Posse	0,00	0
Sumaré	107,17	6
Valinhos	229,51	25
Vinhedo	81,78	10
Total RMC	5.208,20	205

Fontes: GRAPROHAB, 2007 in Freitas, 2008.

O Mapa 11 traz informações sobre a localização de condomínios horizontais e loteamentos urbanos fechados na RMC, reunidas a partir de levantamentos realizados pela EMPLASA (2005) e por Freitas (2008). Observa-se clara concentração dessas formas espaciais em zonas específicas do espaço urbano-metropolitano. Os condomínios estão, em sua maioria, localizados em Campinas, na porções norte e leste do centro metropolitano, nas proximidades do trevo da rodovia SP-065 com a via de acesso ao distrito de Sousas, bem como em Barão Geraldo (Foto 2). Esses residenciais são voltados para camadas de médio a alto poder aquisitivo. Por sua

vez, alguns poucos residenciais situados a oeste e a sudoeste do centro principal da cidade são voltados a estratos de renda média a baixa, sendo alguns, inclusive, implantados pela companhia estadual de habitação (CDHU) (Foto 3).



Foto 2: Condomínio horizontal voltado a segmentos de alta renda, situado no bairro Alto Taquaral (porção norte do centro metropolitano), em Campinas.
Fonte: acervo particular do autor (2011).

Já os loteamentos fechados estão implantados principalmente nas localidades da região onde esta modalidade de uso da terra urbana primeiramente se desenvolveu: o eixo formado entre as cidades de Vinhedo, Valinhos e as porções oriental e setentrional de Campinas, incluindo os distritos de Sousas e Barão Geraldo. Os loteamentos também são numerosos em Itatiba, sendo que vários deles estão fora do perímetro urbano atual (vide Mapa 4). A concentração de loteamentos fechados nessa porção da RMC pode ser explicada pelas características do espaço rural que facilitam a sua implantação – em especial, a presença de amenidades como vastas áreas verdes e numerosos cursos d’água, e o perfil agrário do território, constituído, em grande parte,



Foto 3: Condomínio horizontal voltado a segmentos de baixa renda, localizado na vila Padre Anchieta, porção oeste de Campinas
Fonte: acervo particular do autor (2010).

por chácaras e antigas fazendas de café, mas sem a presença de culturas agrícolas extensivas –, aliadas a incentivos das administrações municipais para a implantação de tais empreendimentos e à acessibilidade dessas áreas à metrópole de Campinas e à RMSP, que potencializa a criação de demanda (MIRANDA, 2002; FREITAS, 2008; SILVA, 2008).

A presença de loteamentos fechados é também representativa nas cidades de Indaiatuba e Paulínia, onde embora tenham se iniciado mais recentemente do que nas localidades mencionadas anteriormente, sua implantação vem se acelerando (ALVES, 2002; FARIAS, 2010). Em contrapartida, a presença desse tipo de residencial é bem menor na porção do espaço urbano situada a oeste da Via Anhanguera, especialmente nas cidades com características de “dormitório” (Mapa 11).

O aumento do número de áreas residenciais exclusivas se deve à crescente procura, por parte dos segmentos de média e alta renda, de locais que, além de conforto e tranquilidade, lhes

ofereçam maior segurança e um *status* social mais elevado. Apesar do fato de se constituírem verdadeiros enclaves⁵⁴ das “burguesias” em áreas periféricas, implantadas em áreas até então com usos rurais, ou mesmo, em vários casos, encravadas em zonas do espaço urbano com predominância de classes de menor poder aquisitivo, tais áreas têm influenciado a dinâmica de valorização das localidades em seu entorno. No entanto, essa valorização se viabiliza a partir do direcionamento de recursos públicos, sobretudo na forma de investimentos em obras viárias. Tais melhorias atendem aos interesses, de um lado, dos proprietários dos imóveis circunvizinhos, que têm seus bens valorizados e, de outro, dos moradores das áreas exclusivas, que veem melhorada a acessibilidade do residencial aos seus principais locais de trabalho e consumo.

No contraponto da valorização fundiária e da crescente elitização do acesso à terra e à moradia, as ocupações residenciais irregulares, como favelas⁵⁵ e loteamentos clandestinos, mantém-se e se ampliam na região, tornando ainda mais evidente o caráter socialmente contraditório do processo de produção do espaço urbano-metropolitano. A título de exemplo, um levantamento realizado em 2011 pela Fundação Seade indicou a existência de 38.281 residências em favelas, além de outras 13.520 moradias em áreas classificadas como “de risco” e 865 em cortiços. Isto remete, no cálculo de três pessoas em média por moradia encontradas pela Seade, a um contingente de cerca de 157,9 mil pessoas (5,8% da população urbana recenseada em 2010) vivendo em locais impróprios para morar em uma das regiões mais ricas do Estado de São Paulo.

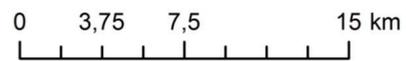
⁵⁴ Na acepção de Salgueiro (1998, p. 41), enclaves dizem respeito ao “[...] caráter pontual de implantações que introduzem uma diferença brusca em relação ao tecido [urbano] que a cerca”. Tratam-se de formas espaciais cada vez mais presentes nas cidades fragmentadas e segregadas socioespacialmente. Referindo-se especificamente aos condomínios e loteamentos fechados, Caldeira (1997) os denomina como “enclaves fortificados”, em alusão à condição de vigilância permanente e de isolamento de tais espaços em relação ao entorno, embora destinados a uso coletivo. Vale acrescentar, contudo, que a noção de “enclave”, tal como definida pela primeira autora, também pode ser estendida a pequenas áreas de concentração de populações atingidas por processos sociais de exclusão. É o caso de moradores em domicílios improvisados, instalados em prédios vazios e ocupados por famílias sem teto, de encortiçados e, principalmente, de favelas incrustadas em pequenas áreas em porções da cidade onde há o predomínio de populações mais socialmente incluídas e enriquecidas. Como será visto adiante, este último caso possui inúmeros exemplos no espaço urbano-metropolitano da RMC.

⁵⁵ O termo favela se refere, neste texto, a áreas de ocupação residencial, em sua maioria com condições precárias de habitabilidade, que possuem como principal característica a irregularidade quanto à propriedade jurídica da terra.

Mapa 11
Região Metropolitana de Campinas
LOCALIZAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS
E LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS
FECHADOS

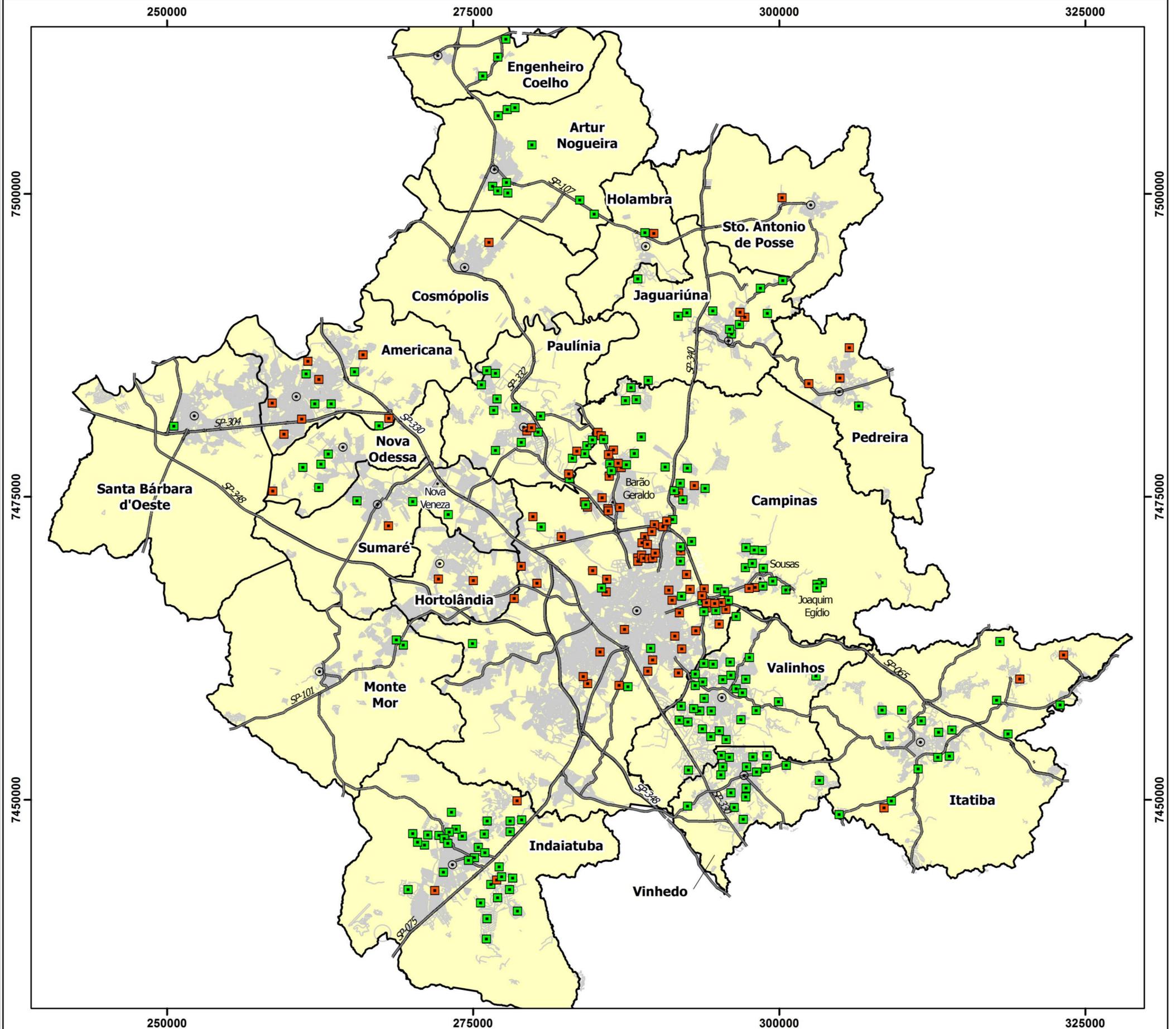
Legenda

- Rua
- Rodovia
- Limite municipal
- Centros urbanos
 - Principal
 - △ Distrito
- Áreas residenciais
 - Condomínio horizontal
 - Loteamento fechado



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: Emplasa (2005); Freitas (2008);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



O Mapa 12 apresenta informações disponíveis sobre a distribuição espacial de favelas e loteamentos clandestinos⁵⁶ na RMC. Observa-se a presença dessas sub-habitações na maioria das cidades da região, mas há uma clara predominância na sede metropolitana e em seus entornos oeste e sudoeste, ou seja, justamente nas áreas em que houve a concentração de segmentos populacionais empobrecidos e onde se desenvolveu o já comentado padrão de urbanização precário e excludente: quadrante sudoeste de Campinas, Sumaré, Hortolândia e Monte Mor. Chama a atenção também a existência de favelas dentro do centro metropolitano, concentradas em sua porção oriental, sendo a maioria delas circundada por áreas residenciais de alto e médio *status* (CAIADO et al., 2002). Trata-se, portanto, da fragmentação do espaço urbano por um outro tipo de enclave: enclaves de exclusão social em áreas onde os residenciais adjacentes disfrutam de condições de vida bem superiores (Foto 4).

É importante salientar que muitas áreas faveladas estão instaladas em terrenos impróprios à função de moradia, como beiras de rodovias, faixas de domínio de redes de alta tensão elétrica, proximidades de estradas de ferro, em encostas com alta declividade e, sobretudo, às margens dos vários cursos d'água que interceptam as áreas urbanizadas (Fotos 5 e 6).

A maior ocorrência de favelas em Campinas e em suas cidades “dormitório” vizinhas (Hortolândia e Sumaré) se explica pelo porte econômico da sede metropolitana e pelas características do processo de ocupação do espaço nestes territórios. Como bem apontam Santos e Silveira (2001, p. 286), “As grandes cidades são propícias a receber e acolher gente pobre e lhes oferecer alguma espécie de ocupação (não propriamente empregos)”. No caso de Campinas, segundo Pires (2007), ocorreu, nos anos 1970, um processo de ocupação generalizada de áreas públicas nos loteamentos abertos na década de 1950, resultando no surgimento de inúmeras favelas, não só na porção sudoeste, mas em todos os quadrantes do município. Ainda conforme esta autora,

⁵⁶ De acordo com Grazia e Leão Júnior (2002), em sentido estrito, os loteamentos podem ser classificados, segundo inadequações jurídicas e urbanísticas, em *irregulares*, quando o seu projeto foi aprovado pela prefeitura municipal mas não foi devidamente executado pelo loteador da gleba, e *clandestinos*, quando não há um projeto referente ao mesmo apresentado ou aprovado pelo poder público municipal. Esclarece-se, contudo, que os dados sobre loteamentos cartografados no Mapa 12 podem eventualmente não seguir esta definição, uma vez que as fontes consultadas não trazem tal diferenciação.



Foto 4: Favela do tipo “enclave”, localizada entre áreas residenciais adensadas e com nível socioeconômico superior.

Fonte: acervo particular do autor (2010).

Essas áreas foram funcionais para abrigar o grande volume de mão-de-obra pouco qualificada que afluía à cidade, para atender a demanda da indústria, contribuindo para a manutenção de baixos salários e de políticas públicas clientelistas. Com forte dependência da área central de Campinas para trabalho, comércio e serviços, e precária acessibilidade, essas áreas se ampliam com a abertura de novos loteamentos, em geral irregulares ou clandestinos, e pela localização de conjuntos habitacionais públicos, em áreas cada vez mais distantes. Esse processo tem formado a periferia pobre da região que se estende, com características semelhantes, também aos municípios de Sumaré, Hortolândia e Monte Mor (idem, p. 21).

Na maioria das ocasiões, as ocupações irregulares, principalmente as favelas, representam uma das mais concretas situações sociais de exclusão, a qual conjuga o cerceamento do acesso à renda, ao emprego, à infraestrutura e condições básicas de habitabilidade, à insalubridade, aos estigmas e preconceitos, enfim, uma ampla gama de limitações e precariedades, cristalizadas na privação do acesso à moradia

Mapa 12

Região Metropolitana de Campinas
OCUPAÇÕES RESIDENCIAIS
IRREGULARES NO ESPAÇO
URBANO-METROPOLITANO

Legenda

Centros urbanos

⊙ Principal

△ Distrito

Ocupações irregulares*

■ Favela

■ Loteamento clandestino

— Rua

— Rodovia

Área urbanizada (2010)

□ Município

* Não foi possível encontrar nas fontes consultadas, informações sobre número e localização de ocupações irregulares em Sto. A. de Posse, Valinhos e Paulínia, mesmo assim, para este último, foi possível identificar, em trabalho de campo, a existência de uma área favelada. Já para Holambra, Indaiatuba e Jaguariúna, consta a inexistência de qualquer ocupação irregular.

Fontes:

Emplasa, 2005; Agencamp, 2011
(dados de prefeituras municipais de 2008);
IGC (base cartográfica 2002, modificada);
Delimitação de áreas urbanizadas pelo autor,
a partir da interpretação de imagens do satélite
ALOS, sensor PRISM (2010).

Elaboração: Ederson Nascimento (2013).

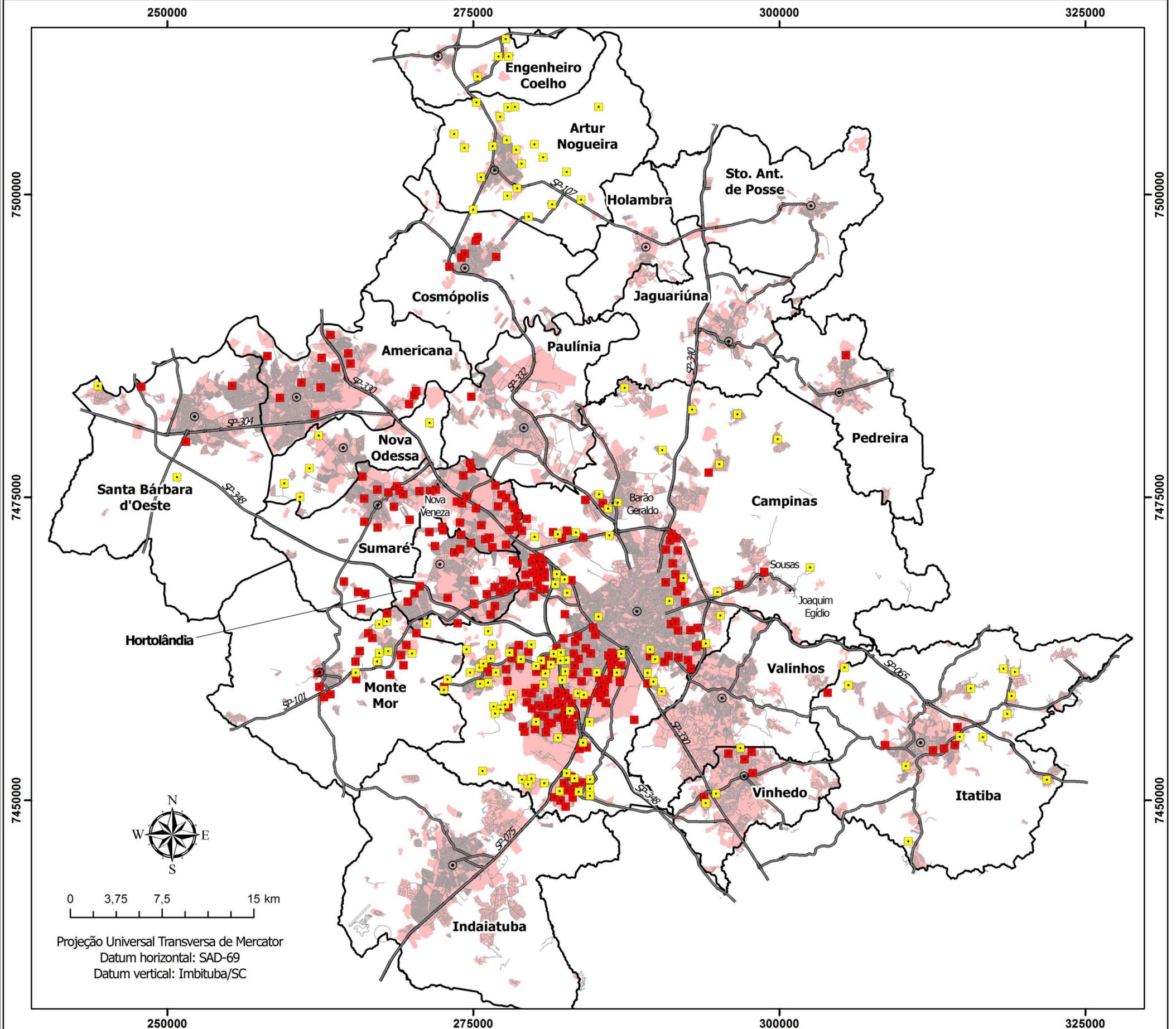




Foto 5: Área favelada localizada à margem sul da rodovia Dom Pedro I (SP-065).
Fonte: acervo particular do autor (2010).

digna.⁵⁷ Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, tais ocupações simbolizam também a luta pela inclusão social. Na RMC isso não é diferente. Na região, “As ocupações irregulares [...] representam uma reação popular à falta de uma adequada política pública de habitação” (CUNHA et al., 2006a, p. 151), bem como o esforço em busca da inclusão, ainda que “precária” – recuperando a expressão cunhada por Martins (1997) –, junto a fontes de trabalho e renda e a oportunidades para melhoria das condições de vida como um todo.

Em suma, procurou-se mostrar neste capítulo que o padrão de urbanização engendrado na RMC resultou de uma realidade socioespacial complexa, refletindo o caráter socialmente desigual e contraditório do desenvolvimento econômico paulista e brasileiro.

⁵⁷ “Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. [...] A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado” (CORRÊA, 1995, p. 64).



Foto 6: Favela instalada na faixa de domínio da estrada de ferro, localizada em Hortolândia, próximo à divisa com Campinas.

Fonte: acervo particular do autor (2011).

Trata-se de uma urbanização impulsionada pelo dinamismo e modernidade de suas atividades econômicas – desde o “complexo cafeeiro paulista”, até os ciclos de industrialização e seus efeitos modernizadores à montante, na agricultura, e à jusante, no setor terciário – em paralelo à manutenção de estruturas sociais antigas, como a concentração social de propriedade e o uso especulativo da terra. No plano socioespacial urbano, é também, como afirmam Pires e Santos (2002, p. 72),

[...] uma urbanização seletiva e excludente que engendrou e/ou expandiu a verticalização em diferentes municípios, favoreceu o surgimento de condomínios fechados horizontais para a classe média e, ao mesmo tempo, aumentou o contingente de população pobre habitando bairros periféricos sem infra-estrutura urbana e favelas, em quase todas as cidades, independentemente de seu porte de tamanho.

Desse padrão de urbanização da região consolida-se um espaço urbano-metropolitano morfologicamente descontínuo, cuja dispersão reflete a polinucleação urbana em cidades pobres e com o perfil de “dormitórios”, bem como a proliferação de áreas condominiais fechadas, cada vez mais afastadas e autônomas em relação aos centros urbanos principais e às áreas de urbanização consolidada contínuas a estes. Além disso, esse espaço urbano-metropolitano se organiza em uma *estrutura socioespacial desigual*, cujo arranjo é composto por áreas que combinam distintos tipos de uso residencial, conteúdos sociais e condições de habitabilidade, dispostos em localizações específicas.

São notórias algumas tendências de separação social segundo áreas específicas, tanto na escala regional como no interior das cidades. Em nível regional, há forte tendência de segregação entre as porções leste e oeste da rodovia Anhanguera: na primeira porção territorial prevalecem os espaços melhor infraestruturados, com menores densidades demográficas e com bairros com populações de renda e *status* mais elevado, ao passo que no outro lado da região predominam tendências opostas: altas densidades nas áreas ocupadas e bairros com infraestrutura precária ou inexistente, concentrando segmentos populacionais empobrecidos. A essa tendência geral de segregação na escala da região, articulam-se arranjos espaciais internos às cidades, derivados da distribuição da malha viária regional, das localizações preferenciais da indústria e das atividades terciárias e do modo como se deu a expansão horizontal, a dotação de infraestrutura e respectiva ocupação das porções territoriais do espaço urbano. Com isso, verificam-se tendências de concentração de bairros das elites em setores específicos do espaço intraurbano, bem como, em algumas cidades, a presença de enclaves de alto ou baixo *status*.

Segundo o marco teórico-conceitual de análise das desigualdades socioespaciais defendido na presente tese, é possível, assim, afirmar que a referida estrutura socioespacial abriga espacialidades com graus distintos de inclusão e de exclusão social. Entretanto, como se pode aferir empiricamente os níveis de desigualdade em relação a cada dimensão de análise que compõe o processo de exclusão/inclusão social, bem como em relação à distribuição no espaço urbano-metropolitano da região? Uma das possibilidades consiste na produção de indicadores sociais de exclusão/inclusão territorializados, com abrangência regional e grau de comparabilidade adequado ao nível intraurbano. Este passa a ser o foco principal da pesquisa a partir do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

INDICADORES SOCIAIS PARA MENSURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA: REFLEXÕES A PARTIR DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

A partir deste capítulo passa-se a discutir a utilização de indicadores sociais e índices estatísticos sintéticos para subsidiar o mapeamento e a análise das áreas predominantemente de inclusão e de exclusão social no espaço urbano-metropolitano da RMC. O uso deste tipo de dado visa, no entanto, nada mais do que complementar e aprofundar o entendimento já realizado sobre as desigualdades socioespaciais da região, caracterizando as diferentes localidades de cada uma das cidades com maior precisão e clareza, mas agora buscando operacionalizar o arcabouço conceitual sobre o processo de exclusão/inclusão social a partir de indicadores estatísticos concretos, calculados para cada fragmento espacial intraurbano.

Um indicador social pode ser definido, segundo Jannuzzi (2004, p. 15), como “[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para a pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)”. Elaborados para medir determinado aspecto ou tema em relação a um recorte espacial específico (unidade da federação, município, setor censitário ou outro), tais estatísticas são, em muitas ocasiões, indispensáveis à análise geográfica, uma vez que seus resultados fazem referência não somente a características de segmentos populacionais, mas também aos espaços onde estas populações se encontram e que ajudam a produzir. Assim, indicadores podem ajudar no entendimento de aspectos fundamentais relacionados às condições de vida existentes numa dada localidade, tais como perfil socioeconômico da população, características territoriais, demandas para políticas públicas e impactos decorrentes de intervenções.

No Brasil, o marco inicial da produção de indicadores sociais remonta à década de 1970, no âmbito da criação, pelo Governo Federal, do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), como resposta ao agravamento da problemática social que ocorria apesar do elevado crescimento econômico do país, especialmente no período do “milagre”. Conforme Santagada (2007), a partir de 1975 o Conselho de Desenvolvimento Social (ligado àquele governo), em cumprimento às diretrizes do II PND, propõe a criação, pelo IBGE, de indicadores sociais com o fim de “[...] fornecer elementos para a elaboração e o acompanhamento do planejamento

social, sendo que a prioridade seria dada aos indicadores destinados a medir as variações nos níveis de bem-estar material, em especial dos grupos que estavam em situação de ‘pobreza absoluta’” (idem, p. 127).

Porém, os indicadores sociais passaram a ganhar destaque no ideário político e social do país na segunda metade da década de 1980 e início da seguinte, na esteira das sucessivas crises econômicas nacionais desencadeadas no âmbito da chamada “década perdida” e, associado a isto, o aprofundamento, no meio acadêmico, de estudos sobre as dinâmicas da pobreza e exclusão social reproduzidas e ampliadas no contexto de estagnação econômica. Soma-se a estes fatores a insatisfação em relação às limitações do PIB *per capita*, cuja utilização generalizada como indicador de bem-estar da população servia antes para escamotear as condições de vida, do que para efetivamente avaliá-las em suas desigualdades (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2004).

A partir de então, e motivados pela grande aceitação do *Índice de Desenvolvimento Humano* – IDH, publicado em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1990), diversos indicadores referentes a situações de desigualdade têm sido constituídos com propósitos igualmente variados, os quais visam, segundo Koga (2003, p. 84), “[...] lançar referências sobre dadas situações da realidade hierarquizando-as entre piores e melhores, o que possibilita comparações principalmente se apreciadas em série histórica”. E apesar de terem vários elementos em comum, tais indicadores acabam apresentando significados particulares a partir de sua matriz teórica, objetivos e encaminhamentos metodológicos. Mas em geral, em que pesem as diferenças, busca-se com essas estatísticas levantar informações sobre as condições de vida em determinado espaço para servirem de parâmetro ao direcionamento de intervenções, ou para possibilitar a avaliação do grau de impacto de políticas públicas empreendidas.

Em geral, os indicadores produzidos para dar conta de fenômenos sociais complexos são organizados em um conjunto estatístico conhecido como *sistema de indicadores sociais*, no qual cada variável ou conjunto de variáveis originam indicadores relacionados a uma dimensão específica do fenômeno analisado. A construção de um sistema de indicadores parte das seguintes decisões metodológicas:

- a) definição de uma temática ou conceito abstrato a que se refere o sistema;

- b) especificação das suas dimensões, das diferentes formas de interpretação ou abordagem do mesmo;
- c) obtenção dos dados estatísticos; e,
- d) computação dos indicadores por meio da combinação orientada das estatísticas disponíveis (JANNUZZI, 2004).

Esse tratamento estatístico normalmente é efetuado a partir de dados percentuais ou em taxas. Os indicadores resultantes são, em geral, disponibilizados em dois formatos principais: como *indicadores discretos*, que correspondem a um conjunto de variáveis separadas entre si, quantificadas em diferentes unidades de medida (dados brutos, percentuais ou taxas) e com escalas de mensuração (amplitude dos dados) também distintas; ou como *indicadores sintéticos*, que são construídos a partir da correlação entre diferentes dados, os quais são agregados para composição de um único indicador (índice ou coeficiente) para representação do fenômeno. Independentemente do formato, objetiva-se com os sistemas de indicadores sociais mensurar, a partir de elementos concretos (por exemplo, o valor médio dos rendimentos familiares), dimensões de um fenômeno social abstrato, como a pobreza ou a exclusão/inclusão social.

Seguindo estes encaminhamentos, diversos sistemas de indicadores sociais têm sido criados no Brasil desde a década de 1990 por pesquisadores autônomos, entidades da sociedade civil ou órgãos estatais, com o fim de subsidiar, a partir de referenciais conceituais distintos, o diagnóstico e a análise de condições de vida em diferentes territórios. A destinação de tais estatísticas é também variada, sendo diretamente relacionada ao seu executor: pesquisa e divulgação acadêmica, ou fins programáticos, como apoio à implementação e acompanhamento de políticas públicas.

É importante ressaltar, porém, que, sob o ponto de vista da pesquisa geográfica, o expressivo progresso na produção e disponibilização de indicadores sociais (principalmente ao longo da década de 2000) propiciou avanço muito mais significativo para as análises realizadas em escalas macro e mesorregional e nacional, do que para as empreendidas no nível intraurbano, uma vez que a grande maioria dos sistemas de indicadores elaborados tem o

município como nível mínimo de desagregação de dados⁵⁸, inviabilizando, assim, comparações a partir de unidades territoriais internas aos municípios. Já os sistemas de indicadores com desagregação intraurbana são bastante escassos.

Nascimento e Matias (2008) observam que a construção de sistemas de indicações sociais no nível intraurbano tem esbarrado em duas grandes limitações. A primeira delas é a compatibilidade entre as bases de dados estatísticos disponíveis, pois ainda atualmente é comum a produção de dados estatísticos em formatos diferentes (dados em números absolutos, em taxas, em percentuais, entre outros), com escalonamentos e unidades de medidas díspares e com nível de desagregação temática insuficiente. Tais características reduzem as possibilidades de efetuar comparações e correlações entre esses dados para a produção de análises mais detalhadas, especialmente acerca de fenômenos e processos multidimensionais, como é o caso, por exemplo, da exclusão/inclusão social.

A outra limitação apontada associa-se à escala de análise. No Brasil, as cidades apresentam-se como a menor unidade administrativa de referência utilizada para o levantamento de prioridades para políticas públicas. No entanto, embora as divisões internas (bairros, loteamentos, barreiras físicas como rios e estradas) estejam presentes no cotidiano intraurbano, muitas vezes exercendo influência decisiva sobre as condições de vida de sua população, o conhecimento sobre a realidade socioespacial cidadina tem se fundamentado principalmente em medidas genéricas, pois a produção e análise de dados urbanos quase sempre têm se voltado para as cidades de maneira geral. Neste contexto, praticamente todos os sistemas de indicadores intraurbanos tornam-se dependentes dos censos demográficos, a única base de dados com desagregação interna às cidades (setores censitários), porém, com atualização muito lenta (a cada dez anos) e com abrangência temática insuficiente para a abordagem de diversos fenômenos.

Por outro lado, em que pesem as limitações, ainda há, a nosso ver, um vácuo a ser preenchido no que tange à produção de indicadores intraurbanos. As enormes disparidades

⁵⁸ A título de exemplo, Nahas (2006), em levantamento nacional realizado em 2005 para o Ministério das Cidades, identificou 45 sistemas de indicadores municipais, seis deles cobrindo a totalidade dos municípios brasileiros e 39 referentes aos 26 estados da federação e ao Distrito Federal. A partir de tais sistemas foram quantificados 834 indicadores, enfocando um total de 25 temas. O levantamento identificou ainda 1.442 indicadores isolados (não organizados em sistemas), sendo 636 para comparar todos os municípios brasileiros e os outros para comparar municípios dos diversos estados, enfocando 27 temas.

socioespaciais presentes no interior das cidades brasileiras impõem à análise geográfica um aumento da resolução espacial na produção de indicadores, afinal, como bem afirma Koga (2003, p. 72), “[...] quanto mais se aproxima das desigualdades internas de um território, aumentam-se as chances de se obter uma radiografia que reflita de forma mais concreta a dinâmica da realidade vivida”. Todavia, a maior parte das cidades brasileiras parece não dispor ainda de indicadores produzidos, analisados e, sobretudo, divulgados amplamente para a sua população, nem mesmo a partir de dados dos censos demográficos.

Em relação à RMC, a situação não é muito diferente. A maioria dos sistemas de indicadores sociais existente estabelece classificações para a diversidade regional a partir de valores estatísticos médios atribuídos aos municípios. No entanto, há que se ressaltar a existência de esforços recentes – ao longo da década de 2000 – no sentido de aproveitar as bases censitárias e, quando possível, outros dados disponíveis para a construção de indicadores discretos e índices para lançar luz sobre alguns elementos das condições de vida urbana.

Como parte final deste capítulo, serão tecidos comentários sobre os dois mais conhecidos sistemas de indicadores sociais que dispõem de dados para a RMC, cujos temas representados possuem maior relação com a temática da presente tese: o *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal* (IDHM), elaborado pelo PNUD/ONU juntamente com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, e o *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social* (IPVS), criado pela Fundação Seade.

Tal como o índice comparativo entre países, o IDHM mede as condições de vida em determinado município utilizando dados referentes à longevidade, educação e renda.⁵⁹ Calculado a partir dos dados dos censos demográficos de 1991 e 2000, este sistema de indicadores tem como principal ponto positivo a possibilidade de comparação entre realidades municipais em escalas regionais e nacional, uma vez que abrange todos os municípios brasileiros, à exceção daqueles criados a partir de 2001. Apesar de sua ampla divulgação nos meios acadêmico e político, afirma-se, de antemão, que se trata, evidentemente, de um indicador que pouco ou nada ajuda na identificação e exame das disparidades socioespaciais internas no espaço urbano-metropolitano, em razão de estabelecer um único índice para todo o município. Assim, seu uso é mais indicado para análises comparativas entre municípios e de

⁵⁹ O índice varia de zero a um. Assim, municípios classificados entre 0,0 e 0,5 são considerados, pelo PNUD, como tendo IDH baixo, entre 0,5 e 0,8 IDH médio e acima disso IDH alto (PNUD, 2003).

desempenho de um dado município ao longo do tempo, embora mesmo para este tipo de análise, o indicador apresente limitações.

A evolução do IDHM na RMC pode ser avaliada a partir da Tabela 7 e da Figura 5. De imediato, é possível observar que a maioria dos municípios apresenta indicadores elevados, acima das médias estadual e nacional tanto em 1991 como em 2000. Os dados revelam ainda uma melhora geral dos IDH's para os municípios da região ao longo dos anos 1990. Enquanto em 1991 apenas Campinas figurava entre os municípios considerados como de alto desenvolvimento humano, em 2000 eram doze os municípios nesta situação (vide Figura 5, municípios cartografados em tons de verde), sendo os indicadores de Vinhedo, Campinas, Paulínia e Valinhos, respectivamente os mais elevados. Esse progresso revelado pelos indicadores segue tendência geral observada para o país ao longo do referido decênio (a qual provavelmente prosseguiu ao longo da década seguinte⁶⁰), resultado principalmente de avanços nos níveis de escolaridade e expectativa de vida da população.

Por outro lado, chama a atenção o padrão diferenciado de alteração das posições relativas ocupadas pelos municípios ao longo do período analisado. Enquanto municípios como Campinas, Americana, Nova Odessa e Santo Antônio de Posse apresentaram pequenas oscilações em suas colocações, outros tiveram avanços consideráveis em seus indicadores – casos de Indaiatuba, Jaguariúna, Valinhos e, principalmente, Holambra e Vinhedo – e outros ainda presenciaram quedas expressivas em suas posições relativas – casos de Hortolândia, Sumaré, Pedreira, Cosmópolis, Artur Nogueira e Monte Mor (Tabela 7).

A principal explicação para estas variações assimétricas apresentadas por tais índices na RMC, bem como para as principais diferenças entre os índices nos estados do Sudeste e do Sul do Brasil, reside na própria composição deste indicador, mais precisamente no peso exercido por um de seus componentes estatísticos, o PIB *per capita*. Na opinião de Jannuzzi (2002, p. 67), há “[...] uma relativa fragilidade conceitual (operacional?) do IDH em superar as limitações de validade do PIB *per capita* como indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico”, isto porque, sendo o PIB municipal uma variável mais suscetível a

⁶⁰ Infelizmente, a versão mais recente do IDHM, elaborada a partir de dados do censo de 2010, foi publicada pelo PNUD somente após a conclusão desta pesquisa, razão pela qual sua apreciação não pôde ser incluída na tese.

TABELA 7: ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL NA RMC (1991-2000)

Município	1991			2000		
	IDHM	Classif. nacional	Classif. estadual	IDHM	Classif. nacional	Classif. estadual
Americana	0,798	22	14	0,84	69	19
Artur Nogueira	0,76	196	100	0,796	637	193
Campinas	0,811	11	6	0,852	24	8
Cosmópolis	0,756	239	110	0,799	576	177
Engenheiro Coelho*	0,734	525	238	0,792	743	222
Holambra*	0,746	351	170	0,827	160	42
Hortolândia*	0,743	398	193	0,79	794	244
Indaiatuba	0,765	142	67	0,829	138	36
Itatiba	0,766	133	62	0,828	150	40
Jaguariúna	0,764	152	74	0,829	139	37
Monte Mor	0,736	494	228	0,783	970	294
Nova Odessa	0,769	109	53	0,826	165	46
Paulínia	0,79	40	20	0,847	41	13
Pedreira	0,765	143	68	0,81	370	107
Santa Bárbara d'Oeste	0,755	255	119	0,819	241	71
Santo Antônio de Posse	0,733	553	253	0,79	799	250
Sumaré	0,751	297	144	0,8	559	173
Valinhos	0,78	67	40	0,842	59	16
Vinhedo	0,789	44	24	0,857	14	5
Estado de São Paulo	0,72	-	-	0,779	-	-
Brasil	0,61	-	-	0,699	-	-

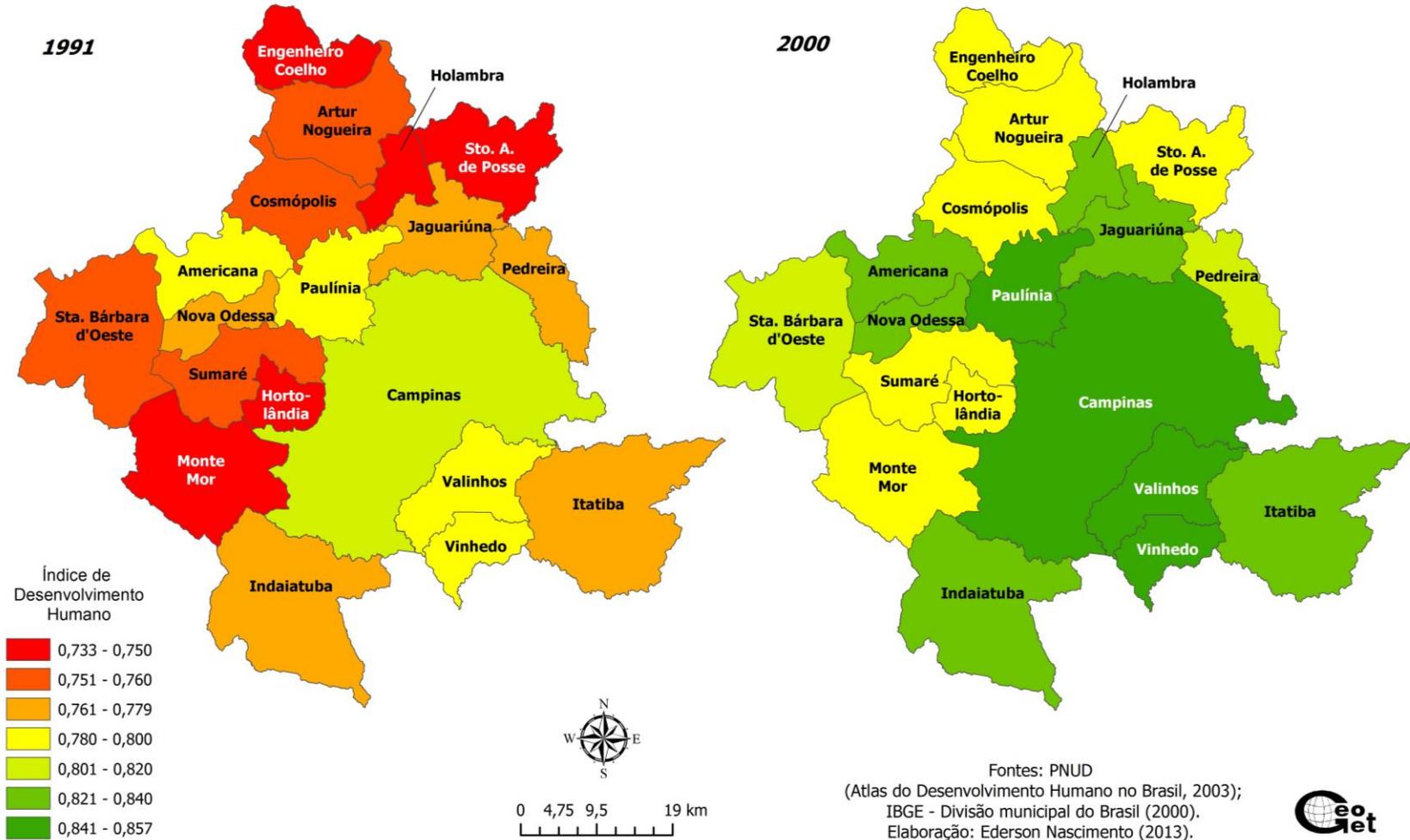
*Estes municípios tiveram índices calculados já para o ano de 1991, mesmo tendo sido emancipados apenas no final do referido ano.

Fonte: PNUD (2003).

oscilações conjunturais, as variações do IDH na comparação temporal podem refletir muito mais os diferentes momentos do desempenho econômico em um território do que os eventuais progressos nas dimensões de saúde e educação.

Além disso, de modo geral, as cidades de porte mais elevado possuem maior capacidade em oferecer equipamentos e serviços que melhor qualificam o desenvolvimento humano, principalmente por concentrarem em seu território atividades econômicas que geram mais riqueza. Tais municípios tendem, assim, a apresentar resultados que, ao serem agregados em um único indicador, mascaram as situações de pobreza de parte de sua população (IPARDES, 2003). No caso da RMC, os valores altos do IDH no contexto geral da região (especialmente em 2000) se justificam pelo fato de a maioria dos municípios apresentar uma base econômica industrial e terciária dinâmica, de modo que os diferenciais do IDHM observados no território advêm principalmente do volume total de arrecadação de impostos pelas municipalidades e

Figura 5
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (1991 E 2000)



dos totais de população absoluta (no caso, o valor divisor do cálculo do PIB *per capita*), sendo bem menor, no cômputo do indicador, o peso dos recentes avanços nacionais nos indicadores de expectativa de vida e de escolaridade.

Neste sentido, vale ainda chamar a atenção para um princípio amplamente conhecido, porém muito importante: qualquer que seja o território em análise, um PIB elevado não é garantia de uma distribuição social justa da riqueza produzida, especialmente em países como o Brasil, onde tanto os meios de produção (sobretudo a propriedade fundiária) como a renda sempre foram extremamente concentrados nas mãos de pequena parcela da população. Na RMC isto não é diferente, pois, como se está procurando evidenciar neste trabalho, parcela significativa de sua população é excluída das principais fontes de renda e de serviços públicos não só nos municípios com IDH's mais baixos, como Sumaré, Artur Nogueira, Hortolândia e Monte Mor, mas também naqueles com notas mais elevadas, como Paulínia, Vinhedo e, principalmente, Campinas. Estas e outras disparidades socioespaciais internas aos espaços urbanos ficam “escondidas” atrás de um indicador médio atribuído ao município como um todo.

Finalmente, o *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social* consiste em uma iniciativa empreendida pela Fundação Seade, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em busca de avançar na produção de indicadores sociais que retratem aspectos das desigualdades socioespaciais no interior das cidades e que possibilitem, a partir disso, a identificação de áreas prioritárias para o direcionamento de políticas sociais. Construído pela primeira vez em 2002 a partir de dados do censo demográfico de 2000, o IPVS teve sua versão referente a 2010 publicada recentemente (SEADE, 2013).

O sistema de indicadores fundamenta-se nos conceitos de vulnerabilidade social⁶¹ e segregação socioespacial, partindo mais especificamente da ideia de que existem grupos

⁶¹ Utiliza-se o conceito de vulnerabilidade social proposto pelo sociólogo argentino Ruben Kaztman, que a define, em linhas gerais, como “[...] a incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração” (KAZTMAN, 2000, p. 7, tradução livre). Esta condição seria decorrente, na aceção do autor, da falta de meios – ou de ativos, segundo sua definição – para acessar e usufruir das estruturas de oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade, que possibilitam o bem-estar. Assim, a ideia geral de vulnerabilidade remeteria “[...] a um estado dos domicílios que varia em uma relação inversa à sua capacidade para controlar as forças que modelam o seu próprio destino, ou para combater seus efeitos sobre o bem-estar” (idem, p. 2, tradução livre). Ainda segundo esta perspectiva, a busca por melhores condições de vida, isto é, a reação à condição de vulnerabilidade, dependeria da mobilização de diversos fatores, tanto de ordem

vulneráveis à pobreza, localizados em áreas específicas da cidade e que a segregação socioespacial contribui para o surgimento e acirramento da vulnerabilidade. Assim, numa perspectiva semelhante à adotada na concepção do *mapa* de exclusão/inclusão social, que será apresentada adiante, procura-se identificar espaços e grupos socialmente “vulneráveis” no espaço urbano, segundo duas componentes da vulnerabilidade – demográfica e socioeconômica –, cujos indicadores são calculados a partir de médias ponderadas de variáveis censitárias e classificadas, a partir disso, em grupos de vulnerabilidade, numa escala de 1 (baixíssima vulnerabilidade) a 6 (vulnerabilidade muito alta) (Figuras 6 e 7).

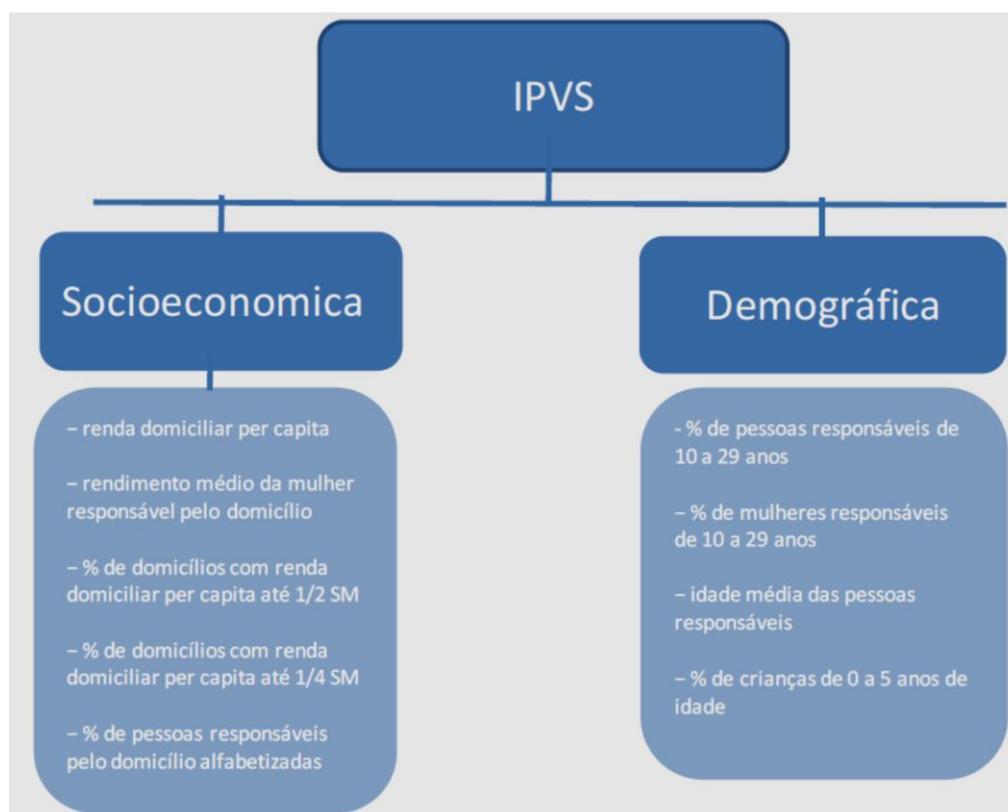


Figura 6: Componentes do IPVS, com respectivas variáveis.
Fonte: Seade (2013, p. 10).

material (por exemplo, recursos financeiros, bens e serviços) como imaterial, como redes sociais, relações diretas com vizinhos, parentes ou outros indivíduos que ajudem a família a romper com o isolamento social que atinge os pobres urbanos (KAZTMAN, 2001).

Grupos	Dimensões		IPVS2010	Situação e tipo de setores por grupo
	Socioeconômica	Ciclo de vida familiar		
1	Muito alta	Famílias jovens, adultas e idosas	Baixíssima vulnerabilidade	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
2	Média	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade muito baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
3	Média	Famílias jovens	Vulnerabilidade baixa	Urbanos e rurais não especiais e subnormais
4	Baixa	Famílias adultas e idosas	Vulnerabilidade média	Urbanos não especiais e subnormais
5	Baixa	Famílias jovens em setores urbanos	Vulnerabilidade alta	Urbanos não especiais
6	Baixa	Famílias jovens residentes em aglomerados subnormais	Vulnerabilidade muito alta	Urbanos subnormais
7	Baixa	Famílias idosas, adultas e jovens em setores rurais	Vulnerabilidade alta	Rurais

Figura 7: Grupos de vulnerabilidade do IPVS.
Fonte: Seade (2013, p. 16).

O Mapa 13 espacializa os dados da versão 2010 do IPVS disponíveis para a RMC. É interessante observar que o arranjo espacial delineado pelos grupos de vulnerabilidade é compatível com algumas das tendências de segregação e estruturação socioespacial urbana observadas até aqui no decorrer desta tese. Os níveis mais baixos de vulnerabilidade, representados no mapa em tons de verde, formam uma longa “mancha” (com algumas pequenas discontinuidades) que se estende da porção sudeste (Vinhedo e Valinhos) em direção ao centro metropolitano, à porção sul de Paulínia e aos distritos campineiros de Joaquim Egídio, Sousas e Barão Geraldo. Na porção noroeste da RMC, outro grande vetor de baixa vulnerabilidade social se desenha envolvendo o município de Americana em direção à área central de Santa Bárbara d’Oeste.

Em contrapartida, a grande maioria das localidades classificadas com os níveis mais elevados de vulnerabilidade (média, alta e muito alta) está situada a oeste da rodovia Anhanguera, principalmente em áreas a sudoeste e oeste de Campinas, Monte Mor, Hortolândia e Sumaré. Vale destacar ainda a tendência de setorização socioespacial presente

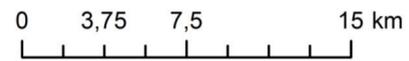
em grande parte das cidades pequenas, com as populações mais “vulneráveis” se concentrando numa porção geral do espaço intraurbano: Cosmópolis, a norte e a nordeste, Santo Antônio de Posse, a norte e leste, e Engenheiro Coelho, em sua porção meridional (Mapa 13).

A discussão empreendida neste capítulo procurou apresentar as características gerais de um sistema de indicadores sociais e discutir sua importância para a análise da estrutura socioespacial e dos diferenciais de condições de vida no nível intraurbano. Embora algumas iniciativas no tocante à produção de indicadores intramunicipais e urbanos venham sendo elaboradas, como é o caso do IPVS, ainda há campo aberto para novas incursões, partindo de outros referenciais conceituais e metodológicos. No próximo capítulo são apresentados o encaminhamento metodológico e os resultados do *sistema de indicadores de exclusão/inclusão social urbana da RMC*, com o qual se pretende fornecer uma contribuição – ainda que inevitavelmente incompleta, dadas as limitações inerentes a um trabalho realizado “a apenas duas mãos” no escopo de uma tese – para a compreensão da estrutura socioespacial desigual do espaço urbano-metropolitano segundo diferenciais locacionais de condições de vida; ou, dito de outro modo, em áreas de predominantemente de inclusão ou de exclusão social.

Mapa 13
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE PAULISTA DE
VULNERABILIDADE SOCIAL (2010)

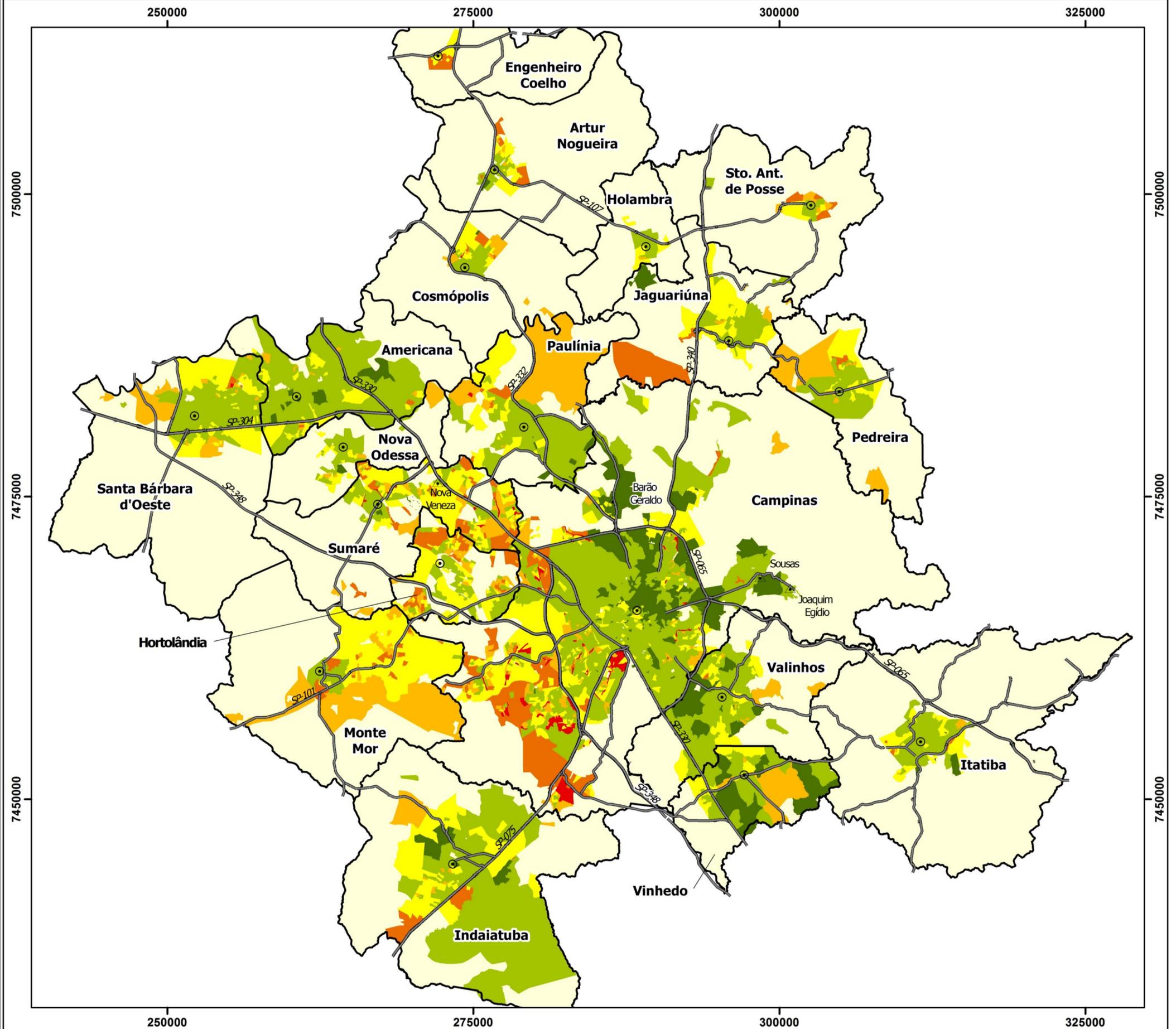
Legenda

- Rodovia
- Município
- Centros urbanos
 - ⊙ Principal
 - △ Distrito
- Grupo de vulnerabilidade
 - Baixíssima
 - Muito baixa
 - Baixa
 - Média
 - Alta
 - Muito alta



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: Fundação Seade
 (base de dados por setores censitários urbanos, 2010);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



CAPÍTULO 6

MAPEANDO A DINÂMICA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Neste capítulo busca-se avançar ainda mais na análise das desigualdades socioespaciais urbanas na RMC, apreendendo-as agora segundo a perspectiva teórico-conceitual de áreas de inclusão e de exclusão social. Procura-se compreender a evolução espacial de tais disparidades ao longo das duas últimas décadas, mais precisamente, no período intercensitário de 1991 a 2010, partindo de quatro eixos analíticos ou dimensões consideradas fundamentais para que se verifique o predomínio da inclusão social numa determinada localidade.

A natureza multidimensional do processo de exclusão/inclusão social impõe a necessidade do uso de ferramentas que possibilite representar empiricamente a manifestação geográfica de algumas de suas características.

Partindo do princípio de que, no espaço urbano, as situações de exclusão social apresentam particularidades e seu dimensionamento exige um instrumental analítico específico, bancos de dados múltiplos podem ser cruzados para gerar indicadores sociais que possam comportar a multidimensionalidade da exclusão social, seja em sua expressão territorial, seja pela distribuição descontínua pela área urbana dos grupos sociais específicos mais sujeitos a situações de risco e vulnerabilidade. (ALMEIDA et al., 2010, p. 78)

Nesse sentido, foi construído um sistema de indicadores sociais de exclusão/inclusão intraurbanos – que será chamado de *mapa de exclusão/inclusão social*, aproveitando expressão já consagrada no meio acadêmico, ou simplesmente de *mapa* – elaborados com o fim de subsidiarem o exame das desigualdades por meio de sua mensuração e análise geográfica comparativa. Devido à metodologia de cálculo utilizada, baseada em índices sintéticos (positivos e negativos) produzidos a partir de variáveis socioeconômicas de todas as cidades da RMC tomados conjuntamente, o *mapa* permite medir o nível de desigualdade (medida de *discrepância*) entre as situações encontradas nas diversas localidades (representadas por setores censitários) do espaço urbano-metropolitano, hierarquizando-os segundo a sua situação de inclusão ou de exclusão em relação a padrões mínimos de inclusão e, concomitantemente, quanto às situações mensuradas nas demais porções espaciais. Isso favorece a análise das

desigualdades na cidade e entre as cidades, concomitantemente em suas intensidades e inter-relações, apreendendo-as em forma de graus de exclusão/inclusão aos bens e serviços da sociedade urbana.

Na próxima seção, serão apresentados os fundamentos conceituais e o encaminhamento metodológico empregados na construção do sistema de indicadores de exclusão/inclusão social e, em seguida, é realizada uma análise dos padrões de desigualdades socioespaciais urbanos existentes na região, à luz dos indicadores produzidos.

6.1 O MAPA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL: INSTRUMENTOS E ETAPAS DE ELABORAÇÃO

A produção do mapa da exclusão/inclusão social para as cidades da RMC foi inspirada em uma experiência pioneira, realizada nos anos de 1994 e 1995, com o objetivo de analisar as diferentes condições de vida no espaço intraurbano da capital paulista: o *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*.⁶² A coordenadora desta pesquisa, Aldáiza Sposati, explica que

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social é uma metodologia de análise geo-espacial de dados e produção de índices intra-urbanos sobre a exclusão/inclusão social e a discrepância territorial da qualidade de vida. Ele permite conhecer “o lugar” dos dados (sua posição geográfica no território) como elemento para a análise geo-quantitativa da dinâmica social e da qualidade ambiental (SPOSATI, 2000, p. 7).

As premissas teóricas e o modelo estatístico utilizado neste estudo iluminaram a construção do sistema de indicadores voltado à análise da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano-metropolitano da RMC. Este sistema incorporou também algumas importantes adaptações do modelo matemático do *mapa* de São Paulo efetuadas por Genovez (2005), quando de sua utilização em estudo referente à cidade de São José dos Campos (SP).

⁶² Projeto realizado originalmente pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP. Os resultados desta pesquisa e a descrição das variáveis utilizadas para o cálculo dos índices de exclusão/inclusão social nesta metodologia foram publicados originalmente em Sposati (1996). Quatro anos depois, em Sposati (2000), são apresentados resultados da segunda fase da pesquisa, realizada em parceria com o INPE e o Instituto Pólis.

Os dados utilizados para a mensuração da exclusão/inclusão social são provenientes de censos demográficos do IBGE, tendo como unidade básica de análise espacial os setores censitários urbanos.⁶³ A opção pelos dados censitários se deve à sua funcionalidade e à própria falta de opções para escolha, de modo que tais dados constituem o melhor conjunto de dados desagregados tematicamente, vinculados a uma mesma unidade espacial intraurbana de referência (os setores censitários) e disponível de modo compatível para todos os municípios da RMC.⁶⁴ Para a construção dos indicadores de exclusão/inclusão e demais análises feitas a partir dos agregados de setores, foram utilizadas variáveis de 1.665 setores para o ano de 1991, 2.899 para 2000 e 3.986 para 2010.⁶⁵

Para dar suporte à construção e à análise dos índices de exclusão/inclusão e demais dados e indicadores utilizados na pesquisa, foi construída uma base de dados georreferenciados com diversos planos de informação (*layers*), imagens aéreas, mapas e cartas topográficas em formato matricial (*raster*), seguindo o encaminhamento metodológico apresentado por Zieler (1999).⁶⁶ Os temas da cartografia de base (pontos cotados, curvas de níveis, sistema viário, hidrografia, limites político-administrativos) foram criados por meio da conversão de arquivos vetoriais do formato *dgn* (obtidos junto ao IGC) para *shp*, e posterior adaptação. A base contém ainda outros dados cartográficos, adquiridos junto a – ou construídos a partir de informações provenientes de – outras duas fontes: o IBGE e a EEMPLASA. Alguns dos temas vetoriais da base de dados georreferenciados são exibidos pelo Mapa 14.

No caso específico das bases cartográficas de setores censitários, tais malhas foram adquiridas junto ao IBGE (bases de 2000 e 2010) e ao Núcleo de Estudos de População –

⁶³ O setor censitário corresponde à menor unidade espacial para a qual são disponibilizados os dados dos censos demográficos. Utilizados também como a menor unidade espacial para efeitos de amostragem do levantamento censitário, costumam compreender uma área com cerca de 300 domicílios (IBGE, 2002). Isso implica que suas dimensões físicas (área) variam conforme o adensamento da ocupação urbana.

⁶⁴ Cabe ressaltar que, infelizmente, a compatibilidade é válida somente entre variáveis e setores censitários de um mesmo recenseamento. Por outro lado, na comparação intercensitária, há vários problemas de compatibilidade de variáveis, os quais se devem desde a pura falta da variáveis, até a sua disponibilização em formatos numéricos diferentes, ou ainda à disponibilização do dado com desagregação insuficiente.

⁶⁵ A exclusão de 66 setores referentes a 1991, 44 do censo de 2000, e de outros 130 referentes a 2010, se deve ao fato de tais setores não disporem de todas as variáveis censitárias utilizadas para a construção dos indicadores de exclusão/inclusão. Tais setores correspondem, em sua maioria, a áreas de domicílios coletivos tais como orfanatos, asilos, penitenciárias e unidades militares.

⁶⁶ Para as operações de edição cartográfica, espacialização de dados e construção dos mapas finais utilizou-se o software de Sistema de Informações Geográficas *ArcGIS*[®] (ESRI, 2006).

NEPO/UNICAMP (1991). Aqui convém tecer uma nota acerca da ausência de setores censitários nos municípios de Engenheiro Coelho, Holambra e Santo Antônio de Posse, tanto em 1991 como em 2000. Sabe-se que, em função da preocupação tardia do IBGE com a espacialização de variáveis censitárias intramunicipais, somente a partir do censo de 2000 o referido instituto passou a cartografar os setores censitários e, ainda assim, de maneira parcial, pois apenas os municípios que apresentavam população igual ou superior a 25 mil habitantes em 1996 tiveram os limites de seus setores censitários urbanos espacializados e disponibilizados em arquivos digitais vetoriais, daí a inexistência dos setores para os três municípios supramencionados, na malha digital de 2000.⁶⁷

A fim de permitir uma análise de todos os municípios da região, os perímetros dos setores faltantes para o ano de 2000 foram digitalizados com base nas informações constantes nos arquivos de descrições dos setores censitários, fornecidos pelo IBGE. Por sua vez, para 1991, a falta de dados cartográficos especificamente para Engenheiro Coelho e Holambra se explica pelo fato de estes municípios terem sido criados exatamente no final daquele ano, conforme informado anteriormente. No caso de Hortolândia, município também emancipado em 1991, os respectivos setores puderam ser incluídos aproveitando parte da malha de Sumaré.

A mensuração das condições de vida foi realizada comparando-se a discrepância entre as situações das populações de cada um dos setores censitários em relação a quatro importantes dimensões do processo de exclusão/inclusão social, definidas a partir de adaptações da metodologia original do *mapa* (SPOSATI, 1996) e mensuráveis a partir dos dados disponíveis:

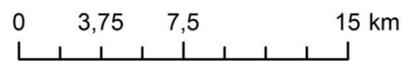
1. **Autonomia de renda:** refere-se à capacidade dos indivíduos gerenciarem seus meios de vida a partir de recursos financeiros, sobretudo aqueles que dependem dos rendimentos auferidos por meio de seu trabalho.
2. **Desenvolvimento humano:** está associado às condições necessárias para que a sociedade possa “[...] usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade

⁶⁷ Em 2000, a população absoluta recenseada para os municípios de Engenheiro Coelho, Holambra e Santo Antônio de Posse é de 10.025, 7.231 e 18.145 habitantes respectivamente.

Mapa 14
Região Metropolitana de Campinas
MAPA BASE

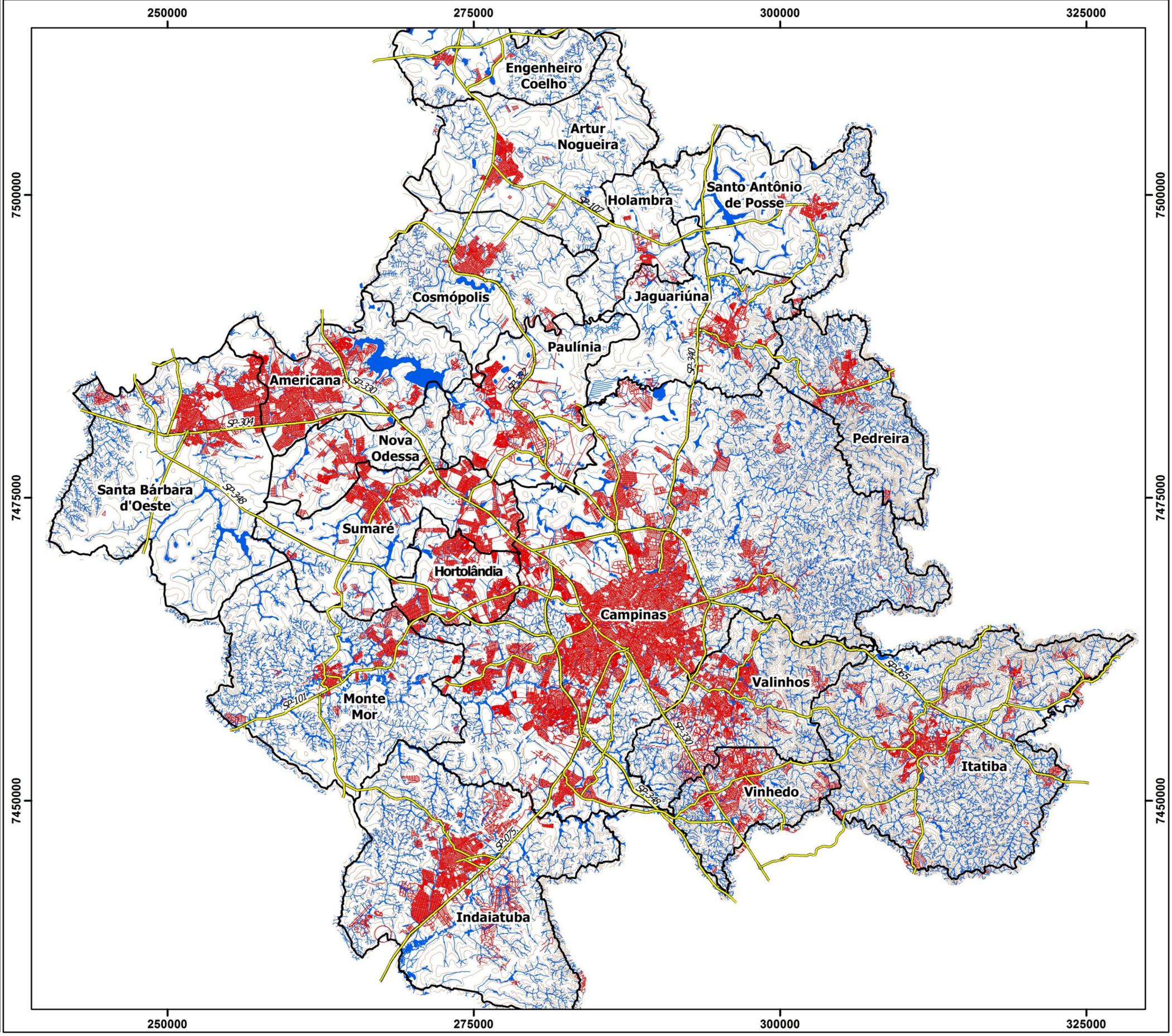
Legenda

-  Rodovia
-  Rua
-  Curva de nível
-  Curso d'água
-  Corpo d'água
-  Limite municipal atual



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fonte: IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



humana” (SPOSATI, 1996, p. 96). Busca aferir elementos referentes à constituição do capital social necessário para a autossatisfação de necessidades e para o exercício da cidadania. Empiricamente, traduz-se em indicadores relacionados à instrução e à expectativa de vida dos indivíduos.

3. **Equidade:** entendida, de um modo geral, como a “Condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc.” (idem, p. 105). Relacionada com as duas primeiras dimensões, esta tem sido retratada pela concentração de mulheres chefes de família em situação de precariedade ou vulnerabilidade social.
4. **Qualidade domiciliar:** refere-se às condições gerais de habitabilidade, tanto as de caráter domiciliar particular como, e principalmente, as ofertadas pelo poder público. Nas microescalas do domicílio e do bairro, correspondem, em última análise, à materialização das disparidades de renda e desenvolvimento humano e das iniquidades, ao passo que contribuem dialeticamente para a sua consolidação, a partir das carências materiais do domicílio e de sua localização.

Para cada uma das dimensões utilizadas foi selecionado um conjunto de variáveis (Quadros 1 a 3), a partir das quais foram calculados índices de exclusão ou de inclusão conforme as características socioeconômicas e/ou espaciais expressas pelo dado, de acordo com os seguintes critérios:

- a) variáveis que denotam unicamente situações sociais de exclusão foram classificadas no intervalo de -1, valor máximo de exclusão, a 0, o qual é, para estas, o valor considerado como *padrão de inclusão social (PIS)*, isto é, representa a condição considerada necessária para que haja inclusão em um determinado aspecto avaliado (por exemplo, a não ocorrência de chefes de família com baixa renda numa determinada localidade)⁶⁸;
- b) variáveis que representam apenas situações de inclusão receberam notas numa escala de 0 (PIS) a 1 (máxima situação de inclusão encontrada); e,

⁶⁸ A definição de PIS remete, sociopoliticamente, a “Construir utopias locais de qualidade de vida e inclusão social” (SPOSATI, 1996, p. 12). Assim, é importante esclarecer que, para a elaboração de diagnósticos apurados e implementação de políticas de combate à exclusão social, o desejável é que os PIS’s não sejam estabelecidos *a priori*, e sim convencionados a partir de debates entre diversos segmentos de uma sociedade, sendo observadas as particularidades socioespaciais locais.

- c) variáveis que podem expressar tanto situações de exclusão como de inclusão – como é o caso do nível de renda do chefe de família, por exemplo – foram escalonadas de -1 (máxima exclusão encontrada) a 1 (máxima inclusão encontrada). Para estas variáveis, os índices de valor “zero” correspondem ao PIS’s.

Após estes escalonamentos, efetuados para cada variável adotada, obteve-se os valores dos índices de exclusão/inclusão para cada dimensão e, posteriormente, um índice sintético para a unidade espacial de referência utilizada, realizando-se a soma e o reescalonamento dos valores parciais obtidos. Os quadros 1, 2 e 3 apresentam as variáveis e escalas utilizadas no cômputo dos indicadores compostos e índices de exclusão/inclusão produzidos para cada um dos anos analisados.

O cálculo dos índices foi feito utilizando a fórmula desenvolvida por Genovez (2005), que garante maior precisão tanto para os indicadores das variáveis, como, e principalmente, para os indicadores compostos e índices finais. Este procedimento, representado esquematicamente na Figura 8, resume-se nas seguintes etapas:

- a) soma, separadamente, dos valores percentuais que denotam situações de inclusão (acima do PIS) e exclusão (abaixo do PIS);
- b) obtenção da diferença entre as incidências percentuais acima e abaixo do PIS;
- c) identificação das incidências percentuais máxima (acima do PIS) e mínima (abaixo do PIS), a partir dos valores calculados acima; e,
- d) divisão direta das incidências positivas pelo valor máximo positivo, e das incidências negativas pelo valor máximo negativo em módulo (isto para que não ocorra inversão de sinais no momento do cálculo dos indicadores compostos).

A título de exemplo, a Figura 9 apresenta a transposição dos dados em percentuais para a escala “-1 a 1” em quatro setores censitários, realizada para a obtenção dos índices de exclusão/inclusão da dimensão Autonomia de Renda referente ao ano 2000. A coluna *Soma(+)* contém o percentual de chefes de família com rendimento abaixo do PIS (no caso, até três salários mínimos), ao passo que a coluna *Soma(-)* mostra o percentual de chefes com renda igual ou superior ao PIS (no caso, três ou mais salários mínimos).

QUADRO 1:
VARIÁVEIS, INDICADORES COMPOSTOS E ÍNDICES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO
MAPA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL (1991)

Variáveis censitárias utilizadas	Componente do indicador composto*	Indicador Composto	Índice de Exclusão/ inclusão (Dimensão)
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal inferior a 3 salários mínimos (%)	(-)	<i>Rendimento do Responsável Domiciliar</i> (-1 a 1)	Autonomia de Renda (-1 a 1)
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos (%)	PIS		
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal superior a 5 salários mínimos (%)	(+)		
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com escolaridade inferior a 8 anos de estudo (%)	(-)	<i>Desenvolvimento Educacional</i> (-1 a 1)	Desenvolvimento Humano (-1 a 0)
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com escolaridade de 8 a 10 anos de estudo (%)	PIS		
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com escolaridade igual ou superior a 11 anos de estudo (%)	(+)		
Razão entre total de pessoas com idade de 0 a 14 anos e total de responsáveis por domicílios particulares permanentes	(-)	<i>Razão de Dependência</i> (-1 a 0)	
Percentual de população com idade entre 15 e 59 anos não alfabetizada	(-)	<i>Analfabetismo da PEA</i> (1 a 0)	
Responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados (%)			
Mulheres analfabetas responsáveis por domicílios particulares permanentes (%)	(-)		Equidade (-1 a 0)
% de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água inadequado (sem ser via rede geral)	(-)	<i>Infraestrutura Básica</i> (-1 a 0)	Qualidade Domiciliar (-1 a 1)
% de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário precário (exclusivo via rede geral ou fossa séptica)			
% de domicílios particulares permanentes com inadequada disposição do lixo doméstico (não coletado por serviço público de coleta)			
Domicílios particulares permanentes: 1 ou 2 moradores (%)	(+)	<i>Ocupação Domiciliar</i> (-1 a 1)	
Domicílios particulares permanentes: 3 a 5 moradores (%)	PIS		
Domicílios particulares permanentes: 6 ou mais moradores (%)	(-)		
Domicílios particulares permanentes próprios ou em aquisição (edificação + terreno) (%)	(+)	<i>Propriedade domiciliar</i> (0 a 1)	
Total de moradores / média de cômodos por domicílio**	(-)	<i>Habitabilidade precária</i> (-1 a 0)	
Total de moradores / média de banheiros por domicílio**			
Domicílios particulares improvisados e do tipo "cômodo" (%)			
Domicílios particulares em aglomerados subnormais (%)			

continua

*Sinal matemático dos valores (percentuais ou taxas) na composição do indicador composto: se negativo ou positivo.

**As variáveis “média de cômodos por domicílio” e “média de banheiros por domicílio” já são apresentadas no censo demográfico de 1991 como taxas. Considerando que se tratam de valores sem PIS pré-definido, o escalonamento dos níveis de exclusão foi feito considerando o maior quociente como a pior situação (recebendo, assim, nota -1) e o menor como a melhor, ficando este com nota 0.

QUADRO 2: VARIÁVEIS, INDICADORES COMPOSTOS E ÍNDICES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO MAPA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL (2000)

Variáveis censitárias utilizadas	Componente do indicador composto*	Indicador Composto	Índice de Exclusão/ inclusão (Dimensão)
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal inferior a 3 salários mínimos (%)	(-)	<i>Rendimento do Responsável Domiciliar</i> (-1 a 1)	Autonomia de Renda (-1 a 1)
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos (%)	PIS		
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal superior a 5 salários mínimos (%)	(+)		
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com escolaridade inferior a 8 anos de estudo (%)	(-)	<i>Desenvolvimento Educacional</i> (-1 a 1)	Desenvolvimento Humano (-1 a 0)
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com escolaridade de 8 a 10 anos de estudo (%)	PIS		
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com escolaridade igual ou superior a 11 anos de estudo (%)	(+)		
Razão entre total de pessoas com idade de 0 a 14 anos e total de responsáveis por domicílios particulares permanentes	(-)	<i>Razão de Dependência</i> (-1 a 0)	
Percentual de população com idade entre 15 e 59 anos não alfabetizada	(-)	<i>Analfabetismo da PEA</i> (1 a 0)	
Responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados (%)			
Mulheres analfabetas responsáveis por domicílios particulares permanentes (%)	(-)		Equidade (-1 a 0)
Mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com escolaridade abaixo do PIS (8 anos de estudo) (%)			
Mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal abaixo do PIS (3 salários mínimos) (%)			
% de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água inadequado (sem ser via rede geral)	(-)	<i>Infraestrutura Básica</i> (-1 a 0)	Qualidade Domiciliar (-1 a 1)
% de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário precário (exclusivo via rede geral ou fossa séptica)			
% de domicílios particulares permanentes com inadequada disposição do lixo doméstico (não coletado por serviço público de coleta)			
Domicílios particulares permanentes: 1 ou 2 moradores (%)	(+)	<i>Ocupação Domiciliar</i> (-1 a 1)	
Domicílios particulares permanentes: 3 a 5 moradores (%)	PIS		
Domicílios particulares permanentes: 6 ou mais moradores (%)	(-)		

continua

Domicílios particulares permanentes próprios ou em aquisição (edificação + terreno) (%)	(+)	<i>Propriedade domiciliar</i> (0 a 1)	Qualidade Domiciliar (-1 a 1)
Domicílios particulares permanentes sem banheiro para uso exclusivo dos moradores (%)	(-)	<i>Habitabilidade precária</i> (-1 a 0)	
Domicílios improvisados e do tipo "cômodo" (%)			
Domicílios particulares em aglomerados subnormais (%)			
*Sinal matemático dos valores (percentuais ou taxas) na composição do indicador composto, se negativo ou positivo.			

QUADRO 3:
VARIÁVEIS, INDICADORES COMPOSTOS E ÍNDICES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DO
MAPA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL (2010)

Variáveis censitárias utilizadas	Componente do indicador composto*	Indicador Composto	Índice de Exclusão/ inclusão (Dimensão)
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal inferior a 3 salários mínimos (%)	(-)	<i>Rendimento do Responsável Domiciliar</i> (-1 a 1)	Autonomia de Renda (-1 a 1)
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos (%)	PIS		
Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal superior a 5 salários mínimos (%)	(+)		
Domicílios particulares com rendimento nominal mensal inferior a 1 salário mínimo <i>per capita</i>	(-)	<i>Rendimento Domiciliar</i> (-1 a 1)	
Domicílios particulares com rendimento nominal mensal inferior entre 1 e 2 salários mínimos <i>per capita</i>	PIS		
Domicílios particulares com rendimento nominal mensal igual ou superior a 2 salários mínimos <i>per capita</i>	(+)		
Razão entre total de pessoas com idade de 0 a 14 anos e total de responsáveis por domicílios particulares permanentes	(-)	<i>Razão de Dependência</i> (-1 a 0)	Desenvolvimento Humano (-1 a 0)
Percentual de população com idade entre 15 e 59 anos não alfabetizada	(-)	<i>Analfabetismo da PEA</i> (1 a 0)	
Responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados (%)			
Mulheres analfabetas responsáveis por domicílios particulares permanentes (%)	(-)		Equidade (-1 a 0)
Mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com escolaridade abaixo do PIS (8 anos de estudo) (%)			
Mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal abaixo do PIS (3 salários mínimos) (%)			
% de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água inadequado (sem ser via rede geral)	(-)	<i>Infraestrutura Básica</i> (-1 a 0)	Qualidade Domiciliar (-1 a 1)
% de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário precário (exclusive via rede geral ou fossa séptica)			

continua

% de domicílios particulares permanentes com inadequada disposição do lixo doméstico (não coletado por serviço público de coleta)	(-)	<i>Infraestrutura Básica</i> (-1 a 0)	Qualidade Domiciliar (-1 a 1)
Domicílios particulares permanentes: 1 ou 2 moradores (%)	(+)	<i>Ocupação Domiciliar</i> (-1 a 1)	
Domicílios particulares permanentes: 3 a 5 moradores (%)	PIS		
Domicílios particulares permanentes: 6 ou mais moradores (%)	(-)		
Domicílios particulares permanentes próprios ou em aquisição (edificação + terreno) (%)	(+)	<i>Propriedade domiciliar</i> (0 a 1)	
Domicílios particulares permanentes sem banheiro para uso exclusivo dos moradores (%)	(-)	<i>Habitabilidade precária</i> (-1 a 0)	
Domicílios particulares improvisados e do tipo "cômodo" (%)			
Domicílios particulares em aglomerados subnormais (%)			
Domicílios particulares permanentes sem disponibilidade de iluminação pública	(-)	<i>Infraestrutura do Entorno</i> (-1 a 0)	
Domicílios particulares permanentes sem pavimentação viária			
Domicílios particulares permanentes - existência de esgoto a céu aberto			
Domicílios particulares permanentes - existência de lixo em logradouro			
*Sinal matemático dos valores (percentuais ou taxas) na composição do indicador composto, se negativo ou positivo.			

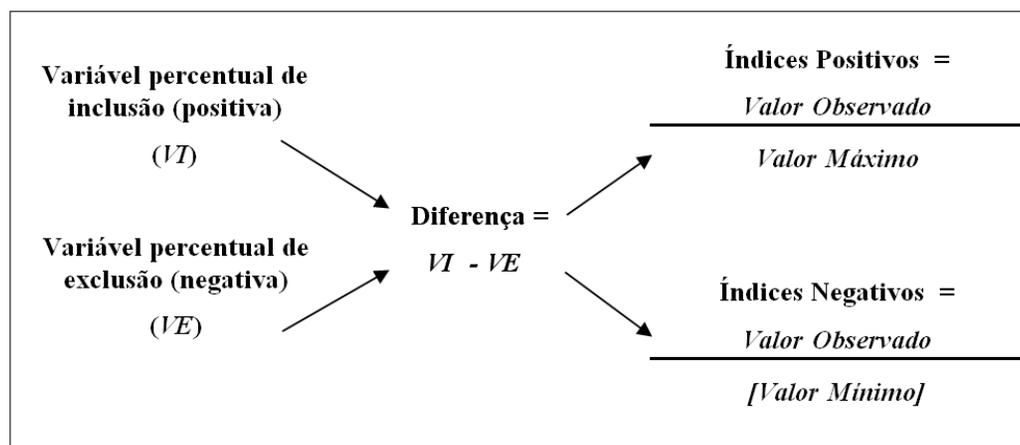


Figura 8: Fórmulas utilizadas para o cálculo dos índices de exclusão e inclusão social.
 Fonte: adaptado de Genovez (2005).

O cálculo final dos índices de exclusão/inclusão social seguiu este mesmo modelo, somando-se separadamente os valores negativos e positivos dos índices de exclusão/inclusão das dimensões. Alguns dos cálculos de índices sintéticos finais são apresentados na Figura 10.

Setor censitário (código)	Município	Soma (+)	Soma (-)	Diferença [(+)-(-)]	IAU
350.950.210.000.054	Campinas	0,000	100,000	-100,000	-1,000
350.380.205.000.029	Artur Nogueira	14,423	65,385	-50,962	-0,510
353.650.505.000.031	Paulínia	40,945	34,252	-6,693	0,067
350.950.210.000.036	Campinas	100,000	0,000	100,000	1,000

Valores negativos/
[Mínimo]

Valores positivos/
[Mínimo]

[Mínimo] = 100,000
Máximo = 100,000

Figura 9: Exemplos de conversão de dados percentuais para a escala de representação da exclusão/inclusão.

Setor censitário (código)	Município	IAR	IDH	IEq	IQD	Soma	IEIS
353.650.505.000.121	Paulínia	-0,857	-1,000	-0,689	-0,950	-3,496	-1,000
351.907.105.000.140	Hortolândia	-0,833	-0,519	-0,407	-0,094	-1,853	-0,530
354.580.305.000.088	Sta. B. d'Oeste	-0,433	-0,259	-0,480	0,678	-0,493	-0,141
350.160.805.000.006	Americana	0,221	-0,186	-0,301	0,592	0,326	0,177
355.620.605.000.139	Valinhos	0,692	-0,151	-0,121	0,661	1,083	0,589
350.950.205.000.814	Campinas	0,962	-0,090	-0,034	1,000	1,838	1,000

Valores negativos/
[Mínimo]

Valores positivos/
Máximo

[Mínimo] = 3,496
Máximo = 1,838

Figura 10: Exemplos de cálculo dos índices compostos de exclusão/inclusão social.

É importante tecer algumas considerações sobre características do conjunto de variáveis selecionadas, bem como a respeito de alguns procedimentos e decisões metodológicas:

1. Como se pode notar (Cf. Quadros 1 a 3), o conjunto de variáveis utilizadas apresenta diferenças de um ano para outro, fruto dos diferenciais de disponibilidade de dados em cada levantamento censitário. Sempre que possível, procurou-se, na seleção das variáveis, utilizar aquelas previstas na metodologia original do *mapa* enunciada por Sposati (1996), mas efetuando as alterações necessárias tendo em vista a representatividade temática e espacial da mesma. Além disso, procurou-se selecionar e organizar estatisticamente as variáveis de modo a garantir a comparabilidade temporal dos indicadores.

2. Em relação à dimensão *Autonomia de Renda*, para os anos de 1991 e 2000 o índice de exclusão/inclusão foi gerado a partir de um único indicador (“Rendimento do responsável domiciliar”), mas que é bastante sensível e representativo da variação da exclusão/inclusão no espaço. Para 2010, acrescentou-se a essa dimensão o indicador “Rendimento Domiciliar”, calculado a partir de dados sobre rendimento *per capita* dos moradores dos domicílios e com PIS definido em 1 a 2 salários mínimos *per capita*.⁶⁹
3. A dimensão *Desenvolvimento Humano* é a que guarda menor relação com a composição original do *mapa* elaborada para São Paulo, sendo também, portanto, a que mais requereu opções metodológicas, a começar pela própria manutenção do nome “desenvolvimento humano”. A dimensão, conforme a estrutura original do índice (assim como no consagrado IDH do PNUD/ONU), abarcaria outros indicadores ligados à expectativa de vida que, devido à inexistência de variáveis necessárias para todo o espaço urbano-metropolitano, não puderam ser calculados. Jannuzzi (2003) nos lembra, porém, que um indicador social, para indicar alguma coisa, deve ser sensível a variações quali-quantitativas no território, e os indicadores “Estímulo à educação” (calculado a partir dos percentuais de crianças alfabetizadas entre 5 e 9 anos alfabetizadas, e de 10 a 14 anos não alfabetizados) e “Longevidade” (indicador positivo na razão direta da concentração de pessoas com idade igual ou superior a 70 anos), ambos previstos na composição original do *mapa*, não se mostraram sensíveis em termos espaciais em nenhum dos anos analisados, o que muito provavelmente resulta da já comentada melhoria geral na expectativa de vida e da universalização do ensino básico no país. Outros indicadores novos, não presentes na metodologia do *mapa* de São Paulo (como *taxas de fecundidade e natalidade*) também foram testados, mas também não apresentaram nível de variabilidade e correlação espacial significativos para análise das desigualdades. Com isso, o índice de exclusão/inclusão por desenvolvimento humano sofre grande peso de indicadores relativos à escolaridade, o que, a nosso ver, não contradiz a concepção teórica do que vem a ser o desenvolvimento humano. Afinal, a educação segue exercendo papel de destaque no tocante às condições de vida, pois: influencia na colocação dos indivíduos no mercado

⁶⁹ Valor estabelecido a partir do limiar de 1 salário mínimo *per capita* previsto pela ONU para a linha de pobreza, conforme Koga (2003).

de trabalho; influi em comportamentos diversos que interferem positiva ou negativamente no dia a dia, como em relação a cuidados com a saúde e, possivelmente, no relacionamento com as demais pessoas; e, contribui para o exercício da cidadania, fornecendo elementos para a percepção e análise dos problemas e contradições do cotidiano e conseqüente mobilização na busca por soluções.

4. Por outro lado, um novo indicador que se mostrou sensível espacialmente na mensuração do nível de desenvolvimento humano e que foi incorporado ao cálculo deste índice, é o de “razão de dependência”. Determinado a partir da razão entre o total de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade e o total de chefes de família, o indicador visa aferir a condição excludente que se instaura a partir da pressão que a dependência financeira coloca sobre os rendimentos familiares, especialmente nas localidades mais pobres, onde há menos recursos e onde a população infanto-juvenil ainda tende a ser comparativamente maior. Nessas circunstâncias, a elevada dependência pode ajudar a comprometer o desenvolvimento educacional dos próprios dependentes, em razão do agravamento da exclusão econômica.⁷⁰
5. Para 1991 e 2000, o indicador de exclusão/inclusão por *desenvolvimento humano* foi calculado na escala de -1 a 1, sendo composto pelos indicadores “desenvolvimento educacional”, que mede os diferenciais de escolaridade dos chefes de família, “analfabetismo da PEA”, que visa quantificar e espacializar a população em idade produtiva (15 a 59 anos) sem escolaridade, e “razão de dependência”, que tem por objetivo identificar os espaços onde teoricamente há maior desequilíbrio entre a população adulta mantenedora do lar e a população infanto-juvenil dependente da primeira. Já para 2010, o índice da referida dimensão acabou sendo comprometido pela falta do indicador de “desenvolvimento educacional”, que não pôde ser calculado devido à indisponibilidade das variáveis necessárias no último levantamento censitário.

⁷⁰ Adverte-se que não se pretende aqui defender qualquer princípio, de inspiração neomalthusiana, de que o desenvolvimento social pode ser condicionado pelo crescimento demográfico, e sim, seguindo a perspectiva conceitual da multidimensionalidade da exclusão social, orientar a análise para uma eventual condição de exclusão social advinda da presença, em espaços específicos da região metropolitana, de grande número de crianças e adolescentes dependentes de responsáveis já atingidos pela exclusão educacional e pela insuficiência de renda. Afinal, como bem aponta Singer (2003, p. 100), “A exclusão econômica dos pais gera a exclusão social dos filhos. [...] os [jovens] que crescem sem escolaridade provavelmente serão excluídos não só do mercado formal de trabalho, como também de todas as manifestações da vida cultural que pressuponham a alfabetização”.

Assim, o índice da dimensão foi estabelecido com escala de -1 a 0, somente com os dois outros indicadores.

6. A dimensão *Equidade* volta-se para a identificação da condição de exclusão representada pela concentração espacial de domicílios chefiados por mulheres, aspecto esse que, para Sposati (1996) e outros autores, como Almeida et al. (2010), pode ser um importante indicador de exclusão social, devido à primazia da chefia familiar masculina ainda vigente nos lares brasileiros (ainda que percentualmente declinante nas últimas décadas), bem como por sua predominância nos registros censitários.⁷¹ Além disso, elevados níveis de mortalidade infantil costumam estar ligados, entre outros aspectos, a baixos níveis educacionais e de renda de mulheres, sobretudo das que não dividem a chefia do lar com um cônjuge. Assim, o indicador de Equidade foi calculado, para 1991, a partir do percentual de domicílios chefiados por mulheres analfabetas e, para 2000 e 2010, também com outras duas variáveis (percentual de mulheres chefes de família com escolaridade e renda abaixo do PIS), visando, assim, demarcar melhor os espaços chefiados por mulheres excluídas das fontes de renda e educação. Em contrapartida, a variável “percentual de mulheres chefes de família”, prevista na metodologia original do *mapa*, foi descartada, pois os testes realizados mostraram que o uso deste dado exerce pesada influência no índice sintético, ampliando os valores de exclusão em localidades marcadas por níveis de inclusão em outros indicadores, como, por exemplo, nas áreas centrais de várias cidades. Isto certamente é incorreto, haja vista a existência comum de mulheres que moram sozinhas ou com famílias pequenas em áreas centrais, mas que seguramente, pelo que se conhece da realidade socioespacial da RMC, não têm menor poder aquisitivo do que as mulheres chefes de família residentes nas periferias.

A fim de facilitar a interpretação e análise dos indicadores produzidos e sua correlação com as demais informações já levantadas sobre o espaço urbano-metropolitano,

⁷¹ Nas palavras de Almeida et al. (2010, p. 370): “Sabe-se que, particularmente no Brasil, com uma estrutura familiar ainda marcadamente patriarcal, a chefia feminina, via de regra, só é configurada nos Censos nos casos de mulheres que vivem sozinhas ou sem os seus respectivos cônjuges. Se isso é certo, e tendo em vista que a participação feminina no mercado de trabalho – apesar de ter crescido significativamente nas últimas décadas – é ainda menor que a dos homens, essa situação também poderia ser considerada, de maneira geral, como elemento que poderia afetar a qualidade de vida das famílias, além de requerer políticas sociais específicas.”

priorizou-se a apresentação dos mesmos por meio de produtos cartográficos. Como bem define Simielli (1999, p. 94), “Os mapas nos permitem ter domínio espacial e fazer a síntese dos fenômenos que ocorrem num determinado espaço”. Em vista disso, foram produzidos mapas temáticos contemplando cada um dos indicadores sintéticos de exclusão/inclusão nas quatro dimensões de análise, bem como outros três mapas-síntese, os mapas de exclusão/inclusão social, todos com legenda corocromática em tons de verde, simbolizando os graus de inclusão, e vermelho, representando os níveis de exclusão. Assim, utilizando-se as propriedades perceptivas das cores no plano cartográfico (MARTINELLI, 2003), é possível, a partir dos índices, analisar os diferenciais espaciais da dinâmica de exclusão/inclusão social por meio de agrupamento de áreas (setores censitários) não necessariamente contíguas mas com indicadores semelhantes – percepção associativa –, bem como pela hierarquização de áreas a partir das discrepâncias nos níveis de exclusão/inclusão (ALMEIDA et al., 2010).

A metodologia do mapeamento da exclusão/inclusão social contou ainda com a realização de trabalhos de campo em locais do espaço urbano-metropolitano com diferentes tipos e níveis de exclusão, a fim de verificar a coerência do mapeamento efetuado, bem como para realização de registros fotográficos e observações de características referentes às condições de habitação/ocupação e ao perfil socioeconômico dos habitantes.

6.2 CARTOGRAFIAS DAS DESIGUALDADES: A DINÂMICA ESPACIAL DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO-METROPOLITANO DA RMC

6.2.1 A exclusão-inclusão social na escala metropolitana: principais indicadores

Elaborado com o fim de mensurar as desigualdades relativas entre segmentos populacionais e localidades em quatro dimensões importantes do processo de exclusão/inclusão social – autonomia de renda, desenvolvimento humano, equidade e qualidade domiciliar –, o sistema de indicadores ora apresentado, em que pese suas eventuais limitações, permite, associado ao conhecimento já desenvolvido sobre o espaço urbano-metropolitano campineiro (e apresentado introdutoriamente ao longo desta tese), traçar um

panorama do peso das referidas componentes sobre a desigualdade socioespacial, bem como, e principalmente, da configuração espacial de tais desigualdades nos últimos dois decênios.

Antes de adentrarmos à análise dos indicadores produzidos, informa-se que, com o fim de facilitar a referência aos diferentes graus de exclusão/inclusão e sua visualização através dos mapas temáticos, efetuou-se uma categorização dos índices em quatro níveis de exclusão e outros quatro de inclusão, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 4: CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO

Nível de exclusão/inclusão	Sigla	Índice de exclusão/inclusão (intervalo de classe)
Alta exclusão	AE	-1,000 a -0,751
Média-alta exclusão	MAE	-0,750 a -0,501
Média-baixa exclusão	MBE	-0,500 a -0,251
Baixa exclusão	BE	-0,250 a -0,001
Baixa inclusão	BI	0,000 a 0,250
Média-baixa inclusão	MBI	0,251 a 0,500
Média-alta inclusão	MAI	0,501 a 0,750
Alta inclusão	AI	0,751 a 1,000

A Tabela 8 relaciona os índices de exclusão/inclusão social produzidos aos totais (absoluto e percentual) de população urbana em cada um dos níveis de exclusão/inclusão conforme a categorização adotada. De um modo geral, os dados revelam uma melhora dos indicadores sociais em termos relativos no decorrer do período analisado, com redução dos percentuais de população enquadrada nos três graus mais elevados de exclusão social, bem como do percentual geral de população em níveis de exclusão. Os percentuais de população nos níveis de AE, MAE e MBE, que em 1991 eram de 1,5%, 9% e 32%, caíram respectivamente para 0,5%, 5,6 e 18% em 2000, e para 0,3%, 3,8% e 8,5% dez anos mais tarde.⁷² De outra parte, elevaram-se os percentuais nos quatro níveis subsequentes – BE, BI,

⁷² É possível que os percentuais de população situados em níveis de exclusão social mais altos (MBE, MAE e AE) sejam, na verdade, maiores para 2000 e 2010, em função de uma limitação específica do censo para estes anos, que é a não divulgação da variável “domicílios em aglomerados subnormais”. No censo de 1991, estes domicílios apareciam quantificados para todos os setores censitários nos quais eram identificados, mesmo que em número inferior a cinquenta domicílios. Nos levantamentos censitários seguintes, porém, tais domicílios foram agrupados em conjuntos de cinquenta ou mais domicílios e estes conjuntos foram definidos cada qual como um

MBI e MAI. Com os referidos avanços, cerca de dois terços da população urbana (66,6%) apresentavam, em 2010, condições de vida situadas estatisticamente “em torno” do padrão básico de inclusão social (níveis BE e BI).

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA, POR NÍVEIS DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

Nível de exclusão/ inclusão	1991		2000		2010	
	Pop. Absoluta*	%	Pop. Absoluta*	%	Pop. Absoluta*	%
Alta exclusão	27.904	1,5	11.103	0,5	7.387	0,3
Média-alta exclusão	161.645	9	126.500	5,6	99.914	3,8
Média-baixa exclusão	576.583	32	403.844	18	223.824	8,5
Baixa exclusão	624.545	34,7	897.240	40	1.185.676	45,2
Baixa inclusão	211.502	11,8	455.897	20,4	559.653	21,4
Média-baixa inclusão	92.721	5,1	162.266	7,2	320.978	12,3
Média-alta inclusão	73.851	4,1	128.601	5,7	194.045	7,4
Alta inclusão	33.086	1,8	57.398	2,6	27.917	1,1
Total	1.801.837	100	2.242.849	100	2.619.394	100

*Referente ao agregado de setores censitários utilizados no cálculo dos índices de exclusão/inclusão.

Como será detalhado adiante, esta melhora relativa dos indicadores ocorrida ao longo da década de 1990 está associada principalmente a avanços ocorridos nos indicadores de duas das quatro dimensões da exclusão/inclusão social analisadas – *desenvolvimento humano* e *qualidade domiciliar* –, resultado, respectivamente, de avanços nos níveis médios de escolaridade e nos percentuais de oferta de infraestrutura básica.

Por outro lado, é importante ressaltar que em 2010 a maioria da população urbana (57,9%) ainda apresentava condições de vida abaixo do PIS. Além disso, se considerarmos os dados da tabela em termos absolutos, veremos que os totais de população classificada dentre os níveis de exclusão social seguem sendo significativos, passando de pouco mais de 1,39 milhão em 1991 para 1,516 milhão em 2010, embora, neste último ano, cerca de 4/5 do referido contingente se situe no nível BE (Tabela 8).

setor censitário de tipo “aglomerado subnormal” (Cf. IBGE, 2002; 2011). Por outro lado, os domicílios situados em outros setores e com as mesmas precariedades daqueles incluídos nos “aglomerados subnormais” mas que não integravam um agrupamento de pelo menos cinquenta domicílios deste tipo, não foram quantificados, o que certamente “melhorou” a situação social revelada pelos dados para alguns setores.

A Tabela 9 detalha os totais de população “excluída” em cada município. Pode-se observar, para 1991, o enorme peso percentual que esse contingente representava sobre os totais de população urbana, com somatórios de indicadores de exclusão variando de 79,8% (Americana) até 100% nas cidades de Monte Mor, Pedreira e Santo Antônio de Posse. No entanto, se se considerar apenas a soma entre os dois níveis mais elevados de exclusão social (MAE e AE), ver-se-á que a intensidade desse fenômeno é mais representativa demograficamente nas cidades de Campinas, que sozinha respondia por 91 mil habitantes em tal condição, Sumaré, com elevado montante em termos absolutos e relativos, além de Artur Nogueira, Jaguariúna e Monte Mor, todas com altas taxas de população (entre 15% e 26%) em elevada exclusão social. Em 2000, os indicadores de MAE e AE social diminuem em toda a região, mas permanecem elevados em Campinas e Sumaré, com valores somados de 10,9% e 5,8% respectivamente. Destacam-se também os percentuais de população habitante em localidades classificadas com alta exclusão social em Americana, Cosmópolis e Santa Bárbara d’Oeste, e com MAE em Santo Antônio de Posse e Hortolândia.

Por sua vez, os avanços sociais empreendidos ao longo dos anos 2000 – em especial, a retomada do crescimento econômico e ampliação do emprego, as políticas de transferência de renda às camadas mais empobrecidas, como o programa Bolsa Família, do Governo Federal, aliadas a melhorias na dotação de infraestrutura urbana na região – não foram suficientes para eliminar a elevada exclusão social do espaço urbano-metropolitano. Analisando os dados referentes a 2010 (Tabela 9), chama a atenção a concentração de tais níveis de exclusão na cidade de Campinas: 5.126 habitantes em situação de alta exclusão social, e outras 81 mil em MAE. Assim, a cidade sede da região metropolitana, que é, como veremos, a que apresenta os espaços mais ricos e bem infraestruturaados da região, também concentra em seu território o maior contingente (tanto em termos absolutos como em percentual) de população excluída dos principais benefícios do desenvolvimento econômico e – usando o consagrado conceito de Henri Lefebvre (2001) – do direito à cidade.

TABELA 9: DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA, POR NÍVEL DE EXCLUSÃO SOCIAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA RMC (1991, 2000 E 2010)

1991									
Município	População Urbana*	População Absoluta				%			
		AE	MAE	MBE	BE	AE	MAE	MBE	BE
Americana	153.241	1.875	-	30.206	90.253	1,2	-	19,7	58,9
Artur Nogueira	17.793	-	3.903	8.134	3.484	-	21,9	45,7	19,6
Campinas	839.873	21.799	69.913	171.400	261.357	2,6	8,3	20,4	31,1
Cosmópolis	32.217	1.197	-	12.677	16.340	3,7	-	39,3	50,7
Indaiatuba	100.009	-	5.213	48.441	34.309	-	5,2	48,4	34,3
Itatiba	54.185	-	4.939	20.596	26.556	-	9,1	38,0	49,0
Jaguariúna	20.087	-	3.998	5.076	9.690	-	19,9	25,3	48,2
Monte Mor	12.088	-	1.887	1.998	8.203	-	15,6	16,5	67,9
Nova Odessa	33.462	-	1.606	11.304	19.692	-	4,8	33,8	58,8
Paulínia	35.824	-	3.079	11.935	8.898	-	8,6	33,3	24,8
Pedreira	27.972	-	3.229	15.065	9.678	-	11,5	53,9	34,6
Santa Bárbara d'Oeste	140.455	-	2.849	78.418	54.326	-	2,0	55,8	38,7
Santo Antônio de Posse	11.231	-	2.885	7.222	1.124	-	25,7	64,3	10,0
Sumaré	226.368	3.033	52.832	124.856	39.311	1,3	23,3	55,2	17,4
Valinhos	64.033	-	4.676	17.123	25.332	-	7,3	26,7	39,6
Vinhedo	32.999	-	636	12.132	15.996	-	1,9	36,8	48,5
RMC	1.801.837	27.904	16.1645	576.583	624.549	1,5	9,0	32,0	34,7

2000									
Município	População Urbana*	População Absoluta				%			
		AE	MAE	MBE	BE	AE	MAE	MBE	BE
Americana	182.159	2735	-	18.596	78.132	1,5	-	10,2	42,9
Artur Nogueira	30.464	-	718	15.536	10.448	-	2,4	51,0	34,3
Campinas	953.218	7216	96.411	116.374	279.715	0,8	10,1	12,2	29,3
Cosmópolis	41.968	489	-	12.595	20.166	1,2	-	30,0	48,1
Engenheiro Coelho	7.009	-	-	5.391	-	-	-	76,9	-
Holambra	3.931	-	-	1.304	1.346	-	-	33,2	34,2
Hortolândia	152.523	-	11.788	46.292	78.091	-	7,7	30,4	51,2
Indaiatuba	143.385	-	326	31.236	64.691	-	0,2	21,8	45,1
Itatiba	65.925	-	-	21.513	26.666	-	-	32,6	40,4
Jaguariúna	25.421	-	-	7.147	12.292	-	-	28,1	48,4
Monte Mor	13.652	-	-	2.313	4.435	-	-	16,9	32,5
Nova Odessa	41.110	-	236	3.227	29.062	-	0,6	7,8	70,7
Paulínia	51.276	-	39	8.096	18.882	-	0,1	15,8	36,8
Pedreira	34.132	-	747	13.823	16.141	-	2,2	40,5	47,3
Santa Bárbara d'Oeste	164.830	934	1.647	28.054	99.038	-	1,0	17,0	60,1
Santo Antônio de Posse	14.673	-	1.669	5.206	6.434	-	11,4	35,5	43,8
Sumaré	195.033	2464	8.940	59.065	97.327	1,3	4,6	30,3	49,9
Valinhos	75.966	-	-	3.794	34.176	-	-	5,0	45,0
Vinhedo	46.174	-	-	4.252	18.580	-	-	9,2	40,2
RMC	2.242.849	13.838	122.521	403.814	895.622	0,6	5,5	18,0	39,9

continua

2010									
Município	População Urbana*	População Absoluta				%			
		AE	MAE	MBE	BE	AE	MAE	MBE	BE
Americana	208.459	-	-	3.847	77.689	-	-	1,8	37,3
Artur Nogueira	39.998	-	-	11.622	21.199	-	-	29,1	53,0
Campinas	1.061.540	5.126	81.057	139.278	316.631	0,5	7,6	13,1	29,8
Cosmópolis	56.828	777	512	6.355	29.674	1,4	0,9	11,2	52,2
Engenheiro Coelho	11.498	-	-	8.277	2.413	-	-	72,0	21,0
Holambra	8.184	-	-	291	4.736	-	-	3,6	57,9
Hortolândia	192.692	-	10.649	57.935	107.797	-	5,5	30,1	55,9
Indaiatuba	199.592	527	60	14.101	100.272	0,3	-	7,1	50,2
Itatiba	85.666	-	-	7.658	48.073	-	-	8,9	56,1
Jaguariúna	43.033	-	111	3.697	23.493	-	0,3	8,6	54,6
Monte Mor	48.080	-	227	21.831	20.757	0,0	0,5	45,4	43,2
Nova Odessa	50.407	78	17	441	30.563	0,2	-	0,9	60,6
Paulínia	82.070	357	-	5.583	40.973	0,4	-	6,8	49,9
Pedreira	41.209	-	-	1.614	29.345	-	-	3,9	71,2
Santa Bárbara d'Oeste	178.596	642	-	4.647	104.495	0,4	-	2,6	58,5
Santo Antônio de Posse	18.834	-	-	8.362	9.484	-	-	44,4	50,4
Sumaré	238.470	400	6.761	35.452	148.583	0,2	2,8	14,9	62,3
Valinhos	101.626	-	-	1.083	35.607	-	-	1,1	35,0
Vinhedo	61.612	-	-	760	33.892	-	-	1,2	55,0
RMC	2.728.394	7.907	99.394	332.834	1.185.676	0,3	3,6	12,2	43,5

*População residente nos setores censitários utilizados para o cálculo dos índices de exclusão/inclusão.

A partir da próxima seção, passa-se à análise da espacialização dos índices de exclusão/inclusão, primeiramente para cada uma das dimensões e, em seguida, contemplando os indicadores-síntese de exclusão/inclusão social. Antes, convém fazer uma ressalva específica em relação à distribuição espacial dos indicadores. Conforme já comentado, as malhas de setores censitários dos anos em análise possuem grandes diferenças entre si, a começar pela quantidade de unidades espaciais (1.665 em 1991, 2.899 em 2000 e 3.986 em 2010). Isto, por sua vez, incide diretamente na distribuição dos dados e nos contrastes corocromáticos visualizados em algumas áreas, especialmente nas periferias urbanas, onde, com o adensamento da ocupação urbana e/ou surgimento de novas áreas habitadas, foram feitas divisões de setores de um levantamento censitário para o seguinte, além do acréscimo de novos setores, o que faz com que seja reduzido o efeito de “grandes manchas” nas áreas mais periféricas – devido à grande extensão areal dos setores, que numa área parcamente ocupada acaba abrangendo pequenos núcleos urbanizados distantes entre si – e, em seu lugar, apareça maior variedade de situações decorrente, em parte, da própria subdivisão das unidades espaciais de agrupamento dos dados.

6.2.2 A desigualdade socioespacial na autonomia de renda

Dentre as dimensões do processo de exclusão/inclusão social, a primeira que precisa ser analisada é a autonomia de renda. Em certa medida, esta dimensão é a principal norteadora da dinâmica de ocupação do espaço pelas diferentes classes sociais e, por consequência, da estruturação socioespacial díspar do urbano, pois o acesso aos bens de consumo individuais e mesmo a vários bens de uso coletivo se dá, acima de tudo, através do mercado (MELAZZO; NASCIMENTO; MAGALDI, 2002). Notadamente, na medida em que a população é excluída das principais fontes de renda, também vai sendo excluída do acesso aos bens mais essenciais à sobrevivência e passa a ser envolvida por outros problemas que decorrem da condição de pobreza em que se encontra (SINGER, 2003). Por isso, de um modo geral, a exclusão/inclusão social no espaço urbano tende a ser desencadeada pelas disparidades nos níveis de renda e ratificada pela correlação das demais dimensões do fenômeno: “Os pobres tornam-se mais pobres porque são excluídos dos meios através dos quais suas condições poderiam melhorar, e os ricos mais ricos porque consolidam suas bases de poder” (SPOSATI, 2000, p. 8).

Uma mostra da distribuição desigual da riqueza e da pobreza no espaço urbano-metropolitano é retratada pelos extremos de renda dos chefes de família. Procedendo análise comparativa dos Mapas 15, 16 e 17, podem ser apreendidos importantes aspectos da dinâmica locacional das camadas de alta renda, representadas pelo percentual de responsáveis por domicílios particulares com rendimento nominal de dez ou mais salários mínimos mensais. Evidentemente, os padrões quantitativos são impactados pelos diferenciais entre salário nominal e salário real existentes em 1991, 2000 e 2010. Assim, os percentuais comparativamente elevados cartografados em 2000 (Mapa 16) não indicam necessariamente que a população urbana era em geral mais rica no referido ano do que em 1991 ou em 2010. Antes o contrário, como observa Melazzo (2010) ao se referir à evolução salarial na década de 1990:

[...] tomada a renda média em salários mínimos em cada um dos anos, a tendência de pequenos acréscimos ou estabilidade representa, na prática, menor poder de compra, dada a permanência de processos inflacionários durante grande parte da década em análise, ao mesmo tempo que são conhecidos os efeitos desiguais da inflação para categorias de rendas altas e baixas (p. 124).

De outra parte, a recuperação de parte das perdas do poder de compra do salário mínimo ocorrida no decênio seguinte, reflete-se no censo demográfico de 2010 como uma aparente perda geral de renda nominal – daí as discrepâncias visuais envolvendo o ano 2000, observáveis na comparação temporal dos mapas de alta renda (Mapas 15 a 17) e, também, nos de baixa renda (Mapas 18 a 20) –, uma vez que se sabe que os rendimentos das camadas que ganham mais do que um salário mínimo dificilmente são reajustados às mesmas taxas com que são alterados os valores do salário mínimo.

Seja qual for o nível de discrepância entre salário nominal e real, algumas tendências da distribuição espacial das classes de alta renda se firmam e podem ser visualizadas. Em 1991, há uma maior concentração dos segmentos de alta renda no centro metropolitano, em vetores específicos das cidades de Valinhos e Vinhedo, em parte dos distritos campineiros de Barão Geraldo, Souza e Joaquim Egídio, em Americana e na área central e proximidades nas cidades de Indaiatuba e Paulínia (Mapa 15). Contudo, ao longo das décadas de 1990 e 2000, observa-se certa “dispersão concentrada” das camadas de alta renda, isto é, a desconcentração de tais segmentos populacionais seguindo preferencialmente as mesmas porções das cidades em que já predominavam. Assim, nota-se, de 2000 para 2010 (Mapas 16 e 17), a dispersão em várias áreas do eixo Vinhedo-Paulínia, bem como em Indaiatuba e Itatiba, em áreas onde houve grande crescimento na implantação de loteamentos fechados (Cf. Mapa 11). Há também notória concentração na pequena cidade turística de Holambra, aqui muito mais relacionada à busca, por parte de segmentos de média e alta renda, pela “tranquilidade interiorana” ainda existente no local, bem como pelo alto preço da terra urbana no município (BRAGA, 2002b).

Já ao se analisar a espacialização dos segmentos populacionais de baixa renda (Mapas 18 a 20), pode-se identificar a sua presença em praticamente todo o espaço urbano-metropolitano. Mas há clara predominância na porção regional que vimos identificando como a “macroperiferia metropolitana” – Sumaré, Monte Mor, Hortolândia e sul/sudoeste de Campinas –, tendência esta que parece pouco se alterar entre 1991 e 2010. Outras localidades que se consolidam como áreas de concentração de pobreza são:

- a) setores das periferias de Indaiatuba, Itatiba, Santa Barbara d’Oeste, Pedreira e Paulínia;
- b) porções dos territórios de Americana e Nova Odessa situadas à oeste da Via Anhanguera; e,

Mapa 15

Região Metropolitana de Campinas
RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS -
RENDIMENTO MENSAL SUPERIOR
A DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS (1991)

Legenda

— Rodovia

□ Município

Centros urbanos

○ Principal

△ Distrito

Responsáveis (%)

Até 5

5,1 a 10

10,1 a 20

20,1 a 30

30,1 a 50

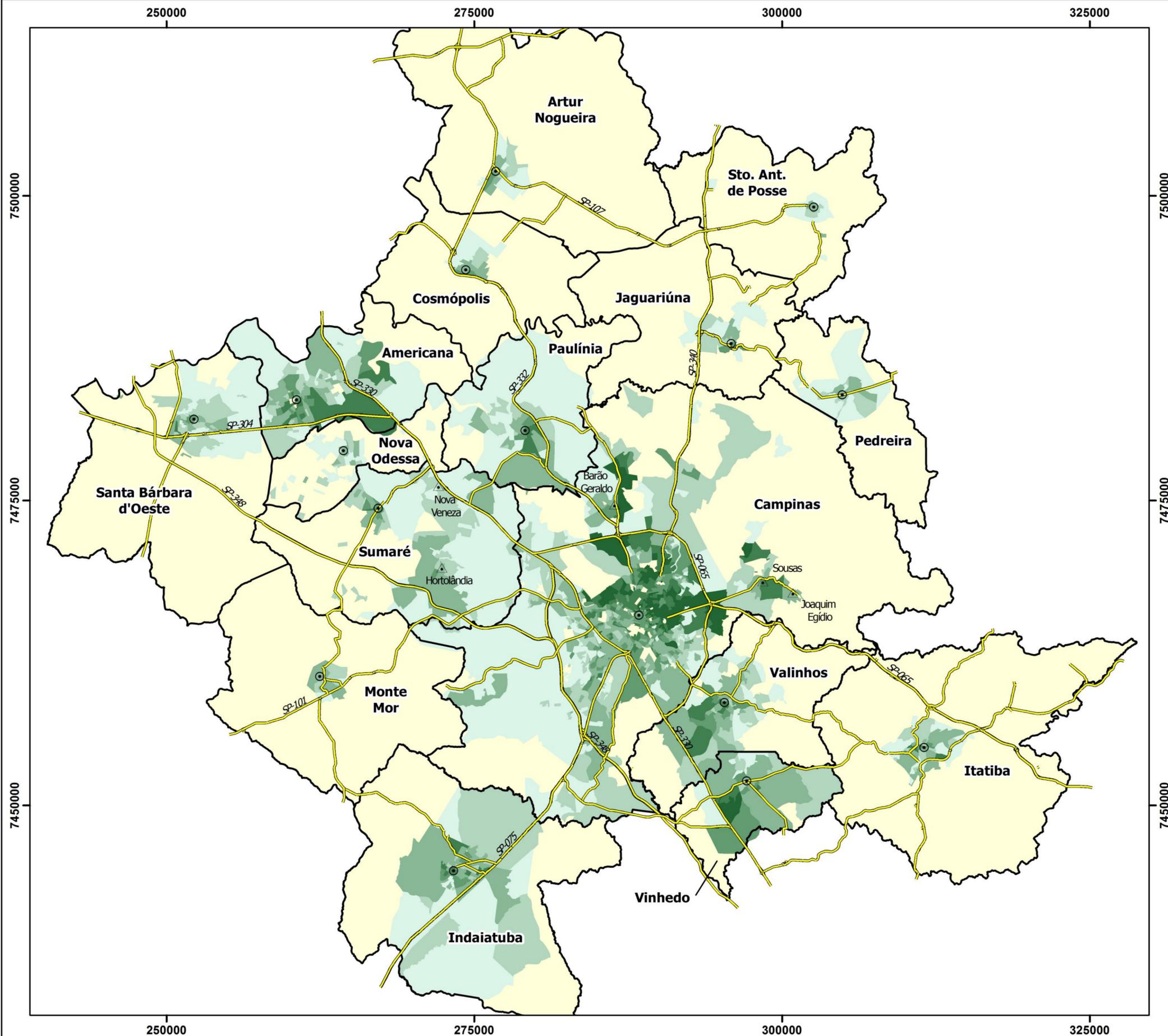
50,1 a 84,9



0 3,75 7,5 15 km

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum horizontal: SAD-69
Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
(agregado de setores censitários urbanos, 1991);
IGC (base cartográfica 2002, modificada).
Elaboração: Ederson Nascimento (2013).

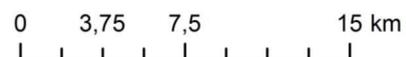


Mapa 16

Região Metropolitana de Campinas
RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS -
RENDIMENTO MENSAL SUPERIOR
A DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS (2000)

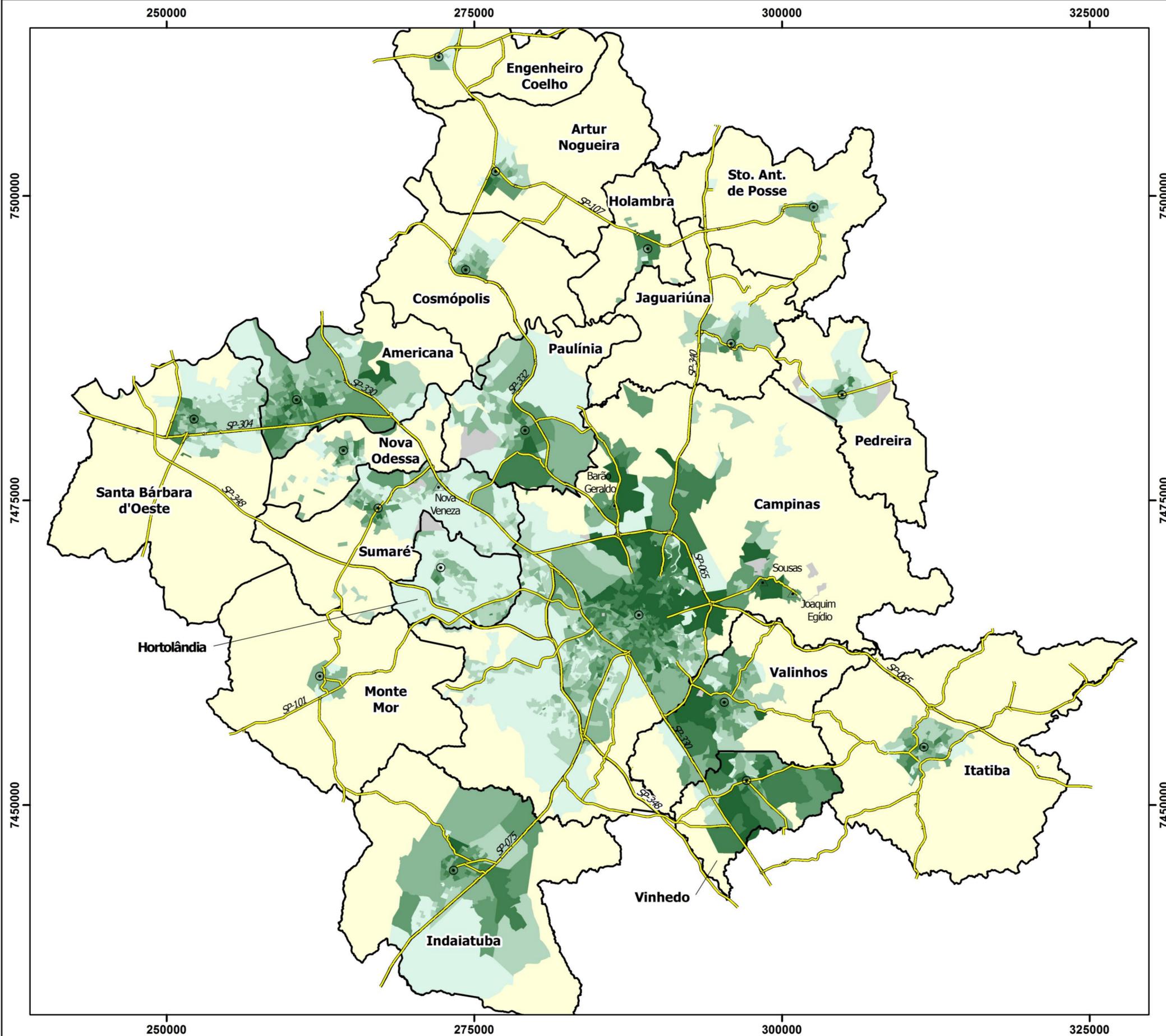
Legenda

- Rodovia
- Limite municipal
- Centros urbanos
 - Principal
 - Distrito
- Responsáveis (%)
 - Até 5
 - 5,1 a 10
 - 10,1 a 20
 - 20,1 a 30
 - 30,1 a 50
 - 50,1 a 98,7



Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum horizontal: SAD-69
Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
(agregado de setores censitários urbanos, 2000);
IGC (base cartográfica 2002, modificada).
Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Mapa 17

Região Metropolitana de Campinas
RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS -
RENDIMENTO MENSAL SUPERIOR
A DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS (2010)

Legenda

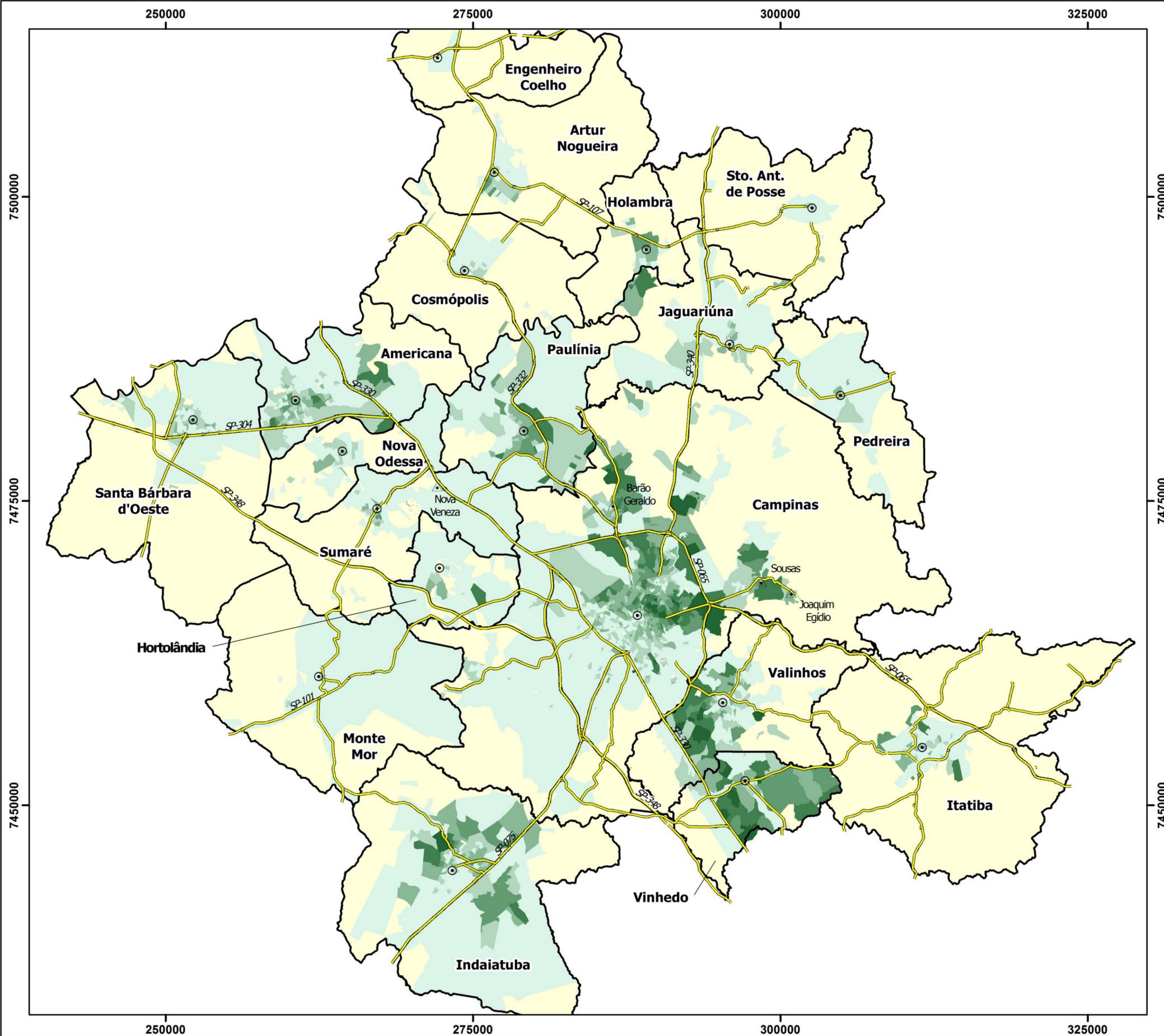
- Rodovia
- Município
- Centros urbanos
 - Principal
 - Distrito
- Responsáveis (%)
 - Até 5
 - 5,1 a 10
 - 10,1 a 20
 - 20,1 a 30
 - 30,1 a 50
 - 50,1 a 82,6



0 3,75 7,5 15 km

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum horizontal: SAD-69
Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
(agregado de setores censitários urbanos, 2010);
IGC (base cartográfica 2002, modificada).
Elaboração: Ederson Nascimento (2013).

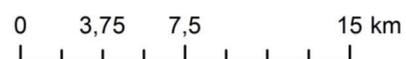


Mapa 18

Região Metropolitana de Campinas
RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS -
RENDIMENTO MENSAL DE ATÉ DOIS
SALÁRIOS MÍNIMOS (1991)

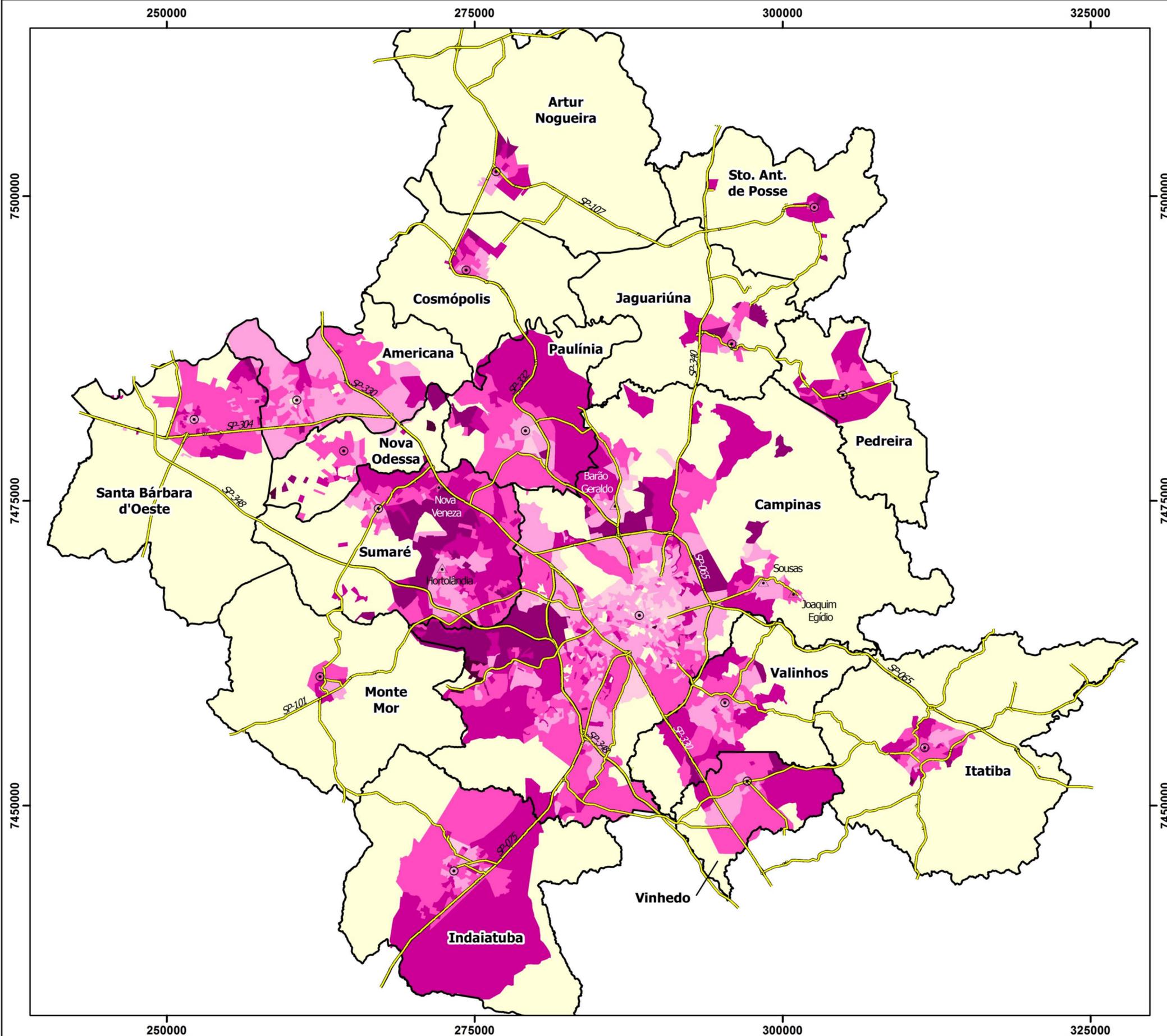
Legenda

- Rodovia
- Município
- Centros urbanos
 - Principal
 - Distrito
- Responsáveis (%)
 - Até 10
 - 10,1 a 25
 - 25,1 a 40
 - 40,1 a 60
 - 60,1 a 80
 - 80,1 a 100



Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum horizontal: SAD-69
Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
(agregado de setores censitários urbanos, 1991);
IGC (base cartográfica 2002, modificada).
Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Mapa 19

Região Metropolitana de Campinas
RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS -
RENDIMENTO MENSAL DE ATÉ DOIS
SALÁRIOS MÍNIMOS (2000)

Legenda

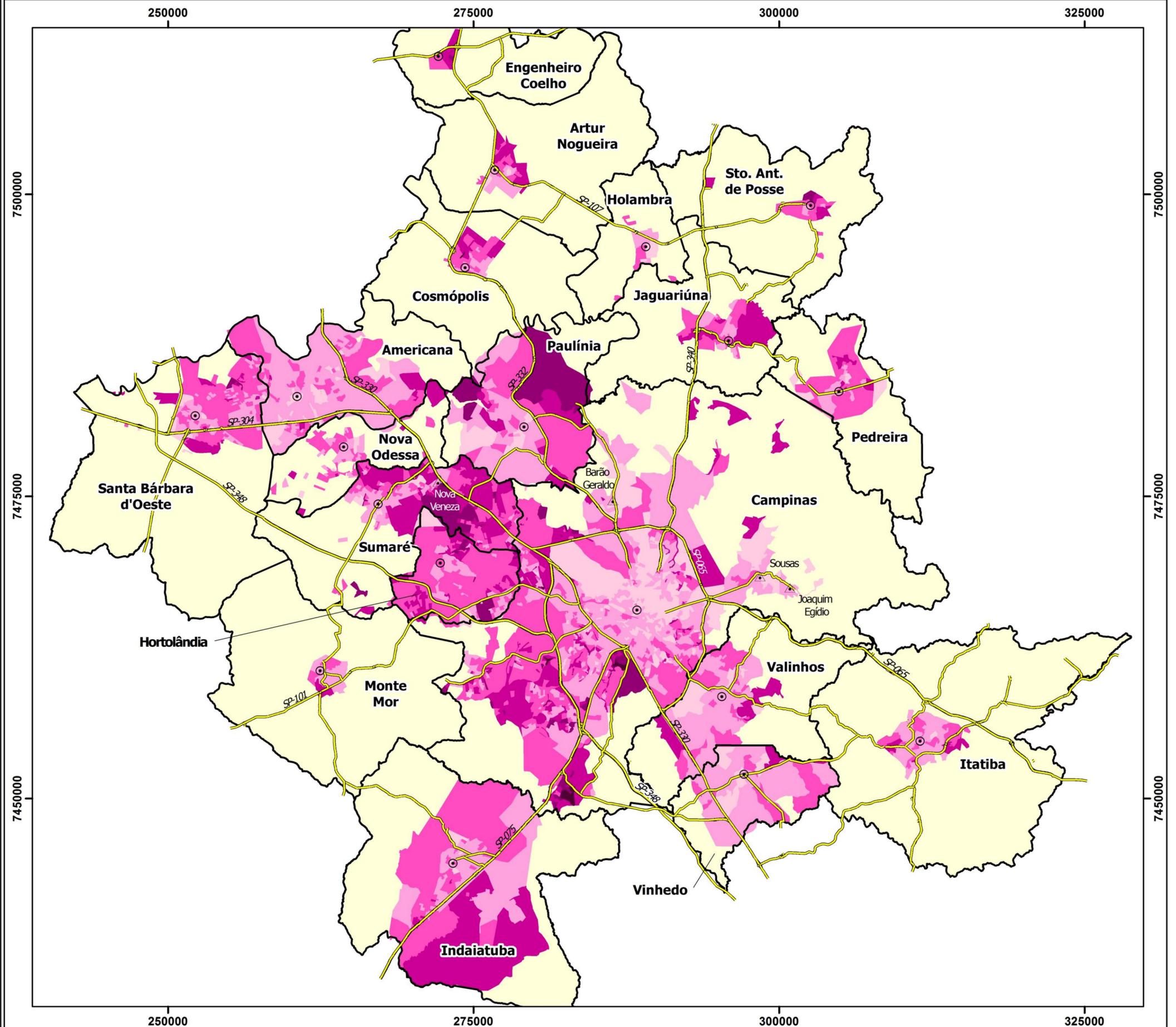
-  Rodovia
-  Limite municipal
- Centros urbanos
 -  Principal
 -  Distrito
- Responsáveis (%)
 -  Até 10
 -  10,1 a 25
 -  25,1 a 40
 -  40,1 a 60
 -  60,1 a 80
 -  80,1 a 95,4



0 3,75 7,5 15 km

Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum horizontal: SAD-69
Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
(agregado de setores censitários urbanos, 2000);
IGC (base cartográfica 2002, modificada).
Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



- c) setores e quadrantes do espaço intraurbano da maioria das pequenas cidades do norte da região, inclusive em Holambra, na porção urbanizada que se estende à Jaguariúna (Mapas 18 a 20).

Os índices de exclusão/inclusão por autonomia de renda nos fornecem detalhamento ainda maior das assimetrias espaciais quanto ao poder aquisitivo (Mapas 21 a 23). Pode-se observar que a inclusão por renda ocorre em praticamente todos os centros urbanos principais. As exceções ficam por conta de Engenheiro Coelho e Pedreira (em 1991), duas cidades pouco populosas, com áreas centrais pequenas e com ocupações residenciais de renda média a baixa em seu entorno (Fotos 7 e 8), e Hortolândia, cujo centro principal apresenta essas mesmas características em função da polinucleação de seu tecido urbano e consequente dispersão das atividades comerciais, além da alta concentração de segmentos de renda média a baixa em toda a cidade. No centro de Campinas, de origem mais antiga que os dos demais municípios e onde ocorre, de modo mais agudo, a obsolescência de alguns imóveis, a inclusão por renda permanece, mas com índices bem menores do que os verificados em 1991, o que pode ser um indicativo do abandono dessa área da cidade por camadas de poder aquisitivo mais elevado.

A análise comparativa entre os referidos mapas reforça a tendência, comentada anteriormente, de reconfiguração espacial da riqueza em escala metropolitana dada a partir de uma *desconcentração concentrada*. Em 1991, verificam-se índices médios de inclusão por renda em todas as áreas centrais, exceto em Pedreira. Os níveis mais elevados de inclusão aparecem concentrados no quadrante nordeste do centro metropolitano, em condomínios verticais e loteamentos de alto padrão (como os bairros Cambuí, Alto Taquaral e Santo Antônio), em Barão Geraldo e Sousas, em residenciais fechados e chácaras de recreio e, secundariamente, em Paulínia, em residenciais unifamiliares próximos à área central, e Americana, incluindo o centro e a zona leste, predominantemente na forma de loteamentos abertos (Mapa 21).

Por sua vez, em 2000 e 2010 constata-se maior diferenciação espacial da riqueza e da pobreza. O centro metropolitano se mantém como o principal núcleo de inclusão por renda. Porém, estas situações de inclusão se desconcentram ao longo do decênio estendendo suas

localizações aos distritos de Sousas e Joaquim Egídio e às cidades de Valinhos, Vinhedo, Paulínia e Indaiatuba (Mapas 22 e 23).⁷³



Foto 7: Vista de parte do centro principal de Pedreira e, acima, em segundo plano, de um bairro residencial adjacente.

Fonte: acervo particular do autor (2011).

As áreas de inclusão por renda se ampliam em Americana em direção a espaços periféricos com o adensamento da ocupação urbana, ao passo que a periferia socioeconômica da cidade se consolida em localidades situadas ao norte da Via Anhanguera (nordeste e oeste do centro principal) e na área conurbada com Santa Bárbara d'Oeste. Neste último município também aumentou o número de núcleos de inclusão por renda no centro urbano expandido,

⁷³ Os indicadores de baixa inclusão por renda encontrados em 2000 nas periferias oeste e sudoeste de Campinas, na área entre as rodovias Anhanguera (SP-330) e Bandeirantes (SP-348) (Mapa 22), em vez de representar progressos concretos nos níveis de renda, parecem, deveras, ser apenas desdobramentos dos já comentados diferenciais de valor nominal e real do salário mínimo, os quais “melhoram” artificialmente a situação dos estratos de renda (quantificados em números de salários mínimos) no levantamento censitário do referido ano. Ajudam a corroborar esta hipótese os indicadores para esta área em 2010 (Mapa 23), que voltam a retratar o predomínio da exclusão, tal como visto em 1991.



Foto 8: Vista de uma das principais vias de concentração comercial de Engenheiro Coelho.
Fonte: acervo particular do autor (2010).

paralelamente à periferização socioeconômica da cidade em sua porção nordeste, com loteamentos precários e favelas.

Em Paulínia também se observa um crescimento da ocupação de espaços periféricos por segmentos populacionais de renda mais elevada, delineando um padrão espacial de segregação que vem se ampliando na cidade. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, as situações de inclusão por renda se desconcentraram do centro principal em direção à área de influência dos eixos viários de ligação com Barão Geraldo, ao sul pela rodovia Prof. Zeferino Vaz (SP-332) e a leste seguindo a chamada “Estrada da Rhodia”, área esta onde tem ocorrido intensa produção de residenciais fechados (Foto 9). Um segundo vetor de desconcentração se consolida na porção norte, a oeste da referida rodovia, aqui principalmente com a implantação de loteamentos abertos. Já os núcleos de exclusão se concentram na porção nordeste nas proximidades da REPLAN, e nas porções sudoeste em direção a Sumaré, e sudeste no sentido Campinas, nas circunvizinhanças de algumas das referidas áreas residenciais fechadas (NASCIMENTO; GALINDO; MATIAS, 2011).

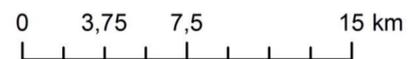
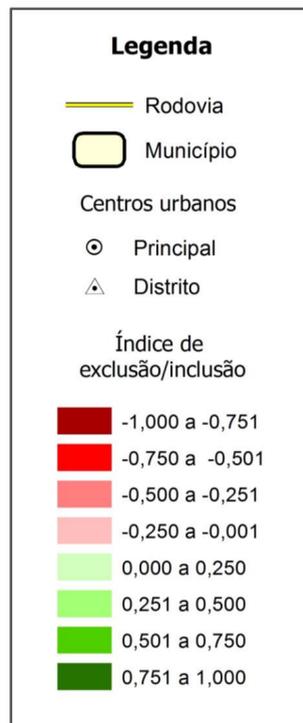


Foto 9: Loteamento fechado em Paulínia (vista parcial da área interna).
Fonte: acervo particular do autor (2010).

Outras duas tendências de estruturação socioespacial já comentadas e reforçadas pelos indicadores de autonomia de renda, são:

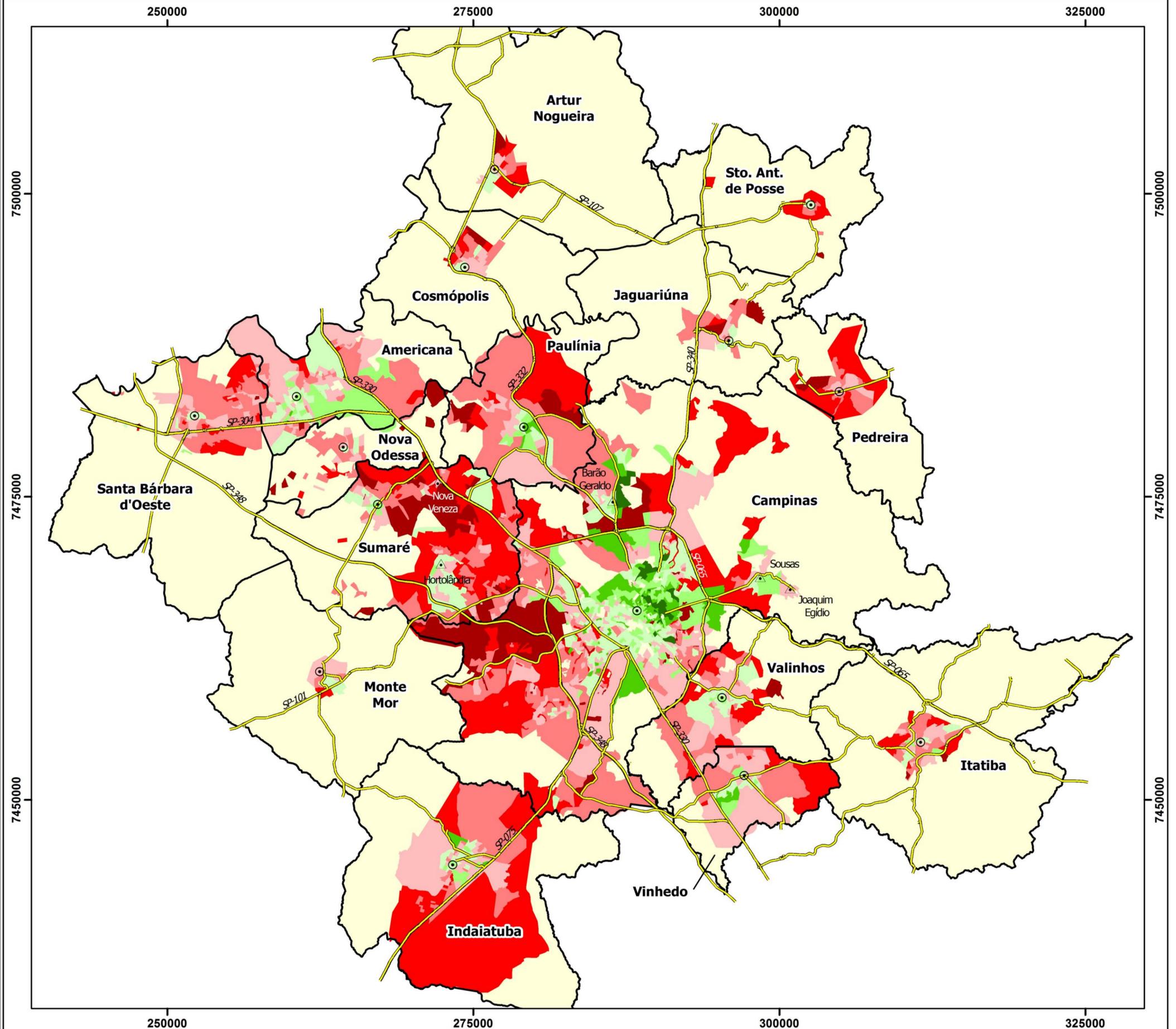
- a) a presença de “enclaves” de baixa renda no interior e no entorno do centro metropolitano;
- b) a expressiva concentração de núcleos de exclusão no polígono formado pelo quadrante sudoeste de Campinas, Monte Mor, Hortolândia e Sumaré. Nesta “macroperiferia”, onde, como já se viu, também está concentrada a grande maioria das favelas e loteamentos clandestinos registrados na região (Cf. Mapa 12), também se nota certa “dispersão” da pobreza, que diminui em Nova Veneza e no oeste de Campinas e se agrava no extremo sul desta cidade e nas periferias de Monte Mor, todas recém-ocupadas (Mapas 21 a 23).

Mapa 21
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO
POR AUTONOMIA DE RENDA
(1991)



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
 (agregado de setores censitários urbanos, 1991);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Mapa 22
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO
POR AUTONOMIA DE RENDA
(2000)

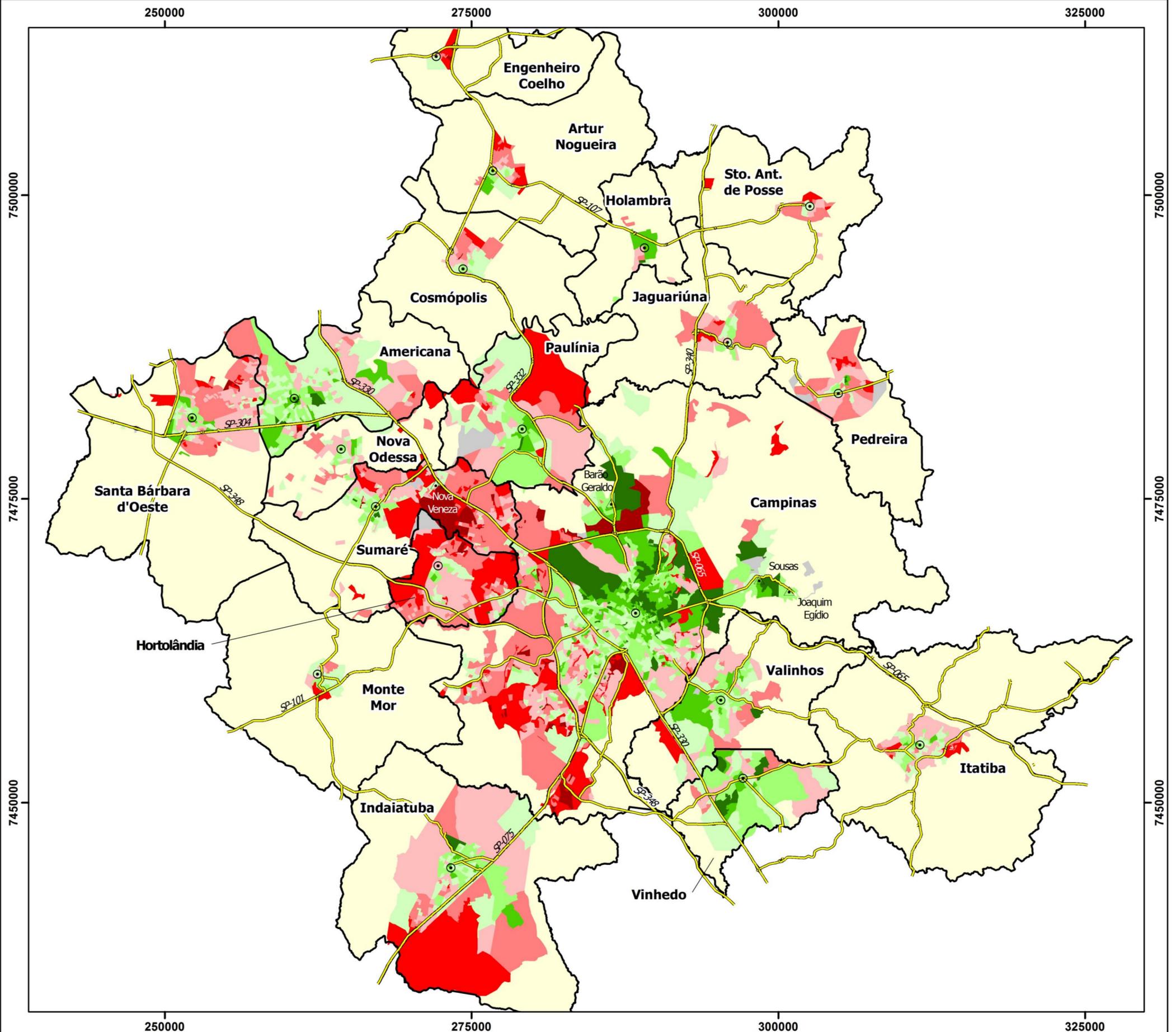
Legenda

-  Rodovia
-  Limite municipal
- Centros urbanos
 -  Principal
 -  Distrito
- Índice de exclusão/inclusão
 -  -1,000 a -0,751
 -  -0,750 a -0,501
 -  -0,500 a -0,251
 -  -0,250 a -0,001
 -  0,000 a 0,250
 -  0,251 a 0,500
 -  0,501 a 0,750
 -  0,751 a 1,000

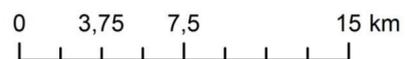
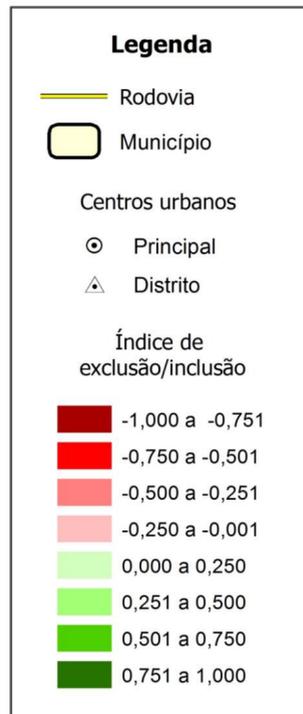


Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
 (agregado de setores censitários urbanos, 2000);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).

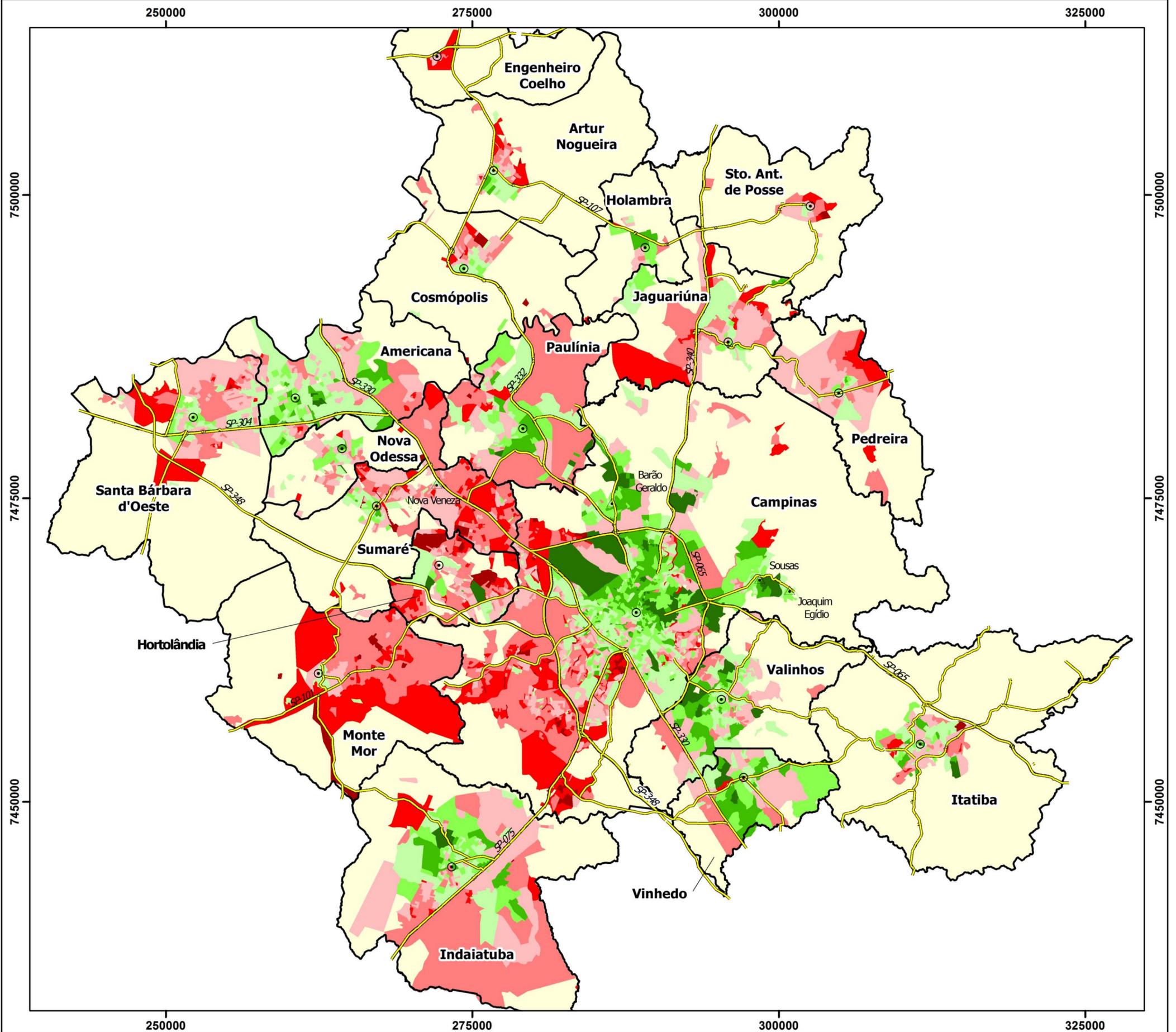


Mapa 23
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO
POR AUTONOMIA DE RENDA
(2010)



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
 (agregado de setores censitários urbanos, 2010);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Finalmente, nas cidades menores constata-se, na comparação regional, o predomínio de níveis de poder aquisitivo mais baixos, mas também nestes locais podem ser observadas mudanças na distribuição espacial dos segmentos populacionais por renda, com clara demarcação de espaços “mais ricos” e espaços “mais pobres”. As áreas de mais forte inclusão conformam uma zona específica do espaço intraurbano que segue em um eixo partindo do centro principal, ao passo que as populações mais fortemente excluídas aparecem ocupando outras zonas distintas. Este é o caso de Artur Nogueira, Cosmópolis, Itatiba, Jaguariúna e Pedreira (Mapas 21 a 23).

6.2.3 A desigualdade socioespacial no desenvolvimento humano

Os indicadores de desenvolvimento humano refletem sobretudo as mudanças nos níveis de escolaridade da população, aspecto este fundamental para uma maior possibilidade de inclusão social dos indivíduos e de seus eventuais dependentes. Como aponta Melazzo (2010), a escolaridade, como indicador social, é tomada para uma aproximação ao capital educacional de cada segmento social.

Anos de estudo crescentes significam, então, a possibilidade de acesso e permanência na escola, a aquisição de saberes e práticas culturais, e denota o valor que cada segmento social confere a esses bens, bem como as possibilidades de acesso e permanência aos diferentes níveis de ensino (idem, p. 120).

Consoante a uma tendência verificada na maior parte das regiões Sul e Sudeste do Brasil e no Distrito Federal⁷⁴, a elevação geral dos indicadores de escolaridade verificada na RMC a partir da década de 1990, resulta do efeito de políticas de universalização do acesso à educação básica para crianças e adolescentes – levadas a cabo principalmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei federal nº 9.394/1996) –, bem como de incentivo à educação de jovens e adultos e, secundariamente, com a ampliação das redes pública e particular de ensino superior.

⁷⁴ Esta tendência pode ser aferida a partir de dados provenientes de dois sistemas de indicadores sociais nacionais apresentados para a escala de municípios: o *Atlas da Exclusão Social no Brasil* (CAMPOS et al., 2003) e o já mencionado *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal* (PNUD, 2003).

Em relação à espacialização dos indicadores referentes a 1991 (Mapa 24), chama a atenção a forte demarcação entre os espaços com predomínio dos graus de inclusão e exclusão por desenvolvimento humano. O centro metropolitano concentra a maioria das situações de inclusão, o que particularmente é explicado pela presença, nesta porção do município de Campinas e também no distrito de Barão Geraldo, de importantes estabelecimentos produtores e consumidores de mão de obra mais escolarizada, tais como universidades (UNICAMP, PUC-Campinas), centros de pesquisa (IAC, Embrapa, CPqD) e empresas de tecnologia avançada.

Porém, fora do centro metropolitano predominam os indicadores de exclusão. Em certa medida, o caráter excludente expresso por esta profusão de indicadores negativos (especialmente dos índices de BE e MBE) pode ser relativizado devido ao PIS comparativo adotado para este indicador (oito a dez anos de estudo pelo chefe do domicílio) correspondente ao atual ensino médio, nível escolar cujo acesso, naquele ano, não era amplamente democratizado como viria a se tornar *a posteriori* e, por isso, era menos exigido para inserção no mercado de trabalho em funções de baixa remuneração. Isto fica claro ao se observar, por exemplo, os indicadores nas áreas centrais de várias das cidades da RMC, que na comparação regional acabam se situando em níveis de baixa exclusão e baixa inclusão.

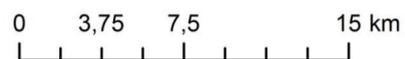
Em que pese esta ressalva, importa observar que as áreas de exclusão por desenvolvimento educacional em seus dois níveis mais elevados (índices entre -0,5 e -1), apresentam distribuição espacial semelhante à espacialização da autonomia de renda. O padrão socioespacial díspar, de modo geral, permanece semelhante em 2000 (Mapa 25), ainda que, na comparação com 1991, apresentando indicadores mais elevados em várias das áreas com altos níveis de exclusão no momento anterior (passando agora para MBE e BE) e com baixos graus de exclusão migrando para BI e MBI. Em tais localidades, as populações, já excluídas do acesso a níveis de renda necessários para uma qualidade de vida minimamente adequada, são marcadas pelo analfabetismo absoluto (nenhum ano de estudo) ou funcional⁷⁵, bem como pela elevada concentração de dependentes, o que pode impor dificuldades para a futura inclusão social dos mesmos.

⁷⁵ Para a ONU, a alfabetização plena, que ocorre quando o indivíduo consegue ler e interpretar textos e dominar as operações básicas do raciocínio lógico-matemático, precisa de um tempo mínimo para sua efetivação, o qual gira em torno de quatro anos de estudo (SEADE, 2013). Assim, segundo esta aceção, o nível de analfabetismo poder-se-ia ser avaliado a partir do percentual de pessoas com escolaridade inferior a quatro anos.

Mapa 25
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO
POR DESENVOLVIMENTO HUMANO
(2000)

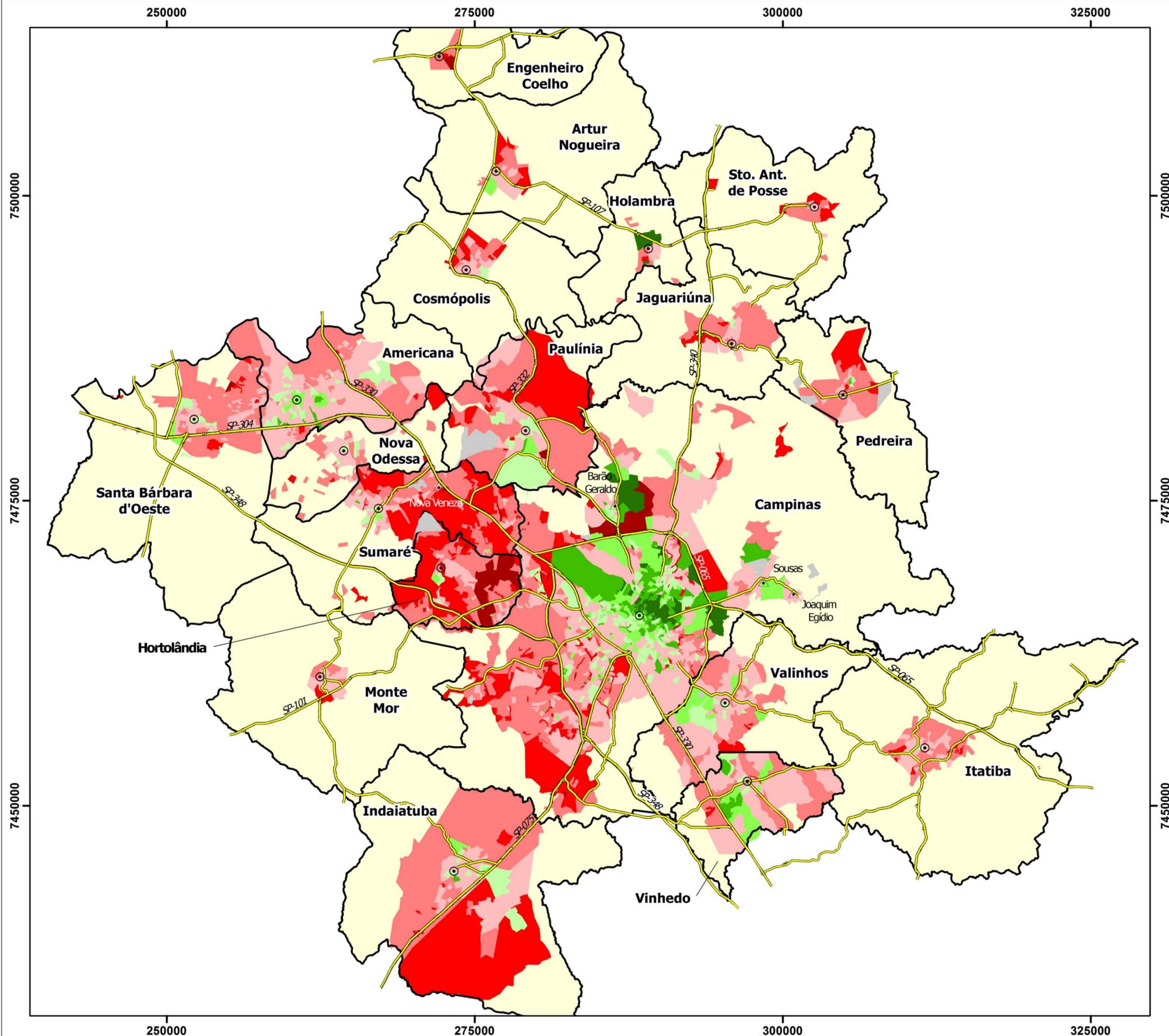
Legenda

-  Via de tráfego
-  Limite municipal
- Centros urbanos
 -  Principal
 -  Distrito
- Índice de exclusão/inclusão
 -  -1,000 a -0,751
 -  -0,750 a -0,501
 -  -0,500 a -0,251
 -  -0,250 a -0,001
 -  0,000 a 0,250
 -  0,251 a 0,500
 -  0,501 a 0,750
 -  0,751 a 1,000



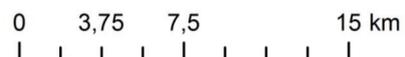
Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
 (agregado de setores censitários urbanos, 2000);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



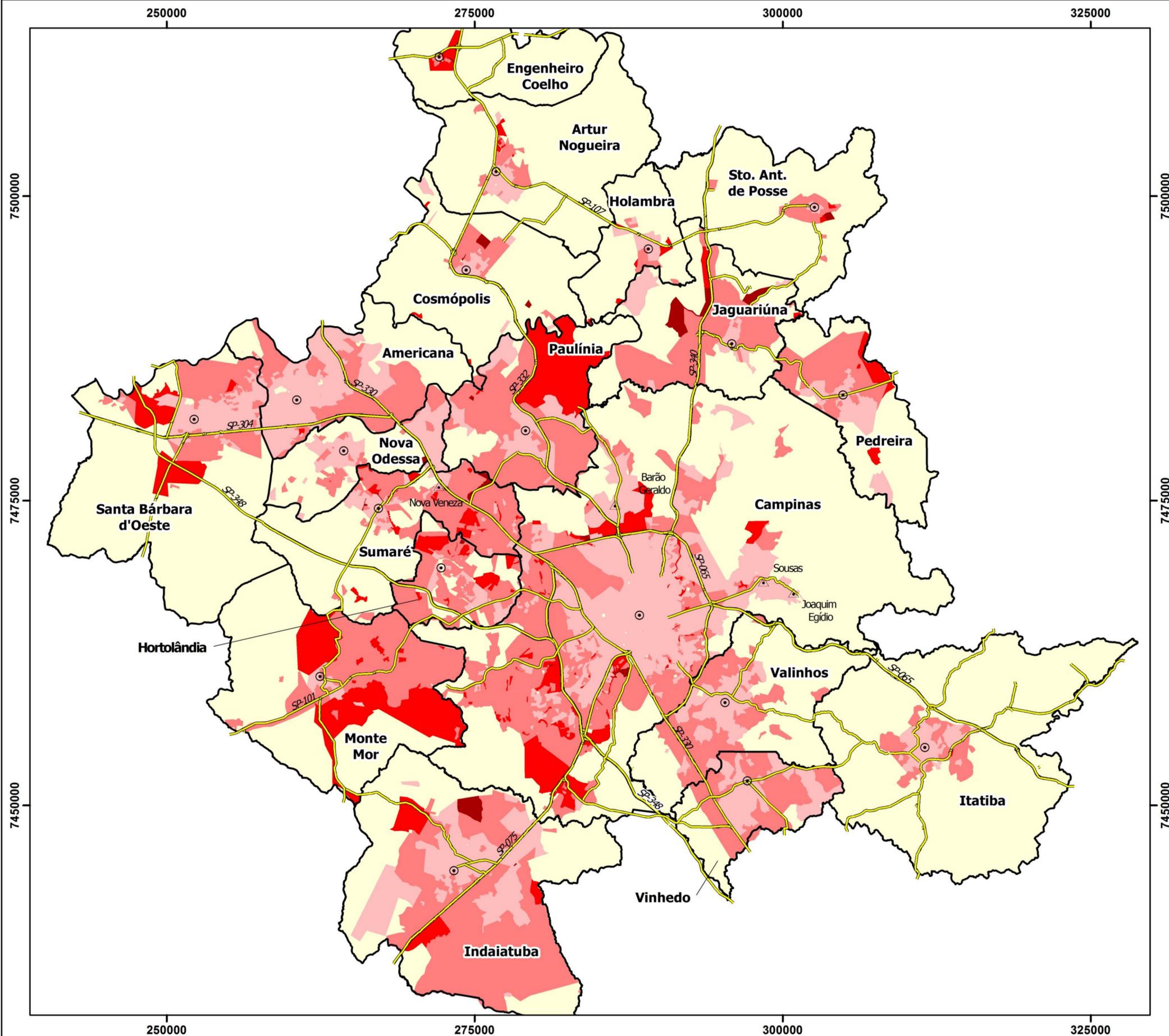
Mapa 26

Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO
POR DESENVOLVIMENTO HUMANO
(2010)



Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum horizontal: SAD-69
Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
(agregado de setores censitários urbanos, 2010);
IGC (base cartográfica 2002, modificada).
Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Assim, em 2000, em relação à dimensão de desenvolvimento humano, delineia-se a configuração espacial definida a partir das seguintes características principais:

- a) predomínio dos indicadores de inclusão no centro metropolitano, com manutenção dos “enclaves” de exclusão em seus limites internos (porções nordeste e sudeste), e na porção central do distrito de Barão Geraldo nas proximidades da UNICAMP e da PUC-Campinas;
- b) tendência de concentração de inclusão em setores espaciais específicos partindo do centro principal: Americana (quadrante sudeste), Holambra (porção norte), Vinhedo e Valinhos (eixos sudoeste) e Paulínia (porção meridional);
- c) condições de exclusão mais acentuadas (AE e MAE) na “macroperiferia” metropolitana (de Sumaré à porção meridional de Campinas), no distrito de Barão Geraldo, especialmente nas proximidades da SP-065, e em setores da periferia em várias cidades, sendo as mais representativas: Engenheiro Coelho (porção sudeste), Artur Nogueira (extremos norte e leste), Cosmópolis (limites oeste e norte e extremo nordeste), Santo Antônio de Posse (metade leste), Paulínia (vetor oeste e quadrante nordeste), Santa Bárbara d’Oeste (extremos nordeste e sul) e Indaiatuba (extremo sul) (Mapa 25).

O cálculo do índice de exclusão/inclusão por desenvolvimento humano referente a 2010 ficou, como já foi dito, limitado à mensuração a partir das variáveis de exclusão por analfabetismo e por concentração de população infanto-juvenil dependente. Mesmo assim, observa-se que o arranjo espacial formado pelos indicadores de exclusão calculados para este ano (Mapa 26) se assemelha ao visto nos dois mapas anteriores, o que indica certa permanência das assimetrias socioespaciais vigentes dez anos antes.

É importante ressaltar que a correlação espacial entre autonomia de renda e desenvolvimento educacional, claramente visível no espaço urbano-metropolitano, certamente corrobora a conclusão de Singer (2003) de que ainda atualmente a educação é um dos fatores mais decisivos para a desigualdade de renda. “Esse papel é antes desempenhado pela riqueza herdada ou acumulada através de lucros, outros rendimentos de propriedade e/ou remuneração por serviços administrativos de alto nível” (idem, p. 103). Os membros destes grupos de mais alta renda, continua o autor, têm “[...] escolaridade acima da média, porque nasceram em famílias razoavelmente bem de vida e portanto dispõem de motivação e recursos para acesso a uma educação superior” (idem, *ibidem*). De outra parte, aquelas camadas sociais com menor

poder aquisitivo não conseguem ter acesso a níveis mais altos de escolaridade. Essa insuficiência de renda acaba comprometendo o seu desenvolvimento humano, pois a inserção dessa população no mercado de trabalho tende a ser cada vez mais limitada e pouco remuneradora, fazendo permanecer a exclusão por renda e agravando assim a exclusão social (SPOSATI, 1996).

6.2.4 A desigualdade socioespacial na equidade e na qualidade domiciliar

Quantificado na escala matemática de -1 a 0, o índice de exclusão por *equidade* auxilia na demarcação dos espaços predominantemente de exclusão social ao identificar a concentração de domicílios chefiados por mulheres com baixos níveis de escolaridade e rendimentos. Isso pode ser constatado ao se analisar a espacialização desses índices referentes a 1991 (Mapa 27) e, sobretudo, para 2000 e 2010 (Mapas 28 e 29), momentos em que há maior disponibilidade de dados para construção dos indicadores.

Tomando como referência a escala metropolitana, nota-se que as grandes áreas marcadas por níveis de exclusão nas duas dimensões já analisadas (autonomia de renda e desenvolvimento humano) mais ou menos se repetem. O interessante é examinar a distribuição dos dois mais altos níveis de exclusão, especialmente na cidade de Campinas. Há numerosas áreas com ampla concentração de domicílios chefiados por mulheres nas referidas condições de exclusão (principalmente em 2010), grande parte delas correspondendo a favelas e loteamentos clandestinos e precários. A elevada exclusão por equidade também é representativa espacialmente em outras cidades caracterizadas pela literatura como “dormitórios”, casos de Hortolândia, Sumaré, Santa Bárbara d’Oeste e Cosmópolis.

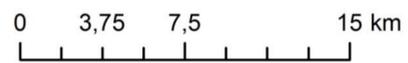
Uma hipótese explicativa para tal concentração de mulheres responsáveis por domicílios em áreas marcadas pelas exclusões econômica e do desenvolvimento humano – a qual precisa ser melhor averiguada em outros estudos – é a maior possibilidade dessas mulheres, necessitadas que são de prover o lar, de obter alguma ocupação em centros com economia urbana mais ampla e diversificada e/ou com maior concentração de camadas de média e alta renda, desempenhando nesses locais atividades de baixa qualificação e/ou informais: varejo não especializado, serviços domésticos, prostituição, entre outros ramos.

Mapa 27

Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO POR
EQUIDADE (1991)

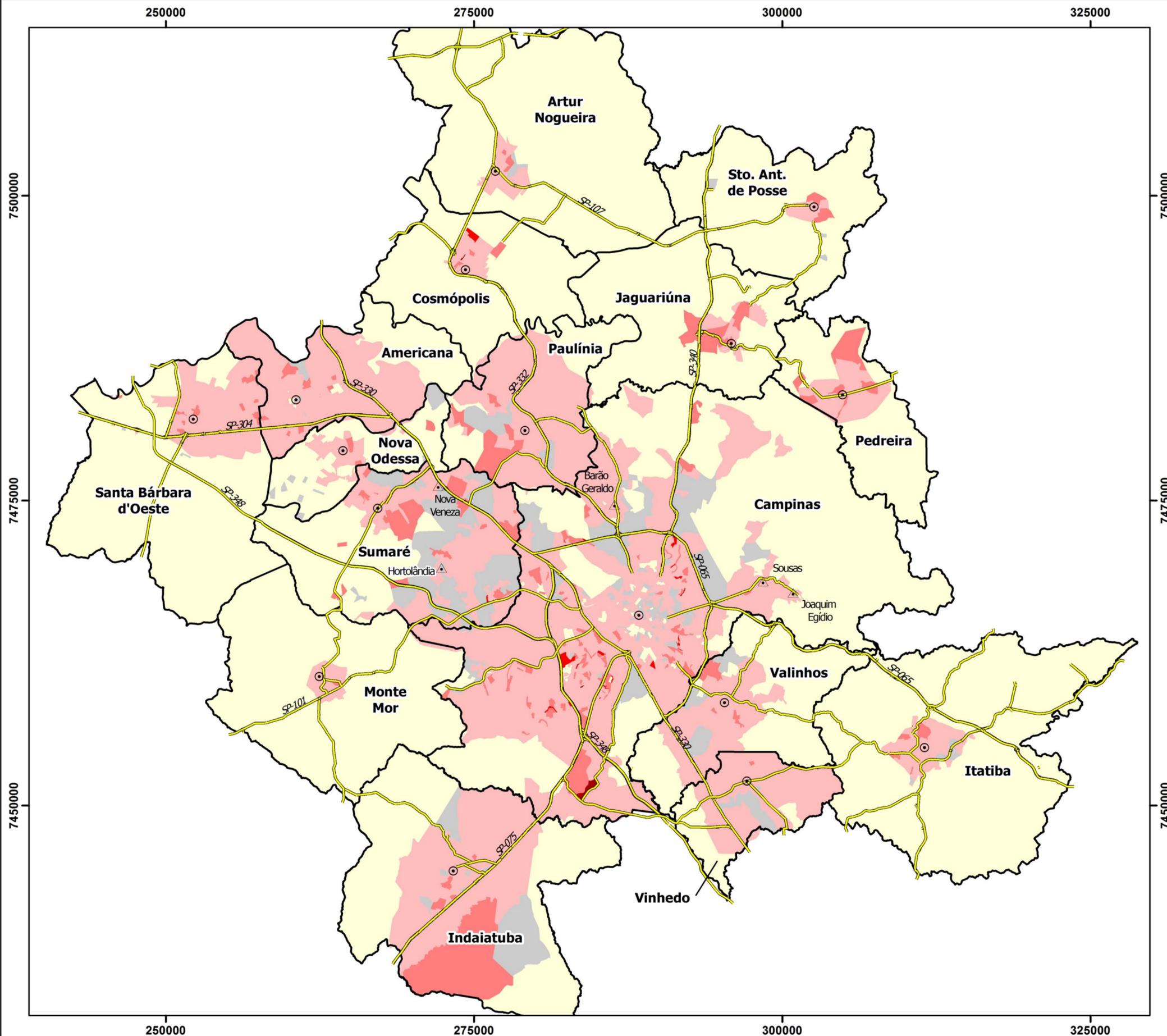
Legenda

- Rodovia
- Município
- Centros urbanos
 - Principal
 - Distrito
- Índice de exclusão
 - 1,000 a -0,751
 - 0,750 a -0,501
 - 0,500 a -0,251
 - 0,250 a -0,001
 - 0,000



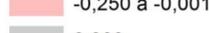
Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum horizontal: SAD-69
Datum vertical: Imbituba/SC

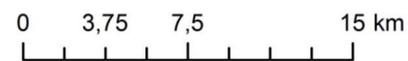
Fontes: IBGE - Censo Demográfico
(agregado de setores censitários urbanos, 1991);
IGC (base cartográfica 2002, modificada).
Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Mapa 28
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO POR EQUIDADE (2000)

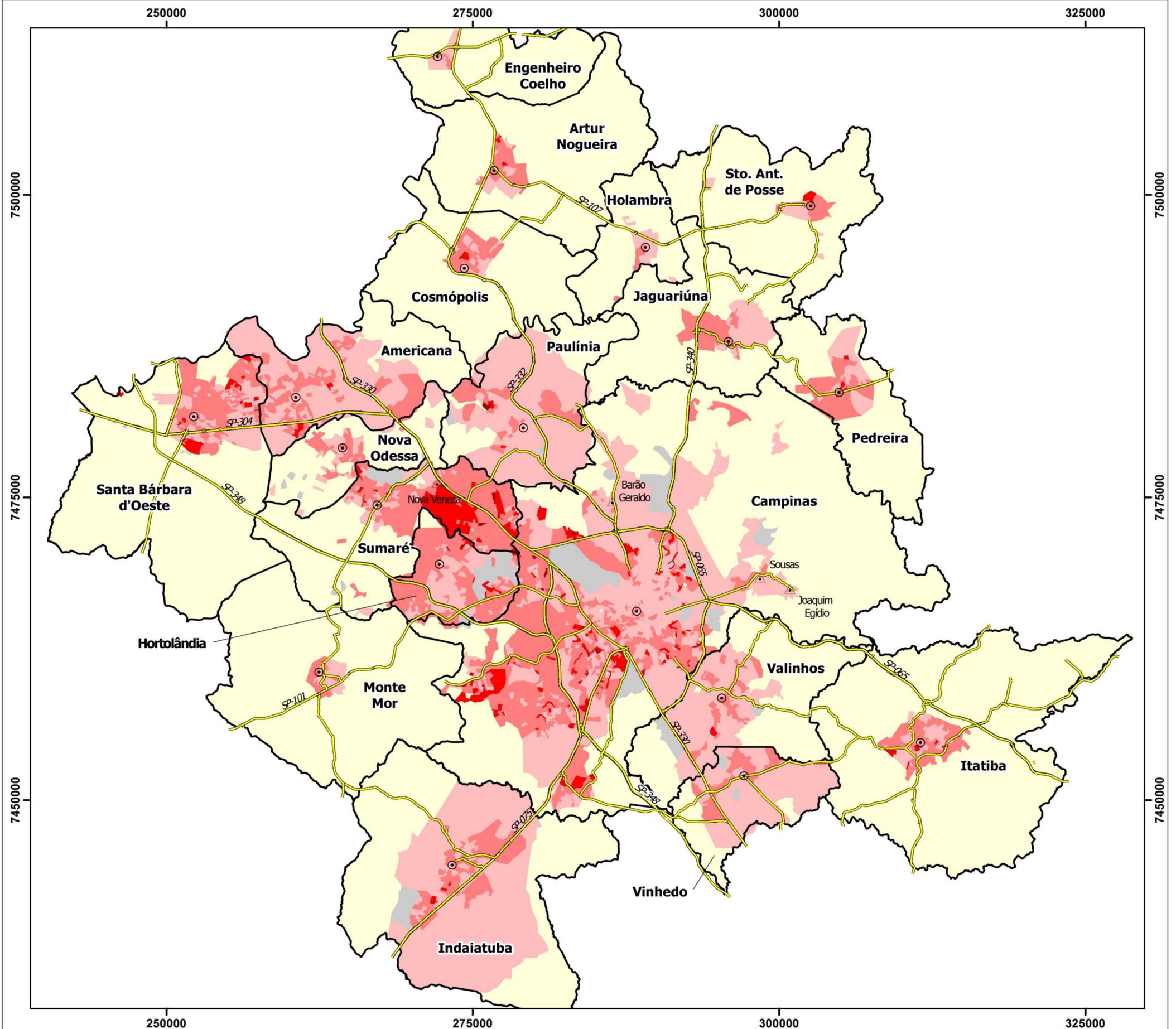
Legenda

-  Rodovia
-  Município
- Centros urbanos
 -  Principal
 -  Distrito
- Índice de exclusão
 -  -1,000 a -0,751
 -  -0,750 a -0,501
 -  -0,500 a -0,251
 -  -0,250 a -0,001
 -  0,000



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

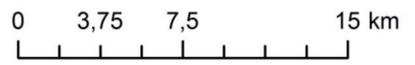
Fontes: IBGE - Censo Demográfico
 (agregado de setores censitários urbanos, 2000);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Mapa 29
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO POR EQUIDADE (2010)

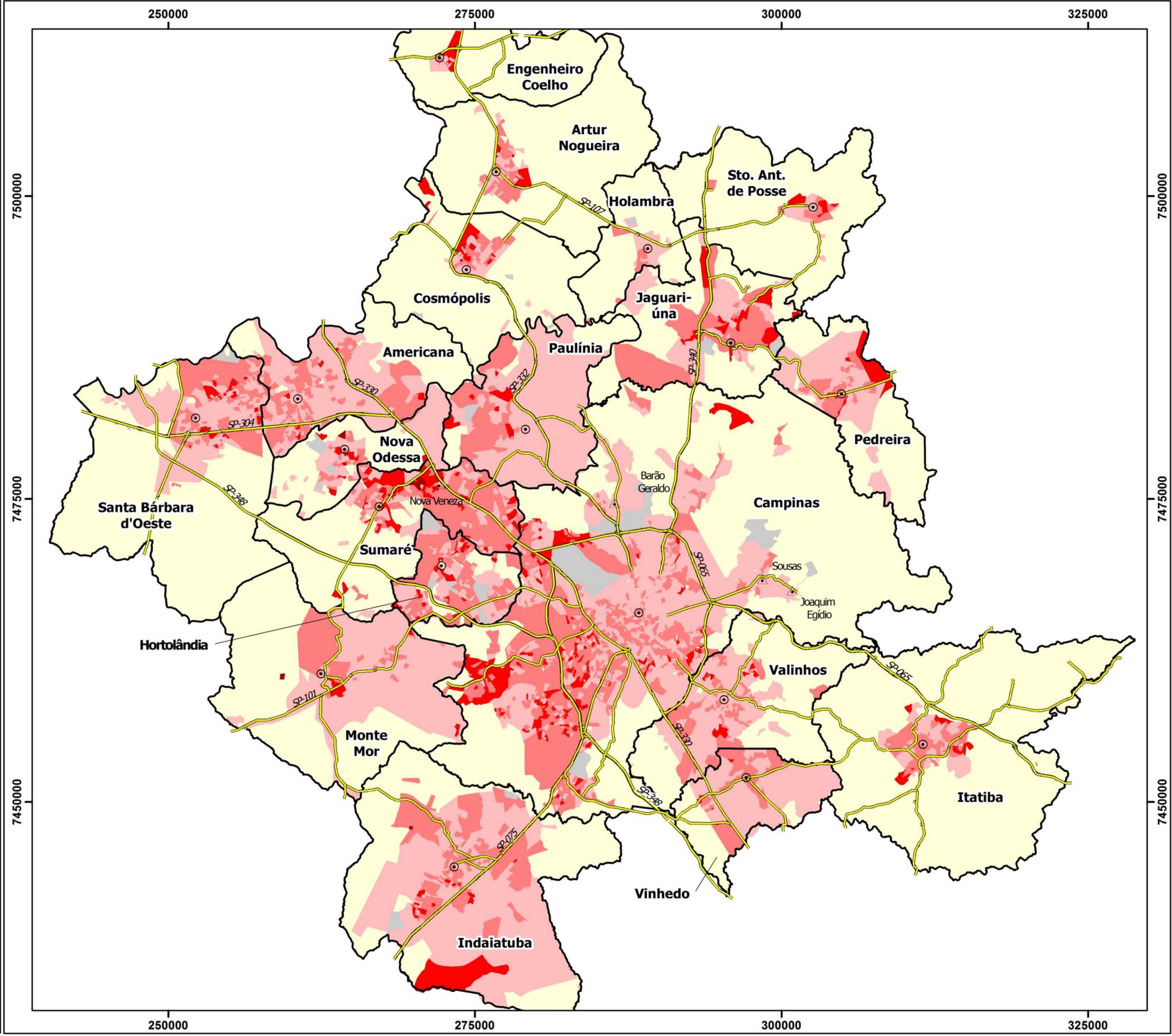
Legenda

-  Rodovia
-  Município
- Centros urbanos
 -  Principal
 -  Distrito
- Índice de exclusão
 -  -1,000 a -0,751
 -  -0,750 a -0,501
 -  -0,500 a -0,251
 -  -0,250 a -0,001
 -  0,000



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico (agregado de setores censitários urbanos, 2010);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



No que se refere à dimensão *qualidade domiciliar*, os indicadores produzidos sugerem uma configuração socioespacial menos discrepante na escala do espaço urbano-metropolitano – especialmente para 2000 e 2010 – se comparada às situações observadas para as outras dimensões do processo de exclusão/inclusão social. Tal cenário reflete, de modo geral, o peso dos indicadores referentes à dotação de infraestrutura básica e sanitária (água e luz elétrica proveniente de rede geral, coleta de lixo, esgotamento sanitário adequado, disponibilidade de banheiro exclusivo nas residenciais), disponível a ampla maioria dos domicílios, o que coloca a RMC em condição superior à realidade observada na maior parte do Estado de São Paulo e do Brasil. Também contribuem para o bom desempenho dos índices de qualidade domiciliar a elevada adequação das taxas médias de ocupação dos domicílios em relação ao PIS estabelecido, o alto percentual de domicílios próprios ou em aquisição nas áreas de ocupação urbana formal (inclusive nas periferias) e, para 2010, as boas condições verificadas no entorno dos domicílios.

Mas mesmo nesta dimensão, evidencia-se alguns diferenciais de condições de vida no espaço urbano-metropolitano. Observa-se que em 1991 os indicadores de inclusão já predominavam no centro metropolitano, nas porções centrais dos distritos de Barão Geraldo, Sousas e Joaquim Egídio e das cidades de Vinhedo e Valinhos, bem como na maior parte do espaço intraurbano nas demais cidades (à exceção de Sumaré e Santo Antônio de Posse). Por sua vez, os maiores níveis de exclusão aparecem novamente na “macroperiferia” regional, entre Sumaré e Campinas em sua porção meridional, mas também na parte norte deste município, em parte do distrito campineiro de Barão Geraldo e do município de Paulínia, além dos vários enclaves de ocupações irregulares incrustados no centro metropolitano (Mapa 30).

Ainda durante a década de 1990 ocorre uma melhora geral dos indicadores relacionados à infraestrutura, resultando no aumento dos índices cartografados para 2000 (Mapa 31), progresso este que prossegue na década seguinte. Mesmo assim, uma observação cuidadosa do Mapa 32 permite constatar que, em 2010, ainda são muitas as localidades com condições inadequadas de habitabilidade. Em tais espaços, onde há o predomínio de áreas faveladas, loteamentos clandestinos e assentamentos precários, a precariedade habitacional se constitui não só das carências em infraestrutura, mas também da elevada densidade de ocupação dos domicílios e, em vários casos, da insegurança jurídica da ocupação ilegal da terra urbana.

6.2.5 A desigualdade socioespacial na sobreposição de vantagens e carências: o mapa de exclusão/inclusão social

Os mapas de exclusão/inclusão social (Mapas 33 a 35) sintetizam os padrões de desigualdades socioespaciais existentes nos anos de 1991, 2000 e 2010, e fornecem elementos para a análise da dinâmica espacial do processo de exclusão/inclusão social na RMC no decorrer do período.

Seguindo a espacialização verificada para todas as dimensões de análise da exclusão/inclusão anteriormente examinadas, em 1991 os índices de inclusão social mais elevados (superiores a 0,5) aparecem concentrados principalmente no centro metropolitano, no distrito de Barão Geraldo e em residenciais dispersos nas cidades de Americana, Indaiatuba e Vinhedo. Já os índices de baixa e média-baixa inclusão acompanham a localização da MAI e AI no centro metropolitano, configuração que permanece nos anos de 2000 e 2010, o que evidencia o caráter diferenciado desta porção do espaço urbano-metropolitano no que tange às condições gerais de vida e ao seu conteúdo social. Outras localidades com níveis de inclusão social situados nas classes BI e MBI em 1991 eram encontrados em Americana, no quadrante delimitado pelo centro principal e pelas rodovias Anhanguera e Luiz de Queiroz, e em Indaiatuba, Itatiba, Paulínia, Santa Bárbara d'Oeste e Valinhos no centro principal e/ou em setores de suas imediações (Mapa 33).

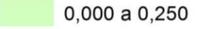
A partir de 2000, a distribuição espacial das áreas predominantemente de inclusão passa a apresentar novos contornos, sobretudo em função dos avanços ocorridos nas dimensões do desenvolvimento humano e da qualidade domiciliar, conforme visto. Porém, essa reconfiguração socioespacial tem se consolidado reforçando um padrão espacial de segregação na escala da região metropolitana segundo um processo de “dispersão concentrada” da inclusão, em que os diferenciais de renda exercem o maior peso. Conforme o Mapa 34, as localidades com elevada inclusão estendem sua predominância a partir do centro metropolitano em direção a áreas a leste da Via Anhanguera, seguindo os vetores sudeste (Valinhos e Vinhedo), leste (distritos de Sousas e Joaquim Egídio) e norte (Barão Geraldo). Nestas áreas, as situações de BI e MBI também são representativas.

Mapa 31
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO
POR QUALIDADE DOMICILIAR
(2000)

Legenda

-  Rodovia
-  Município
- Centros urbanos
-  Principal
-  Distrito

Índice de exclusão/inclusão

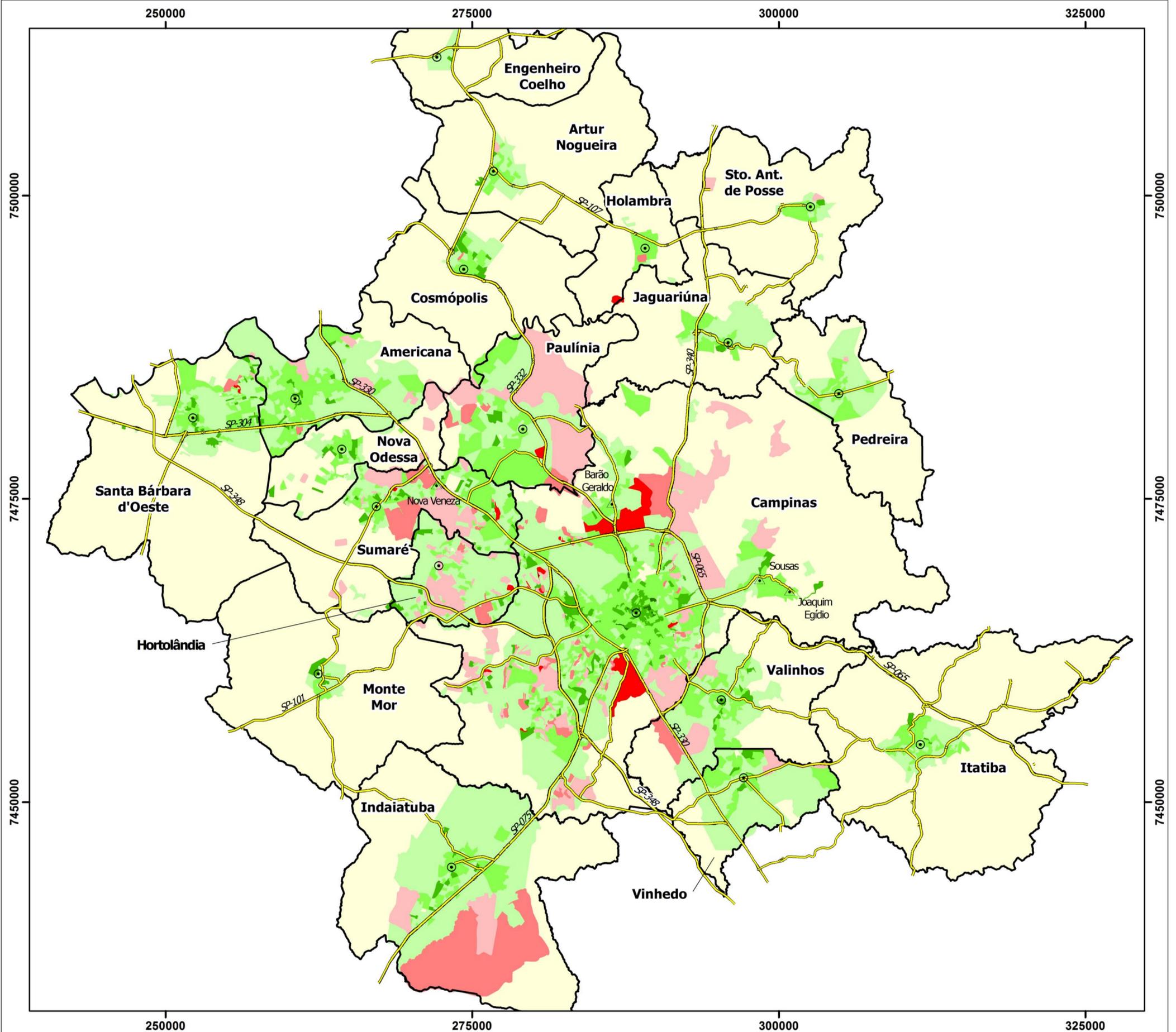
-  -1,000 a -0,751
-  -0,750 a -0,501
-  -0,500 a -0,251
-  -0,250 a -0,001
-  0,000 a 0,250
-  0,251 a 0,500
-  0,501 a 0,750
-  0,751 a 1,000



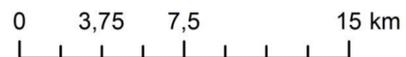
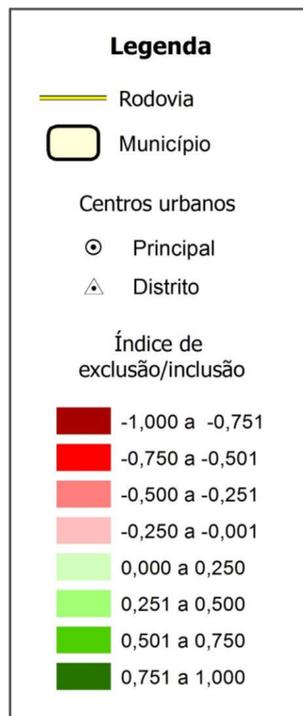
0 3,75 7,5 15 km

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
 (agregado de setores censitários urbanos, 2000);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).

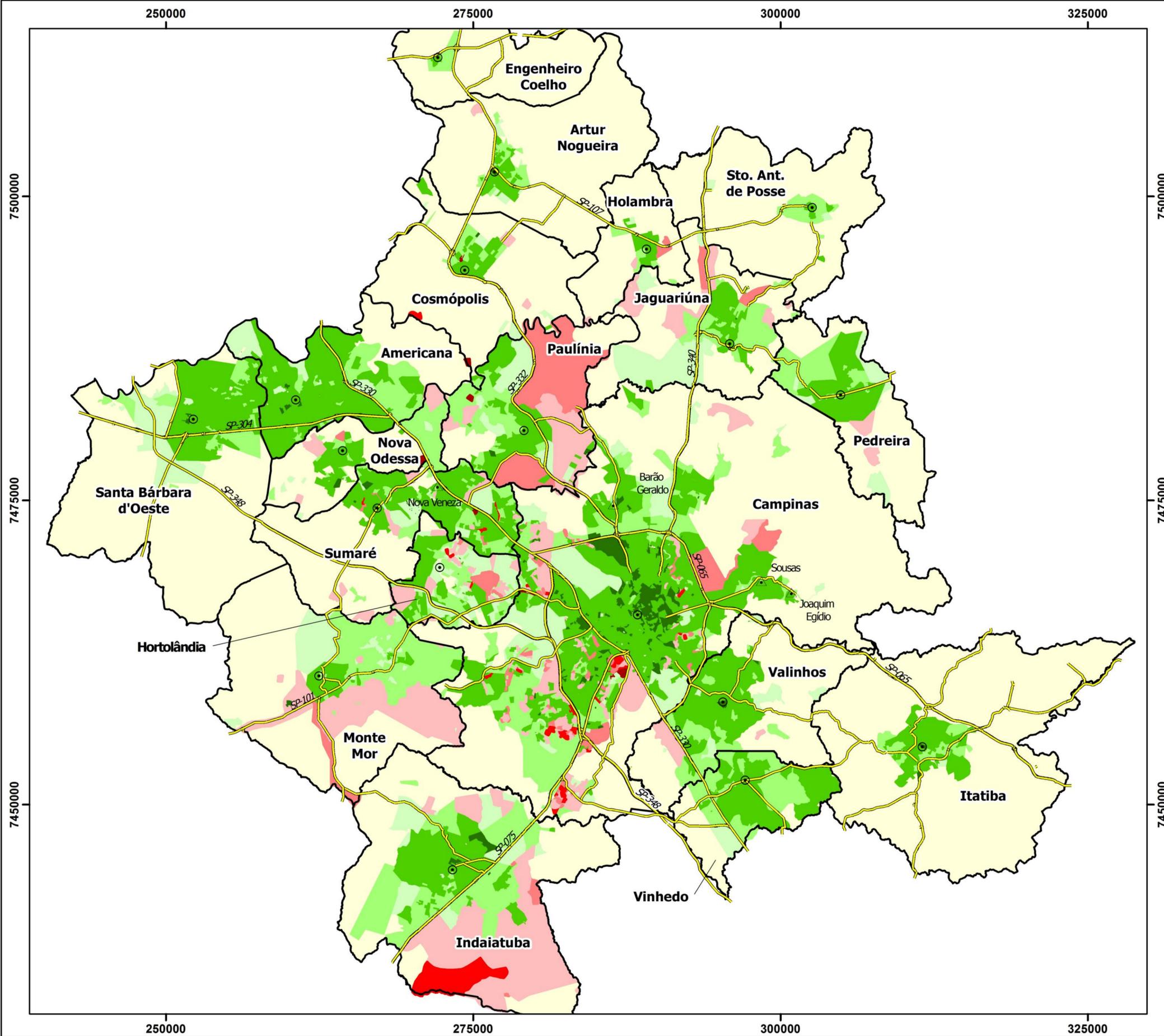


Mapa 32
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO
POR QUALIDADE DOMICILIAR
(2010)



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
 (agregado de setores censitários urbanos, 2010);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



As cidades de Americana e Indaiatuba também apresentam vários espaços de inclusão, com tendência de dispersão dessas situações em direção a setores das periferias norte e sul, no caso da primeira, e sudeste, da segunda. Já em Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste e em parte das pequenas cidades da região (Jaguariúna, Cosmópolis, Artur Nogueira e Holambra), delinea-se a concentração de tais espaços em setores específicos, seguindo um vetor a partir do centro principal e na direção oposta à zona predominante de exclusão social no espaço urbano (Mapa 35).

Finalmente, ao longo dos anos 2000, reforçam-se as tendências de segregação em escala regional vistas no fim da década anterior, com o aumento da concentração de espaços de inclusão social na faixa territorial situada à margem leste da rodovia Anhanguera, de Vinhedo (porção sul) a Paulínia (área central), passando por Valinhos, centro metropolitano e distritos de Campinas. Tal processo é reforçado pelo aumento da produção de loteamentos fechados e consequente ocupação por camadas de alta renda (Fotos 10 e 11; Mapa 35).

Consolida-se, com isso, o *locus* preferencial de segregação das camadas de alto *status* na região. É fato que outros segmentos sociais também estão presentes neste grande espaço regional, havendo, inclusive, vários enclaves com elevados graus de pobreza e exclusão social. Mas isso não interfere no movimento de segregação socioespacial, como bem esclarece Villaça (1998, p. 143):

[...] outras classes podem estar presentes numa mesma região geral onde se concentram as camadas de alta renda e até crescer com velocidade maior do que a velocidade de crescimento dessas camadas. Se isso ocorrer, a participação dessas classes na região de concentração da classe alta aumentará. Não importa. Nada disso altera a tendência à concentração das camadas de mais alta renda naquelas regiões. O importante é que o setor segregado detenha uma grande parte – talvez a maior – de uma dada classe, no caso a alta e médias burguesias. O que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole.

Grande parte das áreas distantes dos centros principais que apresentam forte inclusão social (AI e MAI) situa-se nas proximidades de importantes vias de tráfego (avenidas e rodovias), possibilitando às camadas de alto *status* presentes em tais localidades ter boa acessibilidade aos



Foto 10: Loteamentos fechados implantados em áreas de chácaras na cidade de Vinhedo.
Fonte: acervo particular do autor (2010).

seus principais locais de trabalho e consumo. Esta é uma das condições mais decisivas para a dispersão e autossegregação dos segmentos de alta renda. É também, por consequência, uma das principais condicionantes para a estruturação social díspar do espaço urbano (VILLAÇA, 1998; REIS, 2006) que, na RMC, pode ser constatada nos já citados municípios de Campinas, Paulínia, Valinhos e Vinhedo, bem como em Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Americana e Artur Nogueira, cujos setores “periféricos” marcados pela elevada inclusão coincidem, em grande parte, com a localização preferencial dos loteamentos fechados e dos condomínios exclusivos (Cf. Mapas 11 e 35). Cabe salientar também a dimensão socialmente contraditória desse modo de (re)produção do espaço urbano: embora as áreas em questão ostentem indicadores que representam as melhores condições de vida encontradas no espaço urbano-metropolitano, elas estão vinculadas à própria produção da exclusão social, em virtude da segregação atuante.



Foto 11: Loteamentos fechados recém-implantados em processo de ocupação, no distrito de Sousas, Campinas.
Fonte: acervo particular do autor (2010).

Ainda em relação aos índices de inclusão social, chama a atenção o fato de que em grande parte das cidades de médio e pequeno portes populacional e urbano, a distribuição dos indicadores de inclusão social configura um padrão espacial setorial, cuja localização se define ao longo de vetores – em geral, coincidindo com importantes eixos viários – que partem do centro tradicional para uma direção específica do tecido urbano: casos de Santa Bárbara d’Oeste (quadrante sudoeste), Artur Nogueira (quadrante sul), Cosmópolis (leste do centro principal), Holambra (porção setentrional) e Sumaré (quadrante sudeste) (Mapa 35). Este padrão socioespacial semelhante ao esquema proposto por Hoyt (Cf. Figura 3), sugere a presença da segregação também em cidades menores e (à exceção de Sumaré) menos afetadas pelo “transbordamento” da periferização da sede metropolitana.

Quanto aos espaços predominantemente de exclusão social, os indicadores produzidos mostram que esse processo, de modo geral, segue sendo mais marcante nas periferias dos espaços

intraurbanos, apesar da já elucidada dispersão das camadas de alto *status* e da própria redução no peso das condicionantes excludentes, retratada pela melhoria de indicadores de exclusão em diversas partes do espaço urbano-metropolitano. Assim, em 2010, os indicadores de baixa e média-baixa exclusão social, que exprimem situações socioespaciais pouco abaixo dos PIS's estabelecidos para a comparação regional, são os que predominam nas áreas periféricas das cidades, à exceção de Holambra, Valinhos e Vinhedo, onde os espaços de exclusão são menos numerosos. Em Indaiatuba, há diversas áreas classificadas em tais níveis de exclusão definindo o contorno de sua periferia, com destaque para o setor sudoeste onde existem adensadas áreas residenciais (Cf. Mapa 7). Finalmente, completam as áreas com BE e MBE as áreas que conformam a “macroperiferia” metropolitana (quadrante sudoeste de Campinas, Sumaré, Hortolândia e Monte Mor) (Fotos 22 e 23), onde estes níveis de exclusão estão presentes em praticamente todos os setores do espaço intraurbano e não só em seus bordos periféricos (Mapa 35).⁷⁶

Finalmente, os índices abaixo de -0,5 sinalizam os locais onde estão as mais graves condições de exclusão social, os quais correspondem, em sua maioria, a favelas e assentamentos precários, que ocorrem distribuídos pontualmente nas cidades de Cosmópolis, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Paulínia, onde está localizada a ocupação que foi classificada com o pior índice de exclusão social (-1) de toda a RMC (Foto 14). Todavia, a presença dessas espacialidades de elevada exclusão é mais representativa em Sumaré, em Hortolândia e, principalmente, em Campinas, a cidade mais rica da região, onde os elevados níveis de exclusão social atingem diretamente mais de 86 mil pessoas (vide Tabela 9). Destas, cerca de 40 mil só nas favelas Parque Oziel e Monte Cristo, que formam a maior ocupação irregular da região e se localizam ao lado do trevo das rodovias SP-330 e SP-332, bem perto do centro metropolitano (Foto 15).

⁷⁶ As áreas de exclusão social de grandes dimensões físicas presentes na porção leste de Paulínia são menos representativas do processo de exclusão/inclusão social do que eventualmente possa parecer através dos mapas, em razão da baixíssima densidade demográfica nessa área (vide Mapa 7) que, na verdade, resume-se a poucos núcleos residenciais dispersos, vizinhos a várias unidades industriais (dentre as quais o complexo da REPLAN) e glebas não parceladas.

Mapa 33
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO
SOCIAL (1991)

Legenda

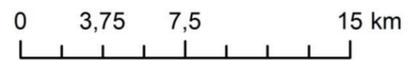
-  Rodovia
-  Município

Centros urbanos

-  Principal
-  Distrito

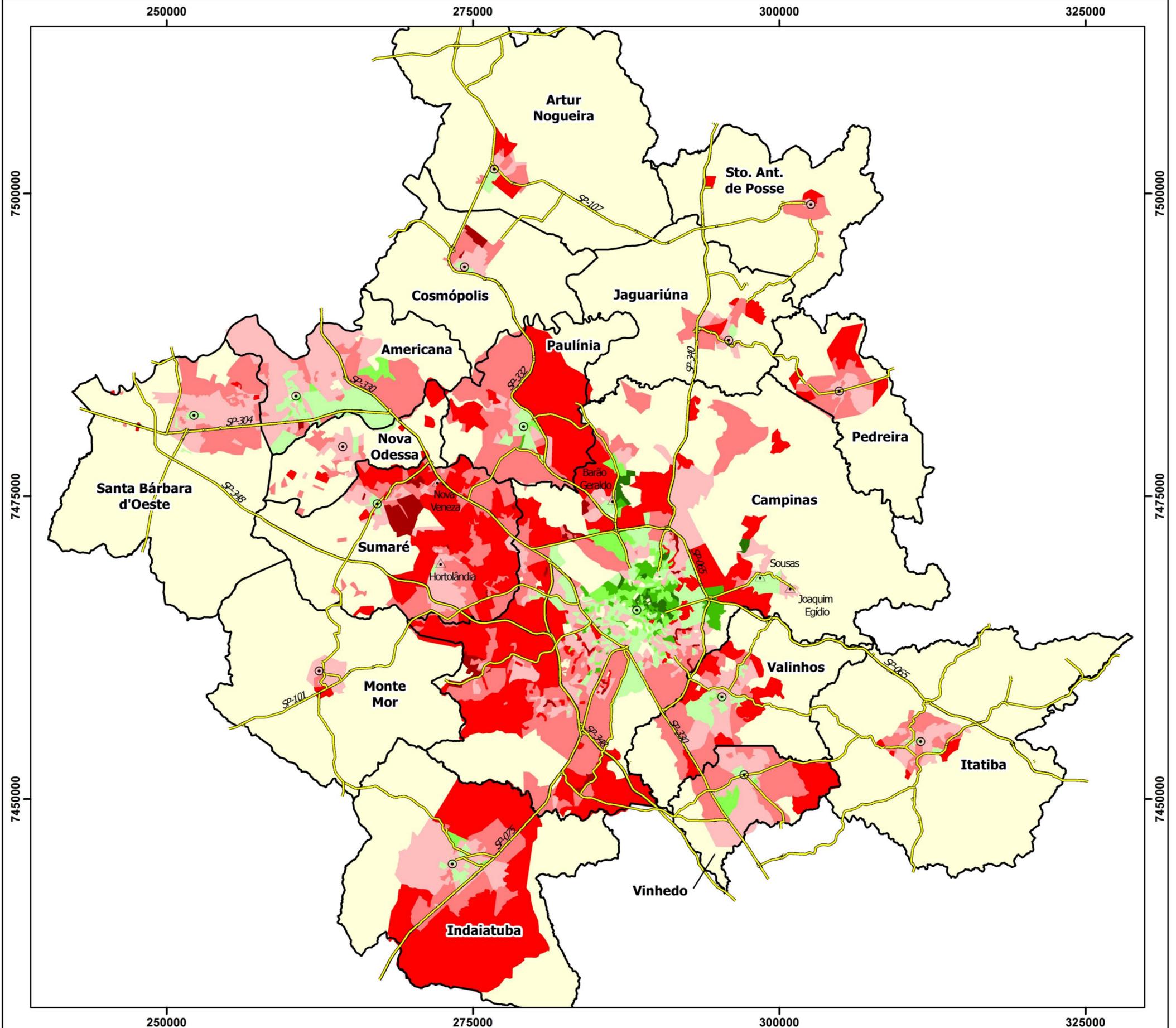
Índice de exclusão/inclusão

-  -1,000 a -0,751
-  -0,750 a -0,501
-  -0,500 a -0,251
-  -0,250 a -0,001
-  0,001 a 0,250
-  0,251 a 0,500
-  0,501 a 0,750
-  0,751 a 1,000



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
 (agregado de setores censitários urbanos, 1991);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Mapa 34
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL (2000)

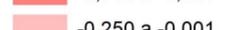
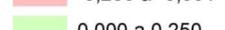
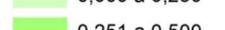
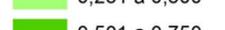
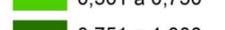
Legenda

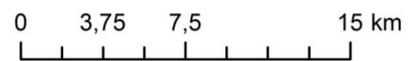
-  Rodovia
-  Município

Centros urbanos

-  Principal
-  Distrito

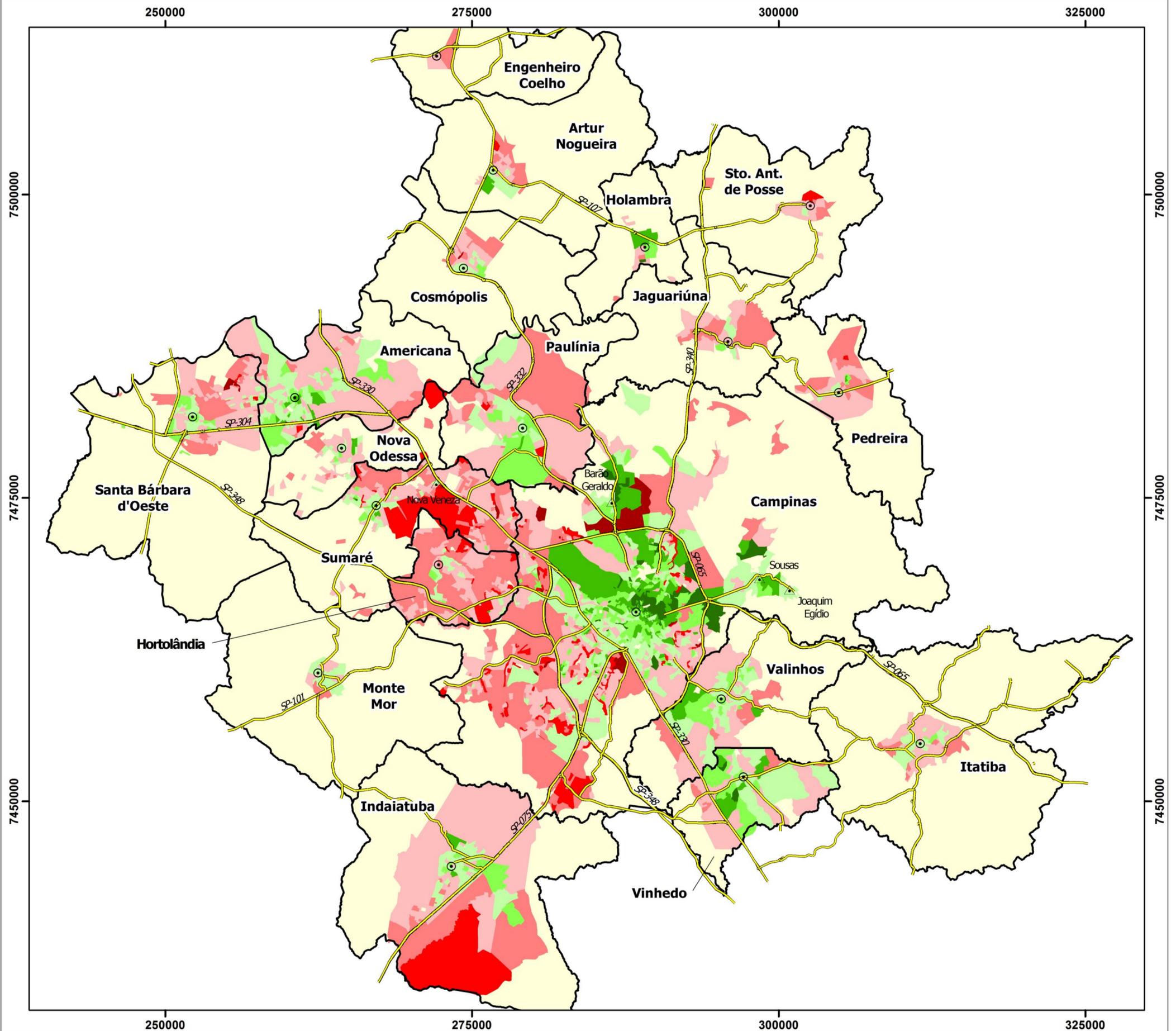
Índice de exclusão/inclusão

-  -1,000 a -0,751
-  -0,750 a -0,501
-  -0,500 a -0,251
-  -0,250 a -0,001
-  0,000 a 0,250
-  0,251 a 0,500
-  0,501 a 0,750
-  0,751 a 1,000



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico
 (agregado de setores censitários urbanos, 2000);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).



Mapa 35
Região Metropolitana de Campinas
ÍNDICE DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL (2010)

Legenda

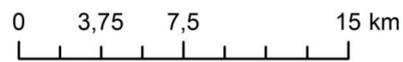
-  Rodovia
-  Município

Centros urbanos

-  Principal
-  Distrito

Índice de exclusão/inclusão

-  -1,000 a -0,751
-  -0,750 a -0,501
-  -0,500 a -0,251
-  -0,250 a -0,001
-  0,000 a 0,250
-  0,251 a 0,500
-  0,501 a 0,750
-  0,751 a 1,000



Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum horizontal: SAD-69
 Datum vertical: Imbituba/SC

Fontes: IBGE - Censo Demográfico (agregado de setores censitários urbanos, 2010);
 IGC (base cartográfica 2002, modificada).
 Elaboração: Ederson Nascimento (2013).

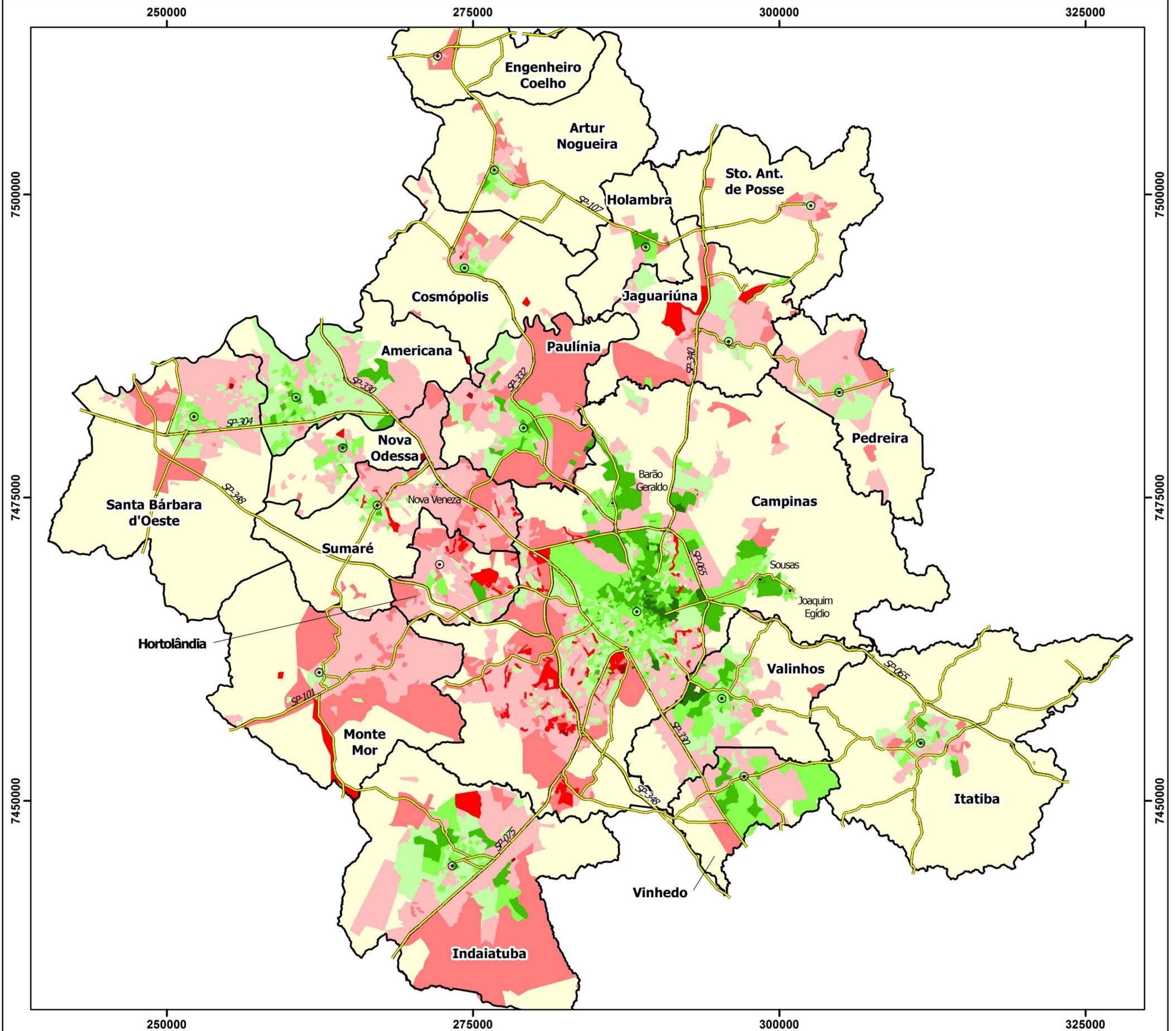




Foto 12: Localidade com média-baixa exclusão social (2010) situada em Sumaré (distrito de Nova Veneza).
As residências localizadas mais abaixo margeiam um curso d'água que corre onde se encontra a ponte.
Fonte: acervo particular do autor (2011).



Foto 13: Localidade com média-baixa exclusão social (2010) localizada na cidade de Monte Mor.
Fonte: acervo particular do autor (2010).



Foto 14: Vista geral de favela localizada em Paulínia: classificada com o mais alto índice de exclusão social (-1) em 2010, neste ano a ocupação, surgida um ano antes, não dispunha de nenhum serviço de infraestrutura básica e sua população apresenta elevada pobreza e baixo desenvolvimento humano.

Fonte: acervo particular do autor (2010).

Na maioria dessas localidades de forte exclusão social, a insuficiência dos níveis de renda auferidos, a iniquidade e as limitações ao desenvolvimento humano, imbricam-se a outros fatores que comprometem gravemente as condições de vida, tais como deficiências em infraestrutura básica, adensamento excessivo de moradores por domicílio e insegurança jurídica na ocupação da terra. Em parte desses locais, situada em *áreas de risco* à moradia (encostas com acentuada declividade, faixas de domínio de ferrovias e de redes de alta tensão elétrica, e margens de cursos d'água), seus habitantes têm ainda que conviver com riscos à saúde e à integridade física, tais como enchentes e deslizamentos de terra.

Essas são, em suma, as localidades onde estão as piores condições de vida do espaço urbano-metropolitano, nas quais ocorre uma imbricação de múltiplas carências e precariedades. Tais áreas podem ser associadas ao que Torres e Marques (2001, p. 49)



Foto 15: Vista geral da favela Parque Oziel (Campinas), ampla ocupação irregular localizada ao lado da rodovia SP-075 (vista em primeiro plano), com média-alta exclusão social em 2010.
Fonte: acervo particular do autor (2010).

chamam de *hiperperiferia*, isto é, “[...] a superposição, em determinados setores censitários do município, de condições de extrema pobreza e risco urbanos, indicando a presença de fortes efeitos cumulativos de riscos urbanos e precariedade socioeconômica”, cuja população está submetida a condições de vida mais adversas do que as existentes no restante das periferias socioeconômicas. Esta “hiperperiferia” faz parte da lógica contraditória que conduz o processo de (re)produção do espaço urbano na RMC e reflete a luta dos grupos sociais excluídos pelo acesso à moradia e à cidade. Na instalação de habitações em loteamentos clandestinos, desestruturados e longínquos, bem como no levantamento de barracos nas favelas, estes segmentos sociais estão, antes de tudo, resistindo à precária inserção laboral e às operações de valorização espacial e segregação social. Em outras palavras, estão justamente lutando contra a exclusão. Os espaços de forte exclusão social constituem, portanto, uma das poucas possibilidades – quiçá a única – de sobreviver na cidade e nela constituir um lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, com o presente trabalho, fornecer uma contribuição ao estudo do processo de (re)produção do espaço urbano na Região Metropolitana de Campinas, analisando a dinâmica de estruturação socioespacial desigual em escalas regional e intraurbanas, concebendo tais desigualdades a partir de localidades caracterizadas por níveis distintos de inclusão e exclusão social.

Analisar a estrutura socioespacial de um vasto território como o da RMC não é, de modo algum, uma tarefa fácil, muito menos a partir de elementos complexos como o conteúdo social dos espaços intraurbanos e a condição social (exclusão/inclusão) que caracteriza os subespaços e suas populações. Afinal, cada localidade, cada fragmento espacial pode ser examinado mais detalhadamente à luz de referenciais metodológicos distintos e priorizando condicionantes e agentes sociais locais específicos, em cada uma das cidades que compõem este espaço que se está chamando de urbano-metropolitano.

Em relação ao mapeamento da exclusão/inclusão social, tem-se consciência de que a inclusão social em sentido amplo não é composta apenas pelos elementos ora medidos, mas que também contempla outros tantos que, por questões operacionais (explicitadas no capítulo 5 e no subcapítulo 6.1), não puderam ser aferidos – casos da oferta de serviços de saúde e educação, transporte público e mobilidade urbana, exposição à criminalidade, entre outros –, além da própria dimensão qualitativa de alguns indicadores (como os de escolaridade, por exemplo) que, embora sumamente importantes, também escapam às possibilidades de análise. De qualquer modo, o estudo traz contribuições teórico-metodológicas para o conhecimento geográfico desta importante região do interior paulista.

Os resultados da pesquisa mostraram as inter-relações que as dimensões socioeconômicas – a autonomia de renda, condicionantes do desenvolvimento humano e da equidade – ainda mantêm entre si na conformação de segmentos sociais e, sobretudo, a sua geograficidade no espaço urbano, expressa não somente na correlação com a qualidade domiciliar, mas também na lógica de espacialização das classes nas cidades. Em outras palavras, apesar de as diferenças entre as condições de vida na escala da região terem diminuído nas últimas duas décadas em alguns quesitos – como, por exemplo, em relação aos

níveis de instrução dos indivíduos e à (quase) universalização de serviços de infraestrutura básica como a disponibilização de água potável, luz elétrica e coleta de resíduos sólidos – as disparidades e hierarquias sociais continuam implicando em espaços também desiguais e hierarquizados, sendo que as camadas mais fortemente beneficiadas pela inclusão em relação às fontes de renda e ao desenvolvimento humano (este último elemento, um ativo necessário para a própria inclusão por renda) são, em geral, as que se apropriam dos espaços melhor localizados e mais bem infraestruturados. Daí advém a segregação (poder-se-ia dizer, as segregações) que cada vez mais divide os segmentos sociais no espaço urbano-metropolitano e tendencialmente o setoriza segundo as hierarquias sociais.

Entretanto, o modo como se desenvolveu a produção do espaço urbano na região, com a urbanização de Campinas configurando-se de modos bem diferentes a norte e ao sul da rodovia Anhanguera (SP-330), e influenciando, também distintamente, a evolução urbana nos municípios do entorno, deu origem a um padrão de desigualdades socioespaciais urbanas que pode ser sintetizado em três tendências principais:

1. Uma clara diferenciação, na escala da região, entre as áreas urbanas situadas a leste e a oeste da referida rodovia, no trecho de Vinhedo até o trevo com a SP-065. Na porção oriental conforma-se a principal zona de inclusão social da RMC, estendendo-se de Vinhedo em direção ao centro metropolitano (maior área de urbanização consolidada da região) e aos distritos de Sousas e Barão Geraldo, incluindo fragmentos espaciais de urbanização dispersa a norte e a leste. Em tais áreas, consolidam-se, no dizer de duas estudiosas da região, as formas espaciais do “novo subúrbio brasileiro” (CAIADO; PIRES, 2006): as localidades residenciais dispersas voltadas predominantemente a segmentos de *status* social elevado. Por sua vez, na porção ocidental da Via Anhanguera, configura-se, de Campinas a Sumaré e cada vez mais estendendo-se a Monte Mor, a “macroperiferia” da região, um vasto território marcado pela exclusão social em variadas intensidades e facetas.
2. Em escala intraurbana, têm-se a conformação, na maioria das cidades da região, de um padrão espacial semelhante ao modelo de setores de círculo de Hoyt, no qual ocorre a concentração de condições de inclusão na área central e se estendendo a partir deste ao longo de uma “faixa” ou “quadrante”, em geral acompanhando importantes vias de tráfego rodoviário.

3. A cristalização de enclaves: de inclusão social em zonas predominantemente de exclusão e, principalmente, o oposto.

Cabe ressaltar também o papel da grande cidade, polo regional, como principal *locus* da desigualdade socioespacial e da segregação. Assim como em outras aglomerações urbanas brasileiras, na RMC as assimetrias na organização espacial e no tecido social são bem mais acentuadas em Campinas, a cidade mais populosa e economicamente mais dinâmica da região. As análises realizadas a partir dos indicadores de exclusão/inclusão e de trabalhos de campo, evidenciaram que a metrópole concentra a maioria das localidades em situações de elevada inclusão social, bem como os maiores percentuais de população de alta renda no contexto da RMC. Em contrapartida, a mesma cidade abriga em seu território espacialidades profundamente excludentes, com segmentos populacionais em condições de vida inaceitáveis, sobretudo em se tratando de uma região economicamente tão avançada.

Nesse sentido, para concluir o presente trabalho, ressalta-se mais um ponto importante em relação ao sistema de indicadores de exclusão/inclusão social ora apresentado: embora construído, como já se afirmou, para dar suporte à análise da estruturação socioespacial urbana da RMC, suas fontes de dados, derivadas exclusivamente dos recenseamentos demográficos, os torna replicável à investigação de qualquer outro município – principalmente para o ano 2010, momento para o qual há a disponibilidade de malhas digitais de setores censitários para todo o território nacional –, abrindo, assim, possibilidades para análises semelhantes relacionadas à dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço intraurbano de qualquer outra cidade brasileira.

Isso, arrisca-se dizer, é algo fundamental na luta contra a exclusão social. Retomando a epígrafe desta tese, o primeiro passo para mudar a realidade é conhecê-la. Assim, acredita-se que a construção e divulgação de novas cartografias de exclusão/inclusão para outros territórios pode ajudar a evidenciar desigualdades, carências e injustiças e, a partir disso, contribuir para a demanda por uma gestão do espaço urbano socialmente mais equânime.

REFERÊNCIAS

AGEMCAMP – AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS. **Plano metropolitano de habitação de interesse social**. Campinas: AGEMCAMP, CDRMC, EMPLASA, 2011.

ALMEIDA, Ana L. J. Como ler a desigualdade em cidades médias? In: MELAZZO, Everaldo S.; GUIMARÃES, Raul B. (Orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 75-84.

ALVES, Maria A. S. Município de Indaiatuba. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 1, 2002. p. 315-347.

BADARÓ, Ricardo S. C. **Campinas**: o despontar da modernidade. Campinas: CMU, 1996.

_____. Campinas: a transição da cidade rural para a cidade industrial. In: MEDRANO, Lilia I. Z.; GODOY, João M. T. (Orgs.). **Campinas: visões de sua história**. Campinas: Átomo, 2006, p. 133-157.

BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a consolidação do pólo industrial paulista. Campinas: CMU, 1996.

_____. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: HOGAN, Daniel J. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO, Ed. UNICAMP, 2001. p. 319-348.

_____. A população em movimento. In: FONSECA, Rinaldo B.; DAVANZO, Áurea M. Q.; NEGREIROS, Rovená (Orgs.). **Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2002. p. 97-134.

_____; GONÇALVES, Renata F. de P. Novas espacialidades no processo de urbanização: a Região Metropolitana de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000. **Anais...** [s.l.]: ABEP, 2000. CD-ROM.

BARREIROS, Mário. Novas leituras sobre a RMC. In: SEMINÁRIO DE HABITAÇÃO DA RMC. Campinas, 2007. Disponível na internet em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/img/pdfs/aprsemariobarreiros.pdf>. Acesso em 24/04/2012.

BESSA, Wagner de C. Município de Itatiba. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 1, 2002. p. 351-375.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: _____ (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-166.

BRAGA, Tania M. Município de Cosmópolis. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 1, 2002a. p. 191-221.

_____. Município de Holambra. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 1, 2002b. p. 255-281.

BRITO, Jolumá. **História da cidade de Paulínia**. São Paulo: Saraiva, 1972.

BURGESS, Ernest W. The growth of the city: an introduction to a research project. In: PARK, Robert E.; _____; MCKENZIE, Roderick. **The city**: suggestions for investigation of human behavior in the urban environment. Chicago: The University of Chicago Press, 1925. p. 47-62.

BUZAI, Gustavo D. **Mapas sociais urbanos**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2003.

CAIADO, Aurílio S. C. et al. Município de Campinas. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 1, 2002. p. 95-169.

CAIADO, Maria C. S. O padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na Região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte, ABEP, 1998.

_____. Município de Monte Mor. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 1, 2002a. p. 407-472.

_____. Município de Nova Odessa. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 2, 2002b. p. 9-33.

_____. Município de Santa Bárbara d'Oeste. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 2, 2002c. p. 97-128.

_____; PIRES, Maria C. S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, José M. P. da (Org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO, Ed. UNICAMP, 2006. p. 274-304.

CALDEIRA, Teresa P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.

CAMPOS, André et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, v. 2, 2003.

CARLOS, Ana F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **A cidade**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Inaiá M. M. de. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. **Eure**, Santiago de Chile, v. 32, n. 95, p. 5-20, mai. 2006.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria C.; WANDERLEY, Mariângela B. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997. p. 15-48.

_____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

CASTRO, Iná E. de. O problema da escala. In: _____; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CORRÊA, Roberto L. A periferia urbana. **Geosul**, Florianópolis, n. 2, v. 2, p. 70-78, 1986.

_____. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

COSTA, Alfredo B. **Exclusões sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

CUNHA, José M. P. da; OLIVEIRA, Antonio A. B. de. População e espaço intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, Daniel J. (Org.) **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO, Ed. UNICAMP, 2001. p. 349-380.

_____ et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: _____ (Org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO, Ed. UNICAMP, 2006a. p. 337-364.

_____ et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: _____ (Org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO, Ed. UNICAMP, 2006b. p. 337-364.

DAVIDOVICH, Fany; LIMA, Olga M. B. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 50-84, 1975.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Paz e terra, 2001.

EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO. **Padrões urbanísticos da Região Metropolitana de Campinas**. São Paulo: EMLASA, AGEMCAMP, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2005. (19 volumes).

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

ESRI – ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE. **Using ArcGIS Desktop®**. Redlands, USA, 2006.

ESTENSSORO, Luís. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. São Paulo, 2003, 286 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

FARIA, César A. C. Município de Vinhedo. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 2, 2002. p. 227-254.

FARIAS, Fernanda O. **Análise do processo de instalação e expansão dos loteamentos fechados horizontais de alto padrão na cidade de Paulínia (SP)**. Campinas, 97f. Monografia (Bacharelado em Geografia), Instituto de Geociências, UNICAMP, 2010.

FERNANDES, Ana C. Município de Artur Nogueira. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 1, 2002. p. 55-94.

_____; BRANDÃO, Carlos A.; CANO, Wilson. A Região Metropolitana de Campinas: análise integrada. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 2, 2002. p. 395-472.

_____; VENTURA, Katia S. Município de Engenheiro Coelho. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas**: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 1, 2002. p. 223-252.

FREITAS, Eleusina L. H. **Loteamentos fechados**. São Paulo, 2008, 203 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008.

GENOVEZ, Patrícia C. **Território e desigualdades: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano em São José dos Campos – SP**. São José dos Campos, 2002, 220 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2005.

GIACOMINI, Maria R.; HAYASHI, Maria; PINHEIRO, Susie de A. **Trabalho social em favela: o método da divisão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

GONÇALVES, Maria F.; SEMEGHINI, Ulysses C. Uma metrópole singular. In: FONSECA, Rinaldo B.; DAVANZO, Áurea M. Q.; MEDEIROS, Rozena. (Orgs.). **Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: IE/UNICAMP, 2002. p. 27-51.

GRAZIA, Grazia de; LEÃO JÚNIOR, Paulo S. M. Loteamentos clandestinos e irregulares. In: INSTITUTO PÓLIS. **Regularização da terra e da moradia: o que é e como implementar**. São Paulo, 2002. p. 61-69.

GUIMARÃES, Ana et al. A propósito do debate sobre exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002. **Anais...** João Pessoa, AGB, 2002, 10 p. CD-ROM.

GUIMARÃES, José R. S.; JANNUZZI, Paulo de M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004. CD-ROM.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de informações por setor censitário: censo demográfico 2000: resultados do universo**. Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

_____. **Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais – primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IGC – INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Municípios e distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: IGC, 1995.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná**. Curitiba, 2003.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et al. **Redes urbanas regionais: Sudeste**. Brasília: IPEA, IBGE, SEADE, UNICAMP, 2001.

JANNUZZI, Paulo de M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

_____. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. In: KEINERT, Tania M. M.; KARRUZ, Ana P. (Org.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 53-72.

KAZTMAN, Ruben. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social**. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, 2000.

_____. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 75, p. 171-189, 2001.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 1993.

_____. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001b.

LENOIR, René. **Les exclus: un français sur dix**. Paris: Le Seuil, 1974.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza e da ação do Estado. In: _____; TORRES, Haroldo (Orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social**. São Paulo: Senac, 2005. p. 19-57.

_____ (Coord). **Assentamentos precários no Brasil urbano**. [Brasília]: CEM/CEBRAP, Ministério das Cidades, 2007.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARTINS, José de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MATOS, Ralfo. Desigualdades socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro. In: _____; SOARES, Weber (Orgs.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-57.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 245-259.

MELAZZO, Everaldo S. Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio. In: _____; GUIMARÃES, Raul B. (Orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 109-133.

_____; GUIMARÃES, Raul B. Ponto de partida: a desigualdade social e a definição da política urbana. In: _____; _____ (Orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 11-31.

_____.; NASCIMENTO, Rose S. do; MAGALDI, Sérgio B. As dimensões socioeconômica e demográfica das desigualdades em uma cidade média: a construção de um sistema de indicadores sociais. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 13, João Pessoa, 2002. **Anais...** João Pessoa, AGB, 2002. CD-ROM

MIRANDA, Zoraide A. I. de. **A incorporação de áreas rurais às cidades: um estudo de caso sobre Campinas, SP**. Campinas, 2002, 300f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. Urbanização extensiva e novas formas urbanas no Brasil. In: RASSI NETO, Elias; BOGUS, Cláudia M. (Org.). **Saúde nos grandes aglomerados urbanos: uma visão integrada**. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde, 2003. p. 79-95.

NAHAS, Maria I. P. Elaboração do banco de metodologias de indicadores municipais. In: **Governança Democrática 2006**. [Curitiba], IPARDES, 2006. Disponível na internet em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_02_metod_indicadores_maria_nahas.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2012.

NASCIMENTO, Ederson. Mapeamento e análise da evolução da área urbanizada na Região Metropolitana de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17, 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: AGB, 2012a (no prelo).

_____. Produção de uma topografia social urbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 75-94, set./dez. 2012b.

_____; GALINDO, Cinthia A.; MATIAS, Lindon F. Expansão urbana e estrutura socioespacial em Paulínia, São Paulo, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, San Juan, Costa Rica, 2. sem., p. 1-16, 2011.

_____; MATIAS, Lindon F. Mapeamento da exclusão/inclusão social no espaço intraurbano com dados censitários: experiência a partir da cidade de Ponta Grossa (PR). **Terr@plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 87-102, jan./jun., 2008.

NEGREIROS, Rovená; TEIXEIRA, Marina P. Município de Hortolândia. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 1, 2002a. p. 283-309.

_____; _____. Município de Sumaré. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 2, 2002b. p. 153-192.

NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria F.; CANO, Wilson. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: FUNDAÇÃO SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, v. 1, n. 1, SEADE, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 467-534.

O'NEILL, Maria M. V. C. **Segregação residencial: um estudo de caso**. Rio de Janeiro, 1983, 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 67-86.

PAVIANI, Aldo. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de; SILVEIRA, María L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996. p. 182-190.

PIRES, Maria C. S. **Morar na metrópole: expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, 2007, 178f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____; SANTOS, Sarah M. M. Evolução da mancha urbana. In: FONSECA, Rinaldo; DAVANZO, Áurea M. Q.; MEDEIROS, Rovená (Orgs.). **Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2002. p. 53-74.

PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Desarrollo Humano: informe 1990**. New York, Bogotá: Oxford, Tercer Mundo, 1990.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2003. CD-ROM.

PUPPO, Fernando V. Município de Americana. In: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: Ed. UNICAMP, v. 1, 2002. p. 17-54.

REIS, Nestor G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1997.

_____; LAGO, Luciana C. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão**. Rio de Janeiro: IPPUR, 1991. Disponível na internet em: <www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/reestruturacao_cidades.pdf> Acesso em: 11 de fevereiro de 2012.

RIBEIRO, Suzana B. **Jaguariúna no curso da história**. Jaguariúna: Secretaria de Educação de Jaguariúna, 2008.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Serviço social e sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 53-61, nov. 2002.

ROOM, Graham. Poverty and social exclusion: the new European agenda for policy and research. In: _____ (Ed.). **Beyond the threshold: the measurement and analysis of social exclusion**. Bristol, United Kingdom: The Policy Press, 1995. p. 1-9.

SALGUEIRO, Teresa B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 39-54, jan.-jun, 1998.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 1, p.113-142, jul./dez. 2007.

SANTOS, Antonio da C. **Compra e venda de terra e água e um tombamento na Primeira Sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas do Mato Grosso de Jundiá 1732-1992**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

_____.; SILVEIRA, María L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAWAIA, Baden. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: _____ (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 7-13.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Pesquisa de condições de vida**. São Paulo: SEADE, Casa Civil, 2006. Disponível na internet em: http://www.seade.gov.br/produtos/pcv/pdfs/publicacao_completa_pcv_2006.pdf. Acesso em 26 de setembro de 2012.

_____. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**: versão 2010. São Paulo: SEADE, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2013.

SIMIELLI, Maria E. R. Cartografia no ensino fundamental e médio. In: CARLOS, Ana F. A. (Org). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 92-108.

SILVA, Jonathas M. P. Habitação de interesse social e as legislações municipais da região metropolitana de Campinas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 55-71, jul./set. 2011.

SILVA, Veridiana L. **Mudanças na forma de ocupação do espaço urbano em Valinhos - SP: a expansão dos condomínios fechados**. Campinas, 2008, 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, UNICAMP, 2008.

SILVEIRA, María L. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira. In: ALBUQUERQUE, Edu S. de (Org.). **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2006. p. 141-178.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 21-36.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à Gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

_____. (Coord.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo/2000**: dinâmica social dos anos 90. São Paulo: PUC/SP, INPE, POLIS, 2000.

_____. **Cidade em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. Prefácio: cidades territorializadas entre enclaves e potências. In: KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-18.

_____ et al. A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. **Espaço e debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 89-109, jan./jul. 2004 (debate transcrito por Sarah Feldman e Renato Cymbalista).

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2004, 508 f. Tese (Livre Docência), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2004.

TORRES, Haroldo da G.; MARQUES, Eduardo C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, [Recife], n. 4, p. 49-70, 2001.

VÉRAS, Maura P. B. Exclusão social – um problema de 500 anos: notas preliminares. In: SAWAIA, Bader B. (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 27-50.

VIEIRA, Alexandre B. et al. Exclusão social : a formação de um conceito. In: MELAZZO, Everaldo S.; GUIMARÃES, Raul B. (Orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 33-58.

_____; NUNES, Marcelo; MARTINUCI, Oséias S. Riqueza e exclusão em cidades médias paulistas. In: MELAZZO, Everaldo S.; GUIMARÃES, Raul B. (Orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 85-108.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 16-26.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

YUJNOVSKY, Oscar. **La estructura interna de la ciudad**: el caso latino-americano. Buenos Aires: Siap, 1971.

ZEILER, Michael. **Modeling our World**: the ESRI® guide to geodatabase design. Redlands, USA: ESRI, 1999.

ZIMMERMANN, Gustavo. O município no sistema tributário: os municípios paulistas e o caso de Campinas. In: FUNDAÇÃO SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, v. 1, n. 3, SEADE, 1988.